

HORIZONTES DA NAÇÃO

DESAFIOS BRASILEIROS APÓS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

ORGANIZADOR ALISSON EUGÊNIO



UnifalMG
Universidade Federal de Alfenas

Organizador
Alisson Eugênio

OS HORIZONTES DA NAÇÃO
Desafios brasileiros após 200 anos de independência UNIFAL-MG 2022

UNIFAL-MG
2022

Capa: Bárbara Baptisteli Vieira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Campus Sede

Eugênio, Alisson
E87h Os horizontes da nação: desafios brasileiros após 200 anos de Independência.
/ Alisson Eugênio et al. -- Alfenas – MG.

Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022.

235 f.: il. e mapas -

ISBN: 978-65-86489-64-4 (E-book)

Formato do arquivo: .pdf

Vários autores

Inclui Bibliografia.

1. Brasil. 2. Independência. 3. Desafios. I. Título.

CDD-981

Ficha Catalográfica elaborada por Marlom Cesar da Silva
Bibliotecário-Documentalista CRB6/2735

Sumário

Agradecimento	4
Dedicatória	5
Apresentação	6
Os desafios políticos: a consolidação da democracia Alisson Eugênio	7
Os desafios da ética no Brasil: superar a violência e o totalitarismo Paulo César de Oliveira	40
Desafios econômicos: desenvolvimento, proteção ambiental e justiça social Alisson Eugênio	52
Escravidão e liberdade como desafios no Brasil pós 1822 Mário Danieli Neto	72
Desafios das populações indígenas Pablo Luiz de Oliveira Lima	90
História e desafios da educação no Brasil Kelly Ludkiewicz Alves e Edna Telma Fonseca e Vilar	110
Desafios do SUS: previdência e saúde Geraldo José Medeiros Fernandes.	140
Saúde para todos? OS desafios da agenda sanitária após 200 anos de Independência Jean Luiz Neves Abreu	165
Desafios para a construção da identidade nacional: a simbologia do Futebol Eliazar João da Silva	190
Os desafios do patrimônio cultural brasileiro diante dos horizontes das identidades nacionais Liliane Faria Corrêa Pinto	205
Desafios da Ciência Paulo Márcio de Faria e Silva	222

Agradecimentos

Esse livro, fruto de um trabalho coletivo, não seria possível sem a colaboração das pessoas que para ele contribuíram, razão pela qual as agradeço especialmente. Meu agradecimento também vai para a Universidade Federal de Alfenas que, além de me proporcionar as condições institucionais para escrevê-lo, também o publicou por meio do seu sistema de biblioteca (SIBI). Sou grato igualmente ao Marlon, um dos responsáveis por tal sistema, que me ajudou com a burocracia necessária para esta publicação e à Bárbara Baptisteli Vieira que, com seu talento criativo, produziu a arte da capa.

Dedicatória

Dedico esse trabalho ao povo brasileiro que, apesar de suas limitações estruturais, em sua maioria contribui arduamente com suas tarefas diárias, mesmo as mais simples, para este país funcionar e, mesmo diante de tantos problemas e sofrimentos, não perde as esperanças de viver em um Brasil melhor.

Apresentação

Há dois séculos, o Brasil tornou-se independente de Portugal e iniciou sua trajetória nacional. Desde então, a recém-criada nação viu-se confrontada por inúmeros desafios. Muitos deles herdados do seu passado colonial e outros tantos originados durante seu processo de emancipação. Os dois mais urgentes foram o reconhecimento da Independência e a organização do seu Estado Nacional. O primeiro foi superado em 1827, depois de vencida algumas resistências no campo de batalha, de muita diplomacia e do decisivo e caro apoio inglês. O segundo somente com o fim das revoltas regenciais, a última delas, a Farroupilha, derrotada em 1845.

Para funcionar dentro dos quadros civilizados, o jovem país precisou organizar suas instituições. Com esse objetivo, escolheu uma Assembleia Constituinte, dissolvida em 1823 por D. Pedro I, quem arbitrariamente outorgou no ano seguinte uma carta constitucional que revalidou uma série de práticas vigentes na época colonial, como a escravidão, responsáveis pela maior parte dos problemas enfrentados pela sociedade por longo tempo.

A maioria desses problemas ainda não foi superada, como a pobreza estrutural e o patrimonialismo, e diversos surgiram de lá para cá, como a degradação ambiental e a escalada da violência. Juntando uns com os outros, temos uma multidão de desafios a serem superados, o que demanda enorme vontade política, árduo esforço coletivo e grande sinergia social.

Em resposta a tal situação, o objetivo deste livro é ajudar a refletir sobre alguns de nossos problemas e, desse modo, contribuir com a construção da percepção de que eles devem ser encarados como desafios e, conseqüentemente, combatidos pela sociedade brasileira para impulsionar o desenvolvimento do país, tanto do ponto de vista econômico, quanto humano e social.

Assim, há muito a ser combatido. Mas nem tudo pôde ser objeto de reflexão nesta obra coletiva, dada a quantidade de desafios e os limites de profissionais disponíveis para nela participarem. Apesar disso, fizemos o esforço para contemplar alguns dos problemas que consideramos serem os mais graves e, por este motivo, devem ser enfrentados com maior urgência.

A abordagem padrão dos textos aqui reunidos é, em primeiro lugar, de natureza histórica e em segundo lugar política. Ou seja, os problemas são identificados historicamente e, em seguida, refletidos em relação aos seus impactos no presente, para mostrar ao público o porquê deles serem vistos como desafios.

Os desafios políticos: consolidação da democracia

Alisson Eugênio: Unifal-MG

A lei não visa ao bem-estar absoluto de uma só classe, mas ao contrário procura que no Estado este seja alcançado com a concórdia entre todas as classes, seja por meio da persuasão, seja por meio da coação, obrigando a todas as classes repartir entre si a contribuição que cada uma delas está em condições de trazer para a coletividade (PLATÃO: 2007, p. 249).

Introdução

Os desafios políticos do Brasil são enormes e extremamente complexos. Eles são resultados de velhos e novos problemas que, pelo modo como estão interagindo no atual contexto histórico, inaugurado após a crise que culminou no impeachment de 2016, têm criado sérios riscos à estabilidade das instituições democráticas do país.

Como são muitos, é preciso recortar um deles para abordar. E o que me parece mais relevante neste momento é a consolidação da democracia. E isso por duas razões. A primeira pelo fato de, no plano nacional, a cultura política arcaica, com seus agressivos arroubos autoritários, revelou-se como base do modo de boa parte da sociedade brasileira interpretar a política e lidar com seus assuntos. A segunda, porque no Ocidente uma preocupante escalada de afrontas autoritárias atingiu diversos países, gerando ameaças de rupturas institucionais e, em alguns deles, até golpe, o que levou à formação da Cúpula da Democracia, convocada e liderada pelo atual presidente dos EUA, Joe Biden, ocorrida nos dias nove e dez de 2021.

Por isso, ao comemorar 200 anos de emancipação política, a nação precisa aproveitar a ocasião para refletir sobre a trajetória da sua comunidade nacional, particularmente sobre sua experiência política, e se indagar a respeito dos horizontes que ela visa projetar a fim de construir um país melhor.

E se ela chegar à conclusão de que, para isso, precisa continuar cultivando a herança da cultura política ocidental, em cujos valores vem se apoiando, bem ou mal, desde o Sete de

Setembro de 1822, então lhe resta o esforço coletivo de aprimorar as suas instituições democráticas. Caso contrário, correrá sérios riscos da sua jovem e frágil democracia converter-se de vez em uma nefasta demagogia e, o pior, ser assaltada por uma sombria ditadura que pode nos custar muito caro no balanço final.

Esclarecimentos teóricos

Partindo da premissa de que as ideias políticas e as teorias delas derivadas para orientar a estruturação das sociedades, a organização dos Estados e a fundamentação das finalidades das instituições são resultados da dialética inerente às relações humanas, como mostra, por exemplo, Hannah Arendt (2002), em cada lugar e tempo são produzidas concepções de poder sobre as quais se apoiam as formas, sistemas e regimes políticos que determinam os modos como as configurações sociais civil e politicamente se constituem.

De acordo com a classificação clássica formulada por Platão e Aristóteles, as maneiras como o poder foi concebido deram origem a três formas de organização do Estado: monarquia, aristocracia e democracia, as quais podem se degenerar, respectivamente, em tirania, oligarquia e demagogia (MONDIN: 1980, p. 121). Delas, ou de suas combinações, surgiram os sistemas (parlamentarismo, no seu formato monárquico ou republicano, e presidencialismo) e os regimes (democráticos, autoritários e totalitários), que vêm sendo adotados, em diferentes arranjos ao longo do tempo, conforme a cultura política predominante nas sociedades e as opções feitas com base nela a partir dos consensos resultantes dos conflitos de cada situação histórica.

Seja qual delas for a opção, em tese, a tradição ocidental (na qual a nação brasileira foi politicamente fundamentada), construída a partir da formulação clássica acima apresentada, define que o fim da sociedade, por meio do Estado, é o de proporcionar as condições essenciais para a satisfação do bem comum (considerados essenciais à satisfação da vida social e do bem-estar dos indivíduos), visando à promoção da felicidade coletiva (SILVA: 2003).

Porém, na prática, há muitos complicadores para essa finalidade tornar-se realidade. A primeira delas é o fato de que a ideia de felicidade tem muitas variações no tempo, no espaço, e de um indivíduo ao outro, embora seja possível identificar uma concepção geral do que possa significar tal ideia no plano coletivo em algumas sociedades ao longo do tempo, como tentaram fazer Delumeau, Farge e Sponville em um ensaio histórico-filosófico sobre esse assunto (2006).

A segunda delas é o fato de que as formas originais de organização do Estado podem se degenerar e, quando isso acontece, os governos derivados das degenerescências tendem a restringir, ou a perturbar, o alcance social deste fim, como a experiência histórica das

governanças tirânicas, oligárquicas e demagógicas revelam, apesar de que a finalidade de se atingir o bem-comum, em tese, muitas vezes continua a vigorar.

A terceira é o fato de que toda formação social é configurada por formas diversas de relações sociais de produção, estruturadas a partir de meios de produção que dividem os indivíduos, os grupos e classes de acordo com a posição que nelas ocupam, de modo que seja qual for a relação social que determina a sua dinâmica, as sociedades disso resultantes são propensas ao conflito, principalmente àqueles relacionados à distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Por esse motivo, como a política é um meio de se discutir a solução dos problemas de interesse público e de orientar as decisões dos poderes constituídos para isso, razão pela qual foi definida por Weber (2011, p. 67) como “conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder” no âmbito do “Estado,” então ela é o espaço no qual os conflitos são, em situações de normalidade política, controlados e arbitrados por normatizações estabelecidas pelos poderes legitimados.

Assim, uma das palavras-chave para pensar a política é o conflito, afinal, a razão moderna, ao refletir sobre a razão clássica, segundo a qual o ser humano, guiado pelo conhecimento, é capaz de encontrar respostas às questões concernentes à busca pelo bem-comum, e concluir, com base na experiência histórica, que ele também pode ser motivado a procurar a satisfação individual e, para isso, é capaz de agir de modo extremamente competitivo e gerar ideias e práticas violentas, a referida razão concebe a política como meio de administrar a proliferação dos litígios para evitar instabilidades que possam colocar em risco toda sociedade.

Por isso, tal palavra é fundamental para compreensão do que se entende por política nas sociedades modernas, pois, como esclarece Reis (2007, p.457), “a ênfase analítica e genérica nos conflitos e em sua acomodação permite que se conceba de maneira adequada a própria ideia de construção de instituições políticas,” para uma “apropriada articulação dos aspectos formais do Estado com o substrato correspondente aos focos sociais de conflitos e solidariedade, aos interesses e às normas, de tal modo que ele se torne capaz de regular com eficácia” os confrontos políticos “e que estes, em vez de levar ao enfrentamento violento, possam ser mantidos “por meio dos formalismos institucionais” dentro dos limites civilizados.

Enfim, com base nessas considerações, doravante sempre que a palavra política for utilizada, ela será compreendida como espaço do dissenso, da confrontação de ideias e propostas por elas orientadas, na busca pela formação de uma maioria consensual para a tomada de decisões, no âmbito do Estado, que possam controlar os diversos tipos de conflitos que

dialetizam as relações sociais, oferecendo soluções provisórias aos problemas de interesse público.

O problema

Partindo da noção de política acima apresentada, e tendo em mente que ela é um fenômeno cuja natureza é essencialmente dialética, a própria escolha dos desafios que a sociedade brasileira precisa enfrentar, para a expansão e consolidação da sua cultura democrática e, conseqüentemente, para o aperfeiçoamento das suas instituições políticas, é relativa porque ela mesma, a escolha, depende dos pontos de vista (o que deve ser tomado como desafio?) derivados das percepções ideológicas que impulsionam os dissensos e as conseqüentes tensões da vida social.

Desse modo, como construir um consenso mínimo que orienta a definição do que é ou não é desafio e de como superá-lo? Seja qual for a resposta, ela deve ser buscada ao abrigo das instituições democráticas, porque somente pela democracia todas as classes e suas frações podem confrontar seus interesses, na busca de um consenso, nos marcos da civilidade.

Por essa razão, o maior desafio político de uma nação, que tem uma experiência histórica marcada por forte autoritarismo e vem sofrendo fortes ameaças à sua estabilidade institucional, é a consolidação da sua cultura democrática, o que lhe demandará grande esforço para superar o persistente arcaísmo motivador da forma de pensar e agir de boa parte de seus habitantes nos assuntos da política.

Essa superação depende, como nos lembra Oliveira (2012, p. 62), entre outros fatores, da transformação dos valores que fundamenta o modo como a população compreende a política, da maneira como compreende a sociedade e como lida com as informações que ajudam a formar a opinião pública, o que demandará grande acúmulo de experiência e muito aprendizado histórico.

É importante reiterar que a democracia é uma escolha, baseada na experiência e na educação cívica da comunidade política, para a legitimação do Estado, a organização das suas instituições e o exercício do poder político, dentro dos marcos constitucionais, de seus agentes e dos cidadãos em geral. E como tal é um ideal, um imperativo político, essencial à sustentação dos direitos que fundamentam a moderna concepção de cidadania, a qual a todos, identificados com seus valores, competem lutar visando a impedir perigosos retrocessos que possam revalidar a desoladora afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, registrada em uma clássica publicação de 1936, de que “a democracia no Brasil até então é um lamentável mal-entendido.” Porque, como ele mesmo explica, ela foi importada por uma elite “aristocrática e semifeudal,” que a

acomodou aos seus privilégios, para “incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas e valores que pareciam os mais acertados para época” (1997, p. 160).

Esse artifício, utilizado para dar legitimidade ao sistema republicano presidencialista inaugurado em 1889, também foi adotado em relação ao liberalismo, como mostrou Bosi (1995, p. 221), para adaptar-se à manutenção do direito de propriedade escrava, permitindo a conclusão, como a sintetizada por Souza (2012, p. 185), de que no Brasil as ideologias modernas foram transplantadas do exterior obedecendo a um pragmatismo destinado a funcionar “como uma espécie de graxa simbólica” durante processos de mudanças, quando foram introduzidos por elites apegadas a valores tradicionais pela sua necessidade de adaptação às novas estruturas históricas, que demandavam a introdução dos contratos nas relações de trabalho e da representação no sistema político.

Foi como se um edifício de ideais modernos tivesse sido construído em uma base social arcaica, gerando limitações estruturais ao processo de modernização política, como a que O’Donnell chamou de democracia delegativa (1999), isto é, reduzida a uma mera função legitimadora, e a que Santos definiu cidadania regulada, quer dizer, fundamentada apenas no exercício de ocupações profissionais ou que somente é reconhecida pelo Estado a quem ocupa alguma função no processo produtivo.

Um edifício social erguido com tais limitações, junto com outros fatores, acabou criando condições favoráveis para a inércia histórica favorável à permanência do que Cândido batizou de dialética da malandragem (1970) e do tipo social denominado por Sérgio Buarque de Holanda de homem cordial (1997).

Embora essas noções conceituais sejam muito questionadas, sobretudo porque o seu alcance para explicar o comportamento social brasileiro é limitado, tanto na sua aplicação antropológica, quanto na histórica, ainda assim elas podem nos ajudar a identificar alguns padrões de conduta que, inegavelmente, ainda estão presentes no Brasil atual. No caso da primeira noção, ela nos ajuda a compreender como a ordem e a desordem, numa relação ambivalente, se comunicam dando impulso a um padrão comportamental pendular entre o lícito e ilícito que dificulta, entre outras coisas, o enraizamento das leis e o ordenamento social que dela resulta. No caso da segunda, ela é uma marca estrutural típica de sociedades nas quais o espaço público tem dificuldade de impor sua autonomia em relação ao espaço privado, de forma que a fronteira entre estes dois espaços é transgredida, dando lugar a uma promiscuidade motivadora de obstáculos à consolidação da impessoalidade e da universalidade das leis (da

aplicação do princípio republicano da igualdade jurídica) necessárias ao funcionamento das instituições modernas.

Enfim, a malandragem e a cordialidade, como traços estruturais da sociedade brasileira e, conseqüentemente, como fatores condicionadores de parte da cultura política vivenciada por muitos de seus cidadãos, atuam para que, como argumenta Roberto da Matta no seu ensaio teórico (1997, p. 90-95), haja entre nós uma dificuldade estrutural de projetar na rua a solidariedade e o respeito às normas da casa, a não ser quando, no espaço público, conseguimos recriar o mesmo ambiente familiar onde os indivíduos estão conectados em uma rede de reciprocidade que sustenta a relação entre eles.

Para exemplificar esse traço comportamental problemático, segue um documento,¹ datado em 5 de junho de 1946, no qual está registrada uma reclamação de Oduvaldo Braune, domiciliado na capital do país, ao Tribunal de Justiça da Comarca de Mariana, sobre o procedimento do escrivão Daniel Carlos Gomes, a quem o reclamante acusou de negligenciar a sua petição de certidão para escrituração do imóvel Fazenda Ponte Alta, por ele comprado na sede de tal comarca, alegando que o acusado lhe informou que a certificação solicitada em abril de 1945 não havia sido emitida devido ao extravio da petição, gerando atraso demasiado que o prejudicava financeiramente, razão pela qual buscava solução judicial.

O juiz enviou ao escrivão acusado um pedido de esclarecimento sobre o caso e pronta providência para solucioná-lo. Eis o que ele respondeu referindo-se ao seu acusador:

O indivíduo entrou há tempos em meu cartório dizendo “que a justiça é uma máquina emperrada que para funcionar precisa ser untada” e dirigindo à minha mesa foi sacando do bolso uma cédula de duzentos cruzeiros e depois de abri-la, com um sorriso revoltante, a enrolou-a como se fosse um charuto e segredou ao meu ouvido, ao mesmo tempo que metia a tal cédula por debaixo de uns autos que eu trabalhava: “Leva essa vitamina amigo, que isso melhora as condições do funcionário mal remunerado, pois preciso de um negocinho aqui em seu cartório e rápido.” Imediatamente revoltou-me a consciência de homem honesto e cumpridor dos meus deveres e enojado daquele tipo asqueroso que queria diminuir e aviltar minha dignidade, levantei-me e dei um grito com o mesmo atirando-lhe, ao mesmo tempo, a cédula aos pés, dizendo-lhe: leva teu miserável dinheiro, porque não me vendo, não preciso de dinheiro, isso não me seduz, vivo honestamente com minha família, não tenho dívida, recebo o estritamente prescrito pelo Regimento de Custas, mas o citado indivíduo, cínico e habituado a essas aventuras, deu uma risada e disse: Estrilou em hein, então és um homem folgado, nesta época.” Mas eu já com as vistas escuras, convidei-o a se retirar antes que fosse obrigado a partir-lhe a cara.

Para sustentar sua versão, ele arrolou duas testemunhas e ainda valeu-se de um jornal em cuja crônica policial o seu acusador figura como personagem principal (de uma matéria escrita sob título: “Mais uma do chantagista Oduvaldo Braune”) para mostrar ao juiz que a

¹ Documento datado em 5 de junho de 1946 e de localização não identificada porque foi copiado em setembro de 2017 durante o processo, do qual participei, de avaliação de descarte/seleção de material procedente do Fórum de Mariana recebido pelo Arquivo da Casa Setecentista da mesma cidade.

atuação “malandra” e “cordial” do seu acusador era costumeira e pedi-lo absolvição da acusação de negligência na prestação de serviço cartorial, a qual obteve após emissão do documento solicitado pelo reclamante.

Um dos resultados desse quadro geral de problemas é o fato de a cultura política brasileira ser caracterizada por forte autoritarismo, que recorrentemente se expressa desde o “sabe-se com que está falando” até as ameaças de rompimento institucional, ou golpes que instauram estado de exceção governados por ditaduras sombrias, como a nossa experiência histórica testemunha.

Tal característica acaba dificultando a criação de uma consciência cidadã fundamentada em valores políticos democráticos, a partir dos quais a sociedade possa lutar por conquistas que garantam certo nível de estado de bem-estar social, permitindo ao Estado, conforme esclarece Thélène (1999, p. 13), tornar-se uma comunidade promotora de vínculos de solidariedade entre os cidadãos.

Por essa razão, um dos maiores desafios que a nação precisa enfrentar, para a realidade acima ser concretizada, é a consolidação da sua democracia e a conseqüente superação do autoritarismo, ainda presente no quadro de valores políticos de grande parte de seus cidadãos, que se torna mais expressivo em momentos de instabilidade política, como os observados a partir da crise instaurada no final das eleições de 2014.

Genealogia da cultura política autoritária brasileira

Como se sabe, toda sociedade é resultado da sua formação histórica, pois a maneira como é formada condiciona o modo como seus indivíduos configuram a sua vida social, o seu sistema produtivo, as suas relações de poder, etc. Por essa razão, é na experiência colonial que se encontra o impulso inicial das características estruturantes do autoritarismo tão marcante da cultura política brasileira.

Quando o processo de colonização começou, após a chegada de Colombo (1492) a esse continente, os ibéricos transportaram “o quadro cênico medieval” para cá (THEODORO: 1992, p. 23), com tudo que este implicava em relação às formas de concepção da vida e do mundo. Isso quer dizer que, embora cronologicamente a Idade Média havia sido encerrada em 1453 (com a tomada de Constantinopla pelos otomanos), a cultura medieval ainda norteava ao menos em parte os valores que embasavam a mentalidade dos colonizadores.

Assim, inicialmente, tenderam a ver a terra “descoberta,” conforme explica Holanda (2000, p. XVIII), como um paraíso “feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se oferecia sem reclamar labor maior,” e quando o reclamou optaram por forçar povos aqui

encontrados e, posteriormente, povos africanos ao trabalho escravo. Afinal, completa Caio Prado Jr. referindo especificamente aos portugueses (2000, p. 17), dada as condições naturais da porção tropical do “Novo Mundo” por eles conquistada e do fato de que, quando isso aconteceu, Portugal estava em ascensão, o colono daí originário “não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço,” sobretudo porque o espaço que se procurava territorializar foi dividido em enormes lotes, conhecidos como capitanias hereditárias, e repartidos entre descendentes da elite portuguesa para impulsionar a ocupação territorial.

Ocupação que, depois de vários fracassos, acabou impulsionada com a criação do Governo Geral e a intensificação da guerra, ao estilo feudal, que possibilitou não apenas a conquista do espaço, mas também a de gente; de populações indígenas das quais se serviram como mão de obra as primeiras famílias senhoriais formadas na Colônia e de cujo trabalho foi originado a primeira acumulação de capital, que deu suporte à elitização de seus membros e do seu exercício do poder local, como mostra Fragoso (2001, p. 36-44).

Isso quer dizer que a escravidão foi a principal relação social de produção sobre a qual se estruturou a formação social do Brasil colonial (GORENDER: 1978) e, como tal, é uma das principais fontes de grande parte de nossos males, principalmente o autoritarismo. Pois, a partir dela, na violência que a fundamenta e estimula a obediência servil, as elites escravistas configuraram as relações de poder autoritárias no Novo Mundo.

Embasada dessa maneira, tais relações criaram as condições para a formação da cultura política autoritária, ao proporcionar o exercício de poder na esfera social de produção apoiado não apenas na ideologia escravista, da qual jesuítas, como o Padre Vieira, foram os principais formuladores (VAINFAS: 1986), mas também na violência física e simbólica como reiteradamente mostraram os especialistas no estudo deste tema, como Goulart (1971) e Lara (1988).

Desse modo, a ideologia escravista (no seu sentido original, isto é, uma deturpação politicamente orientada da maneira de ver a realidade para justificar o modo de agir no mundo, tal como formulada por Marx no texto *Ideologia alemã*) e a violência (instauradora da escravidão, da conversão do outro, no sentido antropológico do termo, a ela e explicitamente ostentada, como ameaça permanente, para manter a ordem) acabaram propiciando, ao longo de séculos de escravidão, o enraizamento (por meio da assimilação cultural) de formas autoritárias de exercer o poder na sociedade brasileira.

Tal enraizamento é inerente à construção da mentalidade que presidiu o comportamento da casa-grande, símbolo do complexo social, econômico e político cuja dinâmica deu os primeiros e duradouros impulsos à formação da nossa sociedade colonial que, de acordo com

Gilberto Freyre (1998, p.17-18), ao ser configurada “patriarcal e aristocraticamente à sobra das grandes plantações de açúcar,” pela iniciativa particular e no vácuo de poder proporcionado por um sistema administrativo que atuava a distância, acabou gerando uma situação favorável ao mandonismo e ao patrimonialismo, dos quais erigiu-se, nas palavras do mesmo autor (1998, p. 52), “a tradição conservadora no Brasil,” que “sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em princípio da Autoridade ou defesa da Ordem.”

A esse quadro geral acrescenta-se o fato de que, devido à dificuldade das autoridades de se fazerem onipresentes em um território imenso e ao fato de em boa parte a colonização ter sido feita pela iniciativa particular, as fazendas, e seu entorno, funcionavam, cada uma delas, quase como uma república.

Nelas surgiu um modelo de organização familiar, a família patriarcal, que moldou (ao estender sua influência sobre o comportamento social) uma das formas de conceber o exercício do poder na sociedade colonial conhecida como patriarcalismo, caracterizado pela concentração de poder na figura masculina (o patriarca) e pelo seu exercício despótico.

Esse despotismo foi reforçado pela capacidade de o senhor patriarcal oferecer proteção aos que estavam sob a sua esfera de influência. Na ausência do Estado, era ele, por exemplo, quem socorria as pessoas (por ele consideradas merecedoras) em momentos de necessidade (doença, penúria financeira, etc.) na região onde atuava.

Desse modo, ao longo do período colonial, poder arbitrário e assistencialismo informal se conjugaram na formação da cultura política autoritária brasileira, gerando a disposição de parte da população a obedecer às lideranças autoritárias, à medida que estas se constituíram como referência moral de um conjunto de costumes que, ao serem enraizados na sociedade, influenciaram a forma de pensar e de se comportar politicamente de grande parte de seus indivíduos.

As condições para que tal cultura se expandisse e consolidasse está ligada ao fato de que quando a administração colonial foi organizada, na sua base de poder estava a câmara municipal comandada por membros da elite senhorial. Atuando com enorme autonomia, até pelo menos a criação dos juízes de fora (escolhidos pela Coroa para tentar servir-lhe como seus olhos e representar a sua lei) no final do século XVII, a ela cabia várias funções políticas e administrativas, a arrecadação de impostos por exemplo, como informa Bicalho (2001, p. 191-200).

E foi no exercício dessas funções que se originou o que Faoro (2000) chamou de “os donos do poder” e o seu mandonismo (o exercício da autoridade senhorial que se impunha, como se fosse dotado de uma ordem natural, a todas as pessoas que estavam no território

submetido à influência da casa-grande) e o patrimonialismo (uma prática fundamentada “na relação viciada entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente”) conforme sintetizou Schwarcz (2019, respectivamente p. 45 e p. 65).

À medida que as instituições do Estado foram alargando as suas fronteiras, aos poucos os poderes quase absolutos dos mandatários locais foram diminuindo, mas a cultura autoritária e patrimonialista já estava tão enraizada que se perpetuou ao longo do tempo, adaptando-se às novas circunstâncias produzidas pelas vicissitudes históricas. Por exemplo, com a formação do complexo minerador no século XVIII, quando a Coroa se fez mais presente no território colonial, particularmente em Minas, os senhores desta nova conquista foram obrigados a acomodar o seu poder na sombra dos representantes do Estado, com os quais muitas vezes souberam negociar para preservar seus poderes e, conseqüentemente, seus interesses.

Mas a Colônia não se resumia às minas e o território da capitania delas originada, como os das demais, era muito extenso dificultando a presença do Estado que, mesmo quando conseguia se impor em uma determinada área incorporada ao espaço colonial, corria o risco de seus representantes reproduzirem as práticas autoritárias e corruptas estimuladas pelo mandonismo e pelo patrimonialismo no âmbito da sua administração.

A perpetuação dessas práticas até a Independência formou “uma das principais barreiras encontradas pelos construtores do Estado” brasileiro: “A extrema dificuldade de o poder público em transpor as porteiras das fazendas e impor-se ao poder privado,” conforme palavras de Dolhnikoff (2000, p 9).

Essa dificuldade foi diminuindo lentamente com a consolidação do Estado brasileiro e a extensão de seu poder no território nacional, mas a cultura política autoritária, gerada ao longo dos três séculos no berço do mandonismo, do patrimonialismo e da escravidão durante nossa experiência colonial, resistiu por meio de novas adaptações.

Desse modo, a partir da Independência, um dos primeiros desafios políticos da recém-inaugurada nação foi a organização de seus poderes públicos e a necessidade de elaboração de um sistema eleitoral que pudesse legitimar a escolha de seus representantes nos cargos eletivos. Mas tal legitimação ficou comprometida, na sua essência, porque as eleições, além de serem frequentemente tumultuadas e violentas, eram marcadas por um conjunto de práticas definidas por Carvalho (2001, p. 34) como “malandragens eleitorais.” Os votantes (como eram chamados os detentores do direito ao voto após serem alistados no rol de eleitores elaborado pelo critério da renda) eram cooptados (pelo clientelismo), senão coagidos (por diversos tipos de ameaça), a apoiar candidatos (geralmente representantes das famílias mais poderosas do município) pelos capangas dos “donos do poder” local, levando à distorção do significado original do voto e,

consequentemente, ao sentido da cidadania. Pois, conforme reflexão do mesmo autor (2001, p. 35), referindo-se ao ato de votar: “Não se tratava do exercício do autogoverno, do direito de participar da vida política do país. Tratava-se de uma ação estritamente relacionada com as lutas locais.” Porque “o votante” era levado a agir “não como parte de uma sociedade política, mas como dependente de um chefe político local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade.” E assim, o voto foi transformado em “mercadoria a ser vendida pelo melhor preço,” fazendo com que a eleição, para o eleitor, se tornasse a oportunidade de ganhar um dinheiro fácil, uma roupa, um chapéu novo, um par de sapatos,” ou “no mínimo uma boa refeição.”

Esse comportamento das elites locais e dos votantes, claro, não era universal, mas generalizado e foi se perpetuando no tempo, com novas adaptações de acordo com as exigências das mudanças históricas. Com o advento da República, ele encontrou condições favoráveis para seguir dominando as práticas eleitorais, até a criação da justiça eleitoral já no tempo de Vargas que deu um passo, posteriormente interrompido pela ditadura do Estado Novo, para lhe opor obstáculos.

Durante toda a nossa primeira experiência republicana, quando se destacou a figura dos coronéis, em sua maior parte descendentes dos antigos senhores da terra e das gentes da época colonial, aquele comportamento vicejou embalado pelo coronelismo, isto é, uma “forma peculiar de manifestação” do mandonismo,” conforme argumenta Leal (1997, p. 40), “em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de base representativa,” pelo fato de formas modernas de representação política terem sido estruturadas em uma base social e econômica arcaicas, quando o poder público ainda não era forte o suficiente para prescindir dos chefes locais, e estes já não serem tão poderosos devido à progressiva expansão estatal no espaço nacional.

Tal figura estava na base compromisso político que sustentou o pacto da governabilidade oligárquica vigente na Primeira República, devido a sua capacidade de influenciar o voto dos eleitores, pelo clientelismo (concessão de favores em troca de apoio político) ou pela truculência (recorrentemente banalizada), por causa do poder econômico exercido em suas localidades (as quais convertiam em currais eleitorais) que lhes permitiu controlar as eleições.

Afinal, como as eleições não eram protegidas pelo sigilo do voto (o que favorecia a fraude generalizada), os coronéis mais poderosos, normalmente sob a liderança de um deles, reuniam os eleitores e os conduziam às urnas, com o apoio intimidador de jagunços, para garantir a vitória contra os adversários; prática que ficou conhecida voto de cabresto.

Assim, nesse período, o autoritarismo era praticado ao abrigo de um quadro institucional legitimado, nas aparências, por um sistema representativo deturpado pelo abuso do poder econômico e pela violência política, que o transformaram em um rito formal para validar eleições de cartas marcadas, configurando desse modo um simulacro democrático.

Após a crise derradeira da nossa primeira e conturbada experiência republicana, que culminou no movimento conhecido como Revolução de 1930, os embates políticos (cuja expressão mais violenta é a Guerra Civil de 1932) levaram ao consenso sobre o qual foi erigida a Constituição de 1934. Parecia que o autoritarismo tão entranhado em nossa cultura começaria a ser desconstruído com os limites constitucionais, como a criação da Justiça Eleitoral, a instituição do voto secreto, a extensão do direito de votar às mulheres, etc.

Com isso, um raio de esperança brilhou no horizonte. Mas, não passou de um brilho fugaz. A cultura autoritária brasileira revelou-se forte demais. Bastou uma situação histórica favorável, alguns acontecimentos que serviram de pretexto e, mais uma vez, o decisivo aval militar para o então presidente Getúlio Vargas, em 1937, dar um golpe, rasgar a Constituição, suspender as eleições do ano seguinte e se manter no poder até que, no final da Segunda Guerra Mundial, foi pressionado, já sem o apoio dos quartéis, a sair.

Nesse período, o exercício autoritário do poder político, agora concentrado, sem a necessidade de simulacro, na presidência da República, acabou estimulando o reforço da cultura autoritária da sociedade brasileira, porque os valores, o estilo e a forma de atuação do presidente servem como referência do modo de se comportar das pessoas mais susceptíveis à assimilação cultural de práticas de quem elas são induzidas a cultuar. E o culto cívico a Vargas foi muito estimulado ao ponto da sacralização, como mostrou Lenharo (1986), porque, como informa Skdimore (1976, p. 60), “ele conseguiu se transformar em símbolo, aos olhos de muitos da nova geração, de um senso de objetivo nacional.”

Desse modo, se o comportamento político dos que exercem cargos eletivos, por um lado, é expressão da cultura política das sociedades nas quais são eleitos, por outro, ele também é um fator de reforço dos valores compartilhados na comunidade nacional que o elegeu. E é por esse motivo que a ditadura civil do Estado Novo e a dos militares, inaugurada em 1964 e prolongada até 1985, acabaram fortalecendo ainda mais o autoritarismo neste país que, embora esteja sendo governado, desde 1988, a partir de uma nova Constituição sobre a qual está alicerçada nossa atual democracia, ainda é assombrado pelo fantasma do golpismo, sobretudo depois da conjuntura de crise inaugurada após o impeachment de 2016 que criou as condições para a formação de um ambiente hostil contra algumas de suas instituições democráticas.

Tal ambiente foi favorecido pelos resultados das eleições de 2018, principalmente após as dificuldades encontradas pelo atual governo para aprovar medidas de sua pauta ideológica, o que motivou a sua base de apoio a incentivar movimentos de rua favoráveis a intervenção militar e a praticar atos de hostilidade contra membros da imprensa, do Congresso e do Supremo.

Esses acontecimentos recentes, observados a partir da história da cultura política brasileira (na qual predomina o autoritarismo), reafirmam nossa tradição autoritária, revelando sua face reacionária, a qual tem sido cada vez mais alimentada pela sensação de que a violência e a corrupção parecem não ter solução devido aos níveis alarmantes por elas atingidos.

E quando tudo isso é somado aos problemas sociais (como o desemprego, baixos salários, precariedade dos serviços urbanos e dos de saúde e educação públicas) que transformam os indivíduos mais pobres em subcidadãos, gerando um sentimento de insolúvel exclusão, as camadas populares e a classe média empobrecida, ou temerosa de empobrecimento, tendem a descreer das instituições e, conseqüentemente, podem torna-se mais propensas à sedução dos apelos emocionais da propaganda extremista, que tem se mostrado historicamente muito eficiente na exploração dos afetos negativos em tempos de crise.

Enfim, escravismo, patriarcalismo, mandonismo e patrimonialismo, estruturas complexas simplificadamente acima apresentadas (devido à natureza ensaística deste texto), geraram, entre outros fatores, as condições sociais para a estruturação da cultura política autoritária da sociedade brasileira, ao consolidarem valores sobre os quais se apoiaram, ao longo da nossa formação histórica, que há tempo tem embasado a concepção do exercício do poder político neste país.

O autoritarismo na história política brasileira

Sabe-se que “em uma sociedade marcada por relações autoritárias,” como a nossa, “as condições para lograr uma democracia ampla e profunda são escassas” (ASSIES et al: 2002, p. 74), razão pela qual neste país, onde o autoritarismo está fortemente enraizado em sua cultura política, até a Constituição de 1988 a experiência democrática foi exceção, pois limitada ao período de 1946 a 1964.

Um dos motivos disso, afirmou Holanda em 1936 (1997, p. 160), é “que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo.” Se confrontarmos essa afirmação com os mais marcantes períodos de transição política de nossa experiência histórica, inclusive após a data na qual ele a formulou, ela continua sendo válida. Assim, para compreendê-la, as considerações teóricas de Barrington Moore Jr. são de grande

utilidade, não obstante as suas generalizações e simplificações comuns a todo modelo explicativo.

Segundo ele, em obra dedicada ao estudo das origens da ditadura e da democracia (1983), foram experimentados três caminhos revolucionários para impulsionar os processos de modernização das sociedades que condicionaram de forma distinta os seus regimes políticos: o democrático, o socialista e o autoritário.

Grosso modo, no primeiro deles houve um confronto revolucionário entre a burguesia, apoiada por proletários, e a nobreza que culminou na destruição desta última (França). No segundo, a revolução dos proletários urbanos e rurais derrotou os burgueses (Rússia). No terceiro, a burguesia, por não ter força suficiente para superar revolucionariamente a nobreza, associou-se a esta que aceitou tal associação por não ser mais capaz de sustentar sozinha a ordem social (Alemanha).

Nesse último, como o processo modernizador não resultou de uma ruptura de classe, e sim do acordo entre a antiga classe dominante e a emergente burguesia, ele acabou apresentando um caráter reacionário, porque foi orientando para acomodar velhos interesses oligárquicos na nova estrutura econômica fomentada pelo capitalismo e viabilizar a industrialização controlando os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

Dessa maneira, a transição derivada desse modelo é considerada autoritária porque foi impulsionada pelo alto, com o objetivo de manter o controle das instituições políticas pelas velhas e novas elites, para conduzir as transformações na estrutura econômica sem mudanças na estrutura social. Em outras palavras, trata-se de uma modernização conservadora que permitiu o estabelecimento de um pacto político sobre o qual foram estabelecidas novas bases institucionais, responsáveis, por um lado, pela promoção da expansão do capital com concentração de renda no topo da pirâmide social, por outro, pela reprodução das desigualdades sociais e da pobreza delas originadas.

Quando o modelo autoritário é adaptado ao caso brasileiro, ele pode ajudar a compreender o porquê de grande parte dos seus processos de ruptura histórica se identificar com o tipo de transição acima definido.

A começar pela Independência, por meio da qual seus protagonistas buscaram garantir a manutenção do fim das restrições comerciais com a abertura dos portos às nações amigas, decretada em 1808, quando a corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro, encerrando na prática o estatuto colonial. Conforme explica Viotti da Costa (1985, p. 52), atingido o objetivo, por meio de uma negociação somente concluída em 1827, grande parte da população

foi excluída da participação no poder, cuja concentração no alto da escala social garantiu a reprodução da escravidão e da estrutura econômica colonial.

Apesar dos desentendimentos entre as elites econômicas e o D. Pedro I, que culminaram na dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 e na abdicação do imperador em 1831, os grandes proprietários conseguiram manter seus interesses de classe e consolidá-los após as tensões do Primeiro Reinado e da Regência, reafirmando a sua opção pela monarquia parlamentarista, inspirada no modelo inglês, por eles considerada mais adequada aos seus anseios. Afinal, conforme reitera Souza (1998, p. 185), além da experiência das independências na América Hispânica, que geraram repúblicas instáveis e, por isso, politicamente perigosas para as classes dominantes, havia “o perigo que representava, numa sociedade escravocrata, a afirmação da liberdade e da igualdade” como princípios do sistema de governo.

Passadas as turbulências políticas entre a dissolução da Assembleia Constituinte e o encerramento das revoltas regenciais, ao longo da década de 1840 as elites econômicas empenharam-se para elaboração do que Dolhnikoff (2005, p. 14) chamou de pacto imperial, isto é, um arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram no poder, ao negociarem entre si acordos, como a significativa autonomia para administração de suas províncias, que permitiram a governabilidade.

Apesar das tensões entre elas, o monopólio que exerceram sobre o acesso à representação na Câmara dos Deputados, por meio das restrições ao direito de voto apenas aos homens livres e capazes de comprovar certo nível de renda, lhes possibilitou o que Parron (2011, p. 287) chamou de “nova política da escravidão, que consistiu, antes do mais, em manter ou induzir, mediante ações e discursos, condições para a reprodução da instituição no tempo como meio de desenvolvimento econômico do Estado nacional,” usando como estratégia a conciliação entre os partidos opositores para garantir a governabilidade e a acomodação dos interesses partidários, de forma a evitar maiores tensões que pusessem em risco a estabilidade do pacto imperial e, conseqüentemente, a prosperidade por elas concentradas por meio da forma como estavam organizadas as atividades produtivas.

Ou seja, a incipiente cidadania política estava limitada ao direito de voto a um círculo restrito de votantes, geralmente controlados pelas frações da classe senhorial que não havia assimilado “a noção da igualdade de todos perante a lei,” o que contradiz “o próprio sentido de cidadania,” como argumenta Carvalho (201, p. 21), que vinha sendo construída, no Ocidente, entre avanços e recuos, pelas lutas e pelos movimentos políticos desde a Revolução Francesa, como mostra Losurdo (2004, p. 17-25), até atingir na Inglaterra, segundo Marshall (1967) seu melhor modelo.

A Proclamação da República também foi conduzida por um processo de transição conservadora. O Império, como nos mostra Costa (1985, p. 341-361), estava mergulhado em um conjunto de crises, particularmente depois da dissolução do Gabinete Zacarias (1868), responsável pela radicalização de uma parte do partido liberal que, revoltada com o modo como se deu a queda de tal ministro, apoiou-se no ideário republicano para fazer oposição ao governo, impulsionando a criação de partidos republicanos regionais que passaram abrigar parte considerável dos críticos à Monarquia.

Tal impulso, decorrente das crises que começaram a abalar o Império, está relacionado com as transformações econômicas e sociais em curso no país após o fechamento dos portos brasileiros à importação de africanos e o gradual processo de transição do trabalho escravo ao assalariado. Essas transformações começaram a criar as condições para a expansão, ainda lenta mas progressiva, dos grupos ligados a investimentos urbanos, a consolidação do poder econômico dos produtores de café, especialmente os do oeste paulista, durante o enfraquecimento da antiga oligarquia do nordeste açucareiro, gerando novas expectativas e, com elas, novos conflitos de interesse.

Essa situação demandou um conjunto de reformas, a Abolição foi uma delas, que ampliou ainda mais as tensões, culminado em quedas precoces de gabinetes ministeriais e, por fim, na dissolução da Câmara, depois de uma tentativa frustrada em julho de 1889 de aprovação de uma reforma geral, incompleta para uns, ameaçadoras para outros, que acabou agravando a situação política do país, de modo que ficou claro para os grupos ansiosos por mudanças favoráveis aos seus anseios que seria politicamente inviável conduzir o reformismo no quadro institucional monárquico.

Estava aberto o caminho do golpe. E ele foi dado em 15 de novembro pelos militares em decorrência da articulação promovida pelos propagandistas da república, ao abrigo de seus partidos regionais, de boa parte dos grandes fazendeiros de café, de setores atuantes economicamente em atividades urbanas e de altos oficiais das forças armadas, cada qual com suas aspirações e convicções que, passada a Proclamação, logo se revelaram conflitantes inaugurando longo período de perturbações políticas e sociais.

Dessa maneira, inaugurou-se no país uma nova tradição, da utilização da força militar para solucionar impasses políticos, que fundamentou até o final da ditadura militar (1985) ações políticas durante nossa experiência republicana, sobretudo quando as elites econômicas sentiram que seus interesses de classe estavam ameaçados.

Assim, como se trata de um evento histórico, cujo processo se deu de cima para baixo na escala social, as mudanças, nos esclarece Costa (1985, 360-361), ficaram contidas nos

limites das ambições dos grupos integrantes do movimento que o protagonizaram, os quais promoveram “apenas as modificações institucionais necessárias à sua ascensão ao poder e à realização de uma política econômica e administrativa propícia aos seus interesses.” Desse modo, as condições de vida da maioria da população não foi alterada, sobretudo dos trabalhadores rurais, porque na essência foram mantidos “o sistema de produção e o caráter colonial da economia.”

Consequentemente, não surpreende que a República Brasileira acabaria traindo suas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade, ao não estender estes ideais ao campo das questões sociais, pois o que se observa após a sua proclamação é a reprodução de uma história de exclusão social, sob o véu de um liberalismo darwinista no qual, de acordo com Capelato (1988, p. 54), mesmo em condições desiguais, todos eram levados a competir pela riqueza socialmente produzida com o aval de um Estado oligárquico insensível aos problemas do povo.

Claro que estas não assistiram a tudo bestializadas. No dia 15 de novembro até pode ter assistido, segundo testemunho do Senador Aristides Lobo (CARVALHO: 1996, p. 9). Mas, posteriormente, há diversos indicadores de sua atuação ativa para combater abusos, como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), para reivindicar direitos, como as greves, particularmente as greves gerais de 1917 e 1918 na capital federal, para se organizar politicamente, como a criação do PCB (1922), e até para promover atos revolucionários, como a Coluna Prestes (1924-1927).

Além disso, também mostraram-se ativos em pequenos protestos sobre problemas que afetavam sua vida cotidiana, como o feito por um morador da freguesia de São Joaquim da Serra Negra, distrito de Alfenas, no dia 18 de outubro de 1924, que enviou a seguinte carta ao poder legislativo local:

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Câmara Municipal de Alfenas. Eduardo Daniel Ferreira Dias, professor, brasileiro, residente nesta Freguesia, por si e como representante da população pobre da sede, vem à presença da ilustrada Câmara protestar contra a enorme exportação de suínos e cereais para outros municípios circunvizinhos, deixando esse abuso formidável os habitantes de São Joaquim sem recursos e alimentos. A comprovação deste fato está no elevado preço aqui atingido os gêneros de primeira necessidade: a saca de arroz de 58 quilos a 90\$00 e 100\$000, feijão a 55\$000 e 60\$000 o alqueire de 40 litros (mal medido), toucinho a 38\$000 a arroba e, ainda a ser encontrado à venda, ao passo que, diariamente, seguem para a Estação grandes partidas em prejuízo do povo. O comércio é livre, mas tem seus limites na proibição de certos abusos, como este. Por que em zonas menos produtivas, como Barro Preto, encontram-se gêneros pela metade ou terça parte do preço? Espera o suplicante que a Câmara não deixará de tomar providências, à semelhança do Rio, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Belo Horizonte, etc., crescendo impostos pesados àqueles que na ganância de grandes lucros não se incomodam com a fome e a miséria do povo. ²

² Requerimentos, PMA 34.1, 1909-1924. Centro de Documentação História da Universidade Federal de Alfenas.

Esses e outros conflitos, inclusive entre as próprias elites econômicas, mostram o quanto a primeira experiência republicana brasileira foi tensa, desde sua proclamação até o movimento político conhecido como Revolução de 1930 que a encerrou. Deste movimento, até a ditadura militar, os movimentos reformistas continuaram sendo predominantemente feitos de cima para baixo e na maior parte do tempo em regimes autoritários.

Desse modo, partir 1930, o pacto político sobre o qual se sustentou o que Weffort (1978) chamou de “estado de compromisso,” (isto é, um Estado cuja governabilidade fundamentou-se em uma coalizão assimétrica formada por frações das classes dominantes, setores das classes médias e de trabalhadores urbanos, especialmente os operários, devido à redução da hegemonia das oligarquias e à dificuldade de uma classe substituí-la) criou uma nova situação política na qual as camadas populares tiveram algumas reivindicações atendidas.

No entanto, em primeiro lugar, os trabalhadores rurais não foram incluídos neste pacto. Em segundo lugar, boa parte das demandas dos empregados urbanos, principalmente o operariado, como as leis trabalhistas, foram apenas em parte atendidas e, mesmo assim, sob um regime de tutela direcionado para constranger a sua livre organização política. Inclusive, conforme esclarece Fausto (1972, p. 107-108), após 1930, o Estado, principalmente a partir da ditadura Vargas, “manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a sua vanguarda e suas organizações partidárias,” ao mesmo tempo que se apresentava a ela como seu protetor, reatualizando dessa maneira o clientelismo no contexto da política de massas e criando as condições para o fomento do populismo.

A derrubada do Estado Novo, no final da Segunda Guerra Mundial, vencida pelo bloco de países defensores do liberalismo político, abriu novas perspectivas para o processo de construção de um ambiente favorável ao fortalecimento da democracia no Ocidente.

No caso brasileiro, tal processo foi conduzido “pela mesma elite política que comandava o regime deposto,” de acordo com observação de Campello de Souza (1983, p. 64). Por isso, algumas limitações estruturais para o funcionamento da democracia não foram superadas, como o hipertrofismo (a expansão da margem de arbítrio) do poder executivo, construído ao longo do Estado Novo, que, ao ser conservado pela nova Constituição, concorreu para a supervalorização do cargo da presidência e para inibição do adequado revigoramento da cultura partidária, que até então, ainda estava empacada entre nós. Afinal, o país tinha acabado de sair de uma ditadura, e seus partidos, antes da supressão do simulacro democrático, da democracia formal ou protocolar, da Primeira República, não passavam de agremiações regionais que, geralmente, congregavam as elites estaduais (o PCB não conta porque, exceto curtíssimo período, atuou na clandestinidade).

Assim, a experiência democrática nacional de 1946 a 1964 foi limitada, em primeiro lugar, pela fragilidade institucional dos partidos em um quadro político marcado pela força hipertrófica do Executivo e da dificuldade de criação de partidos, que expressassem os interesses das camadas populares, pelos próprios trabalhadores (o PCB foi em 1947 outra vez considerado ilegal). Além disso, exceto a UDN (de orientação conservadora, mas opositora ao legado de Vargas), os dois grandes partidos de projeção nacional deste período (PSD e PTB) foram criados sob inspiração do governo Vargas; o primeiro pelas oligarquias ligadas à burocracia estatal e o segundo diretamente pelo ex-presidente para defender interesses trabalhistas (o PSP não passava de uma agremiação paulista, criada por Ademar de Barros em 1946, ainda marcada pela feição regional da cultura partidária da Primeira República).

Em segundo lugar, a democracia no mesmo período foi limitada pela política de massas originada da ampliação do sufrágio universal, em um contexto político de hipertrofismo do poder executivo e de fragilidade da cultura partidária e em um contexto econômico de industrialização e crescimento urbano. A esse respeito, Ianni (1968, p. 57) nos esclarece o seguinte:

Com as migrações internas, no sentido das cidades e dos centros industriais _ particularmente intensas a partir de 1945_ aumenta bastante e rapidamente o contingente relativo de trabalhadores sem qualquer tradição política. O seu horizonte cultural está profundamente marcado por valores e padrões do mundo rural. Neste, predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e de submissão. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (...) está limitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais.

O personagem Fabiano da obra *Vida secas* de Graciliano Ramos pode ser considerado uma boa representação do tipo social traçado acima por Ianni. Gente como ele foi atraída para as áreas urbanas, sobretudo as industriais, em busca de melhores condições de vida, onde se tornou presa fácil para as lideranças populistas, que a seduziam com seus discursos diretos, personalistas, nos quais prometiam ou divulgavam realizações de seu interesse como se fossem graças, visando controlá-la e conquistar o seu apoio político.

A política de massas nas cidades e a permanência do arcaísmo político oligárquico no campo atuaram como fator limitante da construção da cultura democrática no período, à medida que elas dificultaram o fortalecimento das instituições partidárias, da formação da consciência de classe por parte das camadas populares e, conseqüentemente, do desenvolvimento crítico da opinião pública.

Devido a isso, o período de 1946 a 1964 foi marcado por grande instabilidade política, cuja maior expressão é a ocorrência de uma série de ameaças de golpes, sendo alguns deles executados, e todos com participação militar, como os motivados pela eleição de JK em 1955,

pela renúncia de Jânio Quadros em 1961 e pela crise do governo Goulart em 1964, permitindo concluir que o fantasma do golpismo ainda continuava a assombrar a República brasileira (TOLEDO: 2004, p. 17).

Apesar do seu caráter político instável, em tal período estava em curso um avanço considerável da cultura democrática. Aos poucos, os partidos começavam a construir uma identidade de classe e a ganhar maior projeção nacional. A opinião pública vivenciava um processo de amadurecimento pois, em seu seio, desenvolvia-se um intenso debate sobre diversas questões de interesse nacional. As manifestações culturais, seguindo a tendência inaugurada pelo Modernismo, cada vez mais abordava temas que provocavam ricas discussões na imprensa, nas universidades, nos bares, nos salões, entre outros lugares de sociabilidade.

Com isso, estava sendo criada uma situação favorável para o processo de construção de uma consciência crítica sobre o país, sua sociedade e seus problemas, o que poderia ter contribuído para o fomento de uma cultura cívica favorável ao incremento da noção de cidadania e da necessidade de reformas que pudessem, por exemplo, contemplar interesses de grupos sociais até então excluídos do pacto populista, como os trabalhadores rurais, cuja organização contra as extremas desigualdades e a violência estrutural do campo ganhavam força.

O golpe de 1964 interrompeu bruscamente esse processo e, dessa maneira, em relação aos valores democráticos, ele representou um duro e longo retrocesso que, muito lentamente, vem sendo superado com a promulgação em 1988 da Constituição Cidadã. A partir dele, o Estado, apoiado na doutrina da segurança nacional, militarizou-se, reprimiu os que o criticavam, praticou a censura nos diversos meios de expressão, sufocou os movimentos populares e, no seu período mais sombrio, torturou e até matou aqueles que considerou seus inimigos.

Nesse contexto, a cultura política brasileira experimentou enorme reforço e ampliação do seu caráter autoritário, ao aprofundar a opressão e a violência, em particular, de acordo com Pinheiro (1986, p. 55), contra os extratos mais fragilizados da sociedade para conformá-la à nova política econômica e seus mecanismos de concentração de renda.

Dessa forma, a ditadura militar promoveu o que Emir Sader (1986, p. 134) chamou de “amplo processo de despoltização,” ao produzir o enfraquecimento dos valores sobre os quais estão fundamentados os ideais de cidadania e, assim, atrasando a modernização da cultura política nacional necessária para aprimoramento das instituições e, conseqüentemente, para a construção de um país melhor.

As crises econômicas, como nos mostra fartamente a experiência histórica, contribuem para a criação de uma conjuntura favorável à mudança no modo de grande parte da população avaliar os governos. No caso dos governos militares, os efeitos nefastos da crise do petróleo de 1973/4 na vida cotidiana motivaram aos poucos uma parte da população a revelar sua insatisfação. Entre ela e a segunda e mais avassaladora crise desta fonte de energia fóssil, precipitada em 1979, as pressões contra a ditadura, tanto no plano interno quanto no externo, foram crescendo até ao ponto de sua permanência no poder torna-se inviável.

Era hora de voltar para os quarteis. O povo pedia democracia, mobilizando-se nas ruas para escolher seu futuro presidente em um amplo movimento cívico conhecido como Diretas Já. Mas a eleição direta para a presidência em 1984 lhe foi negada, mesmo com a reinstitucionalização em curso do regime democrático feita por meio de uma “transação” na qual o regime autoritário, com o apoio dos setores mais conservadores da sociedade, procurou moderar o processo, o que, como normalmente ocorre em algumas circunstâncias, implicou, conforme análise de Marengo (2007, p. 89), em “elevada continuidade de elites, estruturas e instituições políticas” que limitaram a transição.

Uma das limitações diz respeito à defesa da ordem pública. Sobre isso, Lins (2011, p. 187-188) mostra que, apesar de avanços importantíssimos, “as amarras da permanência autoritária se fazem sentir na Carta Constitucional de 1988,” particularmente em relação ao “conteúdo jurídico do direito fundamental à segurança pública, no Capítulo III (art. 144,) do Título V da Constituição Federal, no qual a disciplina constitucional se limita a estabelecer o rol de atribuições de cada organização policial – estadual e federal – no território brasileiro.” Dessa maneira, segundo ele, “o Texto Constitucional assume um teor pouco denso, semântica e ideologicamente,” pois “o Constituinte, em tal passagem, não optara com precisão desejável por um modelo securitário pautado numa ruptura democrática,” ao fazer uma “mera reprodução, diga-se de passagem, do modelo autoritário descrito nos regulamentos emitidos ainda sob a égide do regime de exceção, como o Dec.-lei 667, de 02.07.1969 e o Dec. 2.010, de 12.01.1983. Assim, conclui que, em matéria de segurança pública, essa postura é uma “evidência de que a continuidade autoritária no Brasil não se opera apenas no campo da prática institucional, mas também através da permanência legislativa, ainda que incorporada por instrumentos marcadamente democráticos,” uma vez que, ao reproduzir o art. 1.º do já citado Dec. 667/1969, enunciando “que as polícias militares são “forças auxiliares, reservas do Exército” (art. 144, § 6.º, CF), acaba evidenciando também “que o corpo policial responsável pela gestão repressiva da segurança pública nas cidades brasileiras se confunde com uma instituição que tem como objetivo primordial a guerra e o aniquilamento do inimigo externo.”

A associação disso com o fato de, entre frações das elites econômicas e da classe média, as camadas populares ainda serem vistas como classes perigosas pode contribuir para compreender o porquê de pobres e, normalmente, afrodescendentes serem ainda hoje a maior parte das vítimas da truculência policial.

Outra permanência da ditadura militar na Constituição é a Lei da Segurança Nacional, criada pelo regime ditatorial para punir manifestações e atos dos que seus representantes consideravam seus inimigos. Essa lei não havia sido usada desde o fim de tal regime, até ser acionada de forma abusiva e distorcida pelo governo Bolsonaro para intimidar seus críticos, o que levou o Congresso entre maio e agosto de 2021 a revogá-la.

Além de os constituintes de 1986 não terem eliminado esse “entulho autoritário,” também não aprovaram nenhuma lei específica para punir rigorosamente ataques contra a democracia, o que foi finalmente corrigido com a aprovação da Lei nº 14.197, instituída em 1º de setembro de 2021, que acrescentou o título XII, dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, ao Decreto Lei n. 2848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e revogou a Lei n. 7170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional). O seu capítulo II, “dos crimes contra as instituições democráticas”, define o seguinte a respeito da “abolição violenta do estado democrático de direito” no art 359 L: “Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o estado democrático de direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais, pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.” Define também, sobre “golpe de estado,” no art 359 M: “Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído, pena de reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.”

Apesar da herança autoritária e das ausências acima comentadas, os trabalhos da assembleia constituinte concluídos em 1988 representam um passo importantíssimo para o processo de construção de uma sociedade democrática entre nós. Desde sua promulgação, aos poucos, o país vem acumulando significativa experiência política, fundamental para o amadurecimento das suas instituições e, com efeito, para o fortalecimento de nossa democracia. Mas, ainda há um longo caminho a percorrer.

Embora esse novo período de Estado Democrático de Direito tenha transcorrido sem maiores sobressaltos, é inegável que uma certa instabilidade política o acompanhou, como as crises do impeachment de Collor e Dilma exemplificam. Sobre isso, Liñan (2008, p. 110) nos lembra de que no presidencialismo “os protestos públicos frente a atos de corrupção, abuso de poder e crises econômicas se dirigem contra o presidente”, de forma que, quando tais problemas são persistentes, geram crises que “se convertem em crise de governo.”

Quando os referidos problemas se conjugam em uma situação na qual os governos não têm uma maioria ideológica no poder Legislativo, contando com apoio de uma coalizão geralmente multipartidária fragilmente fundamentada na troca de interesses, há a tendência para o desencadeamento de uma crise política (se a população mobilizar-se contra o chefe do Executivo) que pode culminar em impeachment, como em 1992 e 2016.

Se, por um lado, a cassação de dois mandatos presidenciais em curto espaço de tempo revela o instável caráter político da sociedade brasileira, por outro, ela revela também que isso, ao ocorrer sem colocar em risco a continuidade do nosso processo democrático, acabou contribuindo para fortalecer nossa jovem democracia.

Porém, a crise gerada após a reeleição de Dilma, somada à situação internacional favorável à emergência do ideário neofascista, criou uma situação propícia para manifestações nas ruas e nas redes sociais de grande parte da população em defesa de valores políticos autoritários. Tais manifestações foram crescendo, como uma onda, alimentada por sentimentos de revolta contra os efeitos da redução do PIB e aumento da dívida pública na vida cotidiana, bem como contra a enorme corrupção apurada pelas investigações da Lava-jato, que geraram uma frustração de expectativas de ascensão social e uma descrença generalizada na política tradicional, das quais candidatos identificados com ideais da extrema direita se aproveitaram para impulsionar suas campanhas eleitorais.

Muito do resultado das eleições de 2018, particularmente para a presidência da República, se deve a essa onda. De suas movimentações, emergiu uma militância mais radical, incentivadora de atos contra o Supremo Federal e o Congresso (com explícitas ameaças a alguns de seus integrantes), motivada pela dificuldade do atual presidente formar uma maioria ideológica no Congresso para implementar sua política de governo sem maiores resistências. Um deles promoveu uma agitação política destinada a desencadear um movimento que pedia intervenção militar com Bolsonaro presidente, utilizando o slogan: “Eu autorizo, presidente.”

Tal militância, neste momento, está acuada, porque as instituições democráticas deram respostas duras aos seus atos, com abertura de inquéritos e até prisões de seus integrantes mais explícitos e exaltados, como a do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) e a do ex-deputado e presidente do PTB Roberto Jefferson, que defenderam abertamente nas redes sociais o fechamento do STF.

Mas sabe-se lá até quando tal onda ficará contida, pois o ambiente político brasileiro, com a aproximação do processo eleitoral de 2022, está se tornando cada vez mais tenso.

Para isso, o chefe do Executivo vem dando significativas contribuições. Em agosto de 2021, por exemplo, diante da sua vertiginosa queda de popularidade, reiterou sua desconfiança

nas urnas eletrônicas, criando nova polêmica envolvendo os Três Poderes da República e com significativo impacto na opinião pública. Segundo matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, o ministro da Defesa, o general da reserva Braga Neto, teria declarado que se não houver voto impresso não haverá eleições em 2022. A repercussão foi enorme, as críticas dos principais representantes das instituições republicanas, da mídia e de diversas entidades foram imediatas, levando o citado ministro a ser convocado a dar explicações à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

Apesar disso, o presidente manteve os ataques às urnas eletrônicas e investiu-se contra o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, devido à resistência deste de ceder às pressões para a volta do voto impresso. E o pior, em um flagrante impulso arbitrário, ameaçou resolver a questão fora dos marcos constitucionais. Consequentemente, uma comissão especial da Câmara foi formada para julgar a possibilidade da volta do voto impresso e decidiu pela rejeição dessa possibilidade, o que foi confirmado pelo plenário da Câmara em meio às pressões do presidente da República que, no dia da votação, recebeu uma tanqueata (desfile de tanques militares na Praça dos Três Poderes em Brasília) com a justificativa de receber a entrega de um convite para acompanhar o treinamento de 2.500 militares em Formosa, no Estado de Goiás.

A esse respeito, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33), ao analisarem como as democracias morrem, apresentam um quadro de indicadores do comportamento autoritário que contribui para o diagnóstico da atual situação política do país, sendo uma delas a tentativa de “minar a legitimidade das eleições.”

Assim, o questionamento do método de votação revela-se temerário porque soa como um o pretexto para rejeitar o resultado eleitoral. Vimos nos EUA, na véspera da posse de Joe Biden, o que isso pode provocar. Grupos radicais invadiram o Capitólio, praticando uma série de vandalismos, na tentativa de impedir a confirmação da vitória do atual presidente sobre o populista de direita Donald Trump, que não reconheceu a sua derrota alegando fraude na votação.

Esse episódio, que cobriu de infâmia os seus apoiadores e maculou a história da democracia norte-americana, serve de alerta para o que pode acontecer em um país, como o nosso, onde a cultura política é fortemente influenciada por valores autoritários, os quais são exaltados em contextos de crise, como ocorreu nos momentos mais tensos após o impeachment de 2016, quando o desrespeito às leis e a descrença nas instituições sinalizaram soluções dogmáticas que se apresentaram como salvadoras da pátria, conforme observou Schwarcz (2019, p. 232).

Para reforçar a convicção da inviolabilidade das urnas eletrônicas, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, criou no dia nove de setembro de 2021 a Comissão de Transparência das Eleições, formada por especialistas em tecnologia, órgãos de fiscalização e representantes de entidades civis, destinada a acompanhar os procedimentos de preparação das urnas eletrônicas para as eleições de 2022, como forma de responder aos ataques do atual presidente a esse sistema de votação. Essa criação foi anunciada, dois dias após as manifestações bolsonaristas no dia da Independência, como resposta ao discurso presidencial no palanque diante de mais de cem mil apoiadores na av. Paulista, no qual ele reiterou seus ataques à democracia, particularmente ao STF, em especial ao ministro do Supremo Alexandre de Moraes que, no dia quatro de agosto, incluiu Bolsonaro como investigado no inquérito da *fake news* (divulgação de notícias falsas).

Sabemos que as respostas ao referido discurso foram muito duras e veio de todos os lados, até da base governista, inclusive até cogitou-se a abertura de impeachment contra o presidente, levando-o, três dias depois, a se retratar por meio da seguinte carta dirigida à nação elaborada com a ajuda do ex-presidente Temer:

No instante em que o país se encontra dividido entre instituições é meu dever, como Presidente da República, vir a público para dizer:

1. Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar.
2. Sei que boa parte dessas divergências decorrem de conflitos de entendimento acerca das decisões adotadas pelo Ministro Alexandre de Moraes no âmbito do inquérito das fake news.
3. Mas na vida pública as pessoas que exercem o poder, não têm o direito de “esticar a corda”, a ponto de prejudicar a vida dos brasileiros e sua economia.
4. Por isso quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum.
5. Em que pesem suas qualidades como jurista e professor, existem naturais divergências em algumas decisões do Ministro Alexandre de Moraes.
6. Sendo assim, essas questões devem ser resolvidas por medidas judiciais que serão tomadas de forma a assegurar a observância dos direitos e garantias fundamentais previsto no Art 5º da Constituição Federal.
7. Reitero meu respeito pelas instituições da República, forças motoras que ajudam a governar o país.
8. Democracia é isso: Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando juntos em favor do povo e todos respeitando a Constituição.
9. Sempre estive disposto a manter diálogo permanente com os demais Poderes pela manutenção da harmonia e independência entre eles.
10. Finalmente, quero registrar e agradecer o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem alinho meus princípios e valores, e conduzo os destinos do nosso Brasil.

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA

Jair Bolsonaro, Presidente da República federativa do Brasil

As coisas pareciam ir bem, até que no dia doze de fevereiro deste ano (2022), em entrevista ao ex-governador Antony Garotinho na Rádio Tupi, o atual presidente reiterou suas desconfianças às urnas eletrônicas. E não foi só isso. Em data próxima a esse dia, em uma *live* nas redes sociais, ele havia dito que o Exército enviou perguntas ao TSE por suspeitar da

segurança no sistema eleitoral brasileiro, afirmando que tal segmento das Forças Armadas havia identificado possíveis vulnerabilidades nele.

Ora, sabemos que esse não é papel dos militares, e quando parte deles resolve intervir em assuntos que não são de sua alçada, como nos recursos tecnológicos de votação, isso revela não somente uma clara transgressão da sua função institucional, mas também uma velada tentativa de intimidação. Seja como for, essa atitude reiterada do chefe do Executivo e esse questionamento do Exército em relação às urnas eletrônicas são um péssimo sinal do que poderá ocorrer, caso o resultado das eleições presidenciais não correspondam às expectativas de reeleição do atual presidente.

Além disso, no dia 31 de março, aniversário do Golpe de 64, durante cerimônia de oficialização da saída de ministros para a disputa das eleições deste ano, ele elogiou tal golpe ao perguntar: “O que seria do Brasil sem as obras do governo militar? Não seria nada! Seríamos uma republiqueta.”³

Esse elogio foi reforçado por Braga Neto, ministro da Defesa, que publicou nota na página do referido ministério afirmando, entre outras coisas, que a mencionada data foi “um marco histórico da evolução política brasileira” que “respondeu aos anseios” da sociedade, deixando um “legado de paz, de liberdade e de democracia.”⁴

Uma das atitudes elencadas por Levitsky e Ziblatt (2018, p. 34), no quadro de indicadores de comportamentos autoritários do estudo dedicado à análise de como as democracias morrem, é o elogio “de medidas repressivas tomadas por outros governos,” como os que se estabeleceram no Brasil a partir de 1964, responsáveis por brutal repressão aos adversários ideológicos.

Depois das reações ao referido elogio, as tensões políticas em torno desse tema se acamaram um pouco, perturbada vez por outra por uma ou outra declaração indireta e sem maiores repercussões, até que, no dia 18/07, o chefe do governo e candidato à reeleição convidou para reunião diversos embaixadores e voltou a atacar as urnas e membros do Supremo. Mais uma vez, as respostas foram duras de vários partidos e intelectuais, como era de se esperar, apesar do silêncio do atual presidente da Câmara, Arthur Lira, e da demorada e pouco objetiva manifestação do procurador geral da República, Augusto Aras. Inclusive, dessa vez, várias críticas vieram do exterior, até mesmo de governos, especialmente o dos EUA.

³ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm>. Acessado em 01/04/2022

⁴ <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ricardo-noblat/com-elogio-ao-golpe-de-64-general-assegura-vaga-de-vice-de-bolsonaro>. Acessado em 01/04/2022.

Por isso, não resta dúvida de que a democracia brasileira está enfrentando uma perigosa conjuntura política, razão pela qual a pergunta “Democracia em risco?” (uma angustiante expressão intelectual da preocupação com o futuro do Estado Democrático Brasileiro), utilizada como título do livro escrito por Abranches (2019) e outros vinte e um autores, após as eleições de 2018, pode ser respondida com um lamentável sim diante de tudo que testemunhamos até agora neste país.

Mas, nem tudo paira como sombra, pois há indicadores de que a cultura democrática no Brasil tende a resistir. Um deles, é a divulgação, no dia cinco de maio, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do registro de dois milhões de novos títulos na faixa etária entre 16 e 17 anos, na qual o voto é facultativo. Esse fato é auspicioso, porque um dos maiores sintomas da fraqueza da cultura democrática é o desinteresse da população pela política e o consequente alto índice de sua abstenção no dia da votação.

Outro indicador extremamente relevante e dotado de forte simbologia é a Carta pela Democracia, lançada por juristas e pela Faculdade de Direito da USP no dia 26/07 e lida no dia 11/08 quando contava com mais de um milhão de assinaturas (autoridades políticas, artistas, banqueiros, centrais sindicais, diversas entidades classistas, empresários, esportistas, intelectuais, jornalistas, etc.), que representa o compromisso, de grande parte do eleitorado esclarecido deste país, de lutar para ele continuar trilhando o caminho da consolidação de sua democracia.

Tendências

Como se sabe, o horizonte de expectativas dos indivíduos e das coletividades é multidirecional e os caminhos a serem percorridos dependem da força das tradições sobre as sociedades, da capacidade destas se abrirem para mudanças e assimilá-las, da relação dialética entre os efeitos do passado e as decisões tomadas no presente, bem como da situação histórica cuja configuração depende muitas vezes de variáveis imprevistas que podem reorientar as tendências.

Isso quer dizer que o futuro está sempre aberto a novas experiências nos limites das possibilidades estruturais do presente. Assim, a superação do autoritarismo no Brasil dependerá de um conjunto de fatores. Um deles é a rigorosa aplicação da Lei em defesa Estado Democrático de Direito, instituída no dia primeiro de setembro de 2021, apresentada anteriormente, que passou a considerar crime a tentativa, por meio de atos ou palavras, de abolir o estado democrático de direito.

Além disso, o futuro da democracia brasileira depende em grande parte do acontecerá até as próximas eleições, o que obriga a instituições a ampliar sua vigilância para continuar respondendo com firmeza aos ataques que vem sofrendo, com o apoio de todas as entidades e pessoas, cujas existências estão fundamentadas nos valores democráticos.

E isso é necessário para afastar quaisquer possibilidades de ameaça de suspensão das eleições que estão por vir, pois elas são um fator determinante para a continuidade do processo de construção de uma sociedade plenamente democrática entre nós. Dependendo do seu resultado, a composição das forças políticas pode ser mais ou menos favorável a tal processo, pode contribuir para acelerá-lo e consolidá-lo ou o contrário.

Para evitar essa última possibilidade, deve-se aprender com as lições das eleições de 2018, sobretudo em relação à disputa para a presidência da República, para evitar a vitória de candidato que, de acordo com Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33-34), evidencia “indicadores de comportamento autoritário” chamando seus rivais de inimigos, definindo a oposição como subversiva, endossando tacitamente o discurso de ódio de seus apoiadores, atacando a imprensa e elogiando a violência política do passado.

Aprendizado muito difícil quando se trata de uma sociedade cuja maioria dos cidadãos tem um nível de esclarecimento muito baixo e, além disso, cuja cultura política é fortemente influenciada por valores políticos autoritários. Mas, mesmo assim, a lição precisa ser ensinada, tarefa que cabe às pessoas esclarecidas, democráticas e com capacidade intelectual e recursos técnicos para influenciar outras pessoas. E se o ensino for bem feito, talvez haja uma possibilidade de candidatos com o perfil comportamental acima descrito terem menos chance de serem eleitos.

Sabemos que o resultado de uma eleição depende de muitos fatores. Entre os quais a força da persuasão da propaganda eleitoral, oficial e informal (esta revelou-se decisiva nas últimas eleições) e o nível de satisfação social com a situação do país. Quando a população está de um modo geral satisfeita, ela tende à reeleição ou ao apoio à candidatura da situação (pelo menos nas disputas para os cargos do Executivo). Do contrário, ela tende à renovação.

Nessa última situação, no caso de eleição para presidente e governadores, a possibilidade de mudança depende de quem se apresenta como alternativa. Quando não se tem uma candidatura suficientemente popular para concorrer com chance de vitória, ou as que são não inspiram confiança, é necessário que os partidos não lavem as mãos como fizeram em 2018, e sim que se organizem para formar um bloco de apoio a um candidato, em cada estado, e no nível federal, que possa simbolizar o máximo possível de união nacional e encarnar os valores democráticos, incentivando a população crer que a democracia é o regime mais justo para o

esforço de solucionar os problemas do país, mostrando que somente ela permite a tentativa de encontrar respostas para eles por meio de diálogo, e não pela força, entre as frações de classe em busca de consensos possíveis e dentro dos marcos civilizados.

Em relação a isso, a eleição presidencial da França em 2017 pode ser inspiradora. Entre a reeleição do candidato François Hollande, cujo governo foi muito mal avaliado pela opinião pública, a candidata da extrema direita Marine Le Pen e o ex-ministro da economia Emmanuel Macron, o eleitorado optou por esses dois candidatos para o segundo turno, elegendo o segundo deles com aproximadamente 2/3 dos votos, o que para isso concorreu a formação de um amplo bloco a ele favorável, devido ao perfil extremista, de inspiração neofascista, da sua oponente.

Nas eleições deste ano, a história se repetiu na França, quando sua população reireitou, agora com uma margem menor de diferença, sua opção pelos valores representados por Emmanuel Macron.

Tal eleição pode ser inspiradora em relação ao fato de os partidos franceses terem colocado ressentimentos políticos de lado, apoiando Macron (apesar dele ter participado do fracassado governo Hollande como ministro da economia e não ter conseguido fazer um governo satisfatório no seu primeiro mandato), em nome de um ideal maior, como os valores democráticos ameaçados pelo que Le Pen representa do ponto de vista ideológico.

Isso porque, a ameaça à democracia brasileira tem sido reiterada sempre que a situação favorece. Recentemente, o deputado Daniel Silveira, aquele que havia sido preso por defender o fechamento do STF e instauração de um novo AI5, protagonizou uma série de episódios que vêm contribuindo para ampliar as tensões entre os três poderes da República. Depois de ser solto condicionalmente, ele desobedeceu às medidas restritivas a sua circulação, retirou a tornozeleira eletrônica, refugiou-se em seu gabinete no Congresso e, sob ameaça de multa pelo Supremo, acabou recolando a tornozeleira.

Depois disso, acabou sendo julgado e condenado a oito anos e nove meses de prisão, perda do mandato e multa de 200 mil reais por coação, incitação à animosidade entre as Forças Armadas e o Supremo e tentativa de impedir o livre exercício dos poderes da União. O seu protetor, o atual presidente, acabou concedendo perdão a ele, alegando que houve abuso de poder, perseguição política e cerceamento do direito de liberdade de expressão, o que abriu nova crise entre a presidência e o STF.

Como se isso não bastasse, o chefe de poder Executivo sugeriu no dia 27 de abril que os militares fizessem contagem paralela dos votos, após o ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso, em uma declaração que gerou muita polêmica, condenar a tentativa do presidente de tentar usar as forças armadas para desacreditar as urnas eletrônicas, gerando mais animosidade entre esses poderes e representantes da Defesa.

Além disso, no último Primeiro de Maio, Bolsonaro acompanhado de políticos, entre os quais Daniel Silveira, participaram de manifestações de rua, agora com adesão popular bem mais modesta, que novamente pediram intervenção militar, provocando novas inquietações políticas em um cenário já bastante tenso. Vamos ver aonde isso vai dar...

A preocupação agora é com o que poderá acontecer durante o processo eleitoral que se aproxima. Há a sensação, por parte da população mais esclarecida e defensora dos valores democráticos, de que as recorrentes manifestações de questionamento da segurança das urnas eletrônicas seja uma estratégia do atual governo criar um ambiente político favorável para ele questionar a conclusão da apuração, caso perca a eleição.

Diante dessa possibilidade, cabem algumas questões sobre dois temas que vêm agitando o cenário político atual: A impunidade de Daniel Silveira por meio da graça presidencial será aceita pelo STF e pelo Congresso? Se sim, apoiadores mais radicais do atual presidente e candidato à reeleição se sentirão motivados para voltar a expressar de forma sistemática seu ideário anti-democrático? Se as urnas derem vitória à oposição, seu resultado será respeitado? Se não, haverá tentativa de golpe? Se sim, como reagirão as instituições e a sociedade?

Considerações finais

Vivemos em um país cuja experiência histórica favoreceu a formação de uma cultura política autoritária, que fundamentou predominantemente o comportamento político de grande parte da população e da maioria dos governos republicanos até o final da ditadura militar em 1985. Com a nova chance de construção de uma sociedade democrática, simbolizada pela Constituição Federal de 1988, aos poucos estamos edificando nossa democracia com o fortalecimento de nossas instituições de Estado, amadurecimento da nossa opinião pública e valorização dos princípios democráticos e sua disseminação pelas escolas, imprensa, entidades de classe, as artes em geral, etc.

Mas há longo caminho a percorrer... Pois, embora a democracia no Brasil já não seja mais um lamentável mal-entendido, como frustradamente observou Sérgio Buarque de Holanda nos idos dos anos 1930 (1997, p. 160), ela ainda está inacabada, uma vez que precisa ser consolidada como valor fundamental da nossa vida civil e de nossas relações políticas.

Para isso acontecer, a sua valorização precisa ser intensificada, o que demanda uma sinergia de todas as partes da sociedade (indivíduos, entidades e instituições) convictas da necessidade de buscar solução para os problemas de uma nação de forma dialógica e civilizada. Precisa também acionar severa e exemplarmente a Lei nº 14.197, instituída em 1º de setembro de 2021, que acrescentou o título XII, dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, ao

Código Penal de 1940, contra qualquer manifestação contrária ao Estado Democrático de Direito, para intimidar a sanha autoritária que se popularizou nas redes sociais e ganhou as ruas do país após os efeitos nefastos do impeachment de 2016.

Assim, daremos alguns passos essenciais para vencermos um de nossos maiores desafios políticos: a superação do autoritarismo e a consequente consolidação dos valores democráticos como fundamento da nossa cultura política.

Referências

- ABRACHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?* São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- ASSIES, Willem et al. Ciudadanía, cultura política y reforma del Estado em América Latina. In: *América Latina Hoy-Revista de Ciencias Sociales*, v. 32, p. 55-90, 2002.
- ARENDDT, Hannah. *O que é política?* 3ª ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br>, Acesso em 4 maio 2021.
- BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João et al. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Rideel, 2012.
- CÂNDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, n. 8, p. 67-89, 1970.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, José M.. *Os bestializados*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELUMEAU, Jean, FARGE, Arlette e SPONVILLE, André Comte. *A mais bela história da felicidade*. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Difel, 2006.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FRAGOSO, João et al. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso*. São Paulo: Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

LARA, Silva Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIÑÁN, Aníbal Pérez. Instituciones, coaliciones e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crises presidenciales. In: *América Latina Hoy-Revista de Ciencias Sociales*, v. 49, p. 105-126, 2008.

LINS, Bruno J. Breves reflexões sobre segurança pública e permanências autoritárias na Constituição de 1988. *Revista Direito Brasileiro*, v. 1, n. 1, p. 173-207, 2011.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 453-484, 2007.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Paulus, 1980.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

O'DONNELL, Guillermo. *Counterpoints: selected essays on authoritarianism and democratization*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A cidadania das classes populares, seus instrumentos de defesa e o processo constituinte. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PLATÃO. *A república*. 2ª ed. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2007.

REIS, Fábio Wanderley. Dilemas da democracia no Brasil. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 453-484, 2007.

SADER, Emir. Constituinte, democracia e poder. In: SADER, Emir et al. *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SILVA, Patrícia Bressan da. Da filosofia política clássica à moderna: prolusão, contribuição para qualquer teoria jurídica. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 8, n. 62, 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3719>. Acesso em 4 maio 2021.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1998.

THEODORO, Janice. *América barroca*. São Paulo: Edusp/Nova Fronteira, 1992.

THÉLÈNE, Catherine Colliot. O conceito de política posta à prova pela mundialização. In: *Revista de sociologia e política*, Curitiba, n. 12, p. 7-20, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 12-28, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VARGAS, Carlos (org.). *Cultura política e práticas de cultura*. Lisboa: Fonte da palavra, 2012.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Os desafios da ética no Brasil: superar a violência e o totalitarismo

Paulo César de Oliveira: Unifal-MG

“O totalitarismo tem como base um totalitarismo ontológico.” Lévinas

Considerações Iniciais

O termo totalitarismo foi e, ainda é, objeto de controvérsias entre os históricos; adotado pelo fascismo italiano nos anos vinte do século passado para definir a própria concepção do Estado, foi estendido, nos anos trinta, ao regime nazista e ao stalinista. Isso nos leva a considerar que se trata de uma teoria e de uma ação em que um único partido pretende interpretar o pensamento da nação e/ou das massas, transformando o Estado na sua própria imagem e semelhança.

O termo é aplicado a ideologias e ditaduras diversas, até mesmo opostas entre si. Por isso, um conceito que pretenda alcançar um campo amplo de aplicações pode esvaziar-se de conteúdo e, portanto, nada explicar ou ser fonte de simplificações. O conceito de total *Staat* foi adotado pelo jurista e politólogo Carl Schmitt (1888-1985) que teorizou a completa identificação entre Estado e sociedade. Antes dele, o escritor Ernst Jünger (1895-1998) falou de total *Mobilmachung* (mobilização total), confiando ao Estado uma função de controle completo das atividades vitais da sociedade.

O que nos interessa, especificamente nessa abordagem, é mostrar como a filosofia moderna deu sustentação teórica a concepções totalitárias. Uma das questões centrais do pensamento moderno é o problema do conhecimento. A teoria que entende o conhecimento como dominação do objeto pelo sujeito está na base de uma filosofia da totalidade e de regimes totalitários. O referencial para esse tipo de abordagem é encontrado tanto na filosofia de Hannah Arendt quanto de Lévinas. Na primeira, buscamos fundamentos para tratar a questão das origens do totalitarismo e a problemática da ideologia. Do segundo, buscamos elementos para se falar de uma superação do totalitarismo a partir de uma metafísica do infinito. A filosofia ocidental e a própria civilização ocidental, segundo Lévinas, se caracterizam por uma tendência de reduzir tudo o que é estranho e enigmático à esfera do inteligível (LEVINAS: 1969,21). A tradição ocidental parte do princípio de que tudo deve ser conhecido, compreendido, analisado, utilizado; aquilo que não é passível de conhecimento é simplesmente desprezível e irrelevante.

A filosofia moderna e o conhecimento como dominação

A filosofia moderna começou com a dúvida, com o *de omnibus dubitandum est* de Descartes; mas não com a dúvida como autocontrole da mente humana para proteger-se dos enganos do pensamento e das ilusões dos sentidos; não como ceticismo *versus* moral e os prejuízos dos homens e dos tempos, e nem mesmo como um método crítico de pesquisa científica e de especulação filosófica. A dúvida cartesiana possui um aspecto mais vasto e fundamental na sua intenção de ser determinada por tais conteúdos concretos. Na filosofia e no pensamento moderno, a dúvida ocupa a mesma posição central que ocupou por todos os séculos, como o *thaumazei* dos gregos, a maravilha diante de tudo o que é. Descartes foi o primeiro a conceituar este duvidar moderno que, depois dele, se torna o motor de todo o pensamento posterior.

A filosofia cartesiana está marcada por duas situações que caracterizaram a idade moderna. Uma se refere à realidade do mundo e da vida humana, que é objeto de dúvida. Isto é, se não podemos confiar nos sentidos, nem no senso comum, nem na razão, pode ser, então, que tudo que consideramos realidade seja somente um sonho. A outra se refere à situação humana geral como foi revelada pelas novas descobertas, e a impossibilidade do homem de confiar nos seus sentidos e na sua razão. Nessas circunstâncias, parece possível que um Deus maligno, um *Dieu trompeur*, engane voluntariamente o homem; dessa forma, Deus não é mais o organizador do universo. A questão é que ele teria criado alguém que traz consigo uma noção de verdade, mas somente com a faculdade de nunca conseguir alcançar a verdade.

O *cogito ergo sum* não nasceu, para Descartes, de uma certeza qualquer imediata do pensamento, mas foi uma simples generalização do *dubito ergo sum*. Em outras palavras, da mera certeza lógica de que quando duvido de alguma coisa, permaneço consciente de um processo de dúvida que acontece na minha consciência, Descartes conclui que os processos que acontecem na mente do homem têm uma certeza própria. A razão cartesiana é inteiramente baseada no assumir que a mente pode conhecer somente o que ela própria produziu em si própria. O seu ideal mais alto deve ser, portanto, o conhecimento matemático com entende a idade moderna, mas não é o conhecimento das formas ideais dadas fora da mente, mas de formas produzidas por uma mente que, neste caso, não precisa nem mesmo do estímulo dos diversos objetos produzido pelos sentidos e até mesmo dos próprios sentidos. A razão em Descartes, com em tantos outros, se torna a faculdade de deduzir, sintetizar e concluir; é o jogo da mente consigo mesma. Os resultados deste jogo são “verdades” obrigatórias, uma vez que se supõe que a mente de um homem não seja diferente de outro; privados do senso comum, os seres humanos não são mais que animais capazes de pensar e de calcular as consequências (ARENDETT: 1997, 202-210).

Outro nome do pensamento moderno, Francis Bacon (1561-1626), considera que o homem deve *dominar* a natureza e dela conhecer os seus segredos. Dessa forma, conhecer significa dominar; e, assim, todos os *segredos* devem ser revelados pela razão. O que não for passível de conhecimento, isto é, de dominação, deve ser, simplesmente, ignorado, pois é desprezível e irrelevante. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que o fim da ciência é prático e não especulativo; isto é, a ciência deve ajudar o homem a adquirir um controle mais perfeito sobre a natureza.

Ora, esse tipo de filosofia favorece a dominação. Se a natureza é objeto de dominação, as conseqüências para a vida, as relações humanas e a organização social são pautadas por esse critério. Como se percebe, a questão que se coloca é como se dá relação entre sujeito e objeto no processo de elaboração do conhecimento. É claro que sem o sujeito (a consciência) existem apenas os fatos, as coisas, a natureza, mas nenhuma relação e nenhum sentido. Também sem o objeto a consciência é destituída de direção e sentido. Sem os objetos, a consciência é vazia. Ora, uma concepção do conhecimento como dominação favorece uma postura autoritária do sujeito (a razão cognoscente) sobre o objeto (cognoscível). Estamos, hoje, em processo de superação de uma teoria do conhecimento que considera o objeto como algo a ser dominado pelo sujeito. Isso é tão visível que ninguém ousa dizer que se deve dominar a natureza. A natureza não é um objeto a ser dominado, mas respeitada, protegida. Não se domina a natureza, mas se convive com ela. Portanto, conhecer já não pode mais ser considerado sinônimo de dominar.

A filosofia moderna e o totalitarismo

O pensamento moderno (séc. XVI-XVIII), influenciado por acontecimentos de ordem política, econômica, científica, religiosa, se voltou para os problemas filosóficos clássicos; no entanto, gostaria de destacar a questão gnosiológica. Percebeu-se uma autonomia da pesquisa filosófica em relação à teologia, um acentuado pluralismo de métodos e um progressivo desinteresse pela metafísica.

Se na Idade Média o centro das preocupações era a questão teológica, agora é a antropológica. O homem percebe que sua missão e destino é a posse deste mundo. Ele se sente estimulado a conhecer sempre mais; o seu eu se constitui e se enriquece à medida que cresce o seu conhecimento e o seu poder sobre o mundo. Para Descartes, o melhor caminho para se estabelecer o valor do conhecimento é o da dúvida; ela se constitui o método adequado para que se descubra a verdade.

O totalitarismo é um fenômeno moderno porque nasce de uma sociedade em movimento, cujas raízes se encontram no cartesianismo e no iluminismo. Além de uma filosofia da totalidade, a ciência moderna favorece o surgimento do totalitarismo. A ciência moderna nasce com a finalidade de dominar a natureza, colocando-a a serviço do homem. O fim cognoscitivo é subordinado ao prático e o modelo matemático se impõe à física. Tanto Francis Bacon como Renè Descartes são explícitos em relação a essa questão: “saber é poder”, “a finalidade da ciência é tornar o homem *maitre possesseur de la nature*”. De Bacon devemos lembrar a utopia da Nova Atlântida em que se apresenta uma concepção do Estado ideal regulado por idéias de caráter científico e se hipotetiza o prolongamento indefinido da vida humana. De Descartes devemos lembrar o projeto de uma *mathesis universalis* que reduz a consciência à linguagem do cálculo e da previsibilidade, bem como a redução do corpo a uma máquina. São estes os meios teóricos para dispor o progresso sobre o plano prático e para tal noção de progresso valem as mesmas críticas que se fazem à concepção política iluminista. Diante dessa ciência moderna, o reacionário é sempre um anti-científico e, portanto, qualificado como irresponsável que se opõe às conquistas seguras que o homem realiza. É evidente que não é o cientista e nem o filósofo que organizam a política totalitária e, muito menos, um campo de concentração. Mas também é evidente que suas concepções lhe dão fundamento e justificativas.

A ideologia da totalidade

Uma ideologia é, literalmente, é aquela que o seu próprio nome indica: a lógica de uma idéia. A ideologia trata os acontecimentos como se seguissem a mesma “lei” da exposição lógica da sua “idéia”. Ela pretende conhecer os mistérios de todo processo histórico (os segredos do passado, as conjecturas do presente, as incertezas do futuro) em virtude da lógica inerente à sua “idéia”.

Supõe-se que o movimento da história e o processo lógico do conceito correspondam um ao outro, de modo que tudo aconteça segundo a lógica de uma “idéia”. No entanto, o único movimento possível no reino da lógica é a dedução de uma premissa. As ideologias consideram que basta uma idéia para explicar cada coisa no desenvolvimento da premissa e que nenhuma experiência possa ensinar algum dado, uma vez que tudo está compreendido neste processo coerente de dedução lógica.

O método usado pelos ditadores totalitários para transformar as respectivas ideologias em armas com as quais obrigam cada um dos seus súditos a se colocarem no movimento do terror era pouco visível. Como dizia Hannah Arendt, um se vangloriava da “frieza glacial do raciocínio” (Hitler) e outro da “inexorabilidade de sua dialética” (Stalin) e conduziam as

implicações aos extremos da coerência lógica: uma “classe em via de extinção” consistia em gente condenada à morte. As raças “não adaptadas a viver” eram exterminadas. Quem admitisse que existia “classes em via de extinção”, reconhecia que o direito à vida era ligado à raça sem a consequência da eliminação das “raças inaptas”, era simplesmente ou um estúpido ou um covarde. O argumento mais persuasivo em relação a isso, e caro tanto a Hitler quanto a Stalin, era: não se pode dizer A sem dizer B e C e assim sucessivamente, até o fim do alfabeto (ARENDR: 1997, 641-647).

O iluminismo, no sentido mais amplo do pensamento em contínuo progresso, sempre buscou o objetivo de tirar o medo dos homens e de torná-los padrões. O programa do iluminismo era liberar o mundo da magia, propondo a dissolução dos mitos e a troca da imaginação pela ciência. O matemático Francis Bacon colheu o *animus* da ciência sucessiva: o intelecto que vence a superstição deve comandar a natureza. O saber, que é poder, não conhece limites. A técnica é a essência de um saber que não tende a conceitos e imagens, à felicidade do conhecimento, mas ao método, à exploração dos trabalhos dos outros, ao capital. O que os homens querem apreender é como utilizar a natureza para dominá-la e dominar as pessoas. Este é um pensamento violento! Poder e conhecimento são sinônimos. O que importa não é a satisfação que os homens chamam de verdade, mas a “*operation*”, o procedimento eficaz. Deve-se eliminar todo mistério, até mesmo o desejo de sua revelação.

Aos olhos do iluminismo, é suspeito, aquilo que não se dobra ao critério do cálculo e da utilidade. E quando o iluminismo pode desenvolver-se sem perturbação externa, não existe freio. O iluminismo reconhece, a priori, como ser e acontecer, somente o que se deixa reduzir à unidade. O seu ideal é o sistema, do qual se deduz tudo e cada coisa. Nisso não se distinguem suas versões racionalistas e empíricas. A multiplicidade das figuras é reduzida à posição e à ordem, a história ao fato, as coisas à matéria. A lógica formal foi a grande escola da unificação. Ela ofereceu aos iluministas o esquema da calculabilidade do universo. Tudo o que não se resolve em números se torna, para o iluminismo, aparência. Por isso, o iluminismo é totalitário (HORKHEIMER E ADORNO: 1982,11-15). Em nome da permanência de caracteres raciais ou da degradação fatal e longe de opor-se à possibilidade de uma substancial melhoria da humanidade, Hitler exclui a própria categoria do impossível. Da idéia de raça não deduz a força do determinismo, mas a determinação do inimigo e a dimensão cósmica da guerra que ele declara. Não existem limites objetivos ao factível; existem somente resistências subjetivas e, portanto, elimináveis. A inconformidade com os objetivos ou aos planos arquitetados não se deve à existência de outros, mas à maldade do Outro. A adversidade deriva sempre de um adversário. O espaço público é um espaço de batalha. Ao decretar ou eles ou nós de modo

planetário o criminoso nazista manifesta a sua rejeição, não da condição de homem livre, mas dos limites inerentes à condição humana.

Nessa perspectiva, vale dizer que entre o estado nazista e o regime soviético existem muitas diferenças. No entanto, permanece um núcleo ontológico fundamental: nos dois sistemas, os fenômenos sociais são concebidos como processos e os modos de ser como forças em movimento. O que se vê é uma mesma concepção do político como campo da onipotência, a mesma ausência de escrúpulos em relação ao cidadão, fundada sobre o mesmo voluntarismo, sobre a mesma convicção filosófica. Em ambos os casos, não é tanto a bestialidade que leva ao crime, mas a radicalidade da obrigação de se seguir o próprio pensamento. O pensamento totalitário liquida, portanto, a realidade. Apoiando-se na certeza de uma luta mortal entre o homem e o inimigo do gênero humano, o totalitarismo se emancipa da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e se debruça sobre uma realidade mais verdadeira, que está escondida atrás das coisas perceptíveis, dominando-as todas, e que se percebe somente mediante um sexto sentido.

Hannah Arendt dá a este sexto sentido o nome de ideologia; não é a mentira das aparências, mas a suspeita lançada sobre as aparências e a sistemática apresentação da realidade que trazemos diante dos olhos. É a negação do aleatório, a rejeição da imprevisibilidade.

Na guerra total, não há uma multidão incontrolável, mas uma estrutura homogênea, harmoniosa, um ser multiforme, manipulável e disciplinado. Isto é, cada existência é convertida em energia e cada indivíduo é reduzido a ser somente uma peça no dispositivo geral. São totalitários os movimentos políticos que escolheram esta imagem como valor supremo.

Os sistemas totalitários, sobretudo o nazista com seus campos de concentração, não são viáveis do ponto de vista econômico; mas são ontologicamente necessários uma vez que asseguram o reino da vontade única, do pensamento único, da verdade única e, ao mesmo tempo, liquidam o inimigo do homem e, no homem, a espontaneidade, a singularidade, a imprevisibilidade; isto é, aquilo que constitui a identidade da pessoa humana. O totalitarismo favorece o surgimento de uma humanidade sem pessoas. A metafísica do múltiplo e do infinito desaparece no uno e na totalidade.

A superação do totalitarismo: uma metafísica do Infinito

Como possibilidade de superação do totalitarismo, recorreremos à obra de Lévinas que, em última instância, é uma crítica à maneira como a filosofia tradicional considerou o “eu” (ou o sujeito). A filosofia tradicional é chamada de “ontologia do poder” (HUTCHENS: 2007,30-32); isto é, a tendência a violar o eu e a torná-lo violento. Lévinas não pretende extinguir tal

teoria do conhecimento e nem a metafísica, mas mantê-las na sua configuração ética. Em outras palavras, ele considera violenta a visão de sociedade como um grupo de indivíduos, livres e iguais, subordinados a expedientes racionais “neutros”, tais como os conceitos de “humanidade”, “ser humano”, “cidadão”. Esses são conceitos totalizantes. Ora, um conceito totalizante, favorece uma postura idêntica. Esse tipo de filosofia busca totalizar todas as coisas, ter uma síntese total da existência, inclusive do eu individual, deixando-nos “lado a lado” e não “face a face”.

Segundo Lévinas, a investigação filosófica sempre buscou um reducionismo metafísico para erradicar as diferenças, visando garantir o conhecimento. Ao abolir as diferenças, tudo (as coisas, os eventos e as pessoas) se torna semelhante e, portanto, compreensível. Nesse processo, a racionalidade dá o seu apoio profundo a conceitos, temas, teorias e paradigmas que servem para reunir coisas, eventos e pessoas sob um conceito único e neutro.

Na maioria das vezes, segundo Lévinas, a filosofia foi uma ontologia: *“a redução do outro à semelhança através da interposição de um termo intermediário e neutro que garante a compreensão do ser”* (LEVINAS: 1969,43). A filosofia tradicional é a tentativa de síntese universal; redução de toda a experiência a uma totalidade em que a consciência abarca o mundo; a consciência do eu é, ao mesmo tempo, consciência do todo. A filosofia ocidental é um racionalismo redutivo que repudia a transcendência e a diferença. Por isso ele afirma com segurança: *“o totalitarismo tem como base um totalitarismo ontológico. O ser é tudo...”* (LEVINAS:1990, 206-207) . Em outras palavras: a filosofia implica um projeto que é violento para o campo não filosófico.

Deve-se ficar claro que somos diferentes de qualquer outra coisa; diferentes uns dos outros; diferentes da compreensão que nós temos de nós mesmos. No entanto, a filosofia luta para erradicar essas diferenças ao propor termos neutros que eliminam nossa existência individual e a distância que existe entre nós.

Não se deve esquecer que os indivíduos devem ser considerados em sua subjetividade. Porém, os indivíduos foram subordinados e neutralizados em sua subjetividade pelos conceitos universais e totalizantes do reducionismo e da racionalidade metafísica. Isso é uma violência! Trata-se de uma violência contra o eu e também violência que o eu comete contra a sua própria situação, uma vez que ele foi violado.

Na perspectiva levinasiana, a violência pode ser encontrada em qualquer ação como se estivéssemos sozinhos para agir; como se o resto do universo estivesse ali só para receber a ação. A violência é também qualquer ação que suportamos sem colaborar com ela em nenhum ponto (HUTCHENS: 2007, 59-66).

A filosofia ocidental estimulou o homem a pensar sobre ele próprio como se estivesse separado da realidade e tivesse poder sobre ela. Um exemplo de “termo neutro” é o conceito de “humanidade”. Esse conceito anula as diferenças físicas, culturais, ideológicas, etc. Outro termo neutro é “existência” que anula o existente. Na perspectiva de Lévinas, o eu deve ser despido de seu orgulho e do imperialismo dominador; essa arrogância lhe permite violar sua existência e dominar a realidade. Mas quem é o eu? Inicialmente, o eu é anônimo e indeterminado, isolado sem ser nada e lutando para se tornar consciente e presente a si próprio. Esse estado é denominado de “há” ou “il y a”. É o estado de existência autônoma; um estado em que há existência, mas não seres determinados.

Mas é necessário sair da existência e ir ao existente. O eu sai do “há” para se tornar “algo que é” e luta para escapar da impessoalidade do “há”. A esse processo dá-se o nome de “hipostatização do eu”. Segundo Lévinas, a filosofia ocidental (e toda a civilização ocidental) exhibe uma tendência que ele considera terrível: reduzir tudo o que é estranho e enigmático a condições de inteligibilidade. O ocidente foge dos segredos dos passados, dos eventos imprevisíveis do futuro e de tudo o que não pode ser ordenado e manipulado racionalmente. Isto é, tudo precisa ser conhecido, compreendido, sintetizado, analisado, utilizado... Se alguma coisa não for captada pela mente racionalista, é considerada irrelevante e, portanto, desprezível.

A mente moderna, racionalista e iluminista, é perfeccionista e organizada. Dentre as realidades que ela quer considerar inteligíveis estão: Deus, o passado, o futuro progressivo, as culturas não ocidentais e qualquer tradição cultural, o eu individual. Nada do passado deve ser esquecido para tudo seja previsível no futuro.

Lévinas usou alguns termos para descrever essa ânsia perfeccionista da racionalidade; o mais enfático é “*geste d’être*” ou “moção do ser”. Isto é, a ânsia de reduzir tudo à inteligibilidade, sem deixar espaço para a imprevisibilidade. “Diz Levinàs que a filosofia ocidental quer ser o discurso final e real”, uma vez que coincide pensamento e ser. Essa coincidência entre pensamento e ser significa que tudo pode ser compreendido explicado pela razão. Dessa forma, a razão tudo abarca, tudo compreende... E o que foge de suas garras é o não ser. O critério ontológico, portanto, é a razão. É sobre esta premissa que se constituiu o pensamento ocidental e, sobretudo, a metafísica da totalidade. A metafísica se interessou, desde as origens, pela totalização; isto é, a redução de qualquer forma de diferença à uniformidade. O objetivo da totalização é aumentar o poder de racionalização. Totalizar, portanto, significa, que tudo, inclusive as emoções, crenças religiosas, prazer sexual e qualquer coisa íntima, são partes da economia técnica do racionalismo. Totalizar é reduzir a vida ao que é perecível, previsível; é retirar-lhe o sabor que faz com que valha a pena vivê-la.

Lévinas não é somente um crítico da racionalidade ocidental moderna; é um pensador que explora o *status* negligenciado da ética. Como ele afirma, a sua ética é “uma ética da ética. Isto é, a reflexão sobre a maneira pela qual o estranho, o inexplicável e o imprevisível moldam a condição humana. Ora, a condição humana não é moldada apenas pela racionalidade (a tecnologia e a política); ela é dependente de muitos outros elementos estranhos. Assim o “eu” fica dividido em uma luta insolúvel entre a ordem do ‘mesmo’ que se esforça para totalizar tudo sob a iluminação da razão e a ordem do “outro”, na qual as partes vitais da existência humana permanecem necessariamente às escuras. Portanto, o “eu” está dividido entre a “ordem do mesmo” e a “ordem do outro”.

Compreender que a “ordem do outro” sempre resistirá às tentativas totalizantes da “ordem do mesmo” constitui o princípio último da ética: a responsabilidade. Mas o que é a responsabilidade? “Entendo responsabilidade como responsabilidade pelo Outro”, responde Lévinas. E o que ou quem é o “outro”? Responde, ainda, Levinàs: “*é aquilo que não é um feito meu, aquilo que nem sequer me importo; aquilo que é enfrentado por mim como rosto*” (LEVINAS: 1985, 95). É sempre o diferente de mim. É diferente até mesmo daquilo que presumimos que ele é; totalmente e infinitamente outro; sempre mais que um “outro eu”; sempre mais que uma pessoa; que se destaca e está além da multidão. O rosto ou a face da outra pessoa é tão enigmático que a responsabilidade tem uma qualidade misteriosa, independente de ser ou não importante para mim.

A responsabilidade é vital para a liberdade. E a própria liberdade é impossível sem a responsabilidade. Isto é, a liberdade está subordinada à responsabilidade. Na verdade, somente um ser livre é responsável; essa responsabilidade o compromete com o outro e consigo mesmo (HUTCHENS: 2007, 34 -35).

A ética clássica pensa diferente; isto, diz que somos responsáveis porque somos livres, uma vez que a liberdade precede a responsabilidade. Lévinas propõe o inverso: a responsabilidade é a condição para a liberdade. Dessa forma, a pessoa descobre a sua liberdade à medida da sua capacidade de ter e ser responsável.

A ética da responsabilidade significa que nós nascemos em um mundo de relacionamentos sociais que não escolhemos e que não podemos ignorar. As outras pessoas esperam algo de nós. O que chamamos “liberdade” é uma reação à responsabilidade que o mundo das relações sociais, no qual nascemos, clarifica. A liberdade é descoberta na relação com o outro. Nunca estamos sós; estamos em um “cara a cara” com outras pessoas que nos pedem que reconheçamos nossas responsabilidades para com elas. Para Lévinas, essa responsabilidade é indeclinável; isto é, não podemos dizer “não” a ela. “Ser eu” significa não

ser capaz de evitar a responsabilidade porque estou ligado, de uma maneira ou outra, ao outro. E vai mais longe. Antes de encontrar o outro eu já sou responsável por ele.

Ninguém pode nos substituir em nossa responsabilidade pelo outro; isso significa que as nossas responsabilidades não podem ser transferidas para outra pessoa. Mas eu posso esquivar-me da responsabilidade e isso é possível porque sou livre. Somos também responsáveis pelas ações dos outros. Isso implica em se sentir responsável para que o mal não lhe ocorra; em “não deixar que o genocídio ocorra outra vez”. A responsabilidade “por” significa tanto como se o sofrimento das vítimas fosse meu como se a ação do agente violento também fosse minha. A referência de Lévinas é o texto de Dostoiévski: “somos todos culpados (ou responsáveis) de tudo e por todos os homens antes de tudo e eu mais do que os outros” (LEVINAS: 1969, 98 E3 101). Sou responsável por tudo que cause dor ou sofrimento.

Considerações finais

A superação do totalitarismo se dá mediante uma filosofia que rejeite a identificação e a redução de tudo ao eu e, simultaneamente, admita a existência e a irredutibilidade do outro, do diferente. Antes que alguém fale, a abordagem da outra pessoa é semelhante a um imperativo: “Você deve...” O rosto do outro me interpela; é um comando não-verbal. Aqui está a origem da linguagem, fato que no totalitarismo não existe. No totalitarismo, apenas um fala. O comando originário da linguagem está no rosto do outro. A linguagem é mais que mera comunicação; é o próprio relacionamento face-a-face. É o “eu estou aqui! Você não deve assassinar!”.

O “Outro” faz com que o “eu” fique exposto à negação total de assassinato. O rosto do outro, o olhar do outro me proíbem de assassinar. A outra pessoa paralisa nossa liberdade impetuosa de matar, antes mesmo de escolhermos se vamos ou não fazê-lo. Podemos desejar matar, ser capazes de fazê-lo..., mas a simples aproximação da pessoa nos proíbe de matar.

Quando a outra pessoa fala, todas as palavras que ela diz estão marcadas por essa proibição: não me mate! O rosto é sempre inviolável; é a parte mais vulnerável e desnuda do corpo; os olhos estão sem proteção... A face (o rosto) por si só já fala antes que qualquer palavra seja emitida. A relação face-a-face é uma reação ao comando “você não deve me matar...”. A palavra é uma resposta a esse comando. O rosto do outro é sempre um enigma. Por isso, é praticamente impossível falar alguma coisa sobre o outro. A outra pessoa é sempre mais que aquilo que dizemos que ela é e também é diferente. Fala-se ao outro e não sobre o outro. A outra pessoa não pode ser tema de uma discussão ou conversa. Quando se fala ao outro, nós nos apresentamos, nomeamos, invocamos o outro e o cumprimos.

A questão do totalitarismo nos leva também a considerar que a problemática do bem e do mal constitui um desafio para a filosofia. Na perspectiva de Lévinas, a bondade é superior à verdade. O bem está além do ser; é diferente do ser e não está subordinado à verdade. Estar além do ser significa que ele não é inteligível e nem redutível à inteligibilidade. O bem somente é inteligível quando é um transcendental. Do ponto de vista clássico, um transcendental é uma determinação válida para todo ser, uma determinação que se estende a todas as coisas. A tradição sempre considerou a bondade com uma propriedade do ser, ao lado da verdade, da unidade e, para alguns, da beleza.

Ao considerar a bondade uma propriedade co-extensiva ao ser e ao estabelecer uma correlação entre os transcendentais, a tradição filosófica clássica, busca uma síntese “harmoniosa”. Ora, na verdade, não há síntese. O que há é uma redução e uma subordinação à verdade. Estando além do ser, o bem determina a verdade e o domínio da inteligibilidade. Nessa perspectiva, Levinàs segue Platão que coloca o bem além do ser. Isso é enigmático.

No que se refere ao mal, a referência de Lévinas é Auschwitz. Segundo ele, a filosofia se esquivou de sua responsabilidade de olhar honestamente para o holocausto. Além do mais, a filosofia forneceu terreno fértil para que o holocausto tomasse forma mais facilmente. Em outras palavras: a filosofia retratou o mal moderno de forma irresponsavelmente romântica. Sendo ainda mais claro, o pensamento de Lévinas chega a dizer que a filosofia forneceu justificativas antecipadas para a catástrofe e não a confrontou com objeções sérias quando ela se iniciou. Ao deixar de enfatizar a ética de “*quão sagrada a pessoa de um é para o outro*”, a filosofia se tornou cúmplice do crime de Auschwitz, uma das grandes barbáries a que pode chegar um pensamento e regime totalitários.

Referências

- ARENDDT, H. *Crises da república*. Trad. José Volkman. SP: Perspectiva, 1999.
- _____. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. SP: Cia das Letras, 2000.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. SP: Perspectiva, 2000.
- _____. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. RJ: Forense Universitária, 2001.
- _____. *Vita activa*. Milano: Bompiani 1997.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Dialettica dell'illuminismo*. Torino: Einaudi, 1982.
- HUTCHENS, B.C. *Compreender Lévinas*. Trad. De Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LEVINAS, Emmanuel. *Ética e Infinito*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 2007.

- _____. *Ethics and Infinity: conversations with Philippe Nemo*. Pittsburgh/PA: Dusquene University Press, 1985.
- _____. *Difficult freedom: essay in Judaism*. Trad. Sean Hand. Baltimores/MD: Johns Hopkins University Press, 1990.
- _____. *Da existência ao existente*. Traduzido por Paul Albert Simon e Ligia Maria de Castro Simon. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- _____. *Existence and existents*. The Haggue: Martinis Nijhoff, 1978.
- _____. *De Deus que Vem à Idéia*; Trad. Marcelo Fabri, Marcelo Luiz Pelizzole, Evaldo Antonio Kuiava. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. *Entre Nós: Ensaio sobre Alteridade*. 2.ed., Traduzido por Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- _____. *Totalidade e Infinito*. Trad. De José Pinto Ribeiro. Lisboa: ed. 70, 1988.
- _____. *Totality and infinity: an essay on exteriority*. Pittsburgh/PA: Duquesne University Press, 1969.

Desafios econômicos: desenvolvimento, proteção ambiental e justiça social

Alisson Eugênio: Unifal-MG

Introdução

Há inúmeros desafios econômicos a serem superados após duzentos anos de nossa Independência. Por isso, é preciso escolher aquele que parece ser um dos mais urgentes: a conciliação entre desenvolvimento, proteção ambiental e a promoção da justiça social, de forma que a produção econômica brasileira se adeque à chamada economia verde; noção definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica”.⁵

Essa noção ganhou força após a Conferencia Rio 92 e está embasada no conceito de desenvolvimento sustentável (“desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”)⁶ formulado, a partir da ideia de sustentabilidade cunhada em 1987 no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU para, fundamentar uma nova forma de pensar as práticas econômicas, visando torná-las sustentável ambiental e socialmente, como explica Sachs (2002).

Por isso, “desenvolvimento sustentável parte do reconhecimento da forma predatória pela qual a humanidade vem utilizando-se dos recursos naturais e dos ecossistemas terrestres, resultando/potencializando problemas de ordem ambiental, econômica e social” tais como: “fome, aquecimento global, pobreza, migrações em massa, conflitos armados, doenças, dentre outros obstáculos que compõem essa extensa lista.”⁷

Desse modo, dado os impactos sociais dos problemas que motivaram a criação dessa nova concepção das ideais e práticas econômicas na vida social, ela está indissociavelmente vinculada à superação das desigualdades sociais, razão pela qual a área social é compreendida como parte fundamental da sustentabilidade, desde o já citado Relatório Brundtland (1987) e da Agenda 21 (resultante da Eco 92). Inclusive, a erradicação da pobreza é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável, definidos na Cúpula das Nações Unidas em 2015, durante

⁵ O que é a Economia Verde. Dicionário Ambiental. ((o)eco, Rio de Janeiro, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28986-o-que-e-a-economia-verde/>>. Acessado em 19/03/2022.

⁶ <https://www.wwf.org.br/> O que é desenvolvimento sustentável, página inicial, acessado em 19/03/2022.

⁷ <https://meiosustentavel.com.br/desenvolvimento-sustentavel>. Desenvolvimento sustentável: conceito, origem e exemplos. Por Felipe dato. Acessado em 19/03/2022.

evento que reuniu 193 países e a sociedade civil, visando à promoção da cooperação internacional e à orientação dos países no plano da política nacional até o ano de 2030.

O Brasil participou desse evento e, com base nele, estabeleceu metas para impulsionar o desenvolvimento sustentável entre nós, entre as quais encabeçam a lista a redução das desigualdades, a fim de promover justiça social em todas as suas manifestações, por meio de políticas públicas. Será que o Brasil está cumprindo esse objetivo?

Formação econômica do Brasil

Antes de responder a essa pergunta, uma síntese da nossa formação econômica é necessária, para que possamos compreender os pilares sobre os quais ela foi estruturada e os obstáculos que ela, pela força da permanência de alguns aspectos de suas tradições, precisa superar para inaugurar uma nova tendência que seja compatível com os ideais da economia verde. Nosso país é resultado da expansão dos povos europeus impulsionada no século XV, particularmente pelos portugueses, que formaram colônias no continente batizado pelos colonizadores como América, após a chegada das primeiras expedições em tal porção do planeta.

Ao longo dos séculos de colonização, a colônia portuguesa organizada na região tropical do mencionado continente foi estruturada economicamente, segundo os historiadores especializados no assunto, a partir de um conjunto sistêmico definido como sistema colonial, por meio do qual seu território, conforme explica Caio Prado Jr. (2000, p. 20), foi integrado à economia europeia

para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais do que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.

Sabe-se, com o avanço dos estudos historiográficos, que embora tenha sido essa a essência, ou sentido, de nossa formação econômica, a economia brasileira, bem como a própria colônia, foi muito mais complexa do que o conceito de sistema colonial permite compreender (FRAGOSO et al: 2001).

Apesar disso, a tese pradiana acima citada é fundamental, de uma perspectiva política, para o entendimento das limitações, dos problemas e legados da formação econômica colonial sobre os dias atuais, porque, quando ela foi publicada, em 1942, um dos grandes desafios brasileiros era a superação do paradigma colonial, reputado como responsável pelo nosso atraso econômico, caracterizado pelo subdesenvolvimento; conceito elaborado após a Segunda Guerra Mundial para definir e debater a situação econômica e social dos países situados na periferia do

capitalismo, caracterizada pela pobreza e dependência estruturais, como nos mostra diversos autores, por exemplo Mantega (1984).

A economia colonial, pensada sob esse ponto de vista, ao ser formada para atender as demandas econômicas europeias, foi estruturada a partir de grandes propriedades, escravidão e monocultura voltada para a exportação. Desse modo, mesmo que, nas suas brechas ou dinâmica, tendo sido criadas possibilidades de crescimento interno, como argumentou Celso Furtado (2003), ela não foi organizada para isso, o que tendeu a gerar uma acumulação de capitais bem maior no mercado exterior do que no da Colônia. Isso porque ela estava submetida a um modelo econômico, embasado no que se convencionou posteriormente a chamar de mercantilismo, que a submetia a uma configuração econômica que a obrigava, em grande parte de suas atividades, ao exclusivo metropolitano, isto é, a uma reserva de mercado, conhecida como monopólio, por parte das elites sobre cujos interesses estavam apoiadas as monarquias que promoveram a expansão territorial de seus impérios, como a portuguesa.

A partir disso, mesmo que a dinâmica da economia colonial permitisse certo nível de expansão do mercado interno e acumulação endógena, o grosso da riqueza socialmente produzida era canalizado para o mercado europeu, porque nas relações de trocas assimetricamente organizadas por meio do sistema colonial, as colônias tendiam (em tese) a exportar produtos de baixo valor agregado para apenas um mercado consumidor, ou pela via de um intermediário exclusivo, e a importar produtos com maior valor agregado de um mercado fornecedor, ou também pela via de fornecedor único.

O resultado histórico disso foram anos de limitações de acumulação primitiva de capital e de diversificação de investimentos. A propósito, em relação a essa última limitação, em 1785 a rainha D. Maria I assinou o seguinte documento que exemplifica tal problema estrutural caracterizante da economia colonial:

Hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de algodões, de tecidos, de brilhantes cetins, tafetás ou de qualquer outra qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores; (...) ou de qualquer qualidade de tecidos de lã, ou misturados e de tecidos uns com os outros; (...), todas as mais sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem os domínios do Brasil, debaixo da pena de perdimento em tresdobro do valor de cada uma das manufaturas ou teares, e das fazendas que neles houver.⁸

Diante dessas imposições estruturantes, a economia colonial acabou ficando contida nos quadros estabelecidos pelas restrições da política mercantil portuguesa, que a submetia à dependência do mercado internacional, mais precisamente do entreposto portuário português,

⁸ <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/alvara-de-proibicao-de-fabricas-e-manufaturas/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues.

que a desfavoreceu ao ponto de impedi-la de ampliar o leque de suas atividades produtivas e, dessa maneira, dinamizar a produção de riqueza e promover maior acumulação endógena.

Diga-se de passagem, que isso foi um dos fatores que ajudaram a despertar a consciência colonial para situação dialética em que seus interesses econômicos se encontravam, explicitamente, em relação aos interesses da Coroa portuguesa e de suas elites. Quando tal consciência, favorecida pelas condições históricas, promoveu a Independência, as elites que comandaram o processo de organização do país optaram pela manutenção da estrutura econômica colonial. Para isso contribuiu, junto com seus interesses de classe, o fato de que a Inglaterra havia negociado um tratado, assinado em 1810, com a família real, foragida no Rio de Janeiro, durante as Guerras Napoleônicas, como recompensa pela sua “proteção” contra a ameaça francesa de atacar a nova sede do império português no Brasil. Tal tratado, conhecido como Tratado de Comércio e Navegação, concedeu vantagens alfandegárias aos ingleses que praticamente inviabilizaram qualquer tentativa de modernização da economia brasileira, embora ela não estivesse no horizonte de expectativas da Coroa portuguesa e da oligarquia rural luso-brasileira.

Quando esse tratado caducou, em 1827, outro semelhante lhe substituiu reproduzindo as condições inviabilizantes para o surgimento de interesses ligados a atividades industriais, o que somente ocorreu com a perda da sua validade em 1844, sem renovação, quando foram decretadas as Tarifas Alves Branco (uma elevação dos impostos de importação) que possibilitaram um surto industrial simbolizado na emblemática figura do Barão de Mauá. Surto esse que, devido à ausência de uma mentalidade favorável a esse tipo de empreendimento, dada a força da tradição colonial nos ideais econômicos da maioria esmagadora das elites do tempo do Império, que prescindiu de uma política industrial sem a qual desmotivou a transformação de tal surto em um promissor impulso que poderia ter desencadeado a industrialização brasileira, ensejando nosso atraso nesse campo de atividade econômica, como explica Mello (1984, p. 96...).

O mesmo pode ser dito para outro período de ruptura política neste país: a Proclamação da República. Como mostram, entre outros, Abreu e Carneiro (1990), as elites políticas que comandaram a construção da ordem republicana não inseriram na agenda dos interesses públicos uma política favorável à industrialização. Afinal, na condição de representantes das oligarquias fundiárias, seu esforço foi garantir a satisfação dos interesses das grandes propriedades rurais, deixando demais setores econômicos da sociedade girando em torno da órbita da cafeicultura, essa sim, como carro-chefe das exportações brasileiras e principal fator da prosperidade nacional, foi o foco praticamente exclusivo dos esforços governamentais

durante quase toda a Primeira República. Desse modo, reproduziu-se o modelo de monocultura de exportação vigente desde a época colonial, bem como toda a estrutura, reatualizada e adaptada aos novos tempos, de exclusão de grande parte da população da maior parte da riqueza socialmente produzida, gerando concentração de renda no topo da pirâmide social por meio de um liberalismo darwinista que, ideologicamente, embasou a política econômica de nossa primeira experiência republicana.

A partir do movimento conhecido como Revolução de 1930, as elites políticas responsáveis pela reorganização do Estado, aos poucos foram construindo compromissos mais amplos com outros segmentos da sociedade, sem abandonar as oligarquias (porque estas continuaram com grande influência no novo governo), entre os quais os empresários industriais e os trabalhadores urbanos, a fim de promover as condições para impulsionar o processo de industrialização brasileiro (FAUSTO: 1972). Até então, o país apresentava uma indústria pequena, concentrada e especializada na produção de alimentos (bebidas e enlatados) e têxteis (tecido e vestuário). Com a ascensão de Vargas e o Estado Novo, lenta mas progressivamente foi sendo construída uma mentalidade industrial e, com base nela, projetou-se uma política de “substituição de importações”, aproveitando-se das oportunidades abertas pela Crise de 29, que culminou na industrialização de base, no desenvolvimentismo e no nacionalismo econômico, conforme nos mostra Bielschowsky (2000).

Tal política, inaugurada ainda no primeiro governo Vargas, predominou durante todo o período conhecido como da democracia populista e, de certa forma, ainda influenciou em parte os governos militares, segundo Baer (2007). Todavia, desde JK, o nacionalismo econômico foi cedendo espaço para a internacionalização da economia. Se até então o grande desafio era superar a herança econômica colonial, promovendo a industrialização, com o máximo de autonomia possível, voltada para o mercado interno estimulado com a valorização do salário mínimo, doravante a necessidade de expansão das atividades industriais passou a contar com uma nova estratégia: a atração de capitais e tecnologia externas para, por um lado, aliviar os esforços financeiros do Estado, por outro, expandir a indústria brasileira dotando-a de maior capacidade produtiva e vislumbrando sua inserção no mercado mundial. Exemplo disso é a seguinte fala de JK em uma de suas mensagens ao Congresso Nacional, no ano de 1959: “Outra medida a que o governo atribui grande importância refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com sua técnica e o seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do nosso parque industrial” (Apud IANNI: 1968, p. 29).

Vivia-se em uma clara situação de esgotamento do modelo de crescimento amparado no ideário do desenvolvimentismo nacionalista, no qual o Estado, por meio do Banco Nacional de

Desenvolvimento, protagonizou as ações voltadas para investir no processo industrial brasileiro. Conseqüentemente, aos poucos foi sendo adotado novo modelo conhecido como desenvolvimento associado, isto é, que combina capital nacional e estrangeiro, iniciado no governo JK e consolidado pelos governos militares. Na verdade, tal modelo acabou sendo caracterizado pela grande dependência financeira e tecnológica dos países de ponta do capitalismo, principalmente os Estados Unidos, e de organismos de controle e investimento internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, que geraram dúvidas e críticas por parte de intelectuais céticos, influenciados pelas concepções da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe, criada pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 1948) como Celso Furtado, porque de um modo geral concebiam a dependência como um fator limitante do desenvolvimento, como mostra Mazzetti et al (2021, p. 5-6).

Com a adoção desse novo modelo, conforme explica Ianni (1968, p. 35), a economia brasileira acabou se caracterizando pela combinação de diferentes paradigmas econômicos, pois o modelo exportador de monoculturas, herdado da Colônia, conviveu com o de substituição de importação, inaugurado na Era Vargas, e o dependente associado, esboçado no governo JK. Seja como for, o desafio da industrialização estava sendo superado, restando aos país o esforço para a sua consolidação, seu aprimoramento técnico e sua expansão, o que foi possível (graças ao acúmulo de grande dívida e forte dependência externas) até as crises do petróleo, as 1973 e de 1979, que criaram grandes dificuldades para a economia mundial e para o Brasil, cuja sociedade enfrentou longo período de estagnação combinada com alta inflação.

Ao final dos governos militares, a superação de tais dificuldades foi o grande desafio nacional, junto com a retomada do crescimento econômico, a promoção do desenvolvimento em sentido amplo (quer dizer: na esfera econômica e social), a superação da dependência e a preparação do país para os desafios que anunciavam a expansão global.

Em outras palavras, esse conjunto de problemas fazia parte dos grandes desafios de um país em transformação, como argumenta Velloso (1997), que buscava a construção de uma nova ordem democrática e, ao mesmo tempo, precisava se preparar para a nova dinâmica da economia mundial, conhecida posteriormente como globalização.

Tais desafios vêm sendo enfrentado desde o governo Collor, que assimilou o ideário neoliberal, derivado do Consenso de Washington, a partir do qual promoveu de forma catastrófica uma política econômica que gerou graves distorções no mercado brasileiro, como forte redução do consumo, recessão e retração do PIB, de acordo com Leite (1999, p. 115).

Entre seu governo e a experiência petista, esses problemas foram enfrentados, ora com maior, ora com menor eficiência, sendo um dos grandes marcos desse enfrentamento a criação

do Plano Real durante o governo Itamar e sua consolidação durante o governo FHC. Foram anos de euforia. Parecia que o país estava iniciando uma trajetória de crescimento sustentável com relativa distribuição de renda, mas a persistência da rigidez cambial (necessária, inicialmente, para fortalecer o real e facilitar as importações como um dos instrumentos de combate à inflação), acabou levando a um déficit nas transações internacionais que, com a crise asiática de 1997, deixou o país novamente diante de grandes dificuldades somente superadas ao longo do primeiro governo Lula, como mostra Giambiagi (2004).

Com a ascensão petista, novo ciclo de crescimento foi desencadeado, facilitado pelas condições externas favoráveis, como a inserção da China no mercado global com forte apetite para produtos (*commodities*) derivados da agropecuária e da mineração. Com um misto de liberalismo econômico e desenvolvimentismo social, a economia brasileira voltou a crescer e com considerável distribuição de renda. Até que os efeitos da crise de 2008, junto com os equívocos da política econômica (por exemplo: falta de uma política de diversificação da estrutura produtiva brasileira, para evitar a dependência das *commodities*, e a demorada queda dos juros, para evitar o aumento da dívida pública) acabaram levando à redução do crescimento nacional e à retração do mercado do trabalho e da renda.

Esses problemas somados à escalada inflacionária (e seus derivados) desencadeada, entre outros fatores, pela pandemia da Covid 19 e agora pela Guerra do Putin (da sua “operação especial” na Ucrânia), são os desafios mais imediatos que a sociedade brasileira precisa enfrentar para retomar seu crescimento econômico.

Os impactos econômicos no o meio ambiente

Sabe-se o quão o meio ambiente foi impactado com a expansão demográfica e a pressão para a satisfação alimentar e energética humana, baseada na queima de biomassa, ao longo da história, sobretudo a partir de meados do século XVIII, quando o aumento da população iniciou uma trajetória exponencial, ao mesmo tempo que a Revolução Industrial modificou a matriz da produção material e a expandiu em uma escala sem precedentes (ANDRADE: 2008).

No caso do Brasil, desde os primórdios de sua formação, nosso meio ambiente vem sendo impactado pelo crescimento populacional e as atividades produtivas voltadas à sustentação desse crescimento. O resultado mais dramático disso é a quase extinção da Mata Atlântica que, a ferro e fogo, foi sacrificada para atender a demanda por terra e madeira ao longo de séculos de exploração predatória do espaço brasileiro (DEAN: 1996).

Ao longo do período colonial, algumas leis foram criadas: as Ordenações Manuelinas (1514), as Ordenações, Filipinas (1603), o Regimento do Pau Brasil (1605) e o Regimento de

Cortes de Madeiras (1799), que restringiam o corte de madeiras consideradas de lei. No tempo do Império, a Lei de Terras de 1850 tentou estabelecer regras para o uso e ocupação do solo e sanções contra atividades predatórias. Depois dela, somente em 1911, com a criação da primeira reserva florestal do Brasil, no antigo Território do Acre, por meio do Decreto n. 8843, um novo sinal de preocupação com a questão ambiental foi dado, seguido pelo Código Civil de 1916, que apresenta várias disposições relacionados ao meio ambiente, e pelo Código Florestal e o Código de Águas de 1934, considerados a base na qual posteriormente foi estruturada a legislação ambiental brasileira. Esta, aos poucos, foi ganhando corpo, com revisão do referido Código Florestal em 1965, que ampliou o escopo da proteção, junto com os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração adotados em 1967, e com emendas constitucionais, como a de 1975, destinada a controlar a poluição provocada por atividades industriais, e a de 1977, que estabelece a responsabilidade civil em casos de danos provenientes de atividades nucleares. Assim, aos poucos o meio ambiente foi sendo inserido no rol da agenda pública, ao menos do ponto de vista legal, em sintonia com as preocupações motivadoras das conferências mundiais voltadas para reflexão sobre os problemas de natureza ecológica, levando a edição, em 1981, da Lei 6938 responsável pelo estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente, cuja relevância é a de ter transformado o meio ambiente em objeto específico de proteção, e a Lei 7347 de 1985 para disciplinar a ação civil pública como instrumento processual específico de defesa do meio ambiente. Com a promulgação da Constituição de 1988, o Poder Público e a sociedade passam a ter o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, conforme ordena seu art. 225. No ano seguinte, foi criado pela Lei n. 7735 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, mais conhecido pelo acrônimo IBAMA, órgão vinculado ao Ministério do Meio ambiente para coadjuvá-lo na fiscalização e proteção ambiental. Esse foi outro grande marco na evolução da legislação ambiental nacional, que ganhou mais uma lei (8171) em 1991, destinada a regulamentar a política agrícola, outra em 1998 (Lei 9.605) voltada para punição de crimes ambientais, ao prever sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e mais outra em 2000, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (n. 9985/00), que dispõe mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e preservação dos recursos naturais neles contidos.⁹

Outros passos importantes foram dados de lá para cá, como: 1) a criação em 2007 do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao

⁹ Essa síntese foi elaborada com base em <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2219914/linha-do-tempo-um-breve-resumo-da-evolucao-da-legislacao-ambiental-no-brasil>.

Ministério do Meio Ambiente originada do Ibama para atuar especificamente no gerenciamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; 2) a adoção da Lei Complementar no 140/2011 que “fixa normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente”, e a “Lei no 13153/2015 que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos” (MOURA: 2016, p. 25).

Mas essa trajetória não foi linear e muito menos harmoniosa. Só para ficar no nível da legislação, em 2012, por exemplo, o governo Dilma criou um novo Código Florestal que flexibilizou, sob protesto dos ambientalistas, as regras para recomposição de Reserva Legal, especialmente para os pequenos produtores, alegando que o Código de 1965 não era realista, pois apenas 20% dos agricultores conseguiam cumprir a sua legislação, e que sua revisão traria nova oportunidade aos agricultores para regularização do passivo ambiental até então depois de décadas de descumprimento da lei.

Mas não é o que aconteceu, principalmente com a ascensão de governos pouco comprometidos com as questões ambientais após a crise política e econômica que culminaram no impeachment de 2016, razão pela qual, de acordo com Rajão (2018, p. 45))

embora se reconheça hoje, assim como em 1965, avanços importantes no exercício da atividade agropecuária e a relevância de alguns atores mais progressistas do agronegócio, é desolador perceber que o chamado de José Bonifácio, no início Século XIX, pelo fim da escravidão e da agricultura predatória, ainda não tenha sido internalizado por todo o setor.

Com a eleição do atual presidente, que durante sua campanha havia dado claros recados a respeito de suas intenções em “flexibilizar” a legislação ambiental, observam-se diversos sinais de retrocesso nessa matéria. Para começar, o Ministério do Meio Ambiente foi ocupado por pessoas, como o ex-ministro Ricardo Salles (aquele do “vamos passar a boiada”), que jogam contra o meio ambiente. É escancaradamente visível, desde 2019, como a fiscalização ambiental, dos órgãos vinculados ao referido Ministério, vem sendo desmontada e, conseqüentemente, como os índices de degradação ambiental vêm aumentando, como revelam Dias e Nunes (2022) e os dados do INPE (disponíveis em <http://inpe.br>) que revelou um aumento de mais de 100% nos índices de desmatamento no Brasil em relação ao ano passado; o maior da série histórica iniciada em 2016.

A julgar pelas ações do governo federal, a situação tende a piorar. No dia dois de fevereiro deste ano, por exemplo, o governo conseguiu aprovar no Congresso o projeto de lei 6299/2002 que altera o registro dos agrotóxicos, modificando a nomenclatura desse registro

para pesticidas e retirando do Ministério do Meio Ambiente e da Anvisa a função de aplicar penalidades e de auditar empresas e institutos de pesquisa que atuam no setor, concentrando tal função no Ministério da Agricultura. Como se isso não bastasse, tramita na Câmara o projeto de lei 191/2020 que libera a mineração em terras indígenas, apesar dos protestos dos seus habitantes, de ambientalistas e vários intelectuais e políticos que vêm nesse projeto uma ameaça grave ao meio ambiente e à segurança dos índios.

Não há dúvida de que estamos vivendo no Brasil tempos sombrios para o setor ambiental. Recentemente, em votação no meio da madrugada do dia trinta de abril, conforme noticiou o jornal O Tempo,¹⁰

a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Estadual (Copam), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou o parecer favorável da Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri), para o licenciamento ambiental da Taquaril Mineração S.A (Tamisa), para que a mineradora possa se instalar em um dos cartões-postais de Belo Horizonte - a Serra do Curral.

Isso quer dizer, afirma matéria do mesmo jornal, “que a Tamisa recebeu aval do Copam para instalação do complexo industrial,” mas, “o início de extração mineração, vai depender de uma nova aprovação do conselho,” que poderá dessa vez rever sua decisão sob pressão de ações na Justiça, como já protocolada pelo Ministério Público, e de protestos de diversas partes organizadas da sociedade. Vamos agurar as cenas dos próximos capítulos. Que elas sejam auspiciosas.

Diante desses dados e acontecimentos, verifica-se que a situação é alarmante, para dizer o mínimo e o óbvio, de tal maneira que se ela não for corrigida em tempo, correremos sério risco das condições ambientais do país serem alteradas tão drasticamente de modo a gerar gravíssimas e permanentes consequências para nosso equilíbrio ambiental e, inclusive, para nossa economia, contrariando a tendência internacional. Pois, cada vez mais, embora ainda em um ritmo lento e em meio a estagnações e recuos, os países ocidentais ou ocidentalizados mais avançados estão caminhando para a economia verde, o desenvolvimento sustentável e a valorização do capital natural como elemento fundamental dos seus recursos estratégicos.

O desprezo pela questão ambiental do atual governo está nos colocando na contramão dessa tendência e nos custando o atraso na consolidação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, do qual poderíamos nos beneficiar economicamente, e pode nos prejudicar no futuro próximo devido às exigências da certificação de origem de nossas *commodities* pelo selo verde.

¹⁰ <https://www.otempo.com.br/cidades/serra-do-curral-copam-aprova-licenca-ambiental-de-mineradora>.

Por esse motivo, a proteção do meio ambiente é uma questão estratégica para o país, motivo pelo qual promovê-la, visando não apenas ao desenvolvimento econômico, mas também ao social e ao ambiental, é um de nossos maiores desafios que, para ser superado, demandará um conjunto de ações voltadas para reforçar a fiscalização dos recursos naturais nacionais, endurecer a punição contra os praticantes de crimes ambientais e, imprescindivelmente, educar a sociedade com campanhas de conscientização nas diversas mídias e nas escolas. Caso contrário, a economia verde será uma miragem, um mero conceito distante da realidade brasileira, cuja não aplicação dificultará, no médio e longo prazos, a expansão internacional de nossas atividades produtivas e trará graves problemas para o equilíbrio natural tão necessário ao nosso bem-estar e a nossa prosperidade econômica.

O impacto econômico na justiça social

A justiça social é uma noção muito ampla e complexa. Diversos autores vêm refletindo sobre os mais variados temas abrigados sob tal noção desde pelo menos a publicação, em 1755, do *Discurso sobre a origem das desigualdades entre os homens* escrito por Rousseau. Nessa parte deste texto, será abordada apenas uma das suas faces: o combate à desigualdade social responsável pela pobreza.

A pobreza é um fenômeno ou fato social (nos termos de Durkheim) antigo. Com níveis distintos de intensidade e de afetação do tecido social, ela é, normalmente, fruto da distribuição desigual da riqueza, principalmente em sociedades marcadas por forte desequilíbrio social, em que o Estado pouco ou nada faz para compensar ou amenizar os seus efeitos, que por essa razão atingem proporções dramáticas (POSTONE: 2008).

Durante o longo tempo da experiência humana, entre as primeiras formações sociais e os dias atuais, a pobreza foi percebida de diversas maneiras. No Ocidente, desde pelo menos o século XVI, quando as relações de produção capitalistas começaram a predominar, ela passou a ser vista como problema social, depois de ser percebida, de um modo geral, na época medieval, como uma virtude essencial para a salvação (DAVIS: 1990, p. 23-25). Daí em diante, com a consolidação do capitalismo, o avanço da urbanização e a explosão demográfica, que dá sentido, no final do século XVIII, à tese pessimista de Malthus (a de um futuro sombrio, marcado pela fome e revoltas antifamélicas, para a humanidade, devido ao desequilíbrio entre o aumento da população e a oferta de alimentos), a pobreza, que ainda era concebida como uma fatalidade, ou como um destino, passa cada vez mais a ser concebida como resultado de causas sociais.

Isso se deu à medida que as sociedades se laicizavam, com o desencantamento da vida, do mundo, do homem, do seu corpo e de suas relações. Assim, a aura sagrada que revestia a pobreza é removida e os indivíduos a ela submetidos começam a ser vistos, no contexto de uma ordem econômica fundamentada no liberalismo, como produto do seu próprio fracasso pessoal.

No Brasil, a má distribuição da riqueza, geradora da pobreza, é inerente à sua formação colonial, porque, em primeiro lugar, a estrutura econômica fundamentada no sistema colonial não favorecia uma ampla acumulação endógena de capital. Em segundo lugar, como se tratava de uma sociedade que se estruturou com base no trabalho compulsório, particularmente o escravo, a maior parte da riqueza socialmente produzida, que não era canalizada pelos mecanismos de transferência de um mercado monopolizado, ficava retida pelos fazendeiros, comerciantes e agentes da administração portuguesa. Isso explica, por exemplo, porque uma Capitania especializada na exploração de ouro e pedras preciosas, como Minas Gerais, de onde foram extraídas toneladas de riqueza mineral ao longo do século XVIII, a maioria da população era pobre, muito pobre, como nos mostra Souza (1990).

E a Independência não resolveu esse problema. A estrutura econômica e social do país permaneceu a mesma do período colonial, arrastando cada vez mais africanos para a escravidão, que somente foi extinta em 1888, deixando um legado de preconceito, racismo e desigualdade social que até os dias de hoje geram perturbadoras tensões no país. Nesse novo contexto, o monopólio comercial português havia ficado para trás, mas o excedente resultante das novas oportunidades internacionais de negócio, dinamizadas pela expansão da cafeicultura, seguiu a tendência da concentração no topo da pirâmide social, enchendo as algibeiras das elites que quase nada, exceto por eventuais ações de caridade, fizeram para amenizar a pobreza popular.

Uma boa representação disso é o personagem Brás Cubas, uma criação genial de Machado de Assis, cuja obra protagonizada pelo citado personagem, *Memórias póstumas...* pode ser compreendida como uma construção verossímil da ordem social brasileira da segunda metade do século XIX, como nos mostra Schwarz (1997); uma ordem, como argumenta o mesmo autor, formada a partir da “Independência, quando se articularam perversamente as finalidades de um estado moderno, ligado ao progresso mundial, e a permanência da estrutura social engendrada na Colônia” (1997, p. 223).

A proclamação da República também não trouxe novidades sobre esse tema. Durante a primeira experiência republicana, a pobreza vicejava tanto quanto os cafezais que impulsionavam a riqueza nacional. A nova ordem política, inaugurada por um processo histórico iniciado com a crise do Império, foi oriunda de uma cisão da classe dominante. Uma nova aristocracia substituía outra no comando do poder, com o apoio dos militares, enquanto o

povo, segundo um cronista da época, assistia a tudo “bestializado”. Tratava-se de uma transição pelo alto, sem participação das camadas populares, em um processo de modernização conservadora, isto é, de transformação na organização política sem mudanças na estrutura social. Afinal, o que estava em jogo era o interesse da nova elite econômica, a qual se empenhou na construção de um novo pacto político, conhecido como pacto oligárquico (sustentado na política do café com leite no nível federal, na política dos governadores no nível estadual e no coronelismo no nível municipal) para controlar a máquina do Estado e proteger seus interesses de classe. O Estado liberal originado desse pacto não contemplou a grande massa da população. Esta continuou entregue à sua própria sorte, ou ao que sobrou da sensibilidade religiosa, expressa na caridade pública, ou à dádiva dos protagonistas da situação política local, ancorada no paternalismo agora na sua manifestação coronelista.

Dessa forma, a desigualdade social encontrou condições favoráveis para ser estruturalmente engendrada em um país, por estar situado na periferia do capitalismo, que sofria com os efeitos de uma economia limitada pelo desenvolvimento desigual nas relações de trocas internacionais (SAMIR: 1976).

Para compreender isso, deve-se lembrar de que a macroeconomia da Primeira República ainda estava estruturada nos moldes da economia colonial. O país era dependente, em larga medida, da monocultura cafeeira (afora outros produtos exportáveis, como a borracha, e da produção voltada para o abastecimento interno com sua dinâmica própria). Consequentemente, quase toda política econômica nacional girava em torno dela, cujo aumento exponencial das exportações (acrescido do ciclo da borracha voltado para o comércio exterior) acabou gerando maior interesse na produção de café, atraindo mais capitais estrangeiros (para investir na sua produção ou como resultado do crescimento do seu valor exportado). Isso criou em alguns momentos crises de superprodução e desequilíbrio no câmbio que impactaram negativamente a economia geral do país, provocando algumas distorções conjunturais com graves efeitos colaterais. Um deles foi a inflação. O preço artificialmente alto do café (garantido pela compra, desde 1906, pelos cofres públicos dos maiores produtores, SP e MG, dos excedentes não exportados) acabava arrastando consigo os preços de um modo geral de outros setores produtivos, inclusive os dos gêneros básicos da alimentação. O segundo foi o aumento da dívida pública. Muitas vezes, para administrá-la, emitia-se moeda, o que, normalmente, ao aumentar a circulação de dinheiro sem lastro no crescimento da economia, pressionou a subida dos preços no mercado interno. Desse modo, houve substancial elevação do custo de vida, penalizando duramente a população de baixa renda. Para se ter uma ideia disso, em 1914 o índice do custo

de vida no Brasil era 100, saltando para 148,8 em 1919, para 236,6 em 1924 e para 261 em 1929.¹¹

Em contrapartida, sabe-se que a exponencial imigração para o Brasil, acrescida de uma população recém egressa do contexto da escravidão e de um contingente enorme de homens de origem pobre, oriundo do mesmo contexto (os livres-pobres), proporcionou uma oferta gigantesca de trabalhadores, o que ajudou a inibir a elevação dos salários.

Assim, a pobreza era engendrada estruturalmente, como revela Viscardi (2011). Sem direitos políticos (pois o analfabetismo funcionava como cláusula de barreira constitucional para a participação política), com direitos sociais limitadíssimos (para ser ter uma ideia, saúde e educação ainda não eram obrigações constitucionais do Estado brasileiro) e sem direito trabalhista, a população pobre imersa naquela estrutura econômica vivia no limite da subsistência e não raro gemia sob o peso da miséria.

Com a ruptura provocada pela Revolução de 30, sobretudo com a consolidação e perpetuação de Vargas no poder até 1945, aos poucos a situação começou a mudar, ao menos para uma parte da sociedade. A política industrial de seu governo, à medida que ia provocando efeitos na renda nacional, concorreu para a expansão das cidades e, com ela, o setor de comércio e serviços, estimulando a formação e crescimento da classe média.

Em meio a isso, os trabalhadores urbanos (os rurais ficaram de fora até 1963) foram contemplados com a Consolidação das Leis Trabalhistas (1942), que melhoraram consideravelmente a situação dessa fração de classe, mas sob o manto de um paternalismo inibidor da sua organização política, tornando-a predisposta a se tornar uma massa de manobra varguista e de outras lideranças posteriores com forte traço populista.

Foi a primeira vez que um governo destinou à classe trabalhadora uma certa proteção social, para preservá-la “de uma pauperização drástica,” como até então se via, segundo Ianni (1968, p. 61). Além disso, conforme mostra o mesmo autor (1968, p. 63, tabela X), utilizando dados do BNDE, foi a primeira vez que se a autoridade governamental adotou uma política de valorização do salário mínimo, cujo poder de compra, apesar de algumas derrapagens, manteve-se em níveis razoáveis até pelo menos a crise do início dos anos 1960 que culminou no Golpe de 64.

Com a ascensão dos militares, houve considerável retrocesso a esse respeito. Aos poucos, com a melhoria das condições econômicas internacionais, a abundância de crédito estrangeiro barato e o avanço da internacionalização da economia brasileira, por meio do

¹¹ Os dados sobre custo de acima apresentados foram produzidos por Roberto Simonsen e reproduzidos por FAUSTO, 1972, p. 94

modelo associado-dependente, o país conseguiu superar a crise política instaurada após a renúncia de Jânio Quadros e o esgotamento da hegemonia do modelo de substituição de importações.

Consequentemente, a economia brasileira volta a crescer, atingindo níveis elevados durante o período conhecido como Milagre Econômico (1968 a 1973), cujas bases, empréstimos externos, reformas financeiras e utilização da capacidade ociosa do parque industrial, permitiram a expansão do PIB, como revela Neto (2017, p. 69, figura 5).

Todavia, como argumenta o mesmo autor (2017, p. 63-65) isso não se refletiu na melhora da renda da grande massa da população, cujos salários sofreram forte controle da política monetária derivada dos planos econômicos de então, em particular sob o comando do ministro Delfin Neto (aquele a quem se atribuiu a frase “é preciso esperar o bolo crescer para reparti-lo”).

E o pior, quando o milagre acabou, sob o impacto da primeira grande crise do petróleo de 1973, houve forte escalada inflacionária e perverso arroxo; escalada essa que, após um controle artificial durante o plano cruzado, já no governo Sarney, e outro do Plano Collor, foi a tendência marcante e o grande desafio a ser superado até a consolidação do Plano Real no governo FHC.

Durante todo esse período, o legado da escravidão, do capitalismo selvagem implantado no Brasil, da sua condição de país periférico no sistema internacional das trocas comerciais, do subdesenvolvimento e do retrocesso na distribuição de renda dos governos militares, levou o país à condição de um dos campeões mundiais da desigualdade social, da má distribuição de renda e da pobreza.

Com o Plano Real, a pobreza recuou significativamente (LEITE: 1999, p. 142), como resultado da estabilização monetária, que permitiu a redução drástica da inflação (responsável pela corrosão do poder de compra da população, principalmente da parte mais pobre dela), e dos programas sociais criados durante o governo FHC, como o bolsa-escola em 2001 (inspirado na proposta de Cristovam Buarque, quando era reitor da Universidade de Brasília), conforme estudo de Draibe (2003).

Mas, no mesmo governo, não houve uma política clara e objetiva de valorização do salário mínimo, que correspondia aproximadamente a cem dólares quando a URV (embrião do Real) foi adotada, limitando estruturalmente o alcance da redução da desigualdade social e, com ela, a pobreza.

Essa valorização veio com a eleição do presidente Lula, quando o salário mínimo, que já vinha aumentando acima da inflação desde seu primeiro ano de mandato 2003, passou a ser

reajustado, a partir de um acordo entre governo e centrais sindicais selado em 2007, por critérios claros (que ganharam força de lei durante a gestão Dilma), a saber: “O repasse da inflação do período entre as suas correções, mais um aumento real calculado a partir da variação do Produto Interno Bruto (PIB) do país, além da antecipação da data base de sua correção - a cada ano - até ser fixada em janeiro”¹²

O resultado disso foi um crescimento real do salário mínimo, segundo os dados fornecidos pelo DIEESE e o IBGE divulgados pelo site Brasil de fato.¹³ Essa política de aumento da renda do trabalhador, somada às demais políticas públicas, como as leis afirmativas, a expansão do ensino universitário e técnico, a maior oferta de crédito estudantil, o Bolsa-Família, praticadas durante um contexto internacional favorável às exportações brasileiras (que permitiram a ampliação das reservas cambiais), promoveram a dilatação do mercado interno e, conseqüentemente, a redução do desemprego para um nível considerado de plena empregabilidade.

A euforia era tanta que havia a sensação de o país estar marchando, voando como a capa do *The Economist* de novembro de 2009 ilustra (ao publicar foto do Cristo Redentor decolando como um foguete), rumo ao tão sonhado desenvolvimento. Afinal, o país continuava crescendo, atingindo marcas elevadas, mesmo com a crise mundial de 2008, até a atingir a quinta colocação do ranking dos países com maior PIB mundial. Mas, os escândalos de corrupção, o rápido crescimento da dívida pública, a desaceleração da economia chinesa (que impactou negativamente nossa exportação), o esgotamento do modelo de expansão do consumo interno baseado no endividamento familiar, o aumento dos juros para conter a ameaça inflacionária, as hesitações em torno do pré-sal, entre outros fatores, levaram o sonho brasileiro ao pesadelo.

Uma convergência de crises, política, financeira, econômica e moral, junto com o pânico instaurado nos meios políticos, sobretudo no Congresso, da Lava-jato ir longe demais e, como alertou o então senador Romero Jucá, atingir a todos, criaram as condições para a perda da governabilidade da presidente Dilma, que acabou sofrendo com o impeachment da então “presidenta” em 2016, encerrando melancolicamente o ciclo petista no poder federal.

Aos poucos, os ganhos obtidos durante esse ciclo foram se perdendo com os efeitos da crise (das incertezas do mercado motivadas pelo impeachment) e, principalmente, com a ascensão de governo Bolsonaro que pôs fim à política de valorização do salário mínimo, reajustando-o apenas pelo índice oficial da inflação.

¹² <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/>, p. 1-2, acessado em 24/03/2022.

¹³ <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/31/> acessado em 24/03/2022.

Tal governo, além disso, revelou-se até agora incapaz de apresentar soluções para a retomada do crescimento e incentivo ao emprego. No seu primeiro ano de mandato, o país repetiu o mesmo índice de aumento do PIB observado o mandato tampão de Temer (1%). Em seguida veio a pandemia da Covid 19 e agora a guerra do Putin, que estão pressionando a inflação de modo alarmante e gerando forte angústia social, devido à dificuldade do atual governo apresentar resposta eficiente e sustentável aos efeitos trágicos de tais problemas.

O resultado disso é um país com uma das maiores taxas de inflação, de juros e de desemprego do mundo, levando à elevação da má distribuição de renda e, conseqüentemente, da pobreza, como mostram os dados da *Global walth report* divulgados em 2021,¹⁴ que revelam o aumento dos indicadores do índice de Gini em relação à desigualdade e à concentração de renda no Brasil, colocando-o no topo da lista do primeiro quesito e na segunda colocação no quesito seguinte, considerando as doze maiores economias do mundo.

Ou seja, nosso país é um dos campeões da desigualdade na escala planetária, figurando na 8ª posição na lista dos países mais desiguais do mundo, a frente apenas de algumas nações africanas.¹⁵ Isso explica a multidão de pessoas, assombradas pela miséria, disputando ossos descartados pelos frigoríficos e açougues em diversas cidades do país até há pouco tempo, bem como o aumento de pedintes e sem-teto pelas ruas dos grandes centros urbanos, conforme dados tabulados pelo IPEA e divulgados pela Sociedade Brasileira para Solidariade.¹⁶

Por isso, a construção de uma sociedade equilibrada socialmente, na qual impera o estado de bem-estar-social, pautada nos ideais de justiça social, está cada vez mais distante da realidade brasileira, que experimenta atualmente um claro e temerário retrocesso na área social, como em tantas outras áreas.

Assim, a redução da concentração de renda, da má distribuição da riqueza socialmente produzida e da pobreza torna-se um de nossos maiores desafios para a promoção da justiça social no país, o que para ser alcançado necessita da construção de uma sensibilidade social, por meio das escolas, mídias, ONGs, dos intelectuais, políticos sensíveis às causas sociais, etc. destinada a fomentar grande debate que conscientize a sociedade de que problema social não é um problema dos pobres, e sim de todo mundo. Pois, quanto mais desequilibrada é uma nação, mais tensa e violenta ela tende a ser, e não é a liberação de compra de armas para a população que vai permitir às pessoas se protegerem da crescente violência derivada dos crimes contra a propriedade, e sim a inclusão social a partir de planejamento público, de política de Estado,

¹⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil>. Acessado em 24/03/2022.

¹⁵ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/15/>. Acessado em 24/03/2022.

¹⁶ <https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil/>. Acessado em 24/03/2022.

voltada para a valorização da educação, da empregabilidade, dos salários, da saúde, do meio ambiente, da cultura, e tantas outras questões que estão na base da concepção de justiça social.

Conclusão

Economicamente, vive-se em uma época marcada por angustiante incerteza geradora de grande inquietação política e potencializadora de temerários conflitos sociais. No caso brasileiro, essa angustia tem criado perigosa apreensão social, devido principalmente ao fato de, até o momento, o atual governo não ter apresentado um projeto para a recuperação econômica do país e para o enfrentamento dos desafios apresentados pelas exigências econômicas de um mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

Além disso, há problemas persistentes e desafiadores que não estão sendo combatidos, como o aumento da dívida pública, a complexa, pesada e excessiva política tributária, que demanda uma urgente, sábia e eficiente reforma, o crescimento da dependência de produtos primários para a dinamização das exportações e a precarização da formação de pessoal extremamente necessária para atender às demandas de uma economia em acelerada sofisticação tecnológica.

Em relação à conexão entre economia e meio ambiente, estamos retrocedendo aceleradamente. Os índices de degradação ambiental são alarmantes, criando apreensão mundial e ameaças de boicote que, se concretizadas, impactarão negativamente as exportações brasileiras no setor de produtos, dos quais somos muito dependentes como exportadores, como agronegócio e mineração. E o pior, se os recursos ambientais estão sendo progressivamente considerados uma nova modalidade de capital, capital natural, estamos queimando expressiva soma de riqueza que fará muita falta no futuro, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista ambiental, e poderá comprometer o desenvolvimento nacional na era global.

Já a conexão entre economia e justiça social, estamos recuando ainda mais após os recuos precipitados pelas crises que culminaram no impeachment de 2016, devido à atual ausência de um plano de inclusão social, ao abandono da política de valorização salarial, aos efeitos negativos da Pandemia e às consequências da guerra do Putin. Por essa razão, é lamentável concluir que o sonho do desenvolvimento brasileiro está em recesso, pois além de todas as dificuldades de uma conjuntura internacional bastante delicada, ainda há a falta de inspiração do atual governo para criar soluções destinadas a impulsionar o crescimento de nossa economia, bem como o seu desinteresse ideológico para elaborar um projeto que possa promover a inserção da proteção ambiental e da promoção da justiça social na agenda pública da política econômica.

Assim, o problema do desenvolvimento sustentável, ambiental, econômico e socialmente, apesar dos compromissos assumidos pelo Brasil na Eco 92 e na Cúpula das Nações Unidas em 2015, está ainda mais desafiador devido ao abandono do atual governo dos acordos firmados em tais eventos internacionais, por causa da sua opção ideológica em relação ao meio ambiente, ao seu desinteresse pelas questões sociais, à sua incapacidade de criar políticas públicas para fomentar o crescimento.

Por tudo isso, acrescido das incertezas atuais da economia internacional, tem-se a sensação de que, no Brasil, a roda da história está girando para trás em relação, entre outros setores, à sustentabilidade ambiental, econômica e social fundamental para a promoção do tão sonhando desenvolvimento, em sentido amplo, de nossa sociedade.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionísio Dias. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ANDRADE, Daniel C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*, (14): pp. 1-31, 2008.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Ed. Nobel, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura o início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEAN, Woren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIAS, Deise Berger e NUNES, Marcus Antonius da Costa. Problemas ambientais no Brasil. In: *WWW. Revistaea.org*, v. XX, n. 78, 2022.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, 15 (2), 2003.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FRAGOSO, João et al. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2003.

GIAMBIAGI, Fábio, et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LEITE, Antonio Dias. *Crescimento econômico: experiência histórica do Brasil e estratégia para o século XXI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

MAZZETTI, Antonio Carlos et al. América Latina em perspectiva: o pensamento cepalino e decolonial. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 23, 2021.

MELLO, João. Manuel C. de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2016.

NETO, Mário Danieli et al. Narrativas sobre tempos sobre tempos sombrios: ditadura militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

POSTONE, Moishe. Crítica, Estado e economia. In: RUSH, Fred (org.) *Teoria crítica*. Aparecida: Idéias e Letras, pp. 203-233, 2008.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000

RAJÃO, Raoni et al. *Uma breve história da legislação florestal brasileira*. São Paulo: Observatório do Código Florestal, 2018.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMIR, Almir. *Desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. São Paulo: Forense Universitária, 1976

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; BACHA, Edmar Lisboa. *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, suplemento 1, 2011

Escravidão e liberdade como desafios no Brasil pós 1822

Mário Danieli Neto: Unifal-MG

Palavras iniciais

A Independência do Brasil, efeméride comemorada em sete de setembro, é um acontecimento histórico cercado por controvérsias interpretativas. Um fato histórico jamais é algo pronto e acabado, pois as fontes em que se sustentam (documentos escritos, imagens, relatos orais, etc.) sempre são passíveis de ser reinterpretados a partir de diferentes visões historiográficas, interesses políticos, construção de narrativas e de memórias.

Com a independência do Brasil não é diferente. Ao menos duas linhas interpretativas distintas podem ser mencionadas: uma que analisa os fatos ocorridos desde o início do século XIX como um processo histórico cujo início se deu no período das Guerras Napoleônicas (1800-1815) e que culminaria, em 1822, na separação político-administrativa do Brasil frente a Portugal. Nessa linha, o fato que inaugura o processo de independência é a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 (MALERBA: 2006, p. 32).

A outra linha de interpretação, por sua vez, entende a independência não como um processo, mas como uma revolução. Ocorrida no contexto das revoluções dos séculos XVIII (França, Estados Unidos, Haiti) e XIX (independência das colônias espanholas na América), a emancipação política do Brasil seria parte desse conjunto de acontecimentos que rompe com o domínio colonial europeu (MALERBA: 2006, p. 36-7).

No entanto, em tempos recentes, retomou-se uma perspectiva histórica e mesmo historiográfica, ligada, em essência, aos “grandes personagens” que teriam protagonizado os acontecimentos: homens e mulheres – mas quase sempre homens –, cuja ação e vontade impuseram mudanças profundas na história dos povos. Assim, destacaram-se, durante longo tempo, as figuras de D. Pedro I, de José Bonifácio e de outros próceres da Independência – imagens construídas a partir de uma narrativa de posicionamento político conservador, que entende o fato como decorrente de uma vontade heroica e patriótica. Mas, então, perguntamos: qual era o sentido de pátria no Brasil do início do século XIX? Certamente, não era um sentimento comum a toda a população do Brasil naquele tempo. Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que viajou pelo interior do Brasil no início do século XIX, anotou que: “D. João VI era no Rio de Janeiro o soberano de uma multidão de pequenos Estados distintos. Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros” (SAINT-HILAIRE: 1974, p. 431).

Ou seja, o viajante francês notava uma das características da sociedade do Brasil no século XIX, a saber: as identidades regionais eram mais fortes do que um suposto reconhecimento de todos como brasileiros. Tal disparidade evidencia-se nos conflitos que marcaram a Independência e o pós 1822. Revoltas, revoluções, enfrentamentos nas ruas eram situações comuns no Brasil deste período. Como exemplos, podemos mencionar a Revolução Pernambucana de 1817, a revolta na Bahia (Salvador) de 1822 e os conflitos de rua no Rio de Janeiro em 1831. Para além desses embates, vale também mencionar a constante tensão do Império durante o Período Regencial (1831-1840), quando eclodiram diversas revoltas em várias províncias: Cabanada, Bahia (1832-1835); Carrancas, Minas Gerais (1833); Malês, Bahia (1835); Cabanagem, Pará (1835-1840); Farroupilha, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1835-1845); Sabinada, Bahia (1837-1838); Balaiada, Maranhão e Piauí (1838-1841), para mencionar apenas as mais conhecidas.

Ao discutir detalhadamente os pontos fundamentais da historiografia sobre a Independência, Malerba (2006, p. 28) mostra que o processo de construção da nação diferenciase, temporal e historicamente, da emancipação política. Ou seja, a ideia de nacionalidade se constituiu ao longo do século XIX, distintamente do momento histórico em que se deu a Independência como fato político.

Dentre os muitos desafios que o Brasil independente enfrentaria, é possível apontar a escravidão como aquele que mais causou embates dentro da sociedade do século XIX. Esses embates ocorreram em diferentes planos, mas com igual ardor. No parlamento, nas ruas, no campo, na imprensa, a escravidão apareceu como ponto sensível no esforço de construção de uma sociedade “livre” e de uma nação “soberana”.

A escravidão no contexto da Independência do Brasil

Em 1823, alguns meses após a proclamação da Independência por D. Pedro I, um dos principais articuladores políticos da ruptura com Portugal redigiu um documento direcionado à Assembleia Geral Constituinte para tratar do que considerava como os pontos mais importantes para o futuro da nação que se começava a construir. Este era José Bonifácio de Andrada e Silva e, em sua representação, escreveu que, sem contar a própria Constituição que estava sendo elaborada, dois outros assuntos “eram do maior interesse para a prosperidade futura deste império”. O primeiro tratava-se da questão indígena, cuja “civilização geral” deveria ser objeto de atenção do Estado Imperial, visando à substituição da mão de obra escrava; e o segundo e mais delicado, talvez, referia-se à própria existência da escravidão. José Bonifácio argumentava então sobre a necessidade da promulgação de uma nova “lei sobre o comércio da escravatura,

e tratamento dos miseráveis cativos”. Na representação à Assembleia Constituinte, Bonifácio propunha medidas para abolir o tráfico africano, assim como para “melhorar a sorte dos atuais cativos, e de promover a sua progressiva emancipação” (SILVA: 2000, p. 23).

Na sequência dos acontecimentos históricos daquele ano, como se sabe, a Assembleia Geral Constituinte foi dissolvida pelo imperador e a constituição “outorgada” pela graça imperial em 1824. Boa parte dos projetos apresentados em 1823, entre os quais, o de José Bonifácio, foram engavetados sem ser discutidos pelo grupo responsável por redigir a primeira constituição do país independente. Não se pense, contudo, que as intenções de Bonifácio, ao propor o fim do tráfico de escravos e da escravidão, eram apenas humanitárias. Misturando argumentos humanitários com um forte discurso cristão e de defesa da “civilização” do país, o autor bradava também contra os vícios para os quais a indolência arrastava aqueles que viviam do trabalho de seus escravos (SILVA: 2000, p. 27). Na verdade, assim como José Bonifácio, outras vozes também propunham o fim do comércio negreiro e da instituição escravista, porém com o propósito explícito de “civilizar” o Brasil, livrando a sociedade dos males morais e econômicos decorrentes da escravidão. Exemplo dessa perspectiva foi mostrado por Rodrigues, quando, ao tratar da obra escrita por Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, também deputado constituinte, enfatizou a enérgica defesa deste autor quanto ao fim da escravidão, com base na ideia de que “o trabalho escravo era responsável por danos morais à nação, além dos danos econômicos vinculados ao custo do escravo em relação a sua produtividade” (2017, p. 306).

Desafio aos dirigentes da nação que se pretendia construir em 1822, a escravidão assombrava a cabeça dos parlamentares. Apresentava-se, em menor medida, como um problema para o qual se deveria encontrar uma “solução”, e, em maior grau, como uma questão de fundo, no sentido de que a continuidade do regime escravista era contestada de modo muito tímido e quase sempre com argumentos que delineavam os efeitos deletérios da instituição na moralidade da sociedade brasileira. A discussão mais acalorada nas sessões de 1823, nas quais se envolveu o tema da escravidão, referia-se ao conceito de cidadania que se pretendia estabelecer para a sociedade naquele momento histórico. A grande questão era entender se o escravo e, mesmo o liberto, poderiam ser considerados cidadãos. Evidentemente, se fossem cidadãos, estariam aptos a ter direitos e deveres como tais, o que, para alguns deputados, parecia ser uma situação absurda, dado que estavam submetidos ao regime de escravidão. Assim, por exemplo, explanava o deputado Almeida e Albuquerque que:

Pretender que sejam cidadãos brasileiros todos os membros da sociedade, é querer confundir as ideias: seria bom que todos fossem cidadãos; mas não é isto uma verdadeira quimera? Em um país, onde há escravos, onde uma multidão de negros arrancados da costa d’África e de outros lugares, entram no número dos domésticos, e formam parte das famílias, como é possível que não haja essa divisão? (ANAIIS do Parlamento Brasileiro, 1823, livro 5, p. 233).

Em seguida, o mesmo parlamentar indagava se o africano escravizado, que lograsse alcançar a liberdade no Brasil, mas que não tivesse adotado os costumes da sociedade e nem mostrasse algum grau de “civilização”, poderia ser considerado cidadão brasileiro (ANAIIS do Parlamento Brasileiro: 1823, livro 5, p. 234).

Como apontou Lúcia Neves, a noção de cidadania no período de debates no parlamento sobre a constituição não se limitou ao espaço da tribuna, mas acendeu o braseiro da “opinião pública” da época, ou seja, daqueles poucos que tinham o privilégio de saber ler e escrever. O número de periódicos e panfletos que eram publicados em algumas cidades do Império, mas principalmente no Rio de Janeiro, conheceu significativo aumento na década de 1820 (2002, p. 56-7). Porém, mesmo entre os considerados cidadãos de direito, o analfabetismo – e não a instrução – era o mais comum. Em um misto de poucos que sabiam ler e escrever e outros tantos que acompanhavam as notícias por meio da oralidade, a instrução aparecia como algo importante para a formação do cidadão participativo na esfera política. Contudo, a presença da escravidão restringia sobremaneira o acesso às informações sobre os principais debates desenvolvidos na assembleia constituinte. A participação “popular” era restrita a uma camada de pessoas ligadas ao funcionalismo público, comércio e pequeno artesanato e algumas patentes militares. Esses grupos, no entanto, buscavam excluir de qualquer participação os escravizados que, a não ser como massa de manobra para interesses de grupos particulares, eram engajados em alguns enfrentamentos no campo político. Em 1823, o redator do jornal “A Malagueta” dividia a sociedade brasileira em três castas bem definidas: o Imperador e sua família que, juntamente com a aristocracia dos homens brancos, exerciam os papéis de liderança da sociedade, os libertos de cor, com algum grau de civilidade e por fim os escravos, “Terceiro estado”, sem direito algum (NEVES: 2002, p. 57).

De forma geral, o entendimento dos deputados constituintes era de que os escravizados não eram cidadãos, estando, obviamente, excluídos de qualquer conjunto de direitos perante a sociedade; mas não apenas os escravos de origem africana ou crioulos, como também os indígenas. Na compreensão dos homens responsáveis por escrever a constituição do Império, aqueles estavam fora da ideia de cidadania preconizada por este grupo que comandaria a nação nas décadas seguintes. Nessa perspectiva, não passavam de meros “habitantes” do Império do Brasil e não se configuravam como detentores de direitos, principalmente de direitos políticos. Os escravizados de origem africana eram, além de sua condição de dominados, considerados estrangeiros em terras brasileiras. Quanto aos escravizados crioulos, a escravidão seria um impedimento ao acesso à cidadania, prerrogativa exclusiva dos homens livres, conforme deixou

claro o deputado Montezuma. As discussões giravam em torno das definições do que era ser brasileiro, membro da sociedade e cidadão. Sobretudo, insistiam os deputados sobre a necessidade de “definir grupos de cidadãos, aqueles que fariam parte da nação brasileira, da qual se desejava excluir os escravos e indígenas”, concluindo-se pela adoção de um conceito de cidadania que privilegiava alguns grupos em detrimento de outros, particularmente, excluindo-se os que ocupavam as posições mais baixas na sociedade (ALVES: 2008, p.13).

Desse modo, o tráfico de escravos e a escravidão emergiam no cenário do Brasil independente como duas das mais importantes questões que deveriam ser debatidas pela sociedade. Certamente, tal debate passava pela condução da própria elite escravista, primeira interessada em protelar ou mesmo evitar qualquer mudança com relação à instituição escravista. Não é de se admirar, portanto, que, tanto uma quanto outra, tenham sido conduzidas com uma premeditada lentidão e, em alguns casos, aberta resistência. Imbuídos do espírito liberal do século XIX, tomando por modelos a França revolucionária e os Estados Unidos, a elite brasileira era refratária, contudo, aos princípios democráticos, optando pela solução monárquica e, apesar do verniz “modernizante” de algumas lideranças, a escravidão permaneceu como limite aos arroubos liberais em terras brasileiras (COSTA: 1999, p.167).

Contemporânea dos tumultuados acontecimentos em torno da Independência do Brasil, a viajante inglesa Maria Graham deixou um relato vivo do que ouviu sobre o tráfico de escravos para o país por volta de 1821. Em seu diário, no dia 6 de novembro daquele ano, anotou as seguintes observações a partir de uma conversa com um conterrâneo, capitão de um navio que chegara da costa da África:

jovens negras [são] metidas em barricas e atiradas ao mar quando os navios são perseguidos; negros presos em caixas quando o navio é revistado, com uma remota possibilidade de sobreviver à prisão. Mas uma vez que se admite o tráfico, não admira que o coração se torne duro para os sofrimentos individuais dos escravos (GRAHAM: 1956, p. 166).

Nesse ponto, delineia-se, em linhas gerais, o arranjo de poder que daria a direção ao problema da escravidão no Brasil após a Independência. A instituição escravista continuaria em plena atividade nos primeiros anos da nova nação, que, aos poucos, se alinharia a um concerto internacional no qual o tráfico de escravos e a escravidão eram parte do jogo. Depois dos turbulentos anos iniciais do século XIX, quando os espaços ibérico e das Américas foram fortemente abalados pelas Guerras Napoleônicas, a Inglaterra retomava a defesa de um movimento internacional abolicionista. A reação a essa postura consolidou-se nas ações desenvolvidas no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos, no âmbito do que foi chamado de internacional escravista. Desse modo,

Nesse movimento de mão-dupla entre as demandas da classe senhorial e os esforços de arregimentação de eleitores por parte de uma nova força política, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba (a zona econômica mais dinâmica do Império do Brasil ao longo do século XIX) desempenharam papel fulcral, ao demandarem por meio de pressão política direta e de ações no espaço público a reabertura do tráfico transatlântico. Tornando a matéria, desde 1835, pauta de campanha política, os agentes do Regresso Conservador (futuramente conhecidos pela alcunha de saquaremas) acenaram aos traficantes, cafeicultores e senhores de engenho que dariam sinal verde à retomada do infame comércio (MARQUESE e PARRON: 2011, p.103).

De fato, o incremento do fluxo de importações de escravos, principalmente para o Rio de Janeiro, foi significativo nos anos que se seguiram à Independência. Em vista das tratativas internacionais entre o Império do Brasil e a Inglaterra ao longo da década de 1820 e, possivelmente, temerosos do estancamento do comércio negreiro, produtores rurais no Brasil foram atrás de salvaguardar seus lucros, aumentando a demanda e pressionando a oferta por novas entradas de africanos, conforme mostrou Florentino (1997, p. 43-4).

Nos anos que seguiram à declaração de Independência, o governo brasileiro esforçou-se por integrar-se ao concerto internacional. Embora em posição delicada por causa da pressão da Inglaterra pelo fim do tráfico, o governo do Império utilizou o próprio comércio negreiro como moeda de troca para obter o reconhecimento da independência política. Conforme mostrou Parron (2020, p. 447),

Para estabilizar o status político do Brasil independente o mais rápido possível, os fautores de 1822 tinham na algibeira uma carta especial a lançar na mesa (...): o fim do mais antigo e massivo comércio transatlântico de africanos escravizados. Talvez surpreenda dizer que os hierarcas do nascente Império do Brasil usaram o tráfico negreiro como alavanca política da independência, porém eles agiram com enorme senso de realismo geopolítico.

No decorrer das décadas de 1820 e 1830, o avanço do café na região do Vale do Paraíba fluminense e posteriormente na área da província de São Paulo deu a tônica da economia do Império. A reinserção do Brasil no mercado internacional de *commodities*, por meio da produção cafeeira, demandou um incremento na busca por mão de obra escravizada, mesmo após a lei de 1831, que tornava ilegal o tráfico de escravos para o Brasil. Apesar das punições previstas na lei para traficantes e compradores de escravos, a articulação de proprietários de terras em que o café despontava como principal cultura, dentro do próprio parlamento em defesa do escravismo, prevaleceu. A aplicação efetiva da lei aos poucos foi se tornando cada vez mais difícil, à medida que o grupo político conhecido como “regresso” assumiu a condução política do império a partir de meados da década de 1830. Não por acaso,

os anos de maior introdução de cativos africanos pelo porto carioca (1828 e 1829, com 45.000 e 47.000 africanos, respectivamente) encontraram correspondência nas safras abundantes de 1833 e 1834, quando a cafeicultura do Vale dobrou o volume da produção obtida em 1831 (MARQUESE e TOMICH: 2017, p. 365).

Porém, não só na área cafeeira a entrada de novos africanos escravizados ocorreu no período em questão, mas também no “Norte”, como eram conhecidas na época as províncias do atual Nordeste, o tráfico continuou a trazer novos contingentes, mesmo em flagrante desrespeito às leis do próprio Império. Em Pernambuco, por exemplo, entre 1835 e 1850, foram registradas entradas de cento e três navios negreiros, com uma estimativa de desembarque em terras brasileiras de 38.350 pessoas escravizadas que chegaram a Pernambuco nesses anos (CARVALHO, 1989, p. 49). Dentre esses milhares de escravizados introduzidos ilegalmente no Brasil, às vistas das autoridades, estava um de nome Mahommah Gardo Baquaqua, cuja história é conhecida por ter sido narrada por ele próprio em uma autobiografia. Escravizado provavelmente por volta de 1840, desembarcou em Pernambuco em 1845. Segundo o relato de Baquaqua, ao chegar às proximidades do Recife, o navio em que ele estava ficou “zanzando” o dia todo, sem lançar âncora. Os escravizados ficaram a bordo sem água nem comida e foram instruídos pela tripulação a não fazer nenhum ruído. Só puderam subir ao convés quando já era noite, para ser examinados por compradores interessados na carga humana. Ainda segundo o relato, o desembarque teria ocorrido “a algumas milhas da cidade [do Recife], na casa de um fazendeiro, que era usada como uma espécie de mercado de escravos” (LARA: 1988, p. 273). Provavelmente, a estratégia do desembarque às ocultas e durante a noite era por causa da perseguição inglesa aos negreiros que buscavam o Brasil, cuja intensidade havia aumentado após 1844.

Nesse sentido, o escravismo no Brasil independente engajou-se na dinâmica econômica internacional provocada pela demanda por produtos como café, algodão e açúcar, interligando os territórios do Brasil, Cuba e Estados Unidos ao mercado mundial. Concomitantemente ao crescimento do combate ao tráfico por parte da Inglaterra, a escravidão era reforçada em terras brasileiras, em um movimento que apenas aparentemente se mostra contraditório.

Dale Tomich, em uma série de ensaios, tratou da questão cunhando o conceito de uma “segunda escravidão”, momento histórico que corresponde justamente ao final do século XVIII e início do XIX, em que essas mudanças de dinâmica de ordem internacional no campo econômico demandam uma reordenação interna das áreas envolvidas. Ao mesmo passo, inserem-se as intrincadas questões ligadas ao surgimento e afirmação de espaços “nacionais”, como é o caso do Brasil. Tomich busca evitar a dicotomia entre espaços de produção industrial capitalista e as áreas de produção escravistas como polos opostos em que um estaria em contradição com o outro. Na realidade, o autor em questão dedica-se a mostrar a complementariedade entre essas duas realidades. O desenvolvimento capitalista engendrou uma

nova realidade nas áreas de produção em que predominou a escravidão no século XIX. Nas palavras de Tomich,

Essa “segunda escravidão” se desenvolveu não como uma premissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo sua existência como condição para sua reprodução. O significado e o caráter sistêmicos da escravidão foram transformados. Os centros emergentes de produção escrava viam-se agora cada vez mais integrados na produção industrial e impelidos pela “sede ilimitada de riqueza” do capital (TOMICH: 2011, p. 87).

No Brasil, a discussão sobre a segunda escravidão e seus impactos na sociedade escravista do século XIX ganhou força em períodos recentes com a construção de novas linhas de pesquisa que buscam inserir também os problemas decorrentes das políticas nacionais após 1822 no que se refere ao escravismo. Para além dos aspectos econômicos analisados nos trabalhos de Tomich, pesquisadores brasileiros vêm se preocupando com as estratégias de atuação política das elites escravistas no século XIX dentro do espaço de disputa no parlamento, em um movimento que avançou para a defesa institucional da escravidão (MARQUESE e PARRON: 2011, p. 99).

Essa defesa amarrou a sociedade em torno da escravidão por quase todo o século XIX e foi forjada no alvorecer da nação; ou seja, a ideia de nação, no Brasil, consolidou-se por meio das conquistas políticas da classe escravista, a qual, não por acaso, também era a detentora do poder desde os primeiros passos do período independente. No conjunto da obra, a defesa do escravismo, quando não era explícita, atrelava-se aos discursos de cunho conservador, buscando convencer a opinião pública sobre a necessidade da manutenção da escravidão, espécie de “mal necessário” a ser tolerado para que o país não afundasse em uma bancarrota econômica por falta de “braços” aptos a trabalhar em prol da “nação” que se pretendia construir livre e soberana. Desse modo,

Houve, no Brasil e em Cuba, um conjunto amplo de ideias empregadas para defender o cativo: a noção de que a escravidão produzia cidadãos para o Brasil; a percepção – contrária a certos pressupostos do discurso da economia política – de que o trabalho escravo era mais produtivo que o livre; a necessidade de escravos em situação de fronteira aberta; a definição da escravidão como instrumento para a realização do progresso; a comparação da vida dos escravos com a dos trabalhadores livres urbanos na Grã-Bretanha; a censura do imperialismo britânico no extremo Oriente; a denúncia da miséria social dos irlandeses; a associação dos abolicionistas a movimentos radicais como o socialismo (MARQUESE e PARRON: 2011, p. 110).

Em trabalho clássico na historiografia brasileira, Ilmar de Mattos evidenciou uma diferenciação entre o que definiu como plantadores escravistas e classe senhorial. De acordo com este autor, os representantes da classe senhorial foram hábeis em se servirem do Estado para “construir sua unidade e levar a efeito uma expansão” (MATTOS: 1994, p. 87).

Por sua vez, o outro lado da moeda mostra uma face pouco conhecida dos desafios da escravidão no Brasil independente. Na face oposta das discussões parlamentares e da articulação da classe senhorial com a burocracia do Estado, movimentava-se a própria população escravizada, certamente, não de modo a formar um contingente homogêneo quanto às suas lutas e reivindicações perante os senhores, mas atuando em diferentes espaços, desde o campo, nas cidades, no ambiente doméstico ou mesmo no parlamento. É bastante difícil perceber as atitudes de protagonismo dos escravizados quanto aos seus próprios destinos. Muito embora houvesse poucas possibilidades de sucesso, o entendimento por parte dos escravizados quanto à forma de enfrentar as vicissitudes inerentes ao sistema escravista demonstra que não eram simples pessoas passivas, à mercê dos caprichos de seus senhores e senhoras. Ao contrário, a presença de escravizados em diferentes espaços de atuação é um importante testemunho de que homens e mulheres submetidos à escravidão estavam atentos ao que acontecia na esfera das decisões políticas.

Nos debates realizados durante a Assembleia Geral Constituinte de 1823, surpreende um requerimento dirigido aos deputados feito por Ignácio Rodrigues, escravizado, por meio do qual procura reafirmar sua liberdade e de outros companheiros diante da relutância de sua senhora em aceitar a situação. Interessa, sobretudo, refletir sobre como escravizados interpretaram a ideia de independência, associando-a à de liberdade. Como afirmou Jaime Rodrigues (1995, p. 161), ao menos no campo semântico, independência e liberdade estavam interligadas, embora fosse mais complicado definir o que os representantes da nação pensavam a esse respeito. As noções de liberdade e de direito passavam por um tortuoso caminho no Brasil independente, já que a escravidão permanecia institucionalizada. No caso específico, a requisição de Ignácio Rodrigues e seus companheiros de escravidão, dirigida diretamente à assembleia, visava a garantir que o grupo de escravizados não fosse punido por sua senhora Águeda Caetana, visto que contestavam que ela fosse proprietária de fato. O caso já estava na justiça havia alguns anos, com muitas idas e vindas de tribunais e, naquele momento, chegava a uma segunda instância, para a qual a continuidade da causa exigiria pagamento das custas do processo, o que os “miseráveis” escravos evidentemente não teriam como arcar.

Aos deputados que discutiram o caso, pareceu haver algum conflito de instância e mesmo de direito. De instância por entenderem ser a assembleia o espaço para debates em torno da constituição e não de demandas específicas. Não obstante, o tema foi discutido em vários momentos da assembleia e aventou-se, inclusive, a possibilidade de se elaborar uma lei de caráter mais geral sobre a matéria (RODRIGUES: 1995, p. 163). De direito, porque a ideia de que os deputados pudessem deliberar sobre uma questão de cunho privado iria ferir o direito à

propriedade senhorial, o que seria uma interferência indevida dos legisladores na prerrogativa da senhora, no caso, em conceder ou não a alforria aos seus escravos. Desse modo, a assembleia parece que teve algumas crises de competência, pois deveria se ater a formular as diretrizes legais para o país independente (RODRIGUES, 1995, p. 163).

A questão se arrastou por algumas sessões, pois havia começado a ser debatida em 19 de junho de 1823 e foi concluída quase um mês depois, em 14 de julho (ANAIIS do Parlamento Brasileiro: 1823, livro 3, p. 82). Em grande medida, o problema estava na petição dos escravos de serem postos em liberdade até que a causa fosse decidida, o que, na visão de alguns dos deputados, era uma violação dos direitos de propriedade da senhora, e, portanto, não deveria ser admitida.

Nas argumentações e contestações presentes no debate, a Comissão de Legislação da Assembleia encaminhou ao ministro da justiça o parecer sobre o caso, pelo qual recomendava que o ilustre ministro fizesse a defesa do mais “precioso dos direitos do homem”. Nesse ponto, o historiador Jaime Rodrigues questiona: qual seria esse direito? O da liberdade do escravizado Ignacio e de seus companheiros ou do direito de propriedade da senhora Águeda Caetana? (RODRIGUES: 1995, p. 166). Conclui-se que prevaleceu o direito de propriedade frente ao da liberdade individual do escravo. A liberdade era concessão do senhor, portanto, os legisladores evitaram interferir no direito privado dos senhores no que dizia respeito a fazer o que bem entendessem com seus escravos, visto serem de sua propriedade, assim como os outros bens de que por direito líquido e certo pudessem possuir e dos quais poderiam dispor como melhor lhes aprouvesse. A decisão, mandada pelo próprio imperador, favorecia a senhora, Dona Águeda Caetana, que deveria ficar de posse dos “suplicantes” até que fosse dada decisão final ao caso. Não há como saber, pelos anais da assembleia, qual foi o desfecho do caso, mas é certo que, entre as questões debatidas pelos deputados em torno das ideias de “liberdade e humanidade”, relativas ao requerimento dos escravizados encabeçados por Ignacio Rodrigues, prevaleceu outra interpretação, a de que o direito à propriedade escrava era o mais importante para a nação (RODRIGUES: 1995, p. 166).

De todo modo, as discussões da Assembleia Constituinte de 1823 foram abruptamente interrompidas por D. Pedro I em novembro daquele mesmo ano. Importa entender, portanto, o fato de os escravizados terem encaminhado a representação junto à assembleia talvez tivessem uma perspectiva de que, estando os deputados discutindo questões relativas à Independência, tal fórum fosse o espaço para pautar as reivindicações sobre sua liberdade. O caso já estava caminhando com alguma lentidão na justiça, mas os escravizados provavelmente viram, na “Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa do Império do Brasil”, a possibilidade de abrir

uma nova frente de luta, quiçá mais efetiva e rápida do que a morosidade das instâncias legais que estavam conduzindo a causa. “O que seria, na visão desses escravos, a tal novidade chamada Assembleia Constituinte?” (RODRIGUES: 1995, p. 161). Não há como saber exatamente o que esperavam os escravizados por parte dos deputados, mas o fato de terem feito uma representação frente a este espaço de debates indica que havia uma boa noção de que o país precisava ser construído sobre alicerces novos, dos quais a escravidão deveria ser, ao menos, questionada.

Embora fluida e obscurecida por uma memória histórica que desde o Segundo Reinado construiu uma narrativa de que grandes homens da nação conduziram a independência e o império, há possibilidades de vislumbrar atitudes que indicam a efetiva participação dos escravizados em função da luta pela conquista da liberdade. Jurandir Malerba aponta como essa temática tem sido importante para a historiografia sobre escravidão no Brasil, no sentido de refletir a respeito da participação dos escravos em revoltas, principalmente na Bahia e Pernambuco após o sete de setembro de 1822, mostrando como esse contingente, embora considerado por muitos, como perigoso devido ao seu potencial de fomentar uma revolta escrava de grandes proporções, à semelhança do ocorrido no Haiti, foi, em diferentes momentos, mobilizado em torno de questões delicadas que envolveram as elites regionais nas disputas e dissidências com o governo do Rio de Janeiro. Não obstante, pergunta o autor em questão:

Em que medida a escravidão, enquanto instituição, e os escravos, enquanto grupo ou classe social, contribuíram para o processo de independência do Brasil ante Portugal? Isso é muito diferente de se analisar os vários grupos sociais ou camadas populares à época da independência, ou como a independência incidiu em suas vidas (2006, p. 37).

Exemplificando a questão, entre 1822 e 1823, durante os conflitos que se desenrolaram na Bahia envolvendo grupos contrários à Independência do Brasil e os chamados “patriotas” que batalhavam por expulsar portugueses e os que resistiam em reconhecer o governo de D. Pedro I, não houve outra solução a não ser o recrutamento de escravizados para a luta pela libertação da província da Bahia e defesa da “liberdade” do Brasil. O problema estava em como fazer valer um contingente de escravizados tomar parte nas tropas combatentes contra a resistência colonial. Armar escravos para a guerra certamente era algo muito preocupante para os defensores da Independência, mas parecia não haver outro expediente, de modo que a vitória dos patriotas levou a um impasse: qual seria o destino dos escravos que serviram à causa da “pátria”? A resposta veio por meio de um decreto imperial cuja recomendação era a libertação de todos os cativos que tivessem lutado como soldados, restituindo-se, porém, por meio do

erário público, o valor de cada escravo aos seus senhores. Apesar do ressarcimento em dinheiro aos donos dos escravos que lutaram pela independência na Bahia, os senhores parecem não ter ficado satisfeitos, pois entendiam que o governo interferiu no direito de propriedade, o que deu motivo para vários processos na justiça. Por outro lado, os escravos, agora livres por servirem à pátria, ficaram como soldados na guarnição em Salvador, mas eram, certamente, uma presença incômoda. Pouco tempo depois, foram extraditados para fora da província por terem participado de um levante em 1824 (KRAAY: 2002, p. 111).

Novamente, recorremos ao olhar arguto de Maria Graham que descreve como a situação dos escravos durante os conflitos pela independência no Nordeste do Brasil era bastante delicada. Chegando ao Recife em 22 de setembro de 1821, a ilustre inglesa anotou em seu diário as condições de penúria da população escrava, principalmente urbana da capital pernambucana. A cidade estava sitiada e muitos escravos estavam abandonados pelas ruas, ou trancafiados em depósitos, sem comida e quase sem água. Muitos encontravam-se doentes e dividiam espaços imundos com animais. Ao olhar pela janela da casa em que se hospedara, junto a uma família inglesa, Maria Graham assistiu a uma mulher branca, “ou antes um demônio, surrando uma pobre negra” e exclamou: “Bom Deus! Como pode existir este tráfico e estes hábitos de escravidão!” Mesmo assim, estando a cidade em meio à guerra, muitos escravos vagavam sem rumo à procura de um senhor que lhe pudesse diminuir o sofrimento, “vintenas dessas pobres criaturas são vistas em diferentes cantos das ruas com todos os sinais de desespero”. Por fim, a estrangeira que tinha seus primeiros contatos com um país escravista questiona se estariam errados os patriotas que defendiam a independência ao armarem os escravos para a luta, mesmo quando as “lembranças da pátria, do navio negreiro e do mercado de escravos” ainda estavam recentes na memória desses indivíduos (GRAHAM: 1956, p. 116-7).

Em que pese o potencial perigo que tal concessão aos escravos pudesse representar, o papel destes nas lutas pela independência na Bahia e em Pernambuco foi efetivo e causou alguma instabilidade na relação dos senhores com o poder público, visto que a questão da liberdade e da alforria era instrumento de uso quase exclusivo dos proprietários, mesmo considerando-se os serviços patrióticos prestados ao Império. A luta pela liberdade contra o jugo português era cindida em duas partes: aos senhores escravistas cabia defender o Brasil contra a tirania colonial, porém garantindo que a escravidão continuasse a existir. Aos escravizados, a defesa da independência teria outro significado, contrário àquele dos senhores: obter a liberdade e o fim da escravidão. No fim das contas, prevaleceu o direito dos senhores, embora alguns escravos tenham recebido a almejada alforria pela sua conduta em defesa da pátria que se estava constituindo.

Nesse contexto em que se trata dos serviços prestados à pátria, mais ao final do século XIX, o jurista Perdigão Malheiros comentou as formas pelas quais o escravo poderia obter a liberdade no Brasil expressando que “aqui nos ocuparemos somente daqueles casos em que a alforria ou liberdade vem de disposições legislativas, a fim de ser alguém declarado livre, mesmo contra a vontade do senhor”. Uma dessas maneiras, conforme Malheiro, era “para servirem na guerra da independência foram escravos comprados e desapropriados, dando-se-lhes porém a liberdade”. Além desses casos, incluía o jurista outros exemplos, tais como o indivíduo que pertencia ao exército e negava ser escravo; assim como aos “quatro escravos que carregaram em cadeirinha o Imperador D. Pedro I na sua enfermidade” e ainda aos escravos que haviam servido na guerra de rebelião no Sul, os quais foram libertos mediante indenização aos seus senhores (MALHEIROS: 2008, p. 73).

Porém, não somente em atos de bravura cívica e patriótica moviam-se os escravizados no período da Independência e, principalmente, no Primeiro Reinado e no início do Período Regencial. Lutas francas contra a escravidão e contra seus próprios senhores marcaram um momento da nossa história que, mesmo sob o véu do esquecimento imposto pelas narrativas de viés conservador, teimam em emergir, contadas e recontadas por historiadores preocupados em garantir suas existências contra a seletividade de narrativas. É o caso, por exemplo, da revolta de Carrancas em Minas Gerais, conflito relatado minuciosamente por Andrade e que abalou, em grande medida, a própria elite escravista do império, visto que a violência perpetrada por escravizados de algumas fazendas da região sul mineira foi, em boa medida, fomentada por conflitos políticos entre os grandes proprietários de terras e escravos, degenerando em episódios de fúria, assassinatos de feitores, senhores e suas famílias, por parte de escravos (2008, p. 338). Desse modo, percebe-se que

A instrumentalização dos cativos, em momentos de dissensão entre elites, não representa nenhuma novidade, seja em conflitos de caráter restrito, envolvendo disputas locais, ou em contextos mais amplos, das rebeliões ocorridas nas províncias. E a Regência foi um dos períodos propícios para se verificar a manipulação e a utilização dos cativos de acordo com os interesses de certas facções políticas e de potentados locais, em diversos pontos do Império (ANDRADE: 2008, p. 345).

A repressão aos revoltosos foi implacável por parte da ordem senhorial. Os que eram considerados líderes da revolta de Carrancas foram presos e um grande número de escravizados recebeu pena de morte por enforcamento. Em praça pública e com grande público que acorreu para ver o degradante espetáculo de violência perpetrado pela elite escravista local e do Império (ANDRADE: 2008, p. 355).

Decorridos somente dois anos dos terríveis acontecimentos de Carrancas, explodiu, na capital baiana, a revolta dos Malês, que, em 1835, pôs em estado de pânico não só a cidade de

Salvador, mas outras partes da província. Apesar da curta duração dos confrontos pelas ruas, a junção de fatores religiosos e culturais acirrou mais a percepção de que os escravizados compreendiam perfeitamente bem as possibilidades de enfrentarem a escravidão e que, a exemplo de outras revoltas como a do Haiti, provavelmente percebiam que poderiam ser bem sucedidos neste intento. A época da independência foi o momento histórico da eclosão de diferentes conflitos. Na Bahia oitocentista, enfrentamentos envolvendo a população livre e também com participação de escravos não eram incomuns.

A rebelião de 1835 surgiu em meio a um clima político e social tumultuado, tanto na Bahia como no Brasil em geral. Depois da Independência em 1822, a sociedade brasileira enfrentou os problemas que com frequência apareceram durante a formação dos Estados nacionais da América Latina: competição inter-regional, divisão nas classes dirigentes, conflitos entre federalistas e centralistas, liberais e conservadores, republicanos e monarquistas. Em muitas regiões do país essas divergências se transformaram em revoltas populares contra o sistema monárquico adotado pelos arquitetos da Independência, inclusive contra a cabeça coroada do Estado, o imperador D. Pedro I.

De 1820 a 1840 a província foi o palco de uma guerra anticolonial, revoltas militares, motins antiportugueses, quebra-quebras e saques populares, rebeliões liberais e federalistas, e levantes de escravos. Esse clima de conflito generalizado explica em parte o aparecimento da rebelião de 1835. Os rebeldes africanos parecem ter compreendido que as rupturas institucionais e divisões entre os brasileiros livres poderiam lhes facilitar o sucesso revolucionário (REIS: 1986, p. 37-8).

Entre as elites, as divergências não eram poucas, mas talvez houvesse consenso a respeito da defesa da escravidão e de se reforçar ainda mais o aparato repressivo contra escravos revoltosos. Também na Bahia de 1835 a repressão aos líderes da revolta foi imediata, embora tenha ocorrido de modo menos arbitrário do que o que se viu após a revolta de Carrancas. Vários dos escravos malês que participaram do conflito receberam penas capitais, porém alguns puderam recorrer à clemência das autoridades, como mostra a documentação detalhadamente analisada por Reis (1986, p. 254-5).

Assim, ao adentrarmos o período da Independência e formação da nação brasileira, nos deparamos com o espectro da escravidão, instituição que foi arrastada do Período Colonial para o Brasil independente. No entanto, o ideário liberal que permeou a construção do Estado após 1822, mais do que simples adaptação que serviria apenas de “fachada”, sem compromisso com a realidade socioeconômica, revelou, na verdade, planejamento e ação política por parte dos seus idealizadores. A manutenção do *status quo* colonial, alinhado ao que se pretendia construir de mais “moderno” em termos legalistas, foi o caminho para a estabilidade política que seria alcançada nos anos posteriores à Independência (SLEMIAN: 2006, p. 307). Nesse sentido, compreende-se a manutenção da escravidão, instituição que balizaria essa mesma estabilidade. No texto constitucional, a escravidão não é mencionada. A vagueza do texto legal quanto ao assunto, porém, foi deliberada.

O fato de ela [escravidão] ter sido, mesmo que implicitamente, recriada do ponto de vista constitucional como uma das instituições fundamentais do novo Império, fez que ela passasse ao largo do debate

legislativo nas duas primeiras décadas do Brasil independente, já que sua completa extinção não estava definitivamente no rol das prioridades. O que mostrava que os primeiros legisladores tiveram um verdadeiro conhecimento do que era viável na ordem que se pretendia construir, pois a manutenção da escravidão esteve, nesse período, longe de gerar conflitos ou mesmo dissidências impossíveis de serem controladas do ponto de vista do governo central (SLEMIAN: 2006, p. 307).

Não obstante essa espécie de consenso entre as elites quanto à manutenção da escravidão, o assunto permaneceu durante todo o Período Imperial como um dos pontos sensíveis dentro da esfera pública. Obstinadas em manterem a ordem escravista intacta, as lideranças que comandaram a Independência e a posterior construção da nacionalidade legaram à posteridade toda a sorte de problemas decorrentes do cativeiro de milhares de pessoas durante todo o século XIX. Se para as elites senhoriais a manutenção da escravidão era ponto indiscutível, as muitas maneiras pelas quais a instituição escravista foi enfrentada por suas vítimas não deixam dúvidas quanto ao que mulheres e homens escravizados entendiam por liberdade e independência.

Considerações finais

No parlamento em 1823, nas seguidas revoltas das décadas de 1820 e 1830, a escravidão esteve quase sempre em foco. Apesar de sua longevidade sustentada sempre com denodo pelos homens da nação, a escravidão foi, talvez por isso mesmo, uma das questões mais sensíveis do Brasil independente. Nos anos do segundo reinado, vistos geralmente como um período mais “tranquilo” quanto aos problemas internos do país, a escravidão seguiu sempre em pauta nas sessões do parlamento, na imprensa, nas ruas. A legislação procrastinatória das décadas finais do século XIX permitiu estender a vexatória instituição escravista até os estertores do Império. As consequências dessas medidas ainda precisam ser mais discutidas pela história.

Um questionamento ainda se faz mais importante: qual sentimento de “pátria” e “nação” poderiam ter mulheres e homens escravizados no Brasil, visto que a Independência manteve intacta a ordem escravista colonial, demonstrando claramente por quem e para quem a Independência foi efetivada? A escravidão no Brasil após 1822 afrontava claramente o ideário liberal francês e estadunidense tomados como modelo para constituição do Império de 1824, imposta – “outorgada” – por D. Pedro I mostrando os limites do liberalismo em nossas terras. No entanto, revelou-se importante alicerce para a manutenção da estabilidade política, constantemente abalada nos primeiros anos após a Independência por dissidências dentro da própria elite escravista, assim como pelas muitas rebeliões que perduraram até o início da década de 1840, algumas das quais protagonizadas por escravizados.

Durante praticamente todo o Período Imperial (1822-1889), a escravidão foi a mais atroz forma de violência praticada pelo Estado, com a cumplicidade de uma parcela da sociedade composta por senhores de terras e escravos. Escravizados e escravizadas constituíram a principal fonte de mão de obra do Império. Fundada no tráfico africano, a escravidão espalhava-se por toda a estrutura da sociedade. Eram esses homens e mulheres que trabalhavam nos campos e cidades. Faziam as funções de agricultores, pedreiros, marceneiros, cozinheiras, costureiras, carregadores, barbeiros, vendedores ambulantes, amas de leite, tropeiros, entre tantas outras atividades, desde as mais simples às mais qualificadas.

Desse modo, refletir sobre a Independência do Brasil é desconstruir narrativas que destacam o caráter “cordial” e pacífico dos brasileiros. Fundada na violência escravista, a nação independente foi lugar de luta e resistência cujos personagens principais (indígenas, africanos e afro-brasileiros) até hoje não receberam o devido reconhecimento.

É de se lamentar que, no Brasil, dos duzentos anos da Independência, ainda tenhamos de ler em um jornal de grande circulação que,

Às vésperas do Dia Internacional dos Direitos Humanos, vereadores negros de Porto Alegre foram ameaçados de morte. Na mensagem remetida para o e-mail institucional de toda a bancada de parlamentares pretos e pardos, o termo zoológico foi usado em referência aos negros, que foram comparados a macacos pelo autor do crime cibernético, segundo o qual "uma casa de leis é lugar exclusivo para homens brancos de bem" (FOLHA DE SÃO PAULO: 13/12/2021, A2).

Se no século XIX a escravidão foi um dos maiores desafios da nação independente, após duzentos anos, as heranças deixadas pelo passado escravista ainda reverberam em nossa sociedade. A exclusão social de afrodescendentes, indígenas e pobres é sobremaneira conhecida e discutida no Brasil da atualidade. A concentração econômica em âmbito regional demonstra a necessidade de melhor distribuição da riqueza produzida. A violência do racismo parece ter emergido com mais fúria em tempos recentes, propagada por diversos meios, ameaçando pessoas e famílias, culturas e religiosidades que se recusam a sucumbir sob um ordenamento social que se pretende estabelecer acima dos direitos humanos, exaltando uma ideia de pátria restrita a apenas certos grupos da sociedade.

Sobretudo, as comemorações do bicentenário da Independência precisam ser entendidas como momento oportuno para que a sociedade defina novos rumos no sentido de construir relações baseadas em justiça social e em direitos de cidadania plenos, antes de qualquer demonstração de um patriotismo vazio.

Fontes

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Ano de 1823. Assembleia Constituinte do Império do Brasil. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Anais do Senado Federal. Transcrição. Volumes 1 a 5.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Carta de lei de 15 de março de 1824. Senado Federal, s.d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 27/8/2021.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª. (jurídica): Direitos sobre os escravos e libertos. Fonte digital. Digitalização de edição em papel de 1866. Rio de Janeiro - Typografia Nacional - Rua da Guarda Velha, 1866. Transcrição para eBook: eBooksBrasil, 2008

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1941.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Miriam Dolhnikoff (organizadora). São Paulo, Companhia das Letras. Publifolha, 2000.

Referências bibliográficas

ALVES, Andréa Firmino. *O parlamento brasileiro: 1823-1850. Debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado. Brasília, Universidade de Brasília, 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2ª. edição. Belo Horizonte, MG. Fino Traço, 2014.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Estimativa do tráfico ilegal de escravos para Pernambuco, na primeira metade do século XIX. *Clio*, Revista de Pesquisa Histórica, UFPE, v.12, n.1, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª. Edição. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KRAAY, Hendrik. “Em outra cousa não falavam os pardos, cabras e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra de independência da Bahia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, volume 22, n.43, pp. 109-126, 2002.

LARA, Sílvia H. Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, n.16, março-agosto de 1988.

MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002).

MALERBA, Jurandir (organizador). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 4ª. Edição, Rio de Janeiro, Access Editora, 1994.

MARQUESE, Rafael. PARRON, Tamis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e participação política na época da independência do Brasil. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dezembro/2002.

PARRON, Tâmis Peixoto. Tratado de comércio e Tráfico negreiro. *Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Organização Bruno Aidar, Andréa Slemian, José Reinaldo de Lima Lopes. 1ª. Edição, São Paulo, Alameda. Volume II, 2020.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Jaime. Liberdade, humanidade e propriedade: os escravos e a assembleia constituinte de 1823. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.39, 159-167, 1995.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organizadores). *O Brasil Imperial. Volume II (1831-1870)*. 4ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2017.

ROSA, Ana Cristina. Não queremos mais Marielles. *Folha de São Paulo*, edição de 13/12/2021, página A2.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

TOMICH, Dale. *Sob o prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

Os desafios das populações indígenas

Pablo Luiz de Oliveira Lima: UFMG*

Introdução

Em abril de 2022 milhares de indígenas reuniram-se em Brasília, DF, na décima-oitava edição do Acampamento Terra Livre, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Neste evento, que também ocupou fortemente o ciberespaço, os indígenas apresentaram à sociedade sua pauta de reivindicações atuais. O principal desafio é a demarcação dos territórios indígenas, daí o nome do evento deste ano: “Retomando o Brasil: demarcar territórios e aldear a política”. Os indígenas avaliam que existe uma “agenda anti-indígena”, que se acentuou durante os governos Temer e Bolsonaro, composta por diversos projetos de lei que ameaçam os direitos indígenas. O Projeto de Lei 490/2007, por exemplo, transfere o poder de demarcação de territórios indígenas do poder executivo para o poder legislativo, ao contrário do que estabelece a Constituição de 1988. Com a força da agenda neo-conservadora no congresso, representada pelas bancadas do boi, bala e bíblia, transferir o poder de demarcação para o legislativo ameaça não apenas a demarcação de mais territórios, mas a existência dos territórios já demarcados. Além deste, os projetos de lei 6.299/2002 (que flexibiliza o uso de agrotóxicos), 2.633/2020 e 510/2021 (que regularizam terras invadidas ilegalmente ou griladas), e 3.729/2004 (que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental) também compõem a agenda anti-indígena apontada pela APIB.

Além destes projetos de lei, neste ano do bicentenário também será votada no Supremo Tribunal Federal (STF) a tese do “marco temporal”¹⁷, que ameaça gravemente os direitos dos povos indígenas. Na *Constituição* de 1988, os povos indígenas possuem os “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (art. 231), sem qualquer menção a um marco temporal para que a terra fosse considerada indígena, pois partia-se do pressuposto histórico

* Professor Associado III do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde trabalha com ensino de História no curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI), desde 2010, bem como nos cursos de licenciatura em História, Pedagogia, Educação do Campo e no Mestrado Profissional em Educação e Docência. Possui licenciatura, mestrado e doutorado em História pela UFMG e pós-doutorado em Educação Indígena pelo Connecticut College, nos EUA.

¹⁷ O Marco Temporal é uma ação no Supremo Tribunal Federal que sustenta a tese, defendida por ruralistas, de que os povos indígenas somente têm direito à terra na qual viviam até a promulgação da Constituição Federal, isto é, o dia 5 de outubro de 1988, não reconhecendo esse mesmo direito aos mesmos povos que retornaram às suas terras depois de tal data, depois de terem sido delas expulsos no tempo da ditadura.

óbvio de que todas as terras originalmente pertenciam aos povos indígenas, sem que estes tivessem que comprovar um tempo de ocupação.

No entanto, em 2009, no julgamento do caso de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o STF, afirmou que a terra pertencia aos indígenas pois estes já ocupavam-nas em 2 de outubro de 1988, data da promulgação da *Constituição*. Segundo a Ayrumã Fechiá Tuxá e Douglas Mota:

Dessa forma, ao fixar um marco temporal que não estava na Constituição, o STF atribuiu um ônus às comunidades indígenas que não foi estabelecido pelo legislador constituinte, nem consta de qualquer lei, o que, ao violar a regra geral de interpretação dos direitos fundamentais prevista no art. 5º, inciso II, da Constituição de 1988, acaba transferindo para as populações indígenas a conta histórica do genocídio e das remoções forçadas.

Mesmo que a decisão proferida pelo STF no caso Raposa Serra do Sol não tenha efeito vinculante e o próprio STF tenha reconhecido em 2013 que esse marco só se aplicava àquela decisão, a Advocacia-geral da União – AGU vem defendendo a aplicação irrestrita das condicionantes utilizadas naquele caso, de modo que só fosse considerada terra indígena aquela que estava sendo ocupada em 05/10/1988, entendimento que vem sendo utilizado em ações de reintegração de posse e expulsões, como é o caso do processo do Estado de Santa Catarina contra o povo indígena Xokleng. (MOTA; TUXÁ, 2022)

Desta forma, a tese do “marco temporal”, ao exigir que os povos indígenas devem comprovar sua existência anterior a 1988, é talvez o maior exemplo de uma política oficial de invisibilização da população indígena na História brasileira. Não apenas se negligencia todo conhecimento arqueológico, histórico e antropológico, que fartamente documenta e analisa uma presença indígena de, pelo menos, 12 mil anos sobre o território brasileiro, mas opta-se pela invisibilização histórica oficial: o Estado brasileiro negando-se a enxergar que os povos indígenas, que reivindicam a demarcação de seus territórios como condição para sua própria sobrevivência, são protagonistas de uma história de resistência e invisibilização de mais de cinco séculos.

Em 1995, o saudoso historiador e antropólogo John Manuel Monteiro publicou “O desafio da história indígena no Brasil”. O grande desafio apontado, em suma, é a invisibilização dos povos indígenas na história. Monteiro avaliou que a historiografia brasileira, àquela época, já havia avançado no sentido de incorporar “grupos sociais antes ignorados pela bibliografia”, mas criticou o fato de que os povos indígenas ainda permaneciam silenciados em meio à essa renovação historiográfica: “é de se estranhar a pouca atenção dispensada aos povos indígenas pelos historiadores.” Sugeriu ainda que tal negligência tinha suas raízes teóricas no século XIX. Para Monteiro, com exceção de alguns poucos trabalhos, “parece prevalecer, ainda hoje [1995],

a sentença pronunciada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, na década de 1850: para os índios, ‘não há história, há apenas etnografia.’” (MONTEIRO, 1995, p. 221).

A década de 1990 marcou um momento de virada na escrita da história indígena. Desde a Constituição de 1988, que encerrou o discurso fatalista e assimilacionista em relação à população indígena e estabeleceu a garantia dos direitos indígenas, incluindo a educação escolar indígena diferenciada, houve um verdadeiro florescimento da produção literária e áudio-visual de autoria indígena no Brasil. Este processo foi acompanhado pela parceria com universidades, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que, ainda na década de 1990, participou do primeiro programa de implantação de escolas indígenas em Minas Gerais, em parceria com o governo deste estado. No ano 2000, a UFMG incluiu o livro *Shenipabu Miyui - História dos antigos*, publicado em 1995 e de autoria coletiva do povo Huni Kuin, do Acre, entre as obras de leitura obrigatória para o exame de Vestibular 2001, rompendo com o paradigma da literatura canônica brasileira e causando verdadeiro alvoroço e incômodo entre os colégios tradicionais de ensino médio e cursinhos pré-vestibular. Na mesma época, o grupo de pesquisas Literaterras/UFMG iniciou um trabalho de edição e publicação de dezenas de livros de autoria indígena de povos de todas as regiões do país. Em 2005 foi criado o curso superior de Formação Intercultural de Professores Indígenas (FIEI), que se tornou um curso regular em 2010. Um pouco antes, em 2008, o Congresso Nacional aprovou a Lei 11.645, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena em toda a educação básica brasileira.

Em 1995, Monteiro apontava a cifra de 270.000 indígenas no Brasil (MONTEIRO, 1995, p.223). Quinze anos mais tarde, o Censo de 2010 registrou 896.917 indígenas, ou seja, um crescimento superior a 200%, maior do que qualquer outra parcela da população brasileira. Assim, a presença indígena tem aumentado no país em termos demográficos, bem como em relação à educação escolar, participação no mundo acadêmico e produção cultural. No entanto, persiste o desafio de enxergar a presença indígena na história do Brasil, principalmente após o período colonial. Pensando na História em todas as suas dimensões — desde a história acadêmica, passando pelo saber histórico escolar, até a história pública de modo mais ampla — permanece o desafio de pesquisar e ensinar sobre a História indígena.

Desde milênios antes do processo colonial e de o Brasil se tornar um Estado moderno independente, os indígenas participam ativamente da história humana sobre o território brasileiro e esta presença marca profundamente a formação da sociedade nacional brasileira, além das muitas sociedades tradicionais que habitam o interior de suas fronteiras. Entre essas sociedades tradicionais, a história da população originária – ou indígena – é marcada por uma condição complexa: por um lado, há uma grande diversidade linguística e cultural, com povos

que se orientam por diferentes cosmogonias, organizações sociais, hábitos e modos de produção. Por outro lado, esses povos tem em comum o fato de enfrentarem um mesmo problema nos três séculos considerados como período colonial: o aparato colonizador português, composto por colonos protegidos pelas forças armadas portuguesas, acompanhados pela Igreja e sustentados pelo trabalho escravo de povos indígenas.

A história da Independência do Brasil e da formação, ao longo do século XIX, de um Estado imperial e nacional brasileiro a partir do aparato político-administrativo e militar herdado do próprio Estado metropolitano, sobre um vasto território, ocupado por uma população extremamente diversa em termos étnico-raciais e sociais, não pode ser contada sem que a participação dos povos indígenas seja lembrada. No entanto, há um silenciamento acerca da presença indígena ao longo do século XIX e boa parte do século XX na história brasileira, desde a historiografia até o ensino de história na educação básica. Este apagamento tem origem na própria política indigenista do Império do Brasil, caracterizada pela continuidade ideológica, desde o período colonial, de um projeto cultural de assimilação, marcado pela ideologia da invisibilização dos povos indígenas. A questão indígena, fundamental na história do Brasil e de Portugal desde o século XV, possui uma estreita relação com o problema da identidade nacional brasileira.

O conceito de assimilação é consolidado na historiografia do Império Ultramarino Português, como distinto de “aculturação”. Este último termo, para Rui Pereira, é empregado

em relação às modalidades segundo as quais um determinado aspecto cultural exógeno é adotado por uma cultura que o adapta e ajusta a sua vivência social. Apesar de certa simetria, isto não constituiria a essência da própria “dominação”. De outro lado, assimilação representa a própria relação de dominação, processo pelo qual os elementos de uma cultura dominada se transformam, ou são aniquilados, diante da imposição de um modelo cultural dominante. (PEREIRA, 1986, p.217 *apud* MACAGNO, 1996, p. 11)

A partir do processo de Independência, do ponto de vista indígena, esse problema apenas mudou de nome, passando a se chamar Império do Brasil, um Estado em formação, ansioso por criar uma população nacional a partir da diversidade étnico-racial então vigente, e ocupar efetivamente o seu imenso território. No Império, a política assimilacionista se acentuou, agravando ações de agressões, concretas e simbólicas. O projeto cultural de assimilação do novo Estado foi sustentado por uma ideologia colonial herdada do Império Português, baseada no mito da necessidade do domínio sobre diversos povos e vastos territórios, ricos em recursos naturais e humanos, para a própria sobrevivência da nação. Neste capítulo a história da política indigenista do Império do Brasil será analisada a partir da legislação projetada e efetivada, refletindo também sobre o lugar e a participação indígena no processo de

Independência e formação do Estado nacional imperial ao longo do século XIX e suas continuidades até o século XXI.

1. Projeto cultural de assimilação na formação do Estado brasileiro

Para compreender a história da política indigenista do Estado imperial brasileiro desde a Independência, é preciso voltar a análise até o Império Ultramarino Português de meados do século XVIII. Com a criação do Diretório dos Índios, em 1757, e expulsão dos jesuítas do Brasil dois anos mais tarde, o Estado colonizador estabeleceu um regime de tutela da população indígena para si mesmo, no lugar da Igreja, indicando diretores para conduzir a política de assimilação das populações indígenas nas capitanias. O Diretório existiu por 41 anos até que, após o período pombalino, houve uma mudança na política indigenista. Foi extinto com a carta régia de 25 de julho de 1798, da rainha D. Maria I, que também instituiu o regime de tutela orfanológica: os índios passaram a ser entendidos como órfãos, incapazes e dependentes da tutela do Estado, sem que houvesse, no entanto, qualquer órgão de Estado específico para assuntos indígenas (CUNHA 1992b, p. 147). Este estatuto orfanológico dos indígenas durou todo o século XIX.

No início daquele século, o Estado – que, no Brasil passa de aparato colonizador português para uma estrutura imperial nacional – organiza sua relação com os povos indígenas a partir da diferenciação entre, de um lado, índios “bravos”, selvagens, não assimilados e, de outro, índios “mansos”, assimilados ou caboclos. Aos índios “bravos”, como era o caso dos Botocudos do leste de Minas Gerais, o tratamento reservado era nada menos que a guerra. Enquanto isso, os índios “mansos”, “domesticados”, ou seja, assimilados, poderiam participar da sociedade brasileira exatamente na medida em que deixavam de praticar hábitos culturais indígenas. Aos olhos do Estado em transformação havia, de um lado os bons “tupi-guarani”, povos mansos; e de outro, os perigosos “botocudos” ou “tapuias”, que deveriam ser combatidos, civilizados ou exterminados. Manuela Carneiro da Cunha lembra que uma obra de José de Alencar, representativa do indianismo literário, tem a diferença entre índios “mansos” e “bravos” no cerne de seu enredo. Em *O Guarani*, de 1857, “Peri, um Guarani, salva a donzela Ceci e seu pai do ataque dos Tapuia”, ou seja, um índio “manso” versus índios “bravos” (CUNHA, 1992b, p. 136). O indianismo literário construiu, assim, um mito de origem do Brasil independente, baseado nesta dualidade entre aqueles povos assimilados e não-assimilados. Neste contexto, aos índios “bravos” era reservada uma peculiar condição: eles eram os inimigos que aterrorizavam o Estado Imperial, justificando políticas de extermínio e, ao mesmo tempo,

cidadãos brasileiros em potencial, que formariam o próprio “corpo da nação”, caso se assimilassem (SILVA, 1823, p. 11).

Ao longo do século XIX desenvolveu-se a teoria evolucionista e a ideia de que os povos indígenas seriam “primitivos” e que estariam fadados à assimilação à sociedade moderna ou ao extermínio. No discurso oficial do Império, a própria nomenclatura “índio” é substituída por “caboclo”, designando o indígena assimilado, o ex-índio, agora cidadão. Se, de acordo com Thomas Hobbes, o Estado se funda sobre o medo (GINZBURG, 2014, p. 32), o Estado nas terras brasileiras, em especial o Império recém-independente do início do século XIX, se fundou sobre o medo dos indígenas “bravos”. As guerras “justas” contra os Botocudos é um exemplo de como a cultura indígena foi combatida. Os povos indígenas, supostamente em estado de natureza, seriam marcados pelo terror recíproco e, assim, eram representados como inaceitáveis à cidadania nacional no discurso oficial das autoridades luso-brasileiras.

O projeto cultural de assimilação empreendeu a construção de uma imagem dos povos indígenas que seriam submetidos, assimilados e naturalizados à cidadania brasileira, ou exterminados. Esta imagem de caráter etnocêntrico e racista, colocava os indígenas na condição de objetos e não sujeitos históricos. Negava-lhes qualquer vida cultural, compreendendo-os como bárbaros em um sertão a ser civilizado. Assim, a cooptação ou apresamento e o aldeamento eram vistos como atos de libertação daquela “população selvagem”. Esta perspectiva assimilacionista, guardadas as diferenças de contexto histórico, continuou sem grandes alterações ao longo de todo o primeiro século da República, mesmo com a criação do Serviço de Proteção dos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910 (pelo Decreto nº. 8.072, de 20 de junho de 1910), que deu origem ao Serviço de Proteção dos Índios (SPI), como órgão autônomo, em 1918. Depois de cinco décadas, o SPI foi extinto após a comprovação de ter cometido crimes contra os povos indígenas que deveria proteger, e substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967. Há muitas evidências, para este período, sobre contatos com povos indígenas marcados por situações de violência e desrespeito aos seus direitos humanos, usurpação de suas terras, incluindo casos de extermínio, bem como pelo trabalho de missionários cristãos. O discurso oficial assimilacionista apenas se interrompeu com a *Constituição* de 1988.

2. Projeto cultural de assimilação da população indígena nos anos iniciais do Império

A vinda da família real portuguesa e o conseqüente transplante de uma enorme estrutura estatal para o Rio de Janeiro, em 1808, foi marcada, no campo da política indigenista, pela declaração de guerra e invasão dos territórios dos Botocudos, povos indígenas assim chamados

pelos colonizadores, englobando diversas etnias habitantes das matas do leste de Minas Gerais, principalmente os vales do Rio Doce e Rio Mucuri. Eufemisticamente chamada de “guerra justa”, esta foi também declarada contra os Kaingang na região Sul do país. O período de transição de um regime colonial para uma nação independente inicia-se neste mesmo ano de 1808, com a chegada da Corte e abertura dos portos, passando pela elevação do Brasil a reino unido a Portugal, em 1815, até a Revolução do Porto, de 1820, e encerra-se com o complexo processo de Independência e criação do Império do Brasil em 1822, reconhecido pela ex-metrópole pelo Tratado de Paz e Aliança, em 1825. Durante todo este período, a Guerra contra os Botocudos do Leste de Minas estava em andamento, como demonstra o historiador Haruf Salmen Espindola. Para ele,

Esse avanço sobre o sertão fazia aumentar os choques entre índios e luso-brasileiros, consequência de uma mudança drástica da relação anterior, isto é, o receio ao Botocudo deu lugar à agressão continuada, à exploração de sua mão-de-obra e à prostituição. Em 1825, a parte meridional do Rio Doce encontrava-se liberada para ser ocupada pelos brasileiros. (ESPINDOLA, 2005, p. 419)

Na década de 1820, as populações indígenas encontravam-se em uma situação de enorme heterogeneidade material e social, com povos integrados à sociedade colonial há séculos, fiéis ao rei e que conheciam o liberalismo, assim como povos não-integrados ou isolados. Em 1822, em sua coroação, D. Pedro I teria acrescentado penas de tucano em sua indumentária, simbolizando a si mesmo como imperador e grão-cacique do Brasil, reinando sobre toda a enorme diversidade dos indígenas. Cabe lembrar que a primazia do reconhecimento da autoridade imperial advinha das câmaras municipais e muitas dessas câmaras tinham indígenas como vereadores. Neste sentido, é possível compreender o posicionamento dos povos indígenas frente ao processo de Independência como uma defesa de seus direitos de cidadãos. Isso é perceptível em processos políticos e jurídicos em diversas províncias, demonstrando que os indígenas atuaram politicamente no processo de Independência e não foram apenas atingidos por ele. “Menos conhecido talvez foi o uso que os portugueses fizeram de índios, armados de arcos e flechas, em alguns episódios da época da Independência” (CUNHA, 1992b, p. 151).

Essa perspectiva contraria a ausência da temática indígena na historiografia sobre o século XIX, bem como nos livros didáticos e na formação inicial de professores de história. Na visão tradicional, “a massa do povo esteve ausente dos debates e dos momentos de ação que culminaram com a independência”. Para Isabel Lustosa, “Em 1822, o povo mal ouviu falar da Independência porque esse tipo de assunto não lhe dizia respeito” (LUSTOSA, 2021). No entanto, historiadores tem encontrado evidências da tentativa de viabilizar projetos de

igualdade, autonomia e liberdade, por parte de indígenas que reivindicavam cidadania em uma atuação política.

O historiador João Paulo Peixoto da Costa, por exemplo, alerta para que a historiografia não deixe o preconceito e racismo impedir que compreendamos a atuação política de grupos subalternos, como os indígenas no processo de Independência. Ele defende que muitos vereadores indígenas participaram politicamente das câmaras municipais na década de 1820 e tiveram uma atuação política em projetos indígenas no contexto da Independência. De acordo com Costa, no Ceará os indígenas essa atuação foi política e militar, marcada pelo uso da escrita. Este autor percebe a participação político-administrativa de muitos vereadores e, até mesmo, juízes indígenas nas vilas de índios no Ceará, mesmo depois da extinção do Diretório dos Índios, com a transformação de aldeamentos indígenas em vilas (COSTA, 2016).

Manuela Carneiro da Cunha defende que, antes da Independência, a política indigenista era orientada por interesses de três ordens: 1) do Estado português; 2) dos colonos; e 3) da igreja, com destaque para os Jesuítas. Com a criação do Diretório e expulsão dos Jesuítas (1757-1759), o regime pombalino retirou da Igreja a primazia na política indigenista, que passou a ficar sob os interesses do Estado português e dos colonos no Brasil. Em 1798, o Diretório foi extinto, dando início ao que Cunha chama de período de “autogoverno” dos índios, em que há registros de vários índios que recorreram à justiça, evidenciando uma assimilação cultural, bem como registros de guerras de extermínio. Essa política atravessa todo o processo de Independência. A partir de 1822, a política indigenista passa a ser definida basicamente pelo Estado Imperial, uma vez que este incorpora os interesses dos “colonos”, agora entendidos como “moradores”. Em suas duas décadas iniciais, este novo império não implementou uma política indigenista global. De acordo com Cunha, neste período “multiplicam-se as instâncias legisladoras” e a questão indígena deixa de ser um problema relativo ao trabalho compulsório e passa a ser centrada na dinâmica fundiária, com a expansão da ocupação de caráter colonial, mesmo após a Independência (CUNHA, 2009, p. 158-9). O “autogoverno” atravessou o primeiro reinado e as regências, até 1845, quando foi promulgado o *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios*. (CUNHA, 1992b, p. 152)

3. O projeto cultural de assimilação de José Bonifácio de Andrada e Silva

Apesar da não-implementação, uma política indigenista geral foi projetada por legisladores na primeira Assembléia Constituinte da história do Brasil independente. Em 1823, a Assembléia aprovou os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* do deputado constituinte José Bonifácio de Andrada e Silva que, antes do início do

processo de ruptura, as teria apresentado às Cortes de Lisboa. Trata-se de documento expressivo do projeto cultural de assimilação da população indígena por parte de um influente político brasileiro no contexto da primeira constituinte. As idéias de Silva representam o pensamento racista das classes dominantes no Brasil do início do século XIX, marcado por contradições: afirma que os “índios” seriam “povos vagabundos”, mas, ao mesmo tempo, “dados a contínuas guerras, e roubos”, práticas que envolvem uma postura ativa. Seriam marcados pela “preguiça”, mas também seriam “caçadores”. Com uma visão preconceituosa e generalizante, apontava que os indígenas não teriam limites sociais e culturais impostos por uma organização religiosa ou civil. Portanto, para eles seria “insuportável sujeitarem-se a leis, e costumes regulares” (SILVA, 1823, p. 1). Teriam “poucas ou nenhuma necessidade”, pois ocupavam “terrenos abundantes de caça ou de pesca”. Com uma insensibilidade acerca da materialidade da vida cotidiana da população indígena, Silva acreditava ainda que as necessidades dos indígenas “bravos: eram menores do que a dos homens civilizados, pois sequer precisariam de “casas & vestidos cômodos”. Além disso, não teriam “ideia de propriedade, nem desejos de distinções e vaidades sociais, que são as molas poderosas que põem em atividade o homem civilizado”. Carente de uma “razão apurada”, o “Índio bravo” seria “como o animal silvestre”: “sem bens e sem dinheiro, nada tem que calcular, e todas as ideias abstratas de quantidade e número, sem as quais a razão do homem pouco difere do instinto dos brutos, lhes são desconhecidas.” (SILVA, 1823, p. 2)

Mas, Silva de certa maneira justifica o comportamento indígena ao explicitar problemas que, ao longo de toda a história colonial, marcaram as relações sociais estabelecidas no Brasil. Enunciando em nome de um sujeito coletivo, constata que os indígenas “nos odeiam, nos temem, e podendo nos matam, e devoram.” No entanto, “E havemos desculpá-los”, pois a dificuldade em adquirir a sua “confiança e amor” deve-se ao fato de que, a “pretexto de os fazermos Cristãos, lhes temos feito, e fazemos muitas injustiças, e crueldades. Faz horror refletir na rápida despovoação destes miseráveis depois que chegamos ao Brasil.” Segundo Silva, no Maranhão, em trinta anos (1615-1652), “pelas guerras, cativeiros e moléstias, que lhes trouxeram os portugueses, eram mortos mais de 2 milhões de índios.” (SILVA, 1823, p. 3) Percebe-se que, em seu discurso, o “eu” da narrativa é a sociedade luso-brasileira, que se formou na colônia e constituiu a população nacional do Império.

A análise de Silva é crítica sobre a contínua exploração dos indígenas. Ele lembrou que “nestes últimos tempos, em um século tão alumiado como o nosso [XIX], na Corte do Brasil foram os Botocudos, e Puris do Norte, e os Bugres de Guarapuava convertidos outra vez de prisioneiros de guerra em miseráveis escravos.” (SILVA, 1823, p. 4) No trecho a seguir, é

possível identificar pelo menos 10 pontos problemáticos do histórico da política indigenista colonial, em seu discurso. São eles, explicitamente:

[1:] os medos contínuos, e arraigados, em que os tem posto os cativeiros antigos; [2:] o desprezo, com que geralmente os tratamos, [3:] o roubo contínuo das suas melhores terras, [4:] os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhuns jornais, [5:] alimentando-os mal, [6:] enganando-os nos contratos de compra, e venda, que com eles fazemos, e [7:] tirando-os anos, e anos de suas famílias, e roças para os serviços do Estado, e dos particulares; e por fim, [8:] enxertando-lhes todos os nossos vícios, e [9:] moléstias, [10:] sem lhes comunicar-mos nossas virtudes, e talentos. (SILVA, 1823, p. 1)

Silva lembrou ainda que “Segundo nossas Leis os Índios deviam gozar de privilégios da raça Européia; mas este benefício tem sido ilusório” em função da “pobreza em que se acham”, além da “ignorância por falta de educação, e estímulos, e as vexações contínuas dos brancos”, o que os tem tornado “tão abjetos e desprezíveis como os negros”. (SILVA, 1823, p. 4) Considerando esse quadro histórico, Silva avaliou que a política indigenista do novo Estado nacional deveria “mudar absolutamente de maneiras, e comportamento” para, assim, buscar superar as dificuldades apontadas. Ele propôs uma postura diferente, partindo de uma visão etnológica que deveria orientar a formulação das políticas adequadas para a assimilação dos índios à nacionalidade brasileira. Preconizou que, primeiro, dever-se-ia conhecer “o que são, e devem ser naturalmente os Índios bravos, para depois acharmos os meios de os converter no que nos cumpre, que sejam.”

Uma característica dos povos indígenas “bravos”, que aparece como virtuosa no discurso de Silva, é sua predisposição à guerra. Esta seria uma “necessidade” e “prazer” que mobilizava as sociedades indígenas. As guerras entre os povos indígenas seriam fruto de “ódios inveterados” e “desejos de vingança”. E, na guerra a “fraqueza” e “covardia” dos indígenas “desaparecem” e uma “coragem e valentia, de que há poucos exemplos na Europa, tomam o seu lugar.” Silva cita dois exemplos de guerreiros indígenas valentes na história do Brasil colonial: Tibiriçá, que atuou na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro no século XVI; e o “famoso Índio Camarão”, cujas “façanhas” foram fundamentais para a vitória dos portugueses na guerra “contra os Holandeses de Pernambuco”, no século XVII (SILVA, 1823, p. 2).

Silva reafirmou a diferenciação entre os indígenas “bravos” e “civilizados”, apontando ainda as diferenças entre as “raças”, ou etnias indígenas: algumas delas teriam alcançado “progressos sociais”, como os “Tupiniquins e Potiguares de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, que eram grandes lavradores, os Carijós da Lagoa dos Patos, que já tinham casas bem cobertas e defendidas do frio, e não comiam carne humana, e alguns outros”. Enquanto outros povos, por sua vez, ainda viviam “na maior barbaridade”. Ao perceber essas diferenças, apontou que

“não se deve concluir que seja impossível converter estes bárbaros em homens civilizados”, pois “não falta aos Índios bravos o lume natural da razão”. Ecoando Rousseau, acrescentou: “mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes.” (SILVA, 1823, p. 3)

Silva evocou a memória dos jesuítas, expulsos do Brasil 63 anos antes da Independência, e elogiou o método que esta ordem religiosa adotara no tratamento com os indígenas: “com música, e harmonia de vozes”, “presentes, promessas e razões claras e sãs expedidas por homens práticos na sua língua[,] podiam fazer dos Índios bravos o que deles quisessem”, pelo “exemplo, educação, e benefícios” (SILVA, 1823, p. 3). A resposta para a política indigenista do novo Império estaria disponível, portanto, na própria experiência histórica da colonização do Brasil. Em 1823, olhando para o futuro da nação recém-independente, Silva afirmava: “É preciso pois imitar, e aperfeiçoar os métodos de que usaram os Jesuítas.” (SILVA, 1823, p. 4) A continuidade – e aperfeiçoamento – de uma política indigenista de caráter colonial, marcada por um projeto cultural de assimilação das populações indígenas, por meio da catequese e da enculturação de valores eurocêntricos, é o princípio geral que orientou o patriarca da Independência para o Império.

Mas, afinal, quais foram os apontamentos de José Bonifácio Andrada e Silva para a “civilização” dos índios “bravos” no alvorecer do Império, aprovados pela Assembléia Constituinte em 1823? Trata-se de um projeto cultural de assimilação composto por 44 propostas de cunho econômico, político, social e cultural que podem ser subdivididas em 6 grandes temas: 1) a civilização e catequese por meio de missionários devidamente formados, 2) os métodos do trabalho civilizador; 3) a administração da população indígena, com o estabelecimento de aldeias com presídios e judiciário; 4) propostas relativas à economia e trabalho; 5) propostas relativas à saúde; e 6) a política de miscigenação como forma de invisibilizar e integrar a população indígena.

A civilização foi apresentada como uma missão que deveria atingir a subjetividade. Ao invés da violência, deveria ser feita por meio da catequese, como fizeram os Jesuítas. Assim, Silva preconizou a criação de um Colégio de Missionários para a catequização dos índios, em língua geral ou guarani, e nos usos e costumes dos mesmos, “pois foi ignorância crassa, para não dizer brutalidade, querer domesticar e civilizar Índios a força d’armas” (SILVA, 1823, p. 6). Estes missionários deveriam ser bem remunerados para que, assim, a carreira atraísse os mais virtuosos. É interessante que os *Apontamentos* previam que a formação dos novos missionários deveria passar por um estágio, com o novato vivendo um tempo junto a um missionário experiente.

Sobre a metodologia do trabalho civilizador, Silva defendeu que o Estado deveria tratar os índios com brandura e constância, prevendo “sofrimento” – ou seja, dedicação, sacrifício e esforço – por parte dos missionários. O processo de cooptação dos índios deveria se dar por meio de “bandeiras”, cuja primeira missão era estabelecer a paz com os indígenas. As bandeiras deveriam ser cuidadosas para evitar abusos, com atenção relativa à alimentação fornecida pelos índios, para evitar envenenamentos. Com o intuito de aguçar a curiosidade dos Índios e “dar-lhes altas ideias do nosso poder, sabedoria, e riqueza”, os missionários deveriam levar, nas bandeiras, uma “máquina elétrica com os aparelhos precisos, para na sua presença fazer as experiências mais curiosas e belas da eletricidade, e igualmente fósforos e gás inflamável para o mesmo fim.” (SILVA, 1823, p. 7)

Em relação à administração civil, os índios descidos deveriam ser reunidos em aldeias. Mas antes de aldear os índios, dever-se-ia plantar e colher os alimentos necessários para a viagem. No trajeto até as aldeias, deveria-se evitar levar os índios a povoações, mantendo-os nas estradas, onde deveriam se alimentar, até chegarem às aldeias. Estas, por sua vez, deveriam ser numerosas. Para manter a ordem, seriam proibidas a cachaça e o surgimento de tavernas, e estabelecer-se-iam presídios militares, com destacamentos de 20 a 60 homens. A impunidade deveria ser evitada, castigando-se devidamente aos crimes cometidos pelos índios. Uma lista nominal de famílias, com dados sobre a produção agrícola e outras características, deveria ser mantida para cada aldeia. Um judiciário para os assuntos dos índios seria criado por meio de um Tribunal Conservador dos Índios.

Quando chegassem aos aldeamentos, os novos índios deveriam ser recebidos com festas, substituindo os “folguedos einhos” dos índios por “funções aparatosas de Igreja, com música de boas vozes, e jogos ginásticos” com que “se divertirão e instruirão ao mesmo tempo”. Os missionários foram orientados a investir mais nos jovens do que nos velhos, ganhando sua confiança e amizade, tratando os índios com consideração e respeito para adotarem as comodidades da civilização, sem deixar de castigar os desleixados. (SILVA, 1823, p. 7)

Nas relações econômicas, Silva defendia o estabelecimento de relações de justiça, com a compra das terras dos índios “de que são legítimos senhores, pois Deus lhes deu”. Segundo ele, assim se fazia nos Estados Unidos da América, ao invés de sua expropriação à força. Deveriam ser estabelecidas relações comerciais com os índios “bárbaros”, bem como o comércio entre aldeias e povoações de brancos em dias de feira, evitando-se a comunicação entre brancos e índios sem mediação dos missionários, para evitar injustiças em contratos. (SILVA, 1823, p. 7)

No âmbito das relações e práticas de trabalho, Silva preconizou a criação de escolas práticas de “artes e ofícios” nas aldeias maiores. Deveria-se evitar instalar índios em ambientes com climas diferentes de seus originais ou estabelecer agricultores em regiões de muita caça e pesca. Os missionários deveriam ter paciência para, paulatinamente, irem habituando os índios ao trabalho, introduzindo arados na agricultura, administrando bem a produção de alimentos, e produzindo sempre um excedente agrícola. O Estado deveria fornecer instrumentos de trabalho aos índios, de acordo com as suas habilidades, para plantarem produtos para subsistência e também para o comércio, incluindo cânhamo – produto vegetal citado nominalmente nos *Apontamentos* – para panos e cordoaria. Em relação à pecuária, as aldeias deveriam introduzir a criação de gado e, assim, cuidar para uma alimentação nutritiva e sadia, com o fornecimento de gado, pelo Estado, aos que se interessassem. Seriam estabelecidos contratos de trabalho por tempo limitado, excluindo-se a escravidão. Os índios seriam remunerados quando empregados em obras públicas e, além disso, dever-se-ia premiar índios que matassem animais ferozes e eliminassem formigueiros. Uma “caixa pia” (fundo) seria criada em cada aldeia, com contribuições dos índios, por meio de impostos cobrados após seis anos de aldeamento (SILVA, 1823, p. 8).

Silva também fez apontamentos concernentes à saúde dos indígenas. Sobre a amamentação das crianças, deveria ser limitada a 2 anos, e não mais tolerada até os 7 anos, como era o costume entre as mães indígenas. Outro é sobre a vacinação, que deveria ser obrigatória a toda a população indígena: “os Missionários deverão ser instruídos na vacinação, inoculando todos os Índios que se forem aldeando”. Além disso, os doentes deveriam ser isolados em enfermarias “arredadas das aldeias”, para serem tratados por “pessoas já vacinadas” (SILVA, 1823, p. 10). São todas propostas de caráter modernizadoras, insensíveis às práticas culturais e de saúde dos povos indígenas. Regulamentar a amamentação, tornar a vacinação obrigatória e isolar os doentes seriam facetas biopolíticas do projeto cultural de assimilação do Império do Brasil.

Por fim, Silva defendeu, para os indígenas, a função de serem assimilados pelo processo de formação da sociedade brasileira por meio, também, da miscigenação com brancos e negros para, assim, formar o “corpo da nação”. Os missionários deveriam favorecer, “por todos os meios possíveis”, “os matrimônios entre Índios e brancos, e mulatos”. O Estado deveria indicar caciques brasileiros para as aldeias e, “com o andar do tempo, e nas aldeias já civilizadas, introduzir brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos dos Índios com nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação” (SILVA, 1823, p. 12).

Manuela Carneiro da Cunha defende que o século XIX foi caracterizado pelo cientificismo, que colocava a própria humanidade dos indígenas em dúvida e levava historiadores como Carl von Martius e Francisco Varnhagen a negarem a possibilidade de civilização dos indígenas. José Bonifácio de Andrada e Silva, ao contrário, defendia que os mesmos, apesar de serem “uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e desumana, para conosco, que reputam seus inimigos, seriam, ainda assim, capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há constância e zelo verdadeiro na sua execução.” (SILVA, 1823, p. 5). Nos *Apontamentos*, “a questão indígena torna a ser pensada dentro de um projeto político mais amplo. Trata-se de chamar os índios à sociedade civil, amalgamá-los assim à população livre e incorporá-los a um povo que se deseja criar” (CUNHA, 1992b, p. 134-7), ou seja, um projeto cultural de assimilação, inspirado nas ações dos jesuítas durante o período colonial.

Os *Apontamentos* foram assinados em 1^o de junho de 1823. Apenas cinco meses depois, em 12 de novembro, após a dissolução da Assembléia Constituinte, José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos foram presos e exilados do Brasil. Seu projeto civilizador acabou derrotado pelas oligarquias locais mas, mesmo assim, reorientou o discurso oficial do Estado Imperial, superando a defesa explícita da violência, que marcou as guerras justas contra os Botocudos e outros povos no início do século XIX, e afirmando o princípio da utilização de “meios brandos e persuasivos”, acompanhados pela instalação de presídios em aldeamentos, para a assimilação dos índios “bravos”. Para Cunha, o projeto civilizador de Silva, ao fim e ao cabo, preconizava que, para sujeitar os índios ao trabalho, dever-se-ia “ampliar suas necessidades e restringir simultaneamente suas possibilidades de satisfazê-las. Diminuir seu território (...) [e] confiná-los de tal maneira que não possam mais subsistir com suas atividades tradicionais (...)” (CUNHA, 1992, p. 137; 149).

Em 1829, José Bonifácio de Andrada e Silva retornou ao Brasil e, D. Pedro I, ao abdicar em 7 de abril de 1831, indicou-o como tutor do infante D. Pedro II, cargo que exerceu até 1833. Neste período, a Lei de 27 de outubro de 1831 declarou que os índios eram equiparados a órfãos, reiterando o estatuto orfanológico estabelecido pela Carta Régia de 1798 (CUNHA, 1992b, p. 148). Mas em 1835, Silva foi retirado da tutoria de Pedro II e deixou de participar da cúpula do poder imperial. Suas propostas de que os povos indígenas formassem um mercado de trabalho livre e contribuíssem com a defesa do território imperial nunca foram implementadas.

3. Os indígenas nos debates sobre a cidadania na primeira Constituinte

Para a historiadora Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack, as ideias de José Bonifácio de Andrada e Silva foram profundamente influenciadas pelo pensamento indigenista de José Arouche de Toledo Rendon que, em 1798, escrevera a *Memória sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo*, texto repleto por denúncias e críticas à política indigenista portuguesa (SEIXLACK, 2011, p. 2). Um defensor da Independência, Rendon julgava que a numerosa população indígena povoando o território imperial era essencial para a “defesa da soberania do Império do Brasil.” Esta obra teria se tornado mais conhecida em uma versão ampliada, escrita em 1823, no mesmo ano dos *Apontamentos*, e publicada em 1842 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (SEIXLACK, 2011, p. 3).

O projeto cultural de assimilação fica explícito na seguinte passagem:

Mas, além da razão, a experiência mostra que os descendentes daqueles Índios que não ficaram nas aldeias, e ainda daqueles que em outros tempos se escaparam delas, vivem mais felizes, tem mais bens, muitos servem nos corpos militares, muitos querem ser brancos, e alguns já são havidos por tais desde que por meio do cruzamento das raças tem esquecido a sua origem [...] Vendo-se os mapas estatísticos da Província de S.Paulo encontra-se um grande numero de brancos. Mas não é assim; a maior parte é gente mestiça, oriunda do grande numero de gentio, que povoou aquela Província, e que não teve a infelicidade de ficar em aldeias. Eles já tem sentimentos e quando na fatura das listas são perguntados pelos cabos e oficiais de ordenanças, declaram que são brancos. (RENDON, 1842, p. 299).

Seixlack lembra que Rendon manteve interlocução com Silva durante as reuniões da Assembléia Constituinte, onde ambos eram deputados representantes de São Paulo, o que possibilitaria que as idéias daquele, referentes à assimilação dos indígenas à Nação brasileira, influenciassem as propostas deste (SEIXLACK, 2011, p. 4). A assimilação defendida por ambos era compreendida por outros deputados constituintes no sentido de que os índios, apesar de nascidos no território brasileiro, somente alcançariam a cidadania brasileira se assimilassem-se. O deputado Manuel José de Sousa França, por exemplo, defendia que era preciso diferenciar as condições dos grupos que compunham a população do Império:

Segundo a qualidade da nossa população, os filhos dos negros, crioulos cativos, são nascidos no Território do Brasil, mas todavia não são Cidadãos Brasileiros [...] Os Índios que vivem nos bosques são Brasileiros, e com tudo não são Cidadãos Brasileiros, enquanto não abraçam a nossa civilização. (apud SEIXLACK, 2011, p.10)

Outros deputados constituintes pronunciaram-se contra a inclusão de escravizados e indígenas na definição de Cidadãos Brasileiros que constaria na constituição do Império (SEIXLACK, 2011, p.11). O deputado José da Silva Lisboa, no entanto, defendeu “a dissociação entre a posição social e política dos libertos de critérios raciais”:

Deixemos, Srs., controvérsias sobre cores dos Povos; são fenômenos físicos, que variam conforme os graus do Equador, influxos do Sol, e disposições

geológicas, e outras causas muito profundas, que não são objectos desta discussão. Os Franceses branquíssimos, quando invadiram o Egito, tornaram meio-negros, quando dele saíram [...] Boas Instituições, com a reta educação, são as que formam os homens para terem a dignidade da sua espécie qualquer que sejam as suas cores. O Doutor Botado em Lisboa foi Clérigo e Letrado negro, que (perdoe-se-me dizer) valia por cem brancos” (*apud* SEIXLACK, 2011, p.14).

Ao final, o texto constitucional de 1824 não fez qualquer menção aos povos indígenas. Na definição de cidadania, os povos indígenas e escravizados foram incluídos, porém invisibilizados sob o termo “ingênuos”: “Art. 6. São Cidadãos Brasileiros: I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos [...]” (BRASIL, 1823, p. 4). Esta política de invisibilização foi uma marca do século XIX e é um dos motivos pelos quais a participação indígena no oitocentos seja tão pouco conhecida pela historiografia brasileira e silenciada nos materiais didáticos para o ensino de História na educação básica.

4. Assimilação e invisibilização nas Regências e Segundo Reinado

Durante o período regencial, povos indígenas organizam dois movimentos políticos reconhecidos amplamente pela historiografia: a Cabanada, nas província de Pernambuco e Alagoas, (1832-1835); e a Cabanagem, na província do Grão-Pará (1834-1840). São alguns dos poucos processos históricos relativamente presentes na historiografia e em materiais didáticos que explicitam a participação indígena. Os nomes de ambos os movimentos advem da palavra cabana, indicando as habitações dos rebeldes, que eram indígenas. As motivações de ambos também são comuns: consequências da abdicação de D. Pedro I. Na Cabanada, os indígenas pleitearam o retorno de D. Pedro I, pois acreditavam na autoridade real como algo sagrado e, portanto, não aceitavam o regime regencial. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, porém, o movimento eventualmente se dispersou (DANTAS, 2016, p. 136). A Cabanagem, por sua vez, foi uma revolta contra a presença portuguesa e teve um saldo de mais de 30.000 mortos. Os atuais indígenas Caripunas, originários do povo Aruã, bem como os Mura, que habitavam o Amazonas, participaram da Cabanagem (RICCI, 2001, p. 170).

Em 1834, com o Ato Adicional, ao contrário de um plano nacional como defendia José Bonifácio de Andrada e Silva, houve um processo de descentralização da política indigenista. O Ato Adicional incumbiu às assembleias provinciais, junto com a assembleia geral, a responsabilidade pela política indigenista, incluindo a catequese e civilização, que até então eram responsabilidade apenas do nível nacional. De pronto, as províncias passaram a aprovar e implementar políticas antiindígenas (CUNHA, 1992b, p. 137-8).

Mais de duas décadas se passaram até que a política idealizada por José Bonifácio de Andrada e Silva fosse parcialmente implementada. Em 1845 foi promulgado o “único documento indigenista geral do Império”: o *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios* (Decreto 426 de 24 de julho de 1845). Apesar de os *Apontamentos* de Silva não terem sido incorporados à *Constituição* de 1824, formaram a base para o *Regulamento* de 1845. Este, por sua vez, estabeleceu as diretrizes gerais da administração dos indígenas e consolidou o seu caráter leigo (CUNHA, 1992b, p. 139).

A partir de então, acentuou-se a expropriação das terras indígenas. Segundo Cunha, o Império reconhecia a primazia dos índios sobre suas terras. Com a política de aldeamentos e concentração de índios em poucas aldeias, foram-se liberando as terras cobiçadas pelas Câmaras Municipais. No início do século XVIII, as aldeias recebiam cerca de uma légua quadrada de terras. Mas, em 1850, a Lei de Terras retirou das aldeias as suas terras, devido à percepção de uma suposta assimilação da população indígena à sociedade nacional (CUNHA, 1992b, p. 144).

Assim, a partir de 1850, intensificou-se um processo de invisibilização da população indígena no Brasil. Em 1853, por exemplo, a Diretoria Geral de Índios de Sergipe foi extinta “por alegada ausência de quaisquer índios, menos de dez anos após ter sido nomeado um diretor geral para todas as aldeias da província.” (CUNHA, 1992b, p. 145) No Segundo Reinado, as aldeias indígenas são extintas e suas terras, consideradas devolutas. Nas palavras de Cunha:

O processo de espoliação torna-se, quando visto na diacronia, transparente: começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas “hordas selvagens”, liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas aforam-se áreas dentro dela para o seu sustento; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; a seguir, extinguem-se aldeias a pretexto de que os índios se acham “confundidos com a massa da população”; ignora-se o dispositivo da lei que atribui aos índios a propriedade da terra das aldeias extintas e concedem-se-lhes apenas lotes dentro delas; revertem-se as áreas restantes ao Império e depois às províncias, que as repassam aos municípios para que as vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros urbanos de população. Cada passo é uma pequena burla, e o produto final, resultante desses passos mesquinhos, é uma expropriação total. (CUNHA, 1992, p. 146)

Cunha ainda lembra que a escravização de indígenas, bem como a compra e venda de crianças indígenas, ainda estava presente na década de 1850. Segundo ela, também foi comum o alistamento de índios nas forças armadas durante a segunda metade do século XIX, incluindo a Guerra do Paraguai (CUNHA, 1992b, p. 151).

A consolidação de uma política oficial de invisibilização como parte do projeto cultural de assimilação da população indígena à sociedade imperial brasileira é evidenciada pelo Censo Geral do Império de 1872, o primeiro recenseamento do país. Neste, a classificação por raça incluía quatro opções de resposta: branco, preto, pardo e caboclo. O indígena, agora, seria o “caboclo”, uma identidade camponesa de transição entre índio “bravo” e brasileiro “civilizado” (LIMA, 2021, p. 83).

Considerações finais: o desafio da História indígena continua

Em 1992, pouco tempo depois da atual *Constituição da República Federativa do Brasil*, que garantiu os direitos indígenas, e possibilitou que os recenseamentos a partir de 1991 incluíssem explicitamente a categoria “indígena”, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha afirmava, na obra *História dos Índios no Brasil*, que “uma história propriamente indígena ainda está por ser feita” e que a “história dos índios não se subsume na história indigenista” (CUNHA, 1992a, p. 20-22). Desde então, tem havido uma considerável produção literária de autoria indígena, apresentando histórias do ponto de vista indígena, muitas delas de autoria coletiva e em línguas indígenas ou bilíngues (CARIE; LIMA, 2018, p.782). Assim, a história indígena vem sendo feita, registrada e analisada pelos próprios indígenas em obras de cunho literário. Ao mesmo tempo, as políticas de ações afirmativas que proporcionaram cotas para estudantes indígenas, bem como cursos superiores de educação indígena, como o FIEI/UFMG, vem formando professores e historiadores indígenas acadêmicos, com pesquisas de graduação, mestrado e doutorado sobre história a partir de uma perspectiva indígena.

Hoje, trinta anos depois da obra monumental organizada por Cunha, a história da população indígena no processo de Independência e formação do Estado Imperial é mais reconhecida pela historiografia. Sabe-se que, na década de 1820, os indígenas atuavam de modo organizado em defesa de seus direitos por meio da estrutura estatal. Conhece-se melhor a resistência dos povos indígenas ao processo colonial, escravização e usurpação de suas terras.

Os indígenas tiveram papel permanente na história do século XIX, incluindo o processo de Independência e a formação do Estado imperial. A ausência na historiografia e na história tem origem no próprio problema de se enxergar a indianidade, inviabilizada pelas política de assimilação do Império. Isso impede que se considere a presença dos indígenas evidenciada ao longo de todo o século XIX pelos discursos dos presidentes de província que, invariavelmente, incluíam uma seção intitulada “Dos Índios”.

Nesse debate, os povos indígenas que habitam o território brasileiro desde, pelo menos, doze milênios antes da Independência, reivindicam o direito de enxergar e contar a história a

partir de seus próprios pontos de vista. O que significa a Independência e a formação do Estado Imperial brasileiro para os povos indígenas?

Durante as três primeiras décadas do século XIX, estabeleceram-se aldeamentos imensos, com centenas de milhares de hectares de terras. Mas, a lei de terras de 1850 acabou repassando-as das aldeias para os colonos e imigrantes. Um pouco antes, em 1845, a política de assimilação via missionários, vislumbrada por José Bonifácio de Andrada e Silva nos *Apontamentos* de 1823, foi implementada. A tomada de terras e a catequese são facetas do projeto cultural de assimilação que marcou a construção da população brasileira no Império.

O Estado brasileiro independente foi fundado sobre um paradoxo: o mesmo índio “bravo”, temido por ser uma ameaça à existência da sociedade brasileira, caso fosse adequadamente assimilado (civilizado), constituiria o próprio “corpo da nação”. Mas, se não aceitasse o projeto de assimilação e insistisse em manter sua cultura, deveria ser castigado, encarcerado ou escravizado. De todo modo, perderia suas terras. Um povo tratado permanentemente como inimigo em potencial do próprio Estado, que o força a se adaptar à nacionalidade artificialmente criada, de cima para baixo.

A República não fez diferente. No século XX, repetiram-se práticas da velha política indigenista colonial. Assim como antes, os missionários continuaram a ser os primeiros a terem contato com os povos isolados. Na perspectiva do “embranquecimento”, em voga quando da criação do Serviço de Proteção dos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910, os indígenas estariam fadados à assimilação, não mais chamada de “civilização” mas, eufemisticamente, de “integração”.

Assim, a legislação protetora dos indígenas vem de muito tempo, sempre acompanhada por seu descumprimento e pela impunidade. Ainda hoje, a pressão sobre as terras indígenas continua, como no caso da tese do “marco temporal” e dos projetos de lei da agenda anti-indígena. Na atual lógica do Estado brasileiro, se a legislação é um empecilho à colonização das terras indígenas, mude-se a lei. Desta modo atualiza-se o projeto cultural de assimilação no bicentenário da Independência do Brasil.

Referências:

ALBUQUERQUE DANTAS, Mariana. La Guerra de los Cabanos. Participación indígena en la formación del Estado nacional brasileño en el siglo XIX. Provincias de Pernambuco y Alagoas (1832-1835). *Revista de Indias*, v.76, p.100-136, 2016.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823.

- CARIE, Nayara S. de; LIMA, Pablo L. de O. “Da história dos índios às história indígenas: descolonizando o ensino de História.” In: *Educação*, v.43, n.4, Santa Maria: UFSM, out./dez. 2018, p.773-790.
- COSTA, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.
- CUNHA, Manuela, Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. in: _____ (Org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992a, p.9-26.
- _____. “Política indigenista no século XIX” in: _____ (Org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992b, p.133-154.
- _____. “Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio” in: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p.157-164.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005.
- LIMA, Cristhian. *Cidade branca, terreiros negros: territorialidade sociorreligiosas negras no município de Uberlândia/MG*. [Tese], Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.
- LUSTOSA, Isabel. “Em 1822, o povo mal ouviu falar da Independência do Brasil.” In: *Folha de São Paulo* - Opinião: 9/10/2021: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/10/em-1822-o-povo-mal-ouviu-falar-da-independencia-do-brasil.shtml>
- MACAGNO, Lorenzo. *Os paradoxos do assimilacionismo: “usos e costumes” do colonialismo português em Moçambique*. [Dissertação]. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGS, 1996.
- MOTA, Douglas; TUXÁ, Ayrumã F. “Sob ameaças de Bolsonaro, STF pauta para 1o semestre de 2022 o julgamento sobre aplicação do marco temporal na demarcação de terras indígenas”, disponível em : <https://apiboficial.org/2022/01/14/sob-ameacas-de-bolsonaro-stf-pauta-para-1o-semester-de-2022-o-julgamento-sobre-aplicacao-do-marco-temporal-na-demarcacao-de-terras-indigenas/>. Acesso: 23/04/2022.
- PEREIRA, Rui. "Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo" in: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Nro 4 e 5, Janeiro-Dezembro, 1986.
- RENDON, José Arouche de Toledo. “Memoria sobre as aldeas de índios da Provincia de São Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t.4, n.13, 1842.
- RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v.4, p.241-271, 2001.
- SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. “Entre “índios bravos” e “selvagens da África”: os debates sobre a população nacional e a cidadania na Assembléia Constituinte de 1823”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823.

História e desafios da educação no Brasil

Kelly Ludkiewicz Alves: UFBA

Edna Telma Fonseca e Vilar: UFBA

O historiador italiano Carlo Ginzburg (2002) escreveu sobre a natureza indiciária do trabalho do historiador, que busca constantemente nas pistas e indícios suas fontes para narrar o passado. Sabemos que a partir da metade do século XX a historiografia tem se dedicado cada vez mais à produção de uma história total, que busca narrar os acontecimentos a partir de uma infinidade de recortes possíveis relacionados à estrutura política e social, mas também às mentalidades e a cultura das distintas sociedades.

No que se refere à história da educação brasileira, essa mudança de paradigma que está relacionada a realização de uma história cultural dos saberes pedagógicos, pondo fim ao predomínio de trabalhos que se dedicavam a averiguar as grandes reformas e políticas educacionais implementadas sem tomar em conta de que modo às mesmas se converteram em práticas no interior das escolas (FARIA FILHO, et. al.: 2004). Tal produção historiográfica feita no campo da cultura escolar, se enriqueceu nas últimas décadas ao produzir trabalhos que utilizam tipos distintos de fontes documentais como: livros didáticos, manuais escolares, bibliotecas escolares, coleções pedagógicas, a imprensa especializada, as fotografias, os álbuns, os cadernos escolares, os fardamentos, o mobiliário, os edifícios escolares, etc.. Esses registros materiais passaram a ser trabalhados pela nova historiografia, como objetos culturais que se constituem a partir de sua produção e do uso feito pelos alunos e pelos professores.

Acrescenta-se o fato de que a escola se transforma ao longo do tempo, por meio de um processo de "tradição seletiva" conforme definiram Raymond Williams (1992) e Jean Claude Forquin (1993). O currículo escolar é, desse modo, fruto de relações sociais e históricas responsáveis por definir os conhecimentos socialmente úteis a serem ensinados pela escola às novas gerações. Como campo de disputa, o currículo escolar foi definido, ao longo desses dois séculos de história da educação brasileira, como fruto e resultado de valores da sociedade, mas também daquilo que se escolhe exaltar e daquilo que se decide silenciar ao longo da mesma. Por fim, se acrescenta o fato de que os materiais didáticos também integram o currículo da escola, assim como, o edifício, as datas comemorativas, o fardamento, etc. Ou seja, tudo o que compõe as dimensões material, simbólica e cotidiana da escola, também são parte de seu currículo (GOODSON, 1997).

No texto temos como objetivo apresentar alguns marcos da história da educação brasileira, ao longo destes dois séculos, por meio do diálogo com autores do campo, de modo a

identificar como a organização da educação brasileira vai se configurando ao longo do tempo, constituindo-se, ao longo do século XIX no que poderíamos chamar de uma forma escolar, que se concretiza no modelo de escola seriada, a partir das primeiras décadas do século XX. Também buscamos identificar a partir da década de 1930, quando temos a criação do Ministério da Educação e Saúde, os debates em torno da formação da escola pública e os traços de exclusão e seletividade que marcam o sistema educacional, ainda que tenhamos um aumento da oferta de vagas, conforme apontam Otaíza Romanelli (2014), Maria Luisa Santos Ribeiro (1992) e Marcos Freitas e Maurilane Biccas (2009). Por fim, também trataremos das reformas e da promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Assim, utilizamos a análise histórica para compreender a educação brasileira articulada às características sociais, culturais e econômicas existentes nos diferentes contextos históricos, de modo a examinar os traços que configuram a escola no Brasil ao longo destes dois séculos.

Sobre os períodos que compõem a história da educação no Brasil e suas principais características, estes serão abordados tendo em vista a periodização feita pelo professor Demerval Saviani que propõe:

[...] uma periodização preliminar da história da escola pública no Brasil em duas etapas. A primeira, definida como antecedentes, compreenderia três períodos: o primeiro, de 1549 a 1759, refere-se à escola pública religiosa, cujo principal expoente foram os jesuítas; o segundo período compreenderia de 1759 a 1827, quando se instituíram as aulas régias, decorrentes da reforma pombalina, [...] e o terceiro, abrangendo de 1827 a 1890, representado pelas tentativas de se organizar a educação sob a chancela do Estado, no caso, o governo imperial e das províncias (SAVIANI, et. al.: 2014, p.04).

A segunda etapa referida pelo autor se inicia em 1890, com a implantação dos grupos escolares, o que corresponderia à gênese histórica da escola pública propriamente dita. Essa etapa, por sua vez, divide-se em três períodos: o primeiro, que vai de 1890 a 1931, corresponde à implantação progressiva nos estados das escolas primárias graduadas. O segundo período, abrangendo de 1931 a 1961, é representado pela regulamentação em âmbito nacional das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando o ideário pedagógico renovador, através da reforma Francisco Campos, aprofundada pela reforma Capanema que culmina na promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n. 4.024/61. Como terceiro período, o autor estabelece como marco inicial essa lei e como marco final a promulgação da Lei n. 9.394/96, atualmente em vigor no panorama nacional do país (SAVIANI, et. al.: 2014).

Antecedentes da educação escolar no Brasil

Após a expulsão dos padres jesuítas em 1759, foi adotado o sistema de aulas régias em Portugal e suas colônias, como parte do projeto de modernização do Estado português, secular e legalista, por meio da laicização do currículo da educação. No Brasil esse modelo vigorou até 1834, quando foi promulgado o Ato Adicional que deu às províncias autonomia para legislarem sobre temas relacionados à Instrução Pública, pondo fim ao sistema. As aulas régias estavam divididas em estudos menores (ensino primário e secundário) e os estudos maiores (nível universitário). O currículo dos estudos menores consistia nas aulas de ler, escrever e contar (primeiras letras) e nas aulas de humanidades (cadeiras de gramática latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética; a partir de 1772, introdução de filosofia moral e racional). Assim estavam organizadas de modo que cada aula correspondia a uma cadeira específica, que representava uma unidade escolar. Não havia pré-requisitos para acesso e cada aluno frequentava aquela que quisesse, não havendo articulação entre elas.

Quanto aos espaços destinados às aulas régias estes eram, geralmente, a casa do próprio professor, chamado de mestre-escola, o qual era selecionado através de um exame de gramática e outro de matemática, sem a necessidade de aula prática. Para participar do concurso não era exigido dos candidatos qualquer diploma ou comprovante de habilitação para o cargo pretendido. Segundo Tereza Fachada Levy Cardoso (2014), em 1760 aconteceram os primeiros concursos realizados em Recife e no Rio de Janeiro. Entretanto, até o ano de 1765 ainda não havia sido nomeado nenhum professor público para abrir uma aula, o que aconteceu em 1772 no Rio de Janeiro e, em 1774, temos a criação de uma aula de Filosofia Racional e Moral, ou seja, 14 anos depois da realização do primeiro concurso.

De acordo com Heloísa Villela no que se refere à profissionalização docente e a laicização do magistério no Brasil a partir do século XIX:

[...] pode-se perceber a manutenção das formas e modelos escolares elaborados sob a tutela da Igreja, aos quais se justapõe um novo 'corpo de docentes', recrutados e vigiados pelas instâncias emanadas do poder estatal. O que constitui esses docentes em corpo profissional é o controle do Estado e não uma concepção corporativa do ofício (2010, p.100).

Conforme destaca a autora, a fiscalização sobre o desempenho do professor recaia mais sobre sua conduta moral do que no seu conhecimento e habilidade para a função. Os salários eram pagos em três parcelas ao longo do ano e variavam bastante em função da localização da escola e da cadeira a que correspondiam, sendo que mestres e mestras de uma mesma cadeira poderiam receber salários iguais. Com o salário anual os professores deveriam arcar com as despesas do imóvel onde estivesse instalada a escola e encarregar-se da compra do material necessário.

A educação no século XIX: do ensino doméstico à instrução pública.

Tendo em vista a quase inexistência de oferta de ensino público a população recorria às aulas particulares e outras formas de “escolarização”, de modo que a educação nesse período caracteriza-se pela coexistência de formas dispersas de ensino e aprendizagem. Entretanto, no início do século XIX com o reinado de D. João VI se inicia um controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organização de um sistema de instrução primária. Tais iniciativas estão relacionadas à nomeação de novos professores para abertura de aulas, com o aumento das normatizações, por meio de solicitações, autorizações e discussões sobre a exigência de um currículo mínimo a ser aplicado nas escolas.

Ao longo do século XIX ocorreu a abertura de escolas dispersas pelas províncias. A Instrução Pública enfrentou problemas diante dos escassos recursos que eram destinados à educação por parte dos governos provinciais. Além disso, também sofria as consequências da grande rotatividade dos presidentes de província e da fragilidade das Assembleias Provinciais, cujos integrantes eram frequentemente substituídos tendo em vista as disputas políticas e partidárias entre as correntes liberais e conservadoras. Ainda assim, temos no século XIX uma significativa rede de escolas de primeiras letras públicas, privadas e, principalmente, domésticas. Estas tinham como objetivo não somente generalizar o acesso da população às primeiras letras, como também e, principalmente, a um conjunto de valores necessários a inserção dos pobres à vida social, ainda que de forma desigual, os quais ganharam forma por meio dos “conhecimentos escolarizados” que, aos poucos, começam a se expressar nos conteúdos estabelecidos nas normatizações legais aprovadas no período.

Ao acompanhar a evolução das leis e reformas da Instrução Pública no século XIX, observamos como o Estado brasileiro vai, pouco a pouco, estabelecendo o ordenamento das atividades escolares, por meio da definição dos conteúdos e dos métodos a serem empregados no ensino e da formação dos professores, com o estabelecimento do currículo a ser ensinado, que nas escolas de primeiras letras consistia no ensino da leitura, escrita e as contas, assim como, a criação das Escolas Normais para formação das professoras e professores. A primeira delas é a Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827, que tornou obrigatória a instalação de “escolas de primeiras letras” nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império brasileiro, o que demonstra a preocupação do governo em ampliar o acesso escolar. A lei também evidencia o início da intervenção estatal quanto à formação docente com a criação das Escolas Normais. Além disso, também legisla sobre a organização das escolas tendo em vista o ensino mútuo ou método lancasteriano, que propõe a utilização de forma mais racional do tempo escolar e dos recursos disponíveis para a instrução, com o aproveitamento dos melhores alunos

como auxiliares do professor, o que segundo a lei levaria a diminuição do tempo necessário ao aprendizado das primeiras letras, dos gastos com salários e da demanda por professores. O método, entretanto, não foi adotado nas escolas de primeiras letras diante da inviabilidade por falta de recursos econômicos, de materiais pedagógicos, de instalações adequadas e de oferta de profissionais.

Também merece destaque a promulgação do já citado Ato Adicional de 1834, que acarreta na descentralização do ensino transferindo para os governos provinciais a responsabilidade pela educação popular, de modo que cada província deveria se responsabilizar pela organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário. É neste contexto que temos a criação das Escolas Normais, as duas primeiras em 1835, nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1836, na Bahia, e em 1846, em São Paulo. A década de 1830 é também um momento crucial de afirmação do poder da Coroa, que vê na instrução um caminho para que o Brasil pudesse alcançar os estágios mais elevados da “civilização”, buscando também a constituição do que poderíamos chamar de identidade nacional por meio da instrução.

Na segunda metade do século XIX temos a promulgação de duas reformas, a Couto Ferraz, em 1854, e a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879. Ambas se referem a organização da educação primária e secundária no município da Corte, mas seu conteúdo reflete muito do debate e da organização do ensino naquele contexto. Dessas reformas merece destaque a adoção da seriação e do ensino simultâneo, a ideia de um ensino mais ligado à prática, que acabou ocasionando a incrementação do currículo das escolas primárias com a instrução moral e religiosa; leitura e escrita; noções essenciais de gramática; princípios elementares da aritmética; o sistema de pesos e medidas do município. Em 1879, houve alguns avanços no que se refere à formação e contratação de docentes ao regulamentar as Escolas Normais fixando o currículo, a nomeação dos docentes e a remuneração.

Esse processo de ordenamento da Instrução Pública desde os primeiros anos do Império veio acompanhado também pela classificação hierárquica dos espaços destinados ao ensino, como mais ou menos apropriados, sendo que na década de 1870 tem-se a construção dos primeiros edifícios escolares para funcionarem como escolas públicas. Luciano Mendes de Faria Filho, ao tratar da questão dos espaços escolares no século XIX comenta que:

Com o progressivo fortalecimento do Estado Imperial e com a discussão cada vez maior acerca da importância da instrução escolar, vai se estruturando uma representação que a construção dos espaços específicos para a escola era imprescindível para uma ação mais eficaz junto às crianças, indicando, assim, o êxito daqueles que defendiam a superioridade e a especificidade da educação escolar frente às outras estruturas sociais de formação e socialização como a família, a Igreja e, mesmo, o grupo de convívio (2010, p. 145).

Para exemplificar esse processo de constituição de um espaço e um tempo escolar, evidenciado por Faria Filho, apresentamos dois trechos de fontes documentais que descrevem espaços escolares. O primeiro documento trata-se de uma prescrição legal sobre os edifícios e utensílios que deveriam ser fornecidos pelo governo provincial de São Paulo para a abertura de escolas, salientando que enquanto não fosse possível tal incremento as aulas continuariam a ser oferecidas nos atuais estabelecimentos de ensino:

O governo procurará fornecer edificios proprios para n'elle se estabelecerem as escolas, havendo-os publicos; e não os havendo fará promover a promptificação d'elles por meio de subscrições nas localidades. Fornecerá aos professores os utensilios precisos. Emquanto o governo não puder fornecer edificios, e nem conseguir por meio das subscrições, continuarão as aulas a este respeito como actualmente [artigo 45, lei n. 34, 16 mar. 1846]. (apud. BARRA: 2007, p.19).

O documento evidencia também uma outra característica presente na Instrução Pública neste contexto, que é o distanciamento entre o que está previsto na lei e a realidade do sistema. Apesar do Estado brasileiro ir, pouco a pouco, consolidando um discurso sobre os espaços e materiais adequados para o ensino, a realidade é a de que as escolas no século XIX funcionavam em sua maioria em espaços improvisados e nem sempre adequados. Sobre isso podemos ver o documento seguinte, que trata da descrição feita por uma professora da Vila de Capivari, interior da província de São Paulo, sobre o espaço e as condições de sua escola que, como a maior parte delas, funcionava em um espaço doméstico:

A salla de Aulla e em casa de minha rezidencia allugada a 55\$rs. annuaes, e tem 25 palmos de frente com 20 de fundo, expanção esta, que não é sufficiente pa. bem accomodar as discipulas, especialmente no Estio, cujo calor se torna muito veemente [Relatório da professora Innocencia Querubina Teixeira do Amaral encaminhado ao inspetor geral "substituto" Diogo de Mendonça Pinto, Capivari, 28 de março de 1852, 4917 05, AE, MIP]. (apud. BARRA: 2007, p.19).

Apesar da preocupação do governo em estabelecer espaços mais apropriados para o ensino estar presente desde meados do século XIX, somente nos anos finais do Império foram criados os primeiros edifícios públicos próprios para a educação primária, primeiro em São Paulo e depois em outras províncias e estados brasileiros, que em algumas localidades foram denominados de Escolas Reunidas. Segundo Faria Filho: "Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas" (2010, p. 147).

Em relatório produzido em 1881 pelo presidente da província de São Paulo Laurindo Abelardo de Brito, pode-se ver o lugar que a instrução e os edifícios escolares assumem como porta-vozes do projeto modernizador e de constituição da nação:

[...] Penso que é tempo de fazer quanto se deva e possa para diffundir a luz do ensino por todas as camadas da população. É a obra mais meritoria da actualidade.

[...] O edifício da escola é a escola em si mesma, disse alguém, querendo significar com isso que ali onde a escola se apresenta em condições exteriores atraentes, dignas e convenientes, a educação adquirirá seu perfeito desenvolvimento e toda a sua importância. [...] (BRITO: 1881, p. 06 e 19)

Ocorreu nesse período um lento processo de estruturação da Instrução Pública por meio da apropriação e remodelação de valores tradicionais e modernos em torno do que deveria ser a escola ideal. Este acarretou no desenvolvimento de uma forma e um tempo escolar, com a definição dos conteúdos, espaços e tempos que pouco a pouco distanciam a escolarização do âmbito doméstico e a aproximam do projeto de constituição da nação brasileira.

A educação na primeira república e o movimento de renovação educacional

Na passagem do século XIX para o XX temos um amplo movimento nos países ocidentais em torno do debate sobre a educação popular e suas finalidades políticas e sociais, no qual se sobressai a ideia de que a educação deveria ter um valor prático, de modo a servir ao desenvolvimento econômico, social e ao preparo dos trabalhadores para a sociedade industrial. Além disso, a educação também era compreendida como estratégia de segurança e controle, no sentido de preparar o indivíduo para suas responsabilidades com o governo do corpo e da família, de modo que a educação possuía também, na visão desses entusiastas, a função de promover a formação moral e física da sociedade. Cabia a escola moderna promover a disciplinarização das condutas, formando cidadãos racionais e sensíveis, governados por si mesmos e portadores de critérios internos de julgamento sobre o bem e o mal, o certo e o errado. Era preciso educar e civilizar o povo. Nas palavras de Rosa Fátima de Souza tratava-se de: “Reconhecer a incapacidade das camadas populares em educar as crianças de acordo com as exigências da sociedade moderna. Era preciso impingir a racionalidade científica em todos os aspectos da vida social e a escola era a instituição mais adequada para esse tirocínio” (2008, p.27). Os debates em torno da renovação e difusão da educação popular das últimas décadas do século XIX caracterizam um processo de transição do modelo de ensino, que se iniciou com a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879, mas é somente durante as primeiras décadas do Regime Republicano que podemos ver a difusão mais sistemática de sua prática nas escolas, tendo em vista o processo de constituição de um sistema de ensino, que procurava cada vez mais dar a escola um caráter público, regulado pelo Estado, afastando-a do âmbito doméstico, onde, estavam instaladas a maior parte das escolas durante a Monarquia.

Esse discurso sobre a escola se reflete também em um movimento de modernização do currículo escolar, com a valorização de novas matérias como a matemática, mecânica, física, química astronomia, biologia, desenho e educação física, todas voltadas para a formação em

torno dos saberes científicos, que segundo Spencer (1820-1903), eram fundamentais para uma educação que buscava preparar o homem para a vida completa: “A categoria de conhecimentos que em grande parte é ignorada nas nossas escolas é aquella que preside a justa realização dos processos que tornam possível a vida civilizada” (SPENCER: 1901, apud SOUZA: 2008, p.26).

Nesse sentido, as novas matérias que passam a integrar o currículo escolar são expressão da expansão das relações capitalistas no ocidente, com a vinculação dos conteúdos da ciência à vida prática, de modo útil, aplicado e vinculado ao universo da produção. Entre os intelectuais brasileiros essa noção em torno da educação do povo e da função da escola primária teve grande adesão. Nas atas do Congresso de Instrução Pública do Rio de Janeiro, realizado em 1884, o Dr. Antonio Henriques Leal ao tratar da função da educação primária declarava:

Educar os sentidos e a razão, inculcar às massas populares noções exactas e precisas a respeito do mundo material que o cerca e do mundo moral em que vivem, tal deve ser o fim de todo o systema racional de ensino primário, cujos effeitos sobre a saude, sobre a intelligencia e sobre o coração não podem deixar de merecer o mais serio cuidado do governo, a quem incumbe regoal-o e distribuil-o (LEAL: 1884, apud. SOUZA: 2008, p. 34).

De acordo com Buisson (apud SOUZA: 2008) a ampliação do currículo da escola primária se deu de forma paulatina com a introdução da instrução moral e religiosa, o ensino da leitura e escrita por meio de novos métodos de ensino e associação da leitura com a escrita no processo de alfabetização, o ensino da língua materna, em detrimento, por exemplo, do latim e do francês, além de história e geografia nacionais e aritmética.

Para o ensino de ciências se definia como melhor método o emprego das lições de coisas, que apresentavam o conhecimento tendo em vista noções elementares de caráter prático, útil e concreto. Tratava-se basicamente de definir um objeto, animal, planta ou qualquer outra coisa que exista no mundo, a partir de sua utilidade, ou seja, a coisa é, na medida em que ela serve para algo (MUNAKATA: 2017). Além das lições de coisas, o método intuitivo, também foi defendido como método a ser empregado nas escolas primárias para o ensino das ciências, do desenho e na aprendizagem da escrita e da leitura de forma articulada. Por se fundamentar na defesa da observação do mundo e nos sentidos como formas primordiais da aprendizagem humana e, portanto, para sua educação, o método intuitivo se baseava na observação, comparação e classificação metódica do conhecimento e na educação simultânea dos olhos e das mãos. A difusão do método intuitivo ou das lições de coisas se dá com a circulação do manual "Primeiras Lições de Coisas Manual de Ensino Elementar para uso dos paes e professores", escrito por N. A. Calkins e traduzido para o português por Ruy Barbosa em 1886.

No Brasil essas discussões em torno da renovação e difusão da educação e a paulatina estruturação que decorre desse processo modernizador da educação nacional, deram segundo

Souza (2014) maior ênfase aos aspectos relativos aos métodos e processos de ensino, ou seja, aos aspectos didáticos, e menos às mudanças administrativas e pedagógicas que demandavam o modelo de escola graduada, por isso, as determinações em torno do método e dos materiais adequados para a educação do povo aparecem de forma frequente nas discussões do período, representando também um signo de modernidade da escola que estava se desenhando. Isso porque, tais transformações implicavam um investimento bastante oneroso diante dos precários recursos que as províncias dispunham para a educação pública, pois, para implementação da tão almejada modernização da educação, seria necessário construir edifícios que estivessem especialmente projetados para os fins da escola seriada. Estes deveriam contar com uma quantidade significativa de salas, espaços destinados à biblioteca, aos laboratórios e salas para secretaria. Além de edifícios apropriados, o novo modelo também requeria a formação de professores no novo método e a contratação de funcionários que dessem conta das novas funções burocráticas que a renovação do sistema de ensino implicava.

O estado de São Paulo foi o primeiro a implementar um projeto de escola pública moderna, sendo nesse sentido vanguardista na mudança do ensino primário no Brasil, dadas suas condições econômicas, políticas e sociais bastante favoráveis. Desse modo, a implantação dos grupos escolares em São Paulo a partir de 1893 foi uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século XIX. A partir da criação de edifícios próprios para o ensino buscou-se estabelecer um modelo de escola mais racionalizado e padronizado, para atender a um maior número de crianças, adequando-se à escolarização em massa e à universalização da educação popular. A organização pedagógica visava estabelecer para cada escola uma classificação uniforme relacionada à idade, ao nível de conhecimento e ao máximo de conteúdos que se deveria ensinar aos alunos durante a escolaridade elementar, ou seja, a distribuição de um conteúdo global entre os diversos níveis de ensino e, para isso, era necessário o emprego do tempo com a fixação diária das lições e exercícios. Além disso, objetivava-se implementar um sistema público de ensino que propiciasse a difusão da leitura e da escrita para o meio popular, ideal educativo compatível com o projeto político dos republicanos e com a perspectiva de modernização da sociedade brasileira:

[...] A atuação dos republicanos no campo educacional não se reduziu às escolas particulares, mas, sobretudo, esteve presente na implantação de iniciativas em prol da educação popular de grande repercussão política e social para a época. Em várias cidades, dedicaram-se à promoção de conferências educacionais, criação de escolas populares, cursos noturnos para adultos e fundação de escolas profissionais. Nesse esboço impetuoso de iniciativa particular, os republicanos fizeram da educação um meio de propaganda dos ideais liberais republicanos e reafirmaram a escola como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira (SOUZA: 2014, p.52).

Como estratégia de consolidação do modelo de escola graduada, com várias salas de aula e professores, os reformadores paulistas investiram na formação de professores por meio da Escola Normal, com a criação da escola modelo, já que para a reforma da instrução pública pudesse se realizar era necessário formar os professores para os novos processos de ensino, especialmente a adoção do método intuitivo, manifestado explicitamente na disciplina “Prática do ensino intuitivo ou lição de coisas” que compunha o currículo da Escola Normal ou da disciplina “noções de coisas” na escola primária (SAVIANI et. al.: 2014). De acordo com Marta Chagas de Carvalho a reforma e sua orientação baseada no método intuitivo torna a arte de ensinar dependente da capacidade de observar. A escola modelo era o espaço por excelência onde os professores em formação poderiam observar como se dava a educação das crianças a partir da prática de professores experientes. O que o modelo paulista inaugura é uma “lógica centrada na reprodução de um modelo escolar por dispositivos de produção de visibilidade das práticas escolares” (2010, p.226).

Além da formação em torno do método intuitivo a reforma da instrução pública paulista por meio da escola modelo também buscava promover a formação técnico racional dos professores, a partir da divisão do trabalho e do conhecimento docente, do controle detalhado do tempo, da simultaneidade dos ritmos e da preocupação com a ordem e a disciplina, distanciando-os do repertório docente mais característico das escolas domésticas. A escola modelo serviu de base para a difusão dos grupos escolares ao longo das primeiras décadas do século XX em diversos estados brasileiros, sendo pioneiro com a primeira reforma da instrução pública realizada em 1892, que buscou dar uma organização mais racional para a educação primária com o agrupamento de crianças em um único edifício, o que significava a racionalização dos custos e do controle sendo, por isso, o modelo apropriado para os centros populosos. Segundo Souza: “[...] dessa forma, vemos como as representações sobre a escola graduada buscavam articular o ideal da renovação do ensino com o projeto político de disseminação da educação popular aliado às vantagens econômicas” (2014, p.63).

Assim, por meio da Lei n.169, de 7/8/1893 e Decreto n. 248, de 26/7/1894, o governo paulista ficou autorizado a reunir em um único edifício construído ou adaptado para esse fim, as escolas existentes no raio de obrigatoriedade escolar. Essas escolas tinham a denominação de grupo escolar e poderiam receber nomes de pessoas da localidade que ajudassem com donativos à reunião das escolas. Cada grupo escolar poderia conter de quatro a dez escolas isoladas e teria a quantidade de professores necessários para classes de 40 alunos cada. Os alunos seriam distribuídos em quatro classes, referentes aos quatro anos do curso preliminar e as mesmas estavam divididas por sexo, ainda que pudessem haver classes femininas e

masculinas em um mesmo edifício. Para a direção deveria ser nomeado um professor da escola que fosse diplomado pela Escola Normal.

Segundo Souza, o processo de consolidação do grupo escolar como novo modelo de organização administrativa e pedagógica do ensino primário levou poucos anos e deu origem a uma nova cultura escolar, baseada em um modelo de escola urbana e moderna, com a racionalização do tempo, a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames para a promoção dos alunos, novos procedimentos de ensino e a necessidade de prédios adequados a esse novo modelo escolar, que deu a escola um lugar próprio e contribuiu para reforçar seu papel social:

Essa sensibilidade para a especificidade da atividade educativa e a necessidade de institucionalizá-la como espaço próprio dotado de uma identidade foram incorporadas nas políticas educacionais implementadas pelos primeiros governos republicanos paulistas. Belos edifícios, magníficos palacetes foram erigidos em algumas cidades do interior. O grupo escolar, localizado geralmente no centro do núcleo urbano, ocupava um lugar de destaque, o mesmo atribuído à educação como motora do progresso e do desenvolvimento social (SOUZA: 2014, p.68).

Porém, a realidade refletia outras facetas, pois, como aponta a autora, em São Paulo, entre 1894 e 1910, foram instalados 101 grupos escolares – 24 na capital e 77 no interior – destes apenas 35 edifícios haviam sido construídos especialmente para esse fim. A maioria deles eram edifícios alugados pelos municípios e funcionavam em precárias condições de estrutura física, falta de mobiliário e de material didático. A essa situação soma-se a questão da falta de uniformidade nos programas e a diversidade da formação dos professores que levava a adoção de diferentes métodos de ensino (SOUZA: 2014).

Mesmo diante da situação de precariedade do ensino e dos baixos investimentos do Estado na educação pública, o modelo dos grupos escolares foi priorizado em detrimento das escolas rurais, e paulatinamente adotado em outros estados brasileiros. Tal política demonstra a incoerência do discurso político em propagar os benefícios de um novo modelo de ensino, como parte integrante do projeto de modernização brasileira, sem contudo, investir os recursos que demandavam tal iniciativa.

Ainda assim, as escolas isoladas continuaram a existir nas primeiras décadas do regime republicano, sendo nesse momento, um dos maiores desafios para o estado conciliar um projeto de reforma da educação com um antigo modelo que, todavia, demandava do estado o investimento em recursos materiais e humanos. Com relação à nomeação dos docentes, por exemplo, em 1904, criou-se um mecanismo de provimento para essas escolas em que os professores deveriam lecionar por dois anos nas escolas isoladas para poder ser nomeados para um grupo escolar. Assim, as normalistas – maioria de mulheres – recém formadas entravam em

uma espécie de “tempo de desterro” que deveriam cumprir até que chegassem finalmente ao templo do ensino, como era visto naquele momento um grupo escolar:

O exercício da docência no grupo escolar foi disputado pelos professores públicos por vários motivos: primeiro, os grupos ofereciam melhores salários e melhores condições de trabalho; além disso, eram considerados escolas de qualidade e de grande prestígio social, o que se estendia ao corpo docente. Localizados nos centros urbanos, eram ainda mais atraentes que as escolas isoladas. Para muitos professores, especialmente as mulheres, trabalhar no grupo escolar significava o máximo da ascensão na carreira do magistério, dado que os cargos superiores estavam reservados ao sexo masculino. (SOUZA: 2014, p.74)

A implementação dos grupos escolares se deu no interior do projeto político republicano de reforma da escola e de difusão da educação popular. A implementação desse projeto acarretou em mudanças profundas na educação pública, com a introdução de um conjunto de inovações e modificações no ensino primário, que contribuíram com o desenvolvimento de uma nova cultura escolar, com a modernização dos espaços escolares e a modificação dos currículos. Entretanto, diante dos recursos públicos sempre insuficientes e da ausência de uma política administrativa que desse conta da ampla reforma estrutural da qual carecia o ensino, foram os professores na sua prática cotidiana nas escolas, que deram os primeiros passos para a institucionalização da escola seriada e dos novos métodos de ensino. Os professores tiveram que formular estratégias, ser modernos e conciliar o novo modelo escolar a outros saberes pedagógicos que por certo possuíam.

A crise da escola republicana e as reformas da Instrução Pública

A crise no modelo de escola defendido pelos intelectuais e políticos nas primeiras décadas do século XX começa a se manifestar no início da década de 1920 e deriva de dois fatores: o primeiro das mudanças de paradigmas do conhecimento, relacionado a defesa do método intuitivo, mas também pelas motivações políticas e sociais que passam a ver na erradicação do analfabetismo a prioridade na hierarquia das reformas educacionais, uma vez que o não acesso da população à alfabetização passa a estar atrelado a ideia da inaptidão do Brasil para o progresso. Esse movimento conflui para o que se chamou de “entusiasmo pela educação”, segundo a historiadora Marta Chagas de Carvalho:

A crise do modelo paulista não derivou apenas, entretanto, de mutações nos paradigmas do conhecimento. Ela foi determinada, também, pelas motivações políticas, sociais e econômicas que confluíram para o chamado ‘entusiasmo pela educação’. [...] O intento de expandir a escola, ‘nacionalizando’ as populações operárias rebeldes à ordem republicana instaurada, exhibirá os limites do modelo escolar paulista. No seu lugar aparece a linguagem das cifras e a urgência das metas das providências da reforma escolar que então se inauguram, implodindo a lentidão pressuposta na lógica com que os republicanos históricos o haviam institucionalizado. Na nova lógica o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca de inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional (2010, p.227).

A primeira das reformas, que traz a eliminação do analfabetismo como questão central, foi a Reforma Sampaio Dória (1883-1964) estabelecida pelo Decreto 1.750 de 8 de dezembro de 1920 e revogada em 1925. A iniciativa correspondia aos anseios das camadas médias urbanas pelo enfraquecimento das oligarquias e consequente republicanização da República, por meio do alistamento eleitoral, já que o exercício do voto estava impedido à população não alfabetizada. Desse modo, priorizava a extensão da escola às populações que até então não haviam tido acesso à escolarização, propondo a redução da escolaridade obrigatória de quatro para dois anos, em defesa da necessidade de extensão do ensino a toda população do estado de São Paulo. Os dois anos de escolarização são vistos como suficientes para que o aluno fosse alfabetizado e pudesse desenvolver “a capacidade de conhecer pelo fecundo contato da inteligência com a natureza e pelo exercício das faculdades perceptivas” (DÓRIA, apud CARVALHO: 2010, p. 229). A reforma se baseava na reformulação do princípio do ensino intuitivo, que previa um ensino longo e enciclopédico, que servisse como base para a formação do cidadão republicano. Sampaio Dória reelaborou esse princípio na defesa do que ele classificava como “método de intuição analítica”, que consistia na tese de que a origem de nossa capacidade de conhecer esta no contato com as coisas a conhecer:

Reproduzir no processo de formação do aluno o percurso da evolução da humanidade, enfatizando a extensão dos conteúdos ensinados na escola deixava, assim, de ser uma questão pedagógica central. A fórmula política de um ensino básico condensado em dois anos era, por isso, aposta pedagógica na eficácia do ‘método de intuição analítica’. Segundo essa aposta, dois anos de formação básica pareciam ser suficientes para que o aluno exercitasse as suas ‘faculdades perceptivas’, desenvolvendo a sua ‘capacidade de conhecer’ (CARVALHO: 2010, p. 229).

A reforma causou bastante controvérsia na ocasião de sua implementação e foi seriamente prejudicada pela exoneração de Sampaio Dória do cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, em 1924. Entretanto, sua maior contribuição para a educação está justamente na agitação de ideias que provocou o fato do educador ter arriscado propor uma solução pedagógica para resolver uma questão política, colocando em relevo o debate sobre a necessidade do acesso de todos a escola, já que defendia a educação popular como fundamental para a democracia. A resistência contra a difusão da escola no âmbito da reforma foi capitaneada pelo discurso técnico pedagógico de outros educadores que se colocavam como especialistas da educação e consideravam a variável educacional de forma isolada do contexto social, desconsiderando o teor político da iniciativa. Para seus opositores a reforma passou a ser condenada como caminho a ser evitado e classificada por alguns como “fetichismo da alfabetização intensiva”.

Um desses opositores foi o educador e psicólogo paulista Lourenço Filho (1897-1970), que impregnado pelo entusiasmo educacional via os problemas que afetavam o Brasil, principalmente nas regiões mais pobres do país, como consequência do atraso cultural em que,

segundo ele, vivia a população brasileira, sobretudo nos meios rurais. Lourenço Filho e outros educadores que compõe esse grupo de defensores da causa educacional, defendiam a ideia de que a regeneração nacional era muito mais complexa que a simples alfabetização, pois, devia basear-se, sobretudo, na educação do povo para controle social e adaptação à sociedade urbana que estava se desenhando.

Com o apoio da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada no Rio de Janeiro em 1924, esse grupo de reformadores promoveu uma intensa campanha em prol da “causa educacional” por meio da imprensa, além de exposições e competições escolares para conseguir a adesão das pessoas, principalmente, nos centros urbanos. Para esses educadores a educação pura e simples era uma arma perigosa colocando a instrução a serviço da manutenção da ordem: “Essa representação negativa da alfabetização fornece um dos principais argumentos de legitimação das reformas dos sistemas públicos de ensino nos anos 20” e, significava, “[...] opor ao investimento político na alfabetização a aposta, também política, no poder ‘civilizador’ da escola” (CARVALHO: 2010, p.238).

Quando esteve à frente da Diretoria de Instrução Pública no Ceará, Lourenço Filho realizou, primeiramente, um amplo inquérito sobre a situação educacional do Estado, preocupado em compreender as causas da resistência das populações sertanejas aos bens culturais da escolarização. Com esse diagnóstico pretendia promover uma mudança na mentalidade do professorado, visando o que ele definiu como educação física, intelectual e moral do povo. Como professor da Escola Normal, articulou o ensino de métodos às prescrições de Spencer em relação à utilidade do conhecimento. Assim, modernizou o currículo da Escola Normal com novas disciplinas que, segundo ele, permitiam educar o corpo e harmonizar o espírito, como é o caso dos exercícios físicos, dos jogos e do desenho.

A Reforma que o educador Francisco Campos (1891-1968) realizou em Minas Gerais, sua terra natal, também evidencia essa concepção em torno da escola, de que sua função era adaptar a criança à vida social, ultrapassando a mera alfabetização. A Reforma da atenção à formação dos professores nos novos métodos pedagógicos e por isso empreende a remodelação da Escola Normal mineira, cria a Escola de Aperfeiçoamento para professores já formados, investe na constituição de bibliotecas e na reformulação da Revista do Ensino.

A tônica da Reforma do educador pernambucano Antônio Carneiro Leão (1887-1966) realizada em Pernambuco foi semelhante. Também foram realizadas reformulações no currículo de formação dos professores com a introdução da Sociologia Educacional no programa da Escola Normal, diante da concepção acerca da necessidade do conhecimento das

anomalias sociais e suas causas por parte dos professores. Assim, esperava-se que a educação pudesse fornecer os meios possíveis para a adaptação das crianças ao meio social:

A introdução da Sociologia educacional no programa das Escolas Normais pernambucanas contribuiria, segundo o reformador, ‘para o progresso e a reforma sociais, como nunca a psicologia e a pedagogia sozinhas poderiam fazer’. Isso porque, ‘tratando das questões que podem ser melhoradas pela educação’, a Sociologia mobilizaria os ‘meios possíveis, para uma adaptação social’. (CARVALHO: 2010, p. 240).

No debate que vinha se consolidando em torno da crítica ao “fetichismo da alfabetização intensiva”, assim como pela circulação de tais ideias pedagógicas por meio da imprensa e de publicações especializadas, vale destacar que os educadores brasileiros mantinham não somente uma rede nacional em torno dos entusiastas da promoção da educação, mas também estabeleciam contato com educadores estrangeiros, por meio de leituras e de viagens. Esses viajantes regressavam dessas experiências imbuídos pela condição de conhecedores da realidade de outros países e com certa dose de deslumbramento com a realidade da educação no hemisfério norte, não somente pelas condições materiais das escolas, mas também pelos valores políticos no que se refere ao acesso do povo à educação. Esse credo pedagógico que vai orientar as reformas se baseia na concepção de sociedade moderna, que por isso demandava um novo modelo de educação ligado a dois princípios básicos: a educação redefinida em seus princípios e práticas largamente apoiada na ciência; e a crença no poder de transformação social da escola de massas e na reforma de sociedade a partir da reforma do homem.

É neste contexto que as concepções da Escola Nova ganham adesão no Brasil ao capitanear um discurso de maior eficiência na expansão da escolarização às camadas populares, do que o “método de intuição analítica” preconizado por Sampaio Dória. Além disso, opera transformações sutis nas representações das práticas escolares e das crianças, que ganham centralidade no ensino, por meio de uma nova disciplina do gesto e da organização do tempo e do espaço que deveria ser promovido pela escola.

O educador baiano Anísio Teixeira (1900-1971), empreendeu uma Reforma da Instrução Pública na Bahia, em 1926, enquanto Diretor Geral de Instrução, cargo que assumiu em 1924, quando concluiu o curso de Direito, a convite do governador Góes Calmon. Sua reforma estava bastante influenciada pelas ideias de Omer Buyse, que em seu livro *Méthodes américaines d’éducation*, defendia a importância de se educar pela ação. Em relatório sobre as principais realizações da Reforma produzido por Anísio em 1928, ele defende uma nova concepção de ensino primário, baseada na universalização e na valorização do professor, o que segundo ele, foi possível com o aumento dos recursos destinados à educação pública, sobretudo, para as escolas primárias e a ampliação das matrículas.

O educador acreditava na eficiência do modelo da escola primária americana e também era crítico ao “fetichismo da alfabetização intensiva”, pois para ele o modelo proposto pela reforma paulista de alfabetização para todos não correspondia à realidade do estado baiano. Para ele, São Paulo por seu desenvolvimento econômico carecia de um contingente de pessoas formadas com o instrumental básico da escrita, leitura e contas, e posteriormente à própria vida na cidade propiciaria o que ele chamou de “desenvolvimento intelectual posterior”. Na Bahia o “atraso” cultural do povo e das elites e a pura e simples iniciação a um universo letrado, para o qual ele não estava preparado, poderia levar o “homem inculto e primitivo” do nordeste a tornar-se mais inadaptável às suas condições de vida, pois retirado do seu mundo elementar, e sem condições de antever as mudanças que a instrução pudesse despertar em seu espírito, ele se converteria em um elemento de desordem social (CARVALHO: 2010). Para Anísio Teixeira, a instrução pública no nordeste deveria preocupar-se com a adaptação do homem ao seu meio cultural, para desse modo tornar-se mais produtivo e, assim, contribuir para seu desenvolvimento e o do país, o que demandava pensar a escola a partir de outras formas de organização do tempo e do espaço e a formação de pessoas instruídas no espírito da disciplina e do trabalho.

As reformas implementadas em São Paulo por Sampaio Dória e na Bahia por Anísio Teixeira mostram a presença de discursos distintos sobre o modelo de educação que deveria ser implementado para o desenvolvimento social brasileiro. Ambas atribuem à educação esse papel desenvolvimentista, porém, com preocupações e propostas diversas. Ademais, a visão de Anísio Teixeira, fortemente influenciada pelo modelo das escolas norte-americanas e pelo pensamento escolanovista, se contrapõe ao discurso dominante na época que versava sobre a necessidade de uma “escola alfabetizante”. Anísio, em sua obra *Aspectos americanos de educação*, publicada em 1928, afirma que a educação do povo deve se preocupar em promover um contínuo processo de transformação, reconstrução e reajustamento do homem, em consonância com as mudanças do meio. Para ele a educação não deveria ter um fim determinado, mas despertar no homem a capacidade de adaptar-se às mudanças contínuas da sociedade, a escola nova deveria “educar para a vida”, tendo em vista a promoção de um “espírito igualitário” (CARVALHO: 2010, p.245).

No Distrito Federal o educador mineiro Fernando de Azevedo (1894-1974), empreendeu uma reforma inspirada na realizada em Minas Gerais por Francisco Campos, que redefiniu os programas da escola primária, pensando-a como escola do trabalho, por meio da integração com o ensino técnico-profissional. A proposta de reforma sofreu críticas, já que Fernando de Azevedo havia atuado como educador em São Paulo, que naquele momento de crise política,

representava o polo de irradiação e sustentáculo da República oligárquica e conservadora. Apesar da resistência que as propostas de Azevedo suscitaram, sobretudo por sua clara filiação política, e de haver sido afastado do cargo após a Revolução de 1930, o programa escolanovista que se materializou na Reforma Fernando de Azevedo, promoveu um movimento de revisão dos fins sociais da escola, calcada na transformação social e em uma nova concepção de vida urbana e capitalista, que como vimos, se gestou ao longo da década de 1920. Seu modelo de reforma via o trabalho como o princípio unificador do sistema educacional, que passava a defender “a cultura e o trabalho unificados em todos os graus da educação nacional” (CARVALHO: 2010, p.247).

A Reforma de Fernando de Azevedo antecipou e subsidiou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, fechando um ciclo na história das reformas da Instrução Pública no Brasil. Ainda assim, ele continuou a ser visto pelo Governo Provisório que chegou ao poder político após a Revolução de 1930, como um representante da velha ordem oligárquica e novos personagens são legitimados como profissionais da educação promotores de reformas e propagadores de novos discursos sobre o papel da escola na sociedade brasileira.

O Estado Novo e a educação pública

A partir da década de 1930, com a implementação do Estado Novo e a criação do Ministério da Educação e Saúde, tem-se a substituição de um modelo mais amplo de se pensar a educação como uma questão social, para um enfoque fundamentalmente político, bem como a discussão em torno dos aspectos técnicos da escolarização. Esperava-se que após a Revolução de 1930 o terreno estaria preparado para a implementação de reformas que abrissem a possibilidade de empregar na prática todas as discussões e propostas que foram formuladas pelos educadores ao longo da década de 1920. Conforme argumenta Célio da Conceição Cunha:

[...] a nova consciência educacional que se inicia no Brasil, a partir da década de 20, gerou, por experiências vividas e já relatadas, um corpo de ideias novas, suficientes para serem aproveitadas pela Revolução de 30, numa agressiva política renovadora da educação nacional. [...] Contudo, a Revolução de 30 não possuía bases doutrinárias definidas. Às vésperas da revolução, todas as forças de oposição uniram-se com o objetivo único de derrocar a Velha República, oligarca e patriarcal. Feito isso, Getúlio no poder, começam a surgir dissidências que clareavam o panorama. Na área da educação haverá uma ferrenha disputa entre pioneiros e católicos, que a rigor não começou com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 (1981, p. 79).

O contexto de disputa por espaço político no campo da educação deu origem a uma análise interna sobre as condições da educação no Brasil que interessava mais a determinados setores urbanos, representados em grande medida pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação, publicado em 1932, que provocou uma disputa sem precedentes entre os pioneiros, de

orientação liberal – como ficaram conhecidos os signatários do documento – e os católicos, de orientação conservadora, nas discussões sobre qual deveria ser o caráter do ensino no Brasil.

O documento possuía 25 signatários, entre eles figuras como os educadores Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, a poetisa Cecília Meireles, e Roquette Pinto, conhecido como um dos pioneiros da rádio educação no Brasil. A quantidade de apoiadores do documento contribuiu para forjar uma certa ideia de convergência, importante naquele momento de disputa política, entretanto, seus signatários possuíam diferenças em suas concepções quanto aos rumos da educação no Brasil (VIDAL: 2013). O manifesto consiste em um diagnóstico e na denúncia das deficiências da estrutura educacional brasileira, além de defender o financiamento estatal da educação pública, tendo em vista os quatro princípios que fundamentam sua concepção de educação: gratuidade; coeducação; universalidade e laicidade. Por fim, o texto defende a relação primordial entre a educação e a democracia, assim como o papel do Estado como fundamental para racionalizar a educação, a partir da hierarquia das capacidades e não dos privilégios econômicos.

Em oposição ao grupo que ficou conhecido como pioneiros da educação, o grupo de educadores católicos além de atuarem fortemente no ensino confessional, também produziram nas décadas de 1920 e 1930, uma extensa literatura sobre a importância da atuação política dos católicos em um país de maioria de seguidores dessa religião, e de crítica à República e seu modelo de educação que, segundo essa literatura, era incapaz de formar pessoas nos deveres morais e religiosos. Favoráveis a manutenção da ordem e, por isso, severos críticos dos tenentistas, esse grupo era liderado por figuras como Jackson de Azevedo e Alceu de Amoroso Lima, educadores de visão conservadora que pregavam a manutenção da ordem e um nacionalismo que buscava resgatar um passado comum da nação – compartilhado por valores, crenças, tradições, mitos, etc. – que, segundo esse educador, estava ameaçado pelo estrangeiro (MAGALDI: 2012).

Quanto às medidas práticas implementadas no período, temos, em 1931, a criação do Ministério da Educação e Saúde, com a designação de Francisco Campos para o cargo de ministro, que colocou o ensino primário como central em suas preocupações, mas sua gestão se destacou pelas mudanças implementadas no ensino secundário, que buscaram corrigir seu caráter preparatório para os cursos superiores, definindo que este ramo do ensino deveria privilegiar a formação do homem para os grandes setores da vida nacional, permitindo-o viver por si mesmo e tomar decisões mais convenientes e mais seguras. A Reforma Francisco Campos, realizada em 1931, elevou a duração do ensino secundário para sete anos, divididos em um “curso fundamental” de cinco anos e um “curso complementar” de dois anos, esses sim,

voltados para a preparação para o ingresso nos cursos superiores, estabeleceu diretrizes para a organização de universidades por meio do Estatuto das universidades brasileiras, ao definir que a criação de universidades no território nacional dependeria do agrupamento mínimo de três cursos obrigatórios: Engenharia, Medicina e Direito. Por fim, introduziu o ensino religioso facultativo nas escolas, medida que foi bem recebida pelos católicos, mas causou polêmica entre os pioneiros, intensificando o debate entre ambos os grupos.

Nesse momento a Igreja Católica passa a ampliar seu espaço de ingerência junto ao governo de Getúlio Vargas, de modo que a Constituição de 1934 reflete, em alguma medida, a influência do pensamento católico, pela necessidade do governo de equilibrar seu apoio junto à sociedade em um contexto de instabilidade política. Por um lado, a Constituição de 1934, representou em grande parte uma vitória dos liberais, uma vez que atribuiu a um Conselho Nacional de Educação a competência e o dever de traçar um plano nacional de educação para ser aprovado pelo legislativo, além disso, atribuiu aos Estados a competência de organizar seus sistemas públicos de educação e consagrou a educação como um direito de todos por meio da gratuidade do ensino. Por outro lado, a Carta também busca equilibrar as demandas dos pioneiros e dos católicos, porém, relegando os primeiros cada vez mais a segundo plano.

O debate e as disputas em torno da educação naquele contexto, e em anteriores, ganharam relevância política pela crença, compartilhada por quase todos, de que a educação possuía o poder de moldar a sociedade por meio da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Essa demanda por educação e pela extensão do ensino, tendo em vista a diversificação da economia e a industrialização, se deu segundo Romanelli pelo “[...] despertar da consciência coletiva para a importância da escola.” (2014, p.78). Entretanto, observa-se também que o modelo de educação implementado pelo Estado brasileiro buscou, no que se refere a educação do povo, promover seu treinamento e qualificação para o mundo do trabalho, de modo que a educação se configurou, sobretudo, como política de conciliação de classes sociais (FREITAS e BICCAS: 2009), que buscou atender aos interesses da expansão capitalista. Desse modo, tal expansão não se deu de forma homogênea em todas as regiões do país, dando origem, ou melhor, mantendo um dos problemas do sistema educativo, que é a desigualdade de investimentos entre as diversas regiões brasileiras. A expansão do ensino se concentrou nas áreas urbanas, com setores produtivos mais desenvolvidos, justamente pelo fato de que se deu para atender às demandas econômicas.

A expansão do ensino também foi afetada pela luta de classes, por sofrer cada vez mais a pressão social por educação e orientar algumas políticas para atendê-las, ao mesmo tempo em que estava controlada pelas elites que seguiram no poder e procuraram conter a pressão popular,

por meio de uma legislação que mantinha o caráter elitizante da escola (FREITAS e BICCAS: 2009). De um lado, um contingente de analfabetos e a ausência de uma educação primária gratuita e universal e, de outro, uma preocupação pedagogizante. Desse modo, a expansão do ensino após 1930 se deu de forma a atender muito mais às pressões do momento, refletindo em todo o processo a própria realidade social e política brasileira: a ascensão ao poder da burguesia urbana e a manutenção dos valores oligárquicos e aristocráticos. Por fim, vale destacar a preocupação com o cidadão pobre e seu enquadramento, que é evidenciado na gestão de Francisco Campos, marcada por uma visão autoritária encoberta pela modernização e burocratização do Estado brasileiro.

De todo modo, ao observarmos as características quantitativas da expansão da rede escolar vemos a diminuição dos índices de analfabetismo a partir de 1930, com acentuada queda a partir dos anos 50/60, o que denota que houve uma preocupação em promover a alfabetização de um número cada vez maior de pessoas. Segundo Romanelli: “Entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu a 0,4% ao ano. Entre 1940 a 1950, o crescimento foi de 0,5% ao ano. Entre 1950 e 1960, foi de 1,2%, e, entre 1960 a 1970, a taxa cresceu a 0,6% ao ano” (2014, p.66). A expansão do ensino também pode ser evidenciada por meio do aumento de unidades escolares e de matrículas a partir da década de 1930. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de 1939, compilados por Ribeiro (1992), nos primeiros anos da década de 1930, há um aumento de quase um milhão de matrículas na educação primária, que vai de 2.274.213 em 1932 para 3.064.446 em 1936. O número de professores também cresceu de 76.025 em 1932, para 96.161 em 1936.

O nacional desenvolvimentismo e as repercussões na educação

Com o fechamento político promovido por Getúlio Vargas, em 1937, Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde. Sua gestão foi marcada por uma postura centralizadora da educação pública em torno do Estado, assim como, pela implementação de um modelo de educação que contribuísse para a formação da identidade nacional dos brasileiros. Em 9 de abril de 1942, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema, que permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Por essa lei, foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos. Esse último ciclo, que na reforma planejada por Francisco Campos apresentava três opções, passou a ter apenas duas, o curso clássico e o científico. Os novos currículos previstos na Lei Orgânica caracterizavam-se pela predominância do enciclopedismo,

com a valorização da cultura geral e humanística. Por influência da Segunda Guerra Mundial, a lei instituiu também a educação militar para os alunos do sexo masculino, além de reafirmar o caráter facultativo da educação religiosa e obrigatório da Educação Moral e Cívica.

O ministério de Gustavo Capanema correspondeu ao centralismo político promovido por Getúlio Vargas a partir de 1937, por meio de um processo de remodelação do ensino em todos os níveis, que entre outros aspectos tinha como objetivo a nacionalização do ensino oficial, por meio de uma política autoritária e “uniformizante” que irá repercutir no currículo das escolas. Apesar do centralismo promovido pelo Estado brasileiro, no que se refere às políticas para a educação, o cenário se mostrou contraditório, uma vez que o Estado tudo prescrevia ao mesmo tempo em que se desincumbia da educação pública, favorecendo o fortalecimento do ensino privado que irá se acentuar nas décadas seguintes (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA: 2000). Desse modo, as Leis Orgânicas do Ensino promulgadas entre os anos de 1942 a 1946 buscaram promover a padronização dos conteúdos, por meio da organização curricular nacional, da proposição do método de alfabetização analítico-global, da arquitetura escolar, assim como, das atividades de recreação, por meio do cinema educativo, do escotismo e do uniforme escolar.

No que se refere ao Ensino Primário as mudanças não permitiriam a implementação do princípio da coeducação, prevalecendo também a seletividade escolar, por meio dos altos índices de evasão sobretudo da escola primária que cresce juntamente com o aumento da oferta, tornando-se a seletividade escolar uma marca de nosso sistema de ensino, o que se deve em grande parte à repetência e a dificuldade das famílias pobres em manterem seus filhos na escola. De acordo com Freitas e Biccias:

Se matricular um filho na escola era um desafio para a maioria das famílias brasileiras, permanecer na escola até obter dela a certificação conclusiva era um desafio ainda mais expressivo para a maior parte das crianças, especialmente as mais pobres. No Brasil todos os números que demonstraram a expansão no número de vagas para a escola pública no transcorrer do século XX demonstraram igualmente elevados e persistentes índices de evasão escolar (2009, p. 54).

Com a saída de Getúlio Vargas do poder, a Constituição de 1946 retoma os princípios da Carta de 1934, reafirmando o papel do Estado como responsável maior pela educação pública. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação só foi aprovada em 1961. Ao longo da década de 1950 tem-se um processo de disputa política sobre qual deveria ser o princípio adotado pelo Estado brasileiro no que se refere às características da educação a ser implementada. De um lado, estavam os educadores comprometidos com o movimento de renovação educacional, destacando-se as figuras de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que redigem um novo manifesto que contou com o apoio de 189 assinaturas, dentre as quais as

de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Darci Ribeiro e Álvaro Vieira Pinto. O documento foi publicado em 1959, com o título de “Manifesto dos Educadores: Mais uma vez convocados: Manifesto ao povo e ao governo”, no qual reafirmaram a defesa pela educação pública, laica, gratuita e universal. De outro lado, estavam os educadores católicos que atuavam na defesa da “liberdade de ensino”, e com o apoio do deputado Carlos Lacerda, que transformou esse discurso em sua plataforma política, defendiam a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação básica, o que se viabiliza com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, abrindo um espaço significativo para os interesses dos setores privados na educação.

Nesse contexto de amplo debate em torno da educação e de sua relação com o desenvolvimento nacional, destaca-se a participação do INEP, criado em 1937, como espaço de renovação das estratégias para formação de professores, assim como, para produção de pesquisas educacionais que tinham o objetivo de promover diagnósticos para o planejamento e aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro. No ano de 1952 Anísio Teixeira assumiu a presidência do órgão dando ênfase ao problema da expansão da educação pública e a relação com a qualidade. Em 1957, o educador proferiu uma conferência intitulada “A Educação Escolar no Brasil”, na qual divulgou os resultados de um estudo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* naquele mesmo ano. O objetivo do texto era caracterizar o sistema educativo brasileiro a partir de seus três níveis (primário, secundário e superior) identificando suas tendências e recomendando correções.

Anísio identificou a situação educacional brasileira nos três níveis como uma pirâmide que se afina, sem possuir, entretanto, uma base sólida. O educador ressaltava o caráter seletivo da escola brasileira, que naquele contexto desvirtuava sua função primordial que, para ele, deveria estar voltada para o objetivo de ministrar uma cultura básica ao povo brasileiro. Ele também criticava a manutenção de uma escola propedêutica, somente preocupada em preparar os alunos para os níveis superiores de ensino, e denunciava os altos índices de reprovações que intensificavam o caráter excludente da educação brasileira ao não propiciar a formação dos alunos de acordo com suas aptidões. De acordo com o estudo de Anísio a escola no Brasil estava desajustada à conjuntura política e social e ao estágio de desenvolvimento brasileiro, o que impedia que a mesma pudesse elevar a nação e manter a ordem e a estabilidade. Para ele, a Educação primária deveria ser integradora, formar hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual (TEIXEIRA: 1969).

Neste período também merece destaque a realização das primeiras experiências de educação dos adultos em âmbito nacional. Já em 1946 a Lei orgânica do ensino primário, previa

o ensino supletivo, tendo em vista os altos índices de analfabetismo (56% da população com mais de 15 anos), as pressões internacionais e o restabelecimento de eleições diretas, que demandavam maior participação popular, em um contexto em que os analfabetos seguiam proibidos de participar da vida política por meio do voto. Assim, em 1947, foi criada a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos com a abertura de dez mil classes de alfabetização em todos os municípios do país, a produção de materiais didáticos, que, entretanto, davam ênfase na educação das crianças, repetindo modelos e conteúdos na educação dos adultos. As classes eram organizadas em um período de três meses para alfabetização e mais dois ciclos de sete meses para o curso primário. Para viabilizar a Campanha os meios de comunicação, principalmente o rádio, foram utilizados para engajar o povo e para promover o apelo ao voluntariado dos professores (FREITAS e BICCAS: 2009).

A Campanha promovida pelo Estado ao longo da década de 1950 foi duramente criticada por seu modelo distante da realidade dos alunos adultos e reprodutor de um conteúdo adaptado da alfabetização das crianças. O educador Paulo Freire, que naquele momento atuava em movimentos sociais católicos voltados para a alfabetização dos adultos, teceu diversas críticas por meio de um relatório apresentado no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em Pernambuco, em 1958. Para o educador, o trabalho educativo deveria ser centrado na realidade do aluno, feito “com” o homem e não “para” o homem. Além disso, defendia que o adulto não alfabetizado era produtor de cultura e saberes e que a alfabetização não deveria prescindir da leitura de mundo. Em suas críticas Freire problematiza as condições de existência para além da alfabetização, tirando a culpa do analfabetismo da pessoa analfabeta, desde sempre estigmatizada por sua condição, e colocando o foco nas condições sociais e econômicas dos trabalhadores do campo e da cidade (FREITAS e BICCAS: 2009). Diante dessa virada na compreensão sobre a questão do analfabetismo no Brasil, temos no final da década de 1950 e sobretudo nos primeiros anos da década de 1960, a atuação dos movimentos de educação e cultura popular, muitos deles com o engajamento do movimento estudantil, de católicos leigos e da Igreja Católica. Desses movimentos destaca-se: o Movimento de Cultura Popular (CPC), o Movimento de pé no chão também se aprende a ler e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Essas experiências se concentraram na região Nordeste em número e expressividade, e buscavam promover a Educação de Base e a cultura popular, por meio da abordagem dos conteúdos e da aprendizagem a partir do diálogo com a realidade dos estudantes adultos camponeses e operários. Assim, tinham como objetivo possibilitar ao povo brasileiro não somente o acesso à alfabetização, mas também uma formação que deveria ser mais crítica, ao

promover a Conscientização, entendida como uma tomada de consciência sobre si, sobre o outro, sobre o mundo e sobre a condição de vida e de trabalho. Para atingir esse objetivo a educação dos adultos deveria ultrapassar a alfabetização, sendo entendida a partir de um conjunto maior de atividades que integravam a vida e o trabalho dos camponeses e dos trabalhadores urbanos. Ademais, deveria promover a organização da comunidade em sindicatos, clubes e cooperativas, a partir da valorização da cultura popular vista como genuína e, por isso, transformadora (SOARES e GALVÃO, 2005).

Desse modo, ao longo da década de 1960 temos a diminuição dos índices de analfabetismo de forma mais acentuada do que nas décadas anteriores, o que se deve em grande parte a estreita relação entre as ações políticas e as ações educativas, com o alinhamento do Estado às demandas e debates internos e externos sobre a importância de se realizar campanhas de alfabetização de adultos em massa. Com o golpe civil-militar de 1964 esse processo se interrompeu devido a perseguição aos intelectuais da esquerda católica, estudantes e educadores que estavam engajados nesses movimentos. Em 1969, o regime militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização, que ficou conhecido como MOBRAL. Este se apropriou da demanda social pelo acesso à alfabetização, assim como do modelo praticado pelos movimentos sociais, promovendo entretanto uma mudança no conteúdo, com o esvaziamento da perspectiva política.

A ditadura civil-militar e seus impactos na educação brasileira

A educação após o golpe civil-militar de 1964 é marcada por dois momentos nitidamente definidos. O primeiro deles é a implementação do regime ditatorial e a política de “recuperação” econômica que dele decorre, por meio da contenção dos gastos e da repressão, que com a aceleração da demanda social por educação, e tendo em vista os problemas que temos identificado relacionados a pouca quantidade de vagas e aos altos índices de evasão e de repetência, configuraram uma crise do sistema educacional. No Ensino Superior a crise estava relacionada, em grande parte, ao acúmulo dos “excedentes”, ou seja, candidatos que embora aprovados para o ingresso nas faculdades não tinham classificação para as vagas disponíveis.

A crise é utilizada como justificativa para a assinatura de convênios entre o MEC e a Agency for International Development (AID), que ficaram conhecidos como “Acordos MEC-Usaid”, os quais previam o diagnóstico e a reorganização do sistema de ensino. Influenciado pela assistência dada pela agência norte-americana, o regime ditatorial defendia a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico. Assim, dá-se início ao segundo momento no qual, a curto prazo,

foram tomadas pelo governo medidas práticas para enfrentar a crise, ao mesmo tempo em que o Estado assume um discurso de defesa da reforma do sistema educacional para além da resolução dos problemas imediatos. Os acordos:

[...] tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura. Lançaram, portando, as principais bases das reformas que se seguiram e serviram de fundamento para a principal das comissões brasileiras que completaram a definição da política educacional: a Comissão Meira Matos. (ROMANELLI: 2014, p. 203).

No que se refere ao Ensino Superior as primeiras medidas legais de reforma, a curto e médio prazo, se deram a partir da formação de comissões para estudo da crise e proposta de soluções. Nesse contexto, o então presidente da República, Artur da Costa e Silva, pelo Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, instituiu uma comissão especial, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, denominada Comissão Meira Matos, que tinha a finalidade de emitir parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis, planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil, supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do ministro de Estado.

O relatório apresentado pela comissão apontava os principais problemas do ensino superior: inadequação estrutural do Ministério da Educação e Cultura; crise de autoridade no sistema educacional; insuficiente remuneração atribuída aos professores; liberdade de cátedra gerando privilégio jurídico; ausência de uma política de ampliação de vagas; lentidão e desordem na implantação da reforma universitária; inexistência de uma liderança estudantil autêntica e democrática; e ausência de fiscalização da aplicação de recursos públicos.

Para a solução desses problemas a comissão propôs medidas que buscavam ampliar o poder de ingerência do governo sobre as universidades e limitar sua autonomia. O Relatório Meira Matos condicionou as atividades do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, instituído em julho deste mesmo ano, e que conduziu o processo da Reforma Universitária de 1968, que teve como principais mudanças: a extinção da cátedra com a organização em Departamentos, a unificação do vestibular, criando o sistema de vagas, a instituição da pós-graduação, a matrícula por disciplinas, por meio do sistema de créditos, o investimento em infraestrutura com a construção de laboratórios e prédios, a institucionalização da profissão docente por meio da carreira do magistério superior, a expansão das Universidades Federais e os incentivos à iniciativa privada.

Quanto aos resultados dos Acordos MEC-Usaid relacionados com a realização da reforma do sistema, pode-se dizer que atingiram os níveis primário, médio e superior. Procurou-se promover a reestruturação administrativa, o planejamento e a defesa da necessidade de

treinamento de pessoal docente e técnico. Vale destacar também a utilização dos órgãos centrais de decisão e administração educacional para a coordenação e execução dos programas propostos e a defesa da realização de avaliações frequentes, para diagnóstico do sistema. A Lei 5692 de 11/08/1971 que promove a reforma dos níveis primário e secundário do ensino, caracteriza-se como a regulamentação de tais pressupostos e define, entre outros aspectos, o que ficou conhecido como três conjuntos de inovações: 1. extensão do ensino obrigatório de 4 para 8 anos; 2. profissionalização do ensino médio; 3. escola integrada com a extinção do exame admissional. A Lei também promove a reformulação do currículo com a introdução das disciplinas Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica e Língua Inglesa no ensino primário, bem como a aglutinação da História e da Geografia nos Estudos Sociais.

As medidas para o campo da educação que foram implementadas no governo ditatorial baseavam-se em um modelo único de análise, que isolava do contexto global da sociedade o fenômeno educacional, recorrendo a uma análise setorial. Nessa perspectiva contribuiu para reforçar sofismas sobre a educação brasileira tais como a crença de que o analfabetismo e a seletividade do ensino eram decorrência da explosão demográfica, e de que os problemas de ordem econômica e social decorriam da ausência de investimentos em formação de recursos humanos para atuar na educação. Como consequência desta política educacional tem-se o fortalecimento da teoria do capital humano no que se refere ao acesso da população à escolarização, reforçando a ideia da relação entre escolaridade e renda e projetando sobre os indivíduos a responsabilidade por adquirir um certo patrimônio de escolarização.

A LDB de 1996 e os desafios da educação no contemporâneo

A LDB 9394 de 1996, a atual lei máxima da educação, já ampliada e geradora de tantas outras demandas e urgências educacionais, destaca-se, sobretudo, por ter contribuído ou normatizado a forma de organização escolar em etapas continuadas, ao considerar a educação infantil como primeira etapa da educação básica, deslocando-a do campo da assistência para o da educação, bem como o ensino médio como etapa associada à expectativa de se completar a formação básica. Em contraponto, ainda que a LDB 9394/96 tenha ampliado os direitos educacionais, a autonomia de ação das redes públicas, das escolas e dos professores, assim como sua formação, temos ainda muitos desafios a enfrentar.

Entre eles o ensino médio como etapa final da educação básica continua sendo um problema ou dilema educacional que, historicamente, fez com que houvesse um grande gargalo para o acesso à educação superior, o que se avizinha como problemática histórica, alinhado-se a uma educação seletiva e excludente que contraria seu propósito de educação pública e

popular. Assim, o ensino médio como etapa final da educação básica vem ensejando inúmeras discussões por sua proposição contemporânea de formas diversas e até contestadas de se organizar, conforme atribuição dos Estados e seus sistemas escolares, mais restritiva em seu objetivo de selecionar, segregar e delimitar acessos a continuidade da educação e da formação dos sujeitos.

No que se refere ao financiamento da educação, considerado um dos aspectos impulsionadores ou de promoção da educação básica como dispositivo advindo desde a LDB de 1996, temos outros mecanismos governamentais como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), mas também, movimentos de resistências, incluindo-se organizações que agregam a sociedade civil, como a “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” que vem participando dos embates no sentido de conter os retrocessos de direitos já constituídos e ameaçados.

Com relação ao currículo, desde a proposição das Diretrizes Curriculares Nacionais em sua dimensão de estrutura educacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997, até a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, em sua dimensão de detalhamento de conteúdos, conjecturam-se tentativas de homogeneização escolar e curricular. Quanto à formação inicial de professores em nível superior, a mesma BNCC, e documentos dela decorrentes têm provocado movimentos associados a uma demanda histórica e, preteritamente, reivindicada por educadores como Lourenço Filho e Anísio Teixeira em prol de uma formação docente qualificada, feita nesse nível de ensino, não pautada por aligeiramento e técnicas, assunto que constituiu matéria de avanço anteriormente reivindicada, sinalizada e assegurada na LDB de 1996.

Considerando que *locus* e *modus* de formação estiveram em pautas importantes da educação pública ao longo desses 200 anos de proposições para a educação, o espaço escolar em sua estrutura física, material, pedagógica e educacional foi alçado a necessidades imperiosas para o funcionamento da forma escolar em seu objetivo de contribuir para um projeto de nação civilizada, participativa, prática, moral e socialmente instruída, educada e formada ou, na perspectiva anisiana, a escola como local e lugar onde se vive e não de mera preparação para a vida. Nessa perspectiva, o conceito de forma escolar foi assumido, neste texto, não somente como um modelo de e para a escola, mas também como predominância nas formas de pensar a escolarização em seus aspectos de organização, seletividade, seriação, programas escolares, exames, testes e seus decorrentes problemas ou dilemas de aprovação, reprovação, desistências e resistências em um longo período histórico. Tendo em vista esse entendimento, o conceito ou proposição sócio-histórica de uma forma escolar entrelaça-se à(s) cultura(s) escolar(es) em sua

dimensão de assentimentos dos sujeitos, das tradições ou permanências, mas também das mudanças que foram ocorrendo nesse intermeio. Assim, tanto o espaço, o tempo, as relações sociais e as formas de exercício de poder, quanto às propostas e as práticas constituem, igualmente, aspectos de uma forma ou predominância escolar.

Se, historicamente, pensar um projeto de nação civilizada e desenvolvida esteve nas bases de um projeto político para a instrução e a educação de modo geral; pensar um projeto de educação, na contemporaneidade, parece estar condicionado ou restrito a um projeto político que parece secundarizar o pedagógico e privilegiar o capital ou a “economia”, sob a perspectiva do lucro, cujas expectativas são de maximizar os resultados e minimizar os investimentos. Desse modo, a forma ou fórmula econômica como projeto para educação parece ter um horizonte de expectativa restrito a homogeneizar currículos, testar conhecimentos, aligeirar a formação dos professores, dentre outros problemas que vem colocando a educação e as educadoras e educadores em constante estado de resistência. Contudo, há que se destacar com André Chervel (1990), ao analisar esse movimento sócio histórico de construção da escola e da escolarização, que:

[...] a sociedade, a família, a religião experimentaram, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida. (CHERVEL: 1990, p. 187).

Nesse sentido, fomos provocados no período da pandemia causada pelo vírus do *Sars-Cov 19* a refletirmos sobre a forma escolar enquanto predominância, sem que as questões relacionadas às dificuldades de aprendizagens das e dos estudantes e a produção do fracasso escolar como problemas educacionais recorrentes, pudessem ser descolados desse movimento, considerando que este ainda é um dos nossos grandes dilemas contemporâneos que continua nos desafiando em busca de respostas às clássicas perguntas para que, por quê, como e o que ensinar e aprender.

Referências bibliográficas

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.7, n.2 [14], p.15-36, maio/ago. 2007.

BRITO, Laurindo Abelardo de. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província*. Santos, Typ. a Vapor do Diario de Santos, 1881. 590 p.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara [Orgs.]. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CARVALHO, Marta Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive [Orgs.]. *500 Anos de Educação no Brasil*. [4ª Ed]. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Editora Cortez/Autores associados, 1981.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive [Orgs.]. *500 Anos de Educação no Brasil*. [4ª Ed]. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVEZ, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan/abr. 2004.

FORQUIN, Jean Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOODSON, Ivor F. A construção social do currículo. Lisboa: Educa Currículo, 1997.

MAGALDI, Ana Maria. Entre vozes e pistas: reflexões sobre as relações família-escola nos debates educacionais brasileiros (Anos 1930). In: LOPES, Sonia de Castro; MIRIAM, Waidenfeld Chaves (Orgs.). *A História da Educação em Debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012

MUNAKATA, Kazumi. Os padrões dos livros de lições de coisas. *Educação e Fronteiras* (online). Dourados/MS, v.7, n.19, p.91-103, maio/ago. 2017.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Editora Cortez/Autores associados, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. [40ª. Ed]. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

SAVIANI, Demerval, et. al.. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2014.

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara [Orgs.]. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – Séc. XX. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval, et. al.. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. A Educação Escolar no Brasil. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Mariali M. *Educação e Sociedade* [4ª ed]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: vol.39, nº3, p. 577-588, jul./set. 2013.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive [Orgs.]. *500 Anos de Educação no Brasil*. [4ª Ed]. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Lólio Lourenço de Oliveira [trad.]. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Desafios do SUS: previdência e saúde

Geraldo José Medeiros Fernandes: Unifal-MG

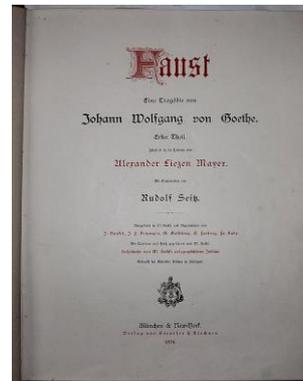
Introdução

O estudo da história da medicina, um dos ofícios mais antigos dos homens, como mostram pinturas rupestres e crânios fossilizados trepanados da Pré-história, é um importante capítulo na história universal das civilizações e das ciências, traçando um nítido paralelo entre o trajeto desta ciência e aquele do pensamento filosófico, científico e social, o que nitidamente contribui para a compreensão das transformações da humanidade.

O escritor Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), no poema “*Faust*” (Fausto), publicado em 1808, declara: “Wer seine Geschichte nicht kennt, weiss nichts von seiner Kunst” (Nada sabe de sua arte aquele que lhe desconhece a história) (GUSMÃO, 2004, p. 9).

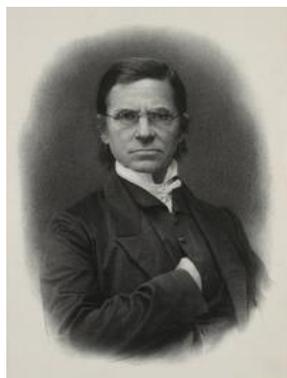


www.geneee.org/johann+wolfgang/von+goethe?lang=pt

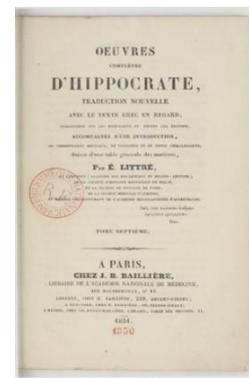


www.stringfixer.com/pt/Faustian

O historiador médico e filólogo francês Émile Maximilien Paul Littré (1801-1881), em 1850, na tradução da obra de Hipócrates, “*Oeuvres complètes d’Hippocrate*” (Obras completas de Hipócrates), afirma: “Il n’est rien dans la plus avancée des médecines modernes dont on ne puisse trouver l’embryon dans la médecine du passé.” (Nada há na mais avançada medicina moderna que não se possa encontrar o embrião na medicina do passado).



www.fineartamerica.com/featured/emile-littré-french-scholar-mary-evans-picture-library.html



www.gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6267166m.textImage

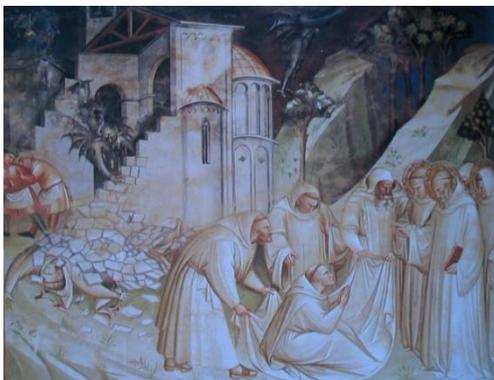
A escassa saúde pública gratuita

Até a segunda metade do século XVIII, com exceção da preocupação com doenças infectocontagiosas e epidemias, não houve grande interesse dos médicos na saúde pública, quer fosse no contexto ambiental quer no humano.

Na Antiguidade, a medicina foi exercida principalmente por sacerdotes, sendo ensinada e exercida em templos cujos dignitários cobravam ricas oferendas para realizar rituais de cura (THORWALD, 1990, p. 28). Neste período, estudando em escolas leigas greco-romanas e persas e, depois, na Idade Média em diante, em escolas particulares e universidades, os raros médicos laicos cobravam caro pelo seu conhecimento. Portanto, o exercício da profissão médica, até o final do século XIX, esteve quase sempre dirigido ao seletor público que podia arcar com as despesas (nem sempre pequenas) de honorários e medicamentos.

Exemplificando as raras exceções, no Antigo Egito havia uma classe de médicos “populares”, que acompanhavam os médicos-sacerdotes nos templos e que, financiados pelo tesouro do faraó, se incumbiam de assistir o baixo estamento da sociedade local (artesãos, comerciantes, fazendeiros, mendigos e inválidos, trabalhadores braçais e escravos. A elite civil, militar e religiosa, membros da corte e toda a família real possuía médicos particulares, pagos diretamente a elevados custos (THORWALD, 1990, p. 92).

Na Idade Média e no Renascimento, barbeiros, cirurgiões e curiosos supriam de maneira empírica o atendimento médico à população carente de recursos. Era também frequente que uma parcela de monges e padres, pertencentes a ordens religiosas dedicadas à caridade (benedictinos, franciscanos, camilianos), estudassem medicina em escolas particulares e universidades. Retornando a seus mosteiros, aí instituíram uma prática médica autônoma (medicina monástica e patrística) de atendimento gratuito para a população menos afortunada (camponeses e mendicantes), inclusive com o fornecimento de ervas medicinais e hospedagem (enfermaria) para doentes debilitados (MARGOTTA, 1998, pp. 52 e 66).



[www.wikiwand.com/pt/Hist%C3%B3rias_da_vida_de_S._Bento_\(Aretino\)](http://www.wikiwand.com/pt/Hist%C3%B3rias_da_vida_de_S._Bento_(Aretino))



www.godecooking.com/mtales/mtales17.htm

Nos séculos XVI e XVII, obras de caridade cristã, representadas por Irmandades de Misericórdia, a primeira fundada, em 1498, por Leonor de Avis, esposa de D. João II e rainha de Portugal, disseminaram-se na península ibérica e em suas colônias ultramarinas. O compromisso (estatuto) da Santa Confraria e Irmandade incluía obras espirituais e corporais de misericórdia, consideradas deveres e virtudes de um bom cristão. Subsidiadas por nobres e ricos comerciantes, as Irmandades socorriam os órfãos e mães solteiras em abrigos e orfanatos e forneciam assistência gratuita aos enfermos em hospitais filantrópicos (Santas Casas de Misericórdia), que dispunham de médicos diplomados que dedicavam certo período de seu tempo profissional para este mister. Por não auferirem salários, compensavam a ausência de pecúnia pela alta demanda de pacientes, nos quais podiam aprimorar os conhecimentos e técnicas, além do prestígio social e fama que esta dedicação altruísta lhes proporcionava e do consequente aumento da clientela pagante (CARVALHO, 2013, p. 7).



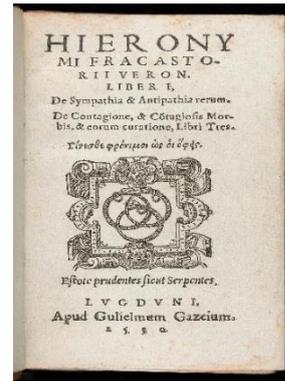
www.pt.wikipedia.org/wiki/Irmandade_da_Santa_Casa_de_Miseric%C3%B3rdia_de_S%C3%A3o_Paulo

A saúde pública merece atenção

A saúde pública esteve basicamente atrelada a doenças contagiosas e epidemias, quando médicos, população e governantes se uniam para as evitar e/ou combatê-las. A contagiosidade de certas doenças transmissíveis já era bem conhecida desde a Antiguidade, explicada principalmente pela “disseminação aérea de venenos” (teoria miasmática). O médico italiano Girolamo Fracastoro (1478-1553), em 1546, publicou o tratado “*De contagione, et contagiosis morbis, et eorum curatione*” (Sobre o contágio, e as doenças contagiosas, e sua cura), no qual definiu o contágio, como uma transmissão de um indivíduo para outro, por intermédio de seres vivos que se reproduziam, os “seminaria contagionum” (sementes de contágio), e elencou os modos de contágio das doenças infecciosas: por contato direto, por intermédio de fômites ou à distância (disseminação pelo ar), sendo esta, sem dúvida, a primeira tentativa científica de explicá-los. A teoria do contágio, emitida séculos antes da teoria dos germes, transcendeu o tempo e o espaço, constituindo um legado à humanidade (FERREIRA, 2008, p. 8).



www.ohomemeadoenca.com.br/biograf/Biofracastoro.html



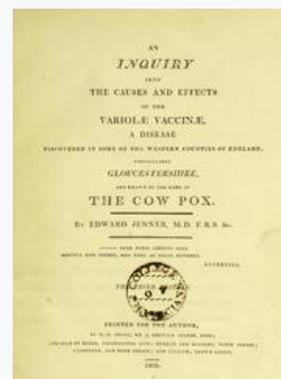
www.ohomemeadoenca.com.br/biograf/Biofracastoro.html

Duas significativas iniciativas de médicos preocupados com a saúde pública apareceram na Inglaterra. Suas atitudes insistentes, na maioria das vezes desdenhadas pelas autoridades, foram essenciais para o início de uma ideologia voltada para a saúde da população.

O médico Edward Jenner (1749-1823), trabalhando na zona rural de Berkeley, observou que ordenhadoras que contraíam a varíola bovina tornavam-se refratárias à varíola humana, recolheu o material de pústulas das mãos de Sarah Nelmes, que sofria de varíola bovina, e o inoculou em um menino sadio de 8 anos de idade, James Phipps, em 1796. A lesão única resultante da escarificação artificial era semelhante àquela da forma natural da doença. Duas semanas depois, inoculou o pus de uma ferida de varíola humana no menino, que se mostrou resistente à infecção. Durante os dois anos seguintes, repetiu o procedimento em centenas de pessoas do local e descobriu que todas ficaram imunes à varíola. Publicou suas observações, em 1798, no opúsculo “*An Inquiry into the Causes and Effects of the Variolae Vaccinae*” (Uma investigação sobre as causas e efeitos da vacina da varíola). O método proposto por Jenner enfrentou sérias resistências. A classe médica demonstrou ceticismo e parte da população promoveu uma ferrenha resistência à vacinação. Grupos religiosos alertavam para o risco da degeneração da raça humana pela contaminação com material bovino, a vacalização ou minotaurização, como foi chamada. Mas, em pouco tempo, a vacina conquistou a Inglaterra, depois a Europa e finalmente a América (TOLEDO JR, 2005, pp. 61-62).

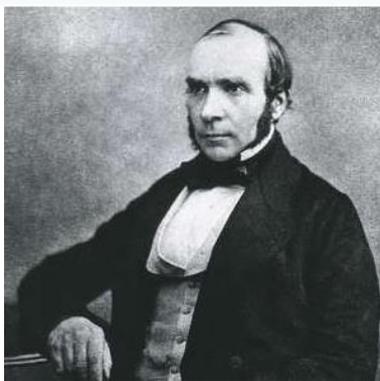


www.institutojenner.pt/o-instituto/quem-foi-edward-jenner/

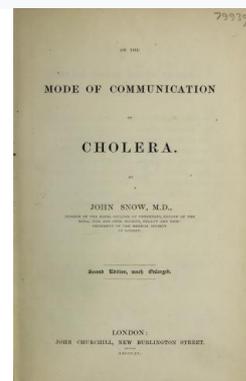


www.archive.org/details/b28521730

O médico John Snow (1813-1858) demonstrou, em 1854, por meio de censo demográfico e mapeamento geográfico, que o surto de cólera que grassou em um bairro londrino era proveniente do consumo de água de uma fonte pública contaminada por matéria fecal. Recomendou o fechamento do poço na Broad Street e o despejo de fezes longe do local e com isso conseguiu conter a infecção. Seu trabalho ajudou a romper a crença na teoria miasmática e assentou as bases teóricas do “método epidemiológico”, utilizado através da história tanto para a investigação das fontes das doenças transmissíveis. Suas observações foram compiladas na obra “*On the Mode of Communication of Cholera*” (Sobre o modo de comunicação da cólera), publicada em 1855 (LILIENFELD; LILIENFELD, 1984, p. 376).



www.britannica.com/biography/John-Snow-British-physician

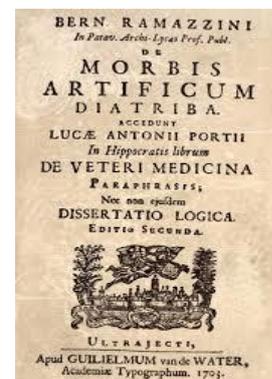


www.archive.org/details/b28985266

O primeiro registro da preocupação científica sobre o tema da medicina ocupacional, que tratava da promoção de saúde e da prevenção de doenças de operários, foi o lançamento, em 1700, do livro “*De morbis artificum diatriba*” (Tratado sobre as doenças dos trabalhadores), de Bernardino Ramazzini (1633-1714). Nesta obra o médico italiano relacionou 54 profissões e os sintomas apresentados pelos trabalhadores a elas relacionados. O volumoso livro, com mais de 300 páginas, chamou a atenção, pela primeira vez, para a necessidade de os médicos conhecerem a ocupação e o ambiente de trabalho de seus pacientes, mostrando que estes poderiam ser a origem de muitas doenças.



www.pt.wikipedia.org/wiki/Bernardino_Ramazzeni



www.link.springer.com/referenceworkentry/10.1007%2F978-3-319-

A obra está dividida em capítulos que descrevem as principais doenças ocupacionais da época e as maneiras de prevenir e/ou reparar o dano físico dos trabalhadores. Por exemplo, no capítulo XLI, intitulado “*Doenças dos pedreiros*”, o autor indicou particularidades de quem trabalhava com a cal, que, segundo ele, irritava a boca, garganta e pulmões, além de favorecer o aparecimento da tuberculose. O médico sugeriu que os pedreiros utilizassem lenços úmidos para tapar boca e nariz, evitando a inalação da cal (RAMAZZINI, 2016, pp. 330-333).

O médico italiano Giovanni Maria Lancisi (1654-1720) estudou a qualidade dos ares e das águas de Roma durante anos e, durante uma epidemia de gripe, propôs, em 1717, no livro “*De noxiis paludum effluviis, eorumque remediis*” (Sobre o eflúvio nocivo dos pântanos e seus remédios), uma série de medidas sanitárias e higiênicas, especialmente voltadas para os maus efeitos da água estagnada, tais como drenar lagos, pântanos e charcos e preservar as florestas com altas árvores (CASTIGLIONI, 1947, p. 75, v. II).

Epidemias flagelaram impiedosamente a Europa nos séculos XVII e XVIII: malária, tifo exantemático, varíola, peste bubônica, disenteria, escarlatina, difteria e febre amarela. Com ampla disseminação e alta mortalidade, fizeram com que a atenção de médicos e autoridades se voltasse para sua prevenção e tratamento, percebendo que melhorias implementadas nas condições higiênicas e sanitárias das cidades eram importantes ferramentas para a diminuição dos surtos. A canalização de esgotos, o aparelhamento das casas com privadas e banheiras, a limpeza das ruas e a destinação correta do lixo urbano iniciaram uma era de compreensão da importância de um meio ambiente saudável para a manutenção da saúde pessoal e coletiva (CASTIGLIONI, 1947, pp. 74-76, v. II).

Uma nova concepção: higiene, saúde e trabalho

No final do século XVIII, o conceito de que um meio ambiente inadequado poderia favorecer a disseminação de doenças passou a ser aceito sem muitas restrições. Ar, água, alimentos e objetos manipulados por doentes eram imputados como veículos de infecções, embora sem bases científicas que justificassem a transmissão. Nas grandes cidades, o acúmulo de lixo, excrementos jogados nas ruas, sujeira, fumaça, poeira e ratos eram um problema praticamente insolúvel e nas propostas oficiais do governo a execução de obras de saneamento e limpeza urbana nunca foi incluída prioritariamente.

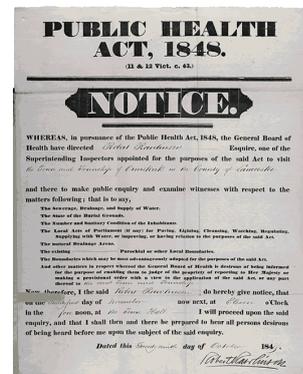
Entretanto, com o advento da Revolução Industrial, inicialmente na Inglaterra e depois em muitos países europeus, surgiram próximo às fábricas amontoados de moradias sem ventilação ou luz suficiente, com excesso de moradores, favorecendo o aparecimento de

doenças contagiosas (MARGOTTA, 1998, p. 156). A industrialização obrigou os médicos a investigarem as condições de trabalho e as implicações nocivas destas na saúde de operários e a medicina passou a valorizar a saúde individual dos operários, mercê da repercussão negativa nos lucros causada pelo absentismo provocado pelas más condições laborativas.

Conhecendo que as novas condições sociais e laborais imprimiam mudanças relevantes na sociedade e na vida comunitária, a importância das boas condições sanitárias para a coletividade foi finalmente reconhecida e, na Inglaterra, Sir Edwin Chadwick (1800-1890) fez aprovar o “Public Health Act” (Lei de Saúde Pública), em 1848, que declarava que o Estado era responsável pela saúde do povo (MARGOTTA, 1998, p. 157). Assim, entre 1850 e 1950, os esforços estatais foram gradativamente dirigidos para a melhoria do meio ambiente e para a garantia de uma assistência médica de qualidade para todos os cidadãos, operários ou não.



www.ribapix.com/sir-edwin-chadwick_riba5821



www.br.pinterest.com/pin/76075652027914047/

Como sói acontecer com as ciências, também a medicina acompanhou estas mudanças, incorporando paulatinamente ao seu exercício os novos temas provenientes do ambiente fabril.

Já no início do século XIX há registros de empresários que colocaram seus médicos particulares no interior das indústrias para verificar as condições de saúde dos trabalhadores e estabelecer medidas preventivas em relação a acidentes e doenças ocupacionais. A iniciativa pioneira coube a Robert Dernham, em 1830, empresário têxtil que colocou seu médico pessoal, Robert Baker (1803-1858), dentro de sua fábrica para verificar o efeito do trabalho sobre os operários (MENDES; DIAS, 1991, p. 341).



www.rothbardbrasil.com/fatos-e-mitos-sobre-a-revolucao-industrial/



www.europepmc.org/backend/ptpmrender.fcgi?accid=PMC1038352&blobtype=pdf

O modelo inglês de assistência médica universal gratuita se expandiu pelo mundo, com diversos governos aprovando leis voltadas para a conservação ambiental e para a saúde populacional, tanto que se atribui a Henry Ford (1863-1947), magnata estadunidense, a frase: “O corpo médico é a seção de minha fábrica que me dá mais lucro” (MENDES; DIAS, 1991, p. 343). No final do século XIX, alguns países europeus (Reino Unido, França, Alemanha) já haviam implantado um sistema público de atendimento à saúde para toda a população, com modelos variados, que foram depois seguidos por outras nações europeias (Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Espanha, Portugal) e americanas (Canadá, Argentina, Cuba, Brasil).

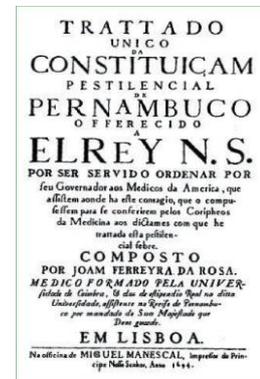
Brasil colônia

As metrópoles europeias imprimiram em suas colônias americanas, ao longo dos anos, em maior ou menor grau, as tendências de atenção à saúde pública e ocupacional. Os avanços que a medicina sofreu na Europa nas Idades Moderna e Contemporânea repercutiram nos profissionais e nas políticas de saúde. Mas, no Brasil, isto não se tratou apenas de mera cópia da medicina europeia, pois a medicina brasileira sofreu influências locais (indígena e africana) sem correspondência no Velho Continente, mas sobretudo de uma caminhada paralela, algo extemporânea, com adaptações e mudanças pertinentes ao peculiar quadro nosológico do país.

Para um bom entendimento dos diversos e complexos processos de geração de políticas de saúde no Brasil, é necessário que se faça uma análise retrospectiva da sua história nas diversas épocas (CHIORO; SCAFF, 1999, p. 1).

No período colonial do Brasil (1500-1808), houve uma pequena multidão de curandeiros, benzedeiros e rezadores que tentou suprir a enorme carência de médicos licenciados e/ou diplomados, que até 1800 não passavam de 12 em toda a colônia, todos vindos de Portugal. Uma das primeiras comunicações de medidas sanitárias profiláticas realizadas no Brasil consta da obra “Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco”, publicada

em 1694, do médico João Ferreira da Rosa, diplomado pela Universidade de Coimbra, na qual relata as providências tomadas por si e pelas autoridades locais durante um surto de febre amarela em Pernambuco (1680-1690). Seguindo suas orientações preventivas, foi imposta a limpeza das casas, fechamento de portas e janelas, a queima de grandes fogueiras (“quarentena de fogos”) em praças públicas e de ervas aromáticas no interior de residências, e a execução de tiros de canhão para purificação do ar, a segregação de enfermos e expulsão de prostitutas, e a organização de uma polícia sanitária do porto, que permitia apenas o desembarque de marinheiros sãos. Individualmente, recomendou o uso de água fervida para beber, a ingestão de alimentos ácidos e o confinamento domiciliar dos familiares de enfermos. Embora empíricas, algumas destas medidas acabaram por afugentar e diminuir a população dos mosquitos transmissores da doença, resultando na exaustão da epidemia (SALLES, 2004, pp. 149-150).



www.pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Pernambuco

www.researchgate.net/figure/FIGURA-1

Brasil Império

Com a vinda da corte real portuguesa para o Brasil, em 1808, o príncipe regente D. João Maria de Bragança, sob influência de José Correia Picanço (1745-1823), cirurgião-mor do Reino, decretou a instalação de duas escolas de cirurgia, uma em Salvador (18/2/1808) e outra no Rio de Janeiro (02/4/1808), para suprir a necessidade da formação de médicos. Ainda, em 1809, criou o cargo de Provedor-Mor da Saúde da Corte e do Estado do Brasil, ocupado por Manuel Vieira da Silva Borges e Abreu (1753-1826), com a finalidade de regulamentar o exercício da medicina, fiscalizar os portos, para prevenir a entrada de mercadorias deterioradas ou de tripulação doente, e promover a inspeção sanitária de alimentos à venda e o asseio de casas comerciais e residenciais (SANTOS FILHO, 1991, pp. 487-489, v. 2).

Em 1813 e 1815, respectivamente, D. João elevou a escola de cirurgia do Rio de Janeiro e a de Salvador à categoria de Academia Médico-cirúrgica, concedendo autorização para a emissão de diplomas oficiais, sem a necessidade do aval de universidades portuguesas. Com a

inauguração da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1897, até o início do século XX, estas eram as três únicas faculdades de medicina instaladas no Brasil.



www.querobolsa.com.br/revista/universidades-mais-antigas-do-brasil-conheca-as-faculdades-mais-velhas

Em 1811, foi criada a Junta de Instituição Vacínica, para a vacinação antivariólica da população, como era uso na Europa (SANTOS FILHO, 1991, p. 490, v. 2).

Dada a dimensão continental do Brasil, o imperador D. Pedro I, em 1828, decretou a descentralização dos serviços de higiene, permitindo sua encampação pelas prefeituras municipais, que foram autorizadas a criar as Posturas Municipais. Fracassada a iniciativa, o imperador D. Pedro II, em 1843, voltou a decretar a centralização da saúde pública, criando a Inspeção de Saúde dos Portos e a Comissão Central de Saúde Pública (SALLES, 2004, p. 150). No esteio da Constituição de 1824, foi criado um Serviço Social para os servidores do Império.

Durante uma epidemia de febre amarela (1849-1853), foi criada, em 1851, a Junta Central de Higiene Pública, órgão executivo com provedorias e comissões espalhadas pelo interior do país. Em 1881, foi desdobrada em Inspetorias de Saúde e Higiene Públicas, instaladas nas principais cidades das províncias. Afinal, em 1886, foi instituído o Conselho Superior de Saúde Pública, para o qual convergiram as medidas de higiene e fiscalização, subordinado ao Ministro de Império (SANTOS FILHO, 1991, pp. 505-507, v. 2).

Brasil República

Um decreto de janeiro de 1890 estabeleceu a criação da Diretoria Geral de Higiene, na capital do país, que atuava por intermédio de um Inspetor de Higiene em cada província e de um Delegado de Higiene em cada município, cobrindo, em tese, todo o território nacional. Com a promulgação da Constituição de 1891, o regime federativo da república delegou autonomia às Unidades da Federação para instalarem os serviços de saúde e higiene, que foram negligenciados por todos os estados (exceção de São Paulo), por falta de recursos próprios.

Com a situação de calamidade pública devido à epidemia de febre amarela, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves sancionou, em 1904, sob influência do sanitarista Oswaldo Gonçalves Cruz, o decreto legislativo que instituiu a Diretoria Geral de Saúde Pública, no qual estava delineado um Código Sanitário. Em 1919, com a criação do Serviço de Profilaxia Rural, o governo central passou a prestar assistência também ao homem do campo. Em 1920, o presidente Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa substituiu a Diretoria pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (SALLES, 2004, pp. 152-153), cujo regulamento foi modificado em 1923, por Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas, na presidência de Arthur da Silva Bernardes. Esta estrutura perdurou até 1930, quando o presidente Getúlio Dornelles Vargas desvinculou a saúde deste antigo ministério e criou o Ministério da Educação e Saúde, concentrando nele as atribuições de todos os demais órgãos oficiais vinculados à educação e à saúde e higiene.

Foi nas décadas de 1930-1940 que surgiram sanatórios, para tratamento da tuberculose e a hanseníase, e manicômios públicos, caracterizando o modelo hospitalar de assistência médica. Também foram criados os Departamentos Estaduais de Saúde, precursores das futuras Secretarias Estaduais de Saúde, com uma rede de postos e centros de saúde estaduais, voltados ao controle das doenças endêmicas e epidêmicas.

Em 1953, o mesmo presidente, em segundo mandato, dividiu aquele ministério nos atuais Ministério da Educação e Ministério da Saúde (CHIORO; SCAFF, 1999, p. 3).

A industrialização e a previdência

Os historiadores dividem a industrialização no Brasil em quatro períodos ou fases:

1 - Entre 1500 e 1808, período da “proibição”, quando foi vetada a instalação de fábricas na colônia por decreto de 1785 de D. Maria I, rainha de Portugal, sendo apenas permitida uma pequena indústria local para consumo interno;

2 - Entre 1808 e 1930, o período de “implantação”, quando muitas restrições foram abolidas e algumas indústrias foram incorporadas ao cenário brasileiro, cuja produção foi protegida pelo protecionismo econômico instaurado em 1828;

3 - Entre 1930 e 1956, a fase da “revolução industrial”, na qual houve uma maior implementação de indústrias, com maciços investimentos no setor, com avanços em transportes (ferrovias e rodovias) e predominância de bens de consumo;

4 - Após 1956, fase dita “internacionalização da economia”, quando ocorreu uma intensa abertura econômica para as empresas multinacionais, com pleno desenvolvimento da atividade industrial no setor de metalurgia, siderurgia e hidrelétricas. O consumismo do pós-guerra também incentivou as indústrias automobilística, têxtil e de eletrodomésticos.

Historicamente, considerada um modelo para a época, a Usina Beltrão foi a primeira refinaria da América do Sul e a primeira em concreto armado do Brasil. Erguida entre os municípios de Recife e Olinda, foi construída entre 1890 e 1895. Na sua concepção foram considerados detalhes modernos pouco ou nunca utilizados à época, como o uso do concreto em estabelecimento industrial, instalação de luz elétrica, criação de cooperativa com sistema de atendimento médico e construção de moradia para os funcionários e operários, além de sistema de água canalizada para a operação das máquinas. A instalação foi vendida, em 1924, para a Companhia Manufatora de Tecidos do Norte, que a transformou em indústria têxtil, passando a se chamar Fábrica Tacaruna. Em 1982, o prédio foi desativado.



www.pt.wikipedia.org/wiki/Fábrica_Tacaruna

No âmbito da legislação do trabalho, a lei Eloy Chaves, de 1923, criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) para os ferroviários, dando início ao sistema previdenciário brasileiro. Entre 1923 e 1930, a iniciativa foi expandida para outros setores produtivos, como o portuário e a aviação. Empresas menores de outros ramos também aderiram ao modelo, sendo administradas e financiadas pelos próprios empregados (3% do salário) e pelas empresas (1% da renda). Em 1930, existiam 47 CAP, mas que contemplavam apenas 142.464 beneficiários; em 1936, já eram 183 CAP, mas ainda a maioria da população permanecia excluída do acesso aos serviços de saúde, restando-lhes a compra de serviços privados, o amparo das instituições de benemerência ou a desassistência (CHIORO; SCAFF, 1999, p. 4).

Em 1930, o presidente Getúlio Vargas suspendeu a vigência das CAP e as extinguiu seis meses depois, substituindo-as pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), autarquias centralizadas no governo federal e distribuídas ainda por categorias profissionais. Entretanto, o regime de capitalização dos recursos dependia do tamanho da empresa e do número de trabalhadores, o que promovia disparidades entre as CAP e propiciava uma elevada taxa de fraudes. Os IAP de maior porte, pelo número de associados e o montante de recursos arrecadado, eram:

IAPM - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (1933);

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (1934);

IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (1934);

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (1936);

IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transporte de Cargas (1938).

Durante sua existência (1930-1966), os IAP, além do pagamento de aposentadorias e pensões, prestavam também assistência médica, odontológica e farmacêutica a seus associados e familiares. Embora os recursos financeiros dos IAP tivessem uma fonte tripartite (Estado, empresa e trabalhadores), cada instituto tinha recursos diferenciados para a saúde e prestava serviços de maior ou menor envergadura, como a construção e manutenção de ambulatórios, laboratórios de análises clínicas e hospitais, com recursos próprios ou conveniados (MENICUCCI, 2014, p. 79). Além disso, a reserva monetária dos IAP mais abastados financiou parte de grandes obras de infraestrutura, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, e a rodovia Presidente Dutra, que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1960, no intuito de solucionar o problema da diferença de captação de recursos de alguns IAP (uns muito ricos e outros com poucos recursos), foi sancionada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que padronizou a previdência e os serviços de saúde, estabelecendo a uniformização dos planos de benefícios a que todos os segurados tinham direito, independente do instituto a que estivessem filiados. A LOPS também buscou unificar o regime geral da previdência social abrangendo todos os trabalhadores sujeitos à CLT, mas excluindo os trabalhadores rurais, empregados domésticos e servidores públicos (GUIDINI, 2012, p. 13).

O governo federal militar, em 1966, em função do caráter autoritário e da concomitância do “milagre econômico”, extinguiu os IAP e os agrupou no INPS (Instituto Nacional da Previdência Social). Com isso, centralizou a captação de recursos e assumiu uma suposta distribuição igualitária destes para todos os trabalhadores (NCST, 2016, p. 3).

O Ministério da Previdência e Assistência Social, criado em 1974, tomou para si a responsabilidade pelas aposentadorias e pensões e demais tipos de assistências sociais, antes vinculadas ao INPS. Em 1977, foi criado o Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS), desmembrado em três Institutos:

Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS);

Instituto Nacional da Previdência Social (INPS);

Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Complementarmente, foram criados o DATAPREV (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência), empresa de processamento de dados com importante papel no controle e avaliação dos serviços de saúde, e a CEME (Central de Medicamentos).

Criado em 1977, o INAMPS estava vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social e fornecia atendimento com uma ressalva: somente para a população que trabalhava em empregos formais e contribuía com a Previdência Social (ou seja, aqueles que tinham a “carteira assinada” e o “cartão de beneficiário”). Pessoas que não estavam em empregos formais não tinham acesso a serviços de saúde, sendo obrigadas a recorrer ao sistema privado ou aos poucos serviços municipais, estaduais e de instituições assistencialistas, como Santas Casas de Misericórdia ou hospitais universitários.



ANOTAÇÃO MÉDICA DE INTERESSE DO BENEFICIÁRIO	
ATENÇÃO	05.200.23
• ESTA CARTEIRA É A SUA IDENTIDADE DE BENEFICIÁRIO - NÃO A ESTRABUÍ - SERÁ NECESSÁRIA QUANDO PRECISAR DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL OU INTERNAÇÃO HOSPITALAR.	NOME BENEFICIÁRIO Aldenor Miranda dos Santos
• PROCURE SEMPRE QUANDO POSSÍVEL O MESMO LOCAL DE ATENDIMENTO.	DATA NASC. TIPO DE DEPENDÊNCIA 15 03 / 48 S.B.G.
• MANTENHA ATUALIZADO O PRAZO DE VALIDADE DE SUA CARTEIRA.	NOME SEGURADO O Mesmo
• A REVALIDAÇÃO SOMENTE SERÁ FEITA MEDIANTE DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A MANUTENÇÃO DO SEU DIREITO A ASSISTÊNCIA MÉDICA.	IDENTIFICAÇÃO NR 161-012521-5
• VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.	PIB <input type="checkbox"/> / PASEP <input type="checkbox"/>
MSA-55 IDENTIDADE DE BENEFICIÁRIO	NR

www.efecadepatos.com.br/?p=21929

www.acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/imagem/documento-inamps-98525

A promulgação da Constituição de 1988, consolidando a democratização política, em seu artigo 196, determina que “A saúde é direito de todos e dever do estado...”, tornando o sistema previdenciário parte integrante de um sistema maior, o da Seguridade Social, que envolve benefícios (aposentadoria, pensões, auxílios previdenciários), seguro-desemprego, assistência social e de saúde, o que deve ser garantido por políticas sociais e econômicas, reduzindo o risco de doença e promovendo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. A saúde deve ser compreendida como qualidade de vida e não apenas como ausência de doenças. Em 1990, alicerçada na constituição vigente, é praticada uma ampla reforma do sistema previdenciário e de assistência à saúde: o INPS foi extinto e se fundiu ao IAPAS para formar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Em 1993, o INAMPS foi extinto, sendo suas atribuições encampadas pelo SUS, que absorveu os serviços de saúde, hospitais e o atendimento médico (NCST, 2026, pp. 4-5).

SUS (Sistema Único de Saúde)

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o único a garantir assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população. O SUS foi criado para promover a justiça social e superar as desigualdades na assistência à saúde da população, sendo uma política de Estado que amplia os direitos sociais e busca assegurar a cidadania.

O SUS foi concebido a partir de princípios universalistas e igualitários como o conjunto de ações e serviços de saúde, fornecidos por órgãos das três esferas do poder público, fundações e autarquias governamentais. Uma das vantagens da administração do sistema reside na sua descentralização político-administrativa e regionalização, com progressiva transferência de responsabilidades, o que facilita a adequação das ações de política de saúde e a distribuição eficiente de recursos de forma a abranger a diversidade sociodemográfica brasileira. O SUS, instituído pela Lei Federal nº 8080, de 19/09/1990, tem 14 princípios norteadores de suas ações, enumerados no capítulo II, art. 7º e desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal. Os principais são:

Universalidade: acesso aos serviços de saúde como direito de todos, sem discriminação, em todos os níveis de assistência;

Equidade: igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, de acordo com as necessidades de cada paciente;

Integralidade: entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos, curativos e reabilitação, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema (GUIDINI, 2012, pp. 17-18).

Além dos princípios supramencionados, o SUS também é regido, entre outros, pelos seguintes princípios organizacionais:

Regionalização e Hierarquização: serviços organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos em determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos;

Descentralização: redistribuição da responsabilidade das ações e serviços de saúde entre os três entes federativos, com ênfase na municipalidade, além de garantir maior controle e fiscalização do sistema pelos cidadãos;

Participação Popular: a participação da sociedade no processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução, em todos os níveis, desde o federal até o local, é garantida por meio da criação de Conselhos de Saúde, com poder deliberativo e representação paritária de usuários, governo, profissionais de saúde e prestadores de serviços, e realização de Conferências de Saúde, com o objetivo de formular estratégias e prioridades, controlar e avaliar a execução da política de saúde (CHIORO; SCAFF, 1999, pp. 24-25).

Segundo o parágrafo único do art. 198 da Constituição Federal, o financiamento tripartite do SUS é oriundo de recursos do Orçamento da Seguridade Social, do Fundo Nacional de Saúde da União, dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, e de outras fontes (descontos legais na folha de pagamento daqueles que possuem algum vínculo empregatício).

A rede que compõe o SUS é ampla e envolve tanto ações quanto serviços de saúde. Engloba a atenção básica (Programa de Saúde da Família), média e de alta complexidade, os serviços de urgência/emergência, a atenção hospitalar e as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica, por meio da ANVISA (1999).

Outras importantes ações do SUS são o atendimento integral à saúde das populações indígenas, por intermédio da FUNASA (1999) e a regulação da assistência suplementar à saúde, com a criação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) em 2000.

Em 2008, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu como modelo o sistema de saúde orientado para a atenção básica implantado pelo SUS no Brasil.

Conquistas do SUS

Embora eivado de críticas de diversos setores da sociedade, sem dúvida o SUS continua se mantendo, por mais de 30 anos, como uma instituição federal sólida e atuante, com grande parcela da população dependente de seus serviços. Com uma ampla rede de empresas do setor de saúde conveniadas, o SUS desenvolve periodicamente planos nacionais para a melhorias das condições de saúde e a tentativa de solucionar os muitos problemas que afetam

a maioria dos brasileiros. Por exemplo, o Pacto pela Vida, um dos três pactos pela saúde acordados em 2006, definiu seis prioridades: saúde do idoso, controle do câncer feminino (colo do útero e mama), redução da mortalidade materno-infantil, aumento da capacidade de enfrentamento de endemias e doenças emergentes (com ênfase na dengue, tuberculose, hanseníase, malária e influenza), fortalecimento da atenção básica/primária e promoção da saúde (GUIDINI, 2012, p. 19).

A dimensão numérica e a qualidade de certos programas implementados pelo SUS atestam as conquistas realizadas, frutos de políticas acertadas e adesão dos segurados. A análise da produção de serviços, os resultados sanitários e a opinião dos segurados e beneficiados permitem reconhecer os avanços sistemáticos. Uma relação parcial inclui:

- A Atenção Básica em Saúde, com implantação do Programa de Saúde da Família, que abrange mais de 60% da população assistida, com resolutividade de 80-90% de atendimento às necessidades de saúde;

- O Programa Nacional de Imunizações (PNI), iniciado em 1973, após a erradicação da varíola (1971), o qual erradicou a poliomielite (1989) e diminuiu os casos de febre amarela, pneumonia, meningite e hepatite, por meio de campanhas nacionais de vacinação;

- O Programa de Saúde Mental, que a partir de 2001 gradativamente desativa o sistema asilar. São implementados os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outras formas de assistência humanizada para pessoas com transtornos mentais;

- O Sistema Nacional de Transplantes, Hemocentros, Hemodiálise e Exames por imagem, com um aumento percentual significativo de procedimentos em rede nacional. O Brasil possui um banco com mais de 2,5 milhões de cadastros de doadores voluntários de medula óssea e a Rede Brasileira de Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário;

- O SUS realizou 75% da atenção de alta complexidade, o que corresponde a mais de 11 milhões de internações hospitalares, 217 mil cirurgias cardíacas e 9 milhões e 700 mil procedimentos de quimioterapia e radioterapia em 2009;

- Programa de Controle do HIV/AIDS, considerado como uma referência internacional na prevenção e tratamento da doença, com a distribuição gratuita do coquetel antirretroviral;

- O Programa Brasil Sorridente, que presta atendimento odontológico gratuito aos usuários e abrange cerca de 70 milhões de pessoas;

- Mortalidade Infantil, com diminuição de cerca de 50% na taxa de óbitos para menores de 1 ano de idade, comparada com as décadas de 1970 e 1980;

- Política Nacional de Humanização (PNH) que desde 2003 prioriza ações no cotidiano da prática e gestão da Atenção Básica da Saúde visando um maior acolhimento e humanização

nos procedimentos de rotina e hospitalares, como pré-natal, parto e nascimento, no atendimento ao doente mental, como tentativa de proceder a uma crescente empatia entre o usuário do sistema e a equipe de saúde;

- Participação da comunidade nos processos de gestão, com maior autonomia dos conselhos de saúde em relação aos objetivos do sistema e dos serviços de saúde. A gestão das ações e dos serviços deve ser participativa e municipalizada e atualmente congrega mais de 100 mil conselheiros e integra redes e movimentos sociais;

- Centros Regionais de Saúde do Trabalhador (CEREST), que promovem ações para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador por meio da prevenção e vigilância e a integração da rede de serviços de saúde do SUS, assim como suas vigilâncias e gestão, na incorporação da Saúde do Trabalhador em sua atuação rotineira.

- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), criado em 2003, realiza o atendimento gratuito de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas;

- Política Nacional de Medicamentos, que tem por objetivo oferecer acesso gratuito da população a medicamentos essenciais e antirretrovirais, por meio dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço;

- Ações e programas de qualificação da força de trabalho, com a capacitação de Agentes Comunitários de Saúde: o Profae, para a formação de profissionais de Enfermagem; o Telessaúde, voltado para as Equipes de Saúde da Família; o Pró-Saúde, para a reorientação dos cursos de graduação; o UnA-SUS, sistema que oferece a profissionais que atuam na rede pública de saúde cursos de atualização profissional em áreas de interesse do SUS e outras iniciativas para habilitação de técnicos e auxiliares em diversas áreas afins;

- Implantação de políticas públicas de saúde para crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos, pessoas com deficiência, população negra, indígena, LGBT, comunidades quilombolas e ribeirinhas, trabalhadores do campo e da cidade, ciganos, pessoas com transtornos mentais, prostitutas, população de rua e em regime prisional.

Outras ações específicas também merecem destaque, como a campanha antitabagismo, que em 20 anos diminuiu pela metade a prevalência de fumantes maiores de 18 anos de idade, e a implementação do Banco de Leite Humano, que garante por doação a alimentação de recém-nascidos necessitados. Ainda se pode citar os programas de prevenção de IST e de atenção às vítimas de violência (Brasil, 2011, pp. 30-31).

Dificuldades do SUS

As conquistas do SUS, neste 30 e pouco anos, não foram isentas de obstáculos, muitos dos quais ainda persistem e para os quais as soluções demandam direcionamento político, boa gestão e paciência, pois algumas delas necessitam de anos após sua implementação para gerar dividendos visíveis. Ao pensar as dificuldades do SUS quanto à premissa de ser universal e igualitário, um aspecto importante diz respeito à relação público-privado (convênios) ou ao não enfrentamento dessa dualidade na assistência à saúde no Brasil, o que deixa à margem do sistema parte significativa da população (MENICUCCI, 2014, p. 78).

Sem entrar em pormenores de cada um dos óbices elencados abaixo, os maiores entraves para que o SUS se desenvolva e alcance plenamente seus princípios norteadores parecem ser:

- Financiamento federal deficitário, desde a década de 1990, com desobediência da destinação do mínimo de 30% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) para repasse aos Estados e Municípios, com aplicação de apenas 3,7% do PIB para a saúde, muito aquém dos 7% a 8% aplicados pelos bons sistemas públicos de saúde no mundo;

- Desvios indevidos de ponderáveis verbas do SUS para outras prioridades do governo, com a finalidade de suprir despesas de outros programas, assim como atraso na liberação de verbas regulamentares já aprovadas (SANTOS, 2018, pp. 1731-1732);

- Ineficiência de gerenciamento em programas, especialmente em relação às endemias e epidemias, apesar dos esforços de contingenciamento. Embora as medidas propostas sejam corretas, a vastidão do campo de atuação e a limitação de recursos impedem uma ação mais contundente em relação à erradicação possível de algumas delas, como feita em outros países;

- Fiscalização deficiente ou viciada, por parte dos órgãos competentes e da sociedade, com corrupção desenfreada, dificulta o respeito e valorização dos direitos dos usuários e o aporte correto dos recursos necessários ao bom andamento das ações do SUS;

- Inadequação de programas de promoção de saúde e de prevenção (com exceção de alguns poucos) de doenças agudas e crônicas, com pouca atenção das equipes e baixa adesão dos usuários;

- Aumento progressivo dos custos da medicina curativa, onerando o sistema com procedimentos de alta complexidade;

- Impossibilidade temporal e espacial de atendimento de toda a população brasileira, especialmente aquelas marginalizadas, distantes ou culturalmente resistentes;

- Descumprimento de metas programadas, seja por falta de política de recursos humanos e de concurso público, seja pela incompletude de obras e aquisição de equipamento fora dos

padrões de utilização, o que resulta em demoras na fila de atendimento e serviços em condições precárias e sem profissionais (Brasil, 2011, p. 32).

Desafios do SUS

A superação dos desafios futuros do SUS requer mobilização e participação de toda a comunidade, tanto administradores quanto usuários.

A universalidade de atendimento à saúde ainda acontece de forma excludente e discriminatória, com distribuição seletiva de serviços de saúde para diferentes estamentos de cidadãos e fixada na custosa atenção médico-hospitalar. Apesar da descentralização ter trazido algum alento a esta situação, a regionalização continua mostrando uma grande diferença entre a massa de trabalhadores de cada região, porque esses são mais numerosos e organizados nas grandes empresas, nacionais ou multinacionais, situadas no eixo Sul-Sudeste, onde estão as melhores condições salariais e de emprego, bem como o acesso diferenciado à assistência à saúde (MENICUCCI, 2014, p. 80). A distribuição mais equânime dos recursos, sem deixar de assistir as áreas mais populosas, mas ensejando um aumento de cobertura para as áreas mais carentes (regiões Norte e Nordeste), onde existe uma população marginalizada em maior proporção, deverá ser prioridade no planejamento futuro do SUS.

A elevação da expectativa de vida da população brasileira, tanto para homens quanto para mulheres, nas últimas décadas (1990-2010) trouxe consigo o conseqüente aumento na incidência/prevalência de doenças crônico-degenerativas típicas da terceira idade, com grande montante de recursos que deverão ser canalizados para a promoção da saúde e medicina curativa (diminuição das comorbidades envolvidas), o que envolve procedimentos complexos e dispendiosos, em geral executados apenas em ambiente hospitalar. Nos próximos anos, programas de saúde do idoso, tanto no âmbito preventivo quanto no curativo e de reabilitação, além de lazer, terão de ser implantados ou ampliados para garantir a qualidade de vida ao número crescente de idosos.



www.jornal.fmrp.usp.br/a-elevacao-da-expectativa-de-vida-em-ribeirao-preto-esta-relacionada-as-melhores-condicoes-de-vida-da-populacao/

O recrudescimento de doenças infectocontagiosas (dengue, sarampo) e a continuação de endemias/epidemias na última década mostram que está longe de ser vencida a batalha contra as doenças transmitidas por vetores. A prevenção e controle destas será meta obrigatória para as décadas vindouras. A vacilante vontade política e poucos recursos destinados ao combate/erradicação delas parecem não perceber que medidas urgentes e drásticas são necessárias. Independente da eclosão de novas doenças que certamente ocorrerão no país, como mostrou a recente pandemia de Covid-19, o governo e o sistema de saúde não estão preparados para contingenciar grandes catástrofes. O combate deverá ser moldado em termos mais eficazes, sem desperdício de recursos e sem agressão ao meio ambiente. O incentivo a novas pesquisas também é necessário para a descoberta e o desenvolvimento de novas drogas e/ou vacinas (como contra a malária), bem como o tratamento ambiental adequado para a eliminação dos vetores e seus parasitas. Campanhas mais agressivas de adesão da população aos programas de erradicação e de vacinação compulsória terão de ser implementadas, conscientizando a sociedade para enfrentar este grave problema público de saúde.



www.prapua.sp.gov.br/noticias/saude/campanha-contra-a-dengue/

O agravamento de transtornos mentais, com a crescente urbanização da população, deve ser esperado e terá de ser enfrentado com mais rigor. O absenteísmo decorrente de estados crônicos de ansiedade e longos períodos de depressão certamente impactarão na produção, com a conseqüente queda do PIB e do poder aquisitivo das pessoas. O reflexo do tratamento de transtornos mentais também se reflete na família e nos núcleos sociais próximos do doente, com perigo de dessocialização, e prejuízo de sua reintegração. A expansão dos programas de promoção da saúde mental e do atendimento especializado, com implementação de novos CAPS, será necessária para o acolhimento humanizado com o intuito de minimizar ao máximo os efeitos nocivos do aumento da prevalência de distúrbios mentais na classe trabalhadora.



www.itabuna.ba.gov.br/2018/02/22/micacaps-promove-integracao-para-pacientes-do-caps-ii/

O financiamento adequado e estável do SUS é outro entrave permanente que precisará ser solucionado, visto que a sobrevivência monetária do sistema está perto do limite, que desde sua criação apresenta constantes saldos negativos em seu orçamento. Os recursos alocados para a manutenção do SUS estão cada vez mais instáveis e minguantes, mercê da crise econômica que se instalou no país nos últimos anos. Somada a isto, há uma crescente demanda de atendimento por parte de um contingente maior de desempregados que não mais contribuem para o SUS, onerando ainda mais o sistema, que passa a ser sustentado de maneira precária. A continuar a defasagem entre custos e recursos, chegará o momento no qual as autoridades terão de lançar mão de remédios amargos para sanar o problema, como o aumento de impostos para cobrir despesas e o eventual corte de programas e benesses que por ora são direitos do cidadão.

A participação e o controle social da gestão e da qualidade dos serviços de saúde por membros da comunidade, embora fundamental e prevista em lei, não recebeu até o momento a devida importância dos gestores. É essencial que os Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde conquistem a relevância que suas atribuições lhes conferem, para que direcionem as políticas de saúde e os programas institucionais e priorizem as necessidades locais e regionais, suprindo adequadamente a demanda da população que eles representam, sem desperdícios de verbas e recursos. Esta participação comunitária deverá ser respeitada, ouvida, expandida e enfatizada nos próximos anos, conferindo ao sistema a eficiência e eficácia pretendidas. Sem a opinião/colaboração daqueles diretamente envolvidos nas ações e serviços de saúde, em especial dos Conselhos Municipais de Saúde, sempre haverá o risco de malversação de fundos e inadequação de finalidades.



www.itabuna.ba.gov.br/2019/10/11/prefeito-empossa-membros-do-conselho-municipal-de-saude/

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, atualizada em 2021, reúne os 6 princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde:

- 1 - Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
- 2 - Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.
- 3 - Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
- 4 - Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.
- 5 - Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.
- 6 - Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos (Brasil, 2011, p. 28).

Faz-se mister o aperfeiçoamento da gestão administrativa, com a implementação de uma logística de redução de filas de espera, aplicando um agendamento eficaz e rápido do atendimento. Atualmente, a demora para o beneficiário conseguir uma consulta/procedimento ou concessão de benefício, devido à burocracia excessiva e à falta de pessoal devidamente treinado, gera um clima generalizado de insatisfação que torna a maioria dos usuários descrentes da capacidade e da eficiência do SUS.



www.acritica.com/channels/cotidiano/news/consultas-e-exames-pelo-sus-criam-filas-virtuais

O SUS necessita, com urgência, aplicar uma maior integração das políticas públicas, envolvendo saneamento básico, destinação de lixo e resíduos tóxicos, defesa civil, assistência social, saúde, capacitação profissional e outras. Os Ministérios da Economia, Educação, Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovações deverão, no futuro, protagonizar programas integrados em parceria com Estados e Municípios, para suprir as deficiências do SUS. A falta desta integração perpetua uma dissonância cruel entre os poderes e a ausência de uma política uníssona capaz de enfrentar e solucionar, sem remendos provisórios, os problemas logísticos do sistema.

Outro desafio será a redução da mortalidade materno-infantil para níveis menores, semelhantes aos dos sistemas de países desenvolvidos. Ainda é precária, em algumas regiões do Brasil, o atendimento pré-natal eficiente, o parto humanizado e o cuidado do recém-nascido e lactente. Também deverá ser dada atenção especial à gravidez na adolescência e gestação de alto risco, com as devidas medidas profiláticas e curativas a serem tomadas. Esta diferença entre locais menos e mais favorecidos com recursos do sistema deverá ser, no futuro, cada vez mais minimizada, senão anulada, para que os princípios de universalidade e equidade sejam mantidos. Concomitante, programas de redução de acidentes de trabalho e de trânsito, com campanhas contundentes de conscientização. Seria interessante também implementar uma logística de oneração judicial de culpados dolosos, no sentido de se recuperar o maior volume possível dos gastos decorrentes destes acidentes.

A maior autonomia na produção de insumos estratégicos e medicamentos será prioritária para a manutenção sadia do sistema. A quebra de patentes de medicamentos essenciais e a importação de máquinas e utensílios para procedimentos clínico-cirúrgicos sem impostos deverá constar dos planos do governo para viabilizar as compras do setor da saúde, especialmente do SUS, associada a uma gestão tripartite eficaz de prioridades e necessidades (Brasil, 2011, p. 29).

Referências

BRASIL. *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. *Constituição Federal*.

BRASIL. *Lei 8080*, 19 de setembro de 1990.

BRASIL. *Lei 9961*, 28 de janeiro de 2000.

BRASIL. *SUS: a saúde do Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CARVALHO, Gilson. A saúde Pública no Brasil. *Estudos Avançados*: 27(78), 2013.

CASTIGLIONI, Arturo. *História da Medicina*. Trad. René Laclette. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1947. (v. I e II).

CHIORO, Arthur; SCAFF, Alfredo. *A implantação do sistema único de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

FERREIRA, Luiz Alberto Peregrino. *O conceito de contágio de Girolamo Fracastoro nas teses sobre sífilis e tuberculose*. Tese (doutorado) - UFSC, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2008.

GUIDINI, Cristiane. *Abordagem histórica da evolução do sistema de saúde brasileiro: conquistas e desafios*. UFSM - TCC de Especialização em Gestão de Organização Pública em saúde, 2012.

GUSMÃO, Sebastião. História da Medicina: evolução e importância. *J Bras Neurocirurg* 15(1), 5-10, 2004.

LILIENFELD, Abraham M.; LILIENFELD, David E. John Snow, the Broad Street pump and modern epidemiology. *Int J Epidemiol*. 13(3):376-8, 1984.

MARGOTTA, Roberto. *História Ilustrada da Medicina*. Trad. Marcos Leal. São Paulo: Manole, 1998.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev. Saúde públ. (São Paulo)* 25(5):341-9, 1991.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro*. 21(1):77-92, 2014.

NCST - NOVA CENTRAL SINDICAL DOS TRABALHADORES. Breve Histórico do Sistema Previdenciário Brasileiro. 2016. Em: www.ncst.org.br/siscon/print.php?id=19278.

RAMAZZINI, Bernardino. *As Doenças dos Trabalhadores*. 4 ed. Trad. de Raimundo Estrêla. São Paulo: Fundacentro, 2016.

SALLES, Pedro. *História da Medicina no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2004.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6):1729-1736, 2018.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC (USP), 1991. (v. 1 e 2)

THORWALD, Jürgen. *O Segredo dos Médicos Antigos*. 2 ed. Trad. Alfred J. Keller e Horst Müller Carioba. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

TOLEDO JR, Antonio Carlos de Castro. História da Varíola. *Rev. Med. Minas Gerais*. 15(1):58-65, 2005.

Saúde para todos? Desafios da agenda sanitária após 200 anos de Independência

Jean Luiz Neves Abreu: UFU

Os 200 anos da Independência representam um momento oportuno para se refletir sobre vários aspectos da trajetória do país, dentre os quais as questões ligadas à saúde e ao saneamento merecem atenção. Com a emancipação política, vários desafios foram colocados à Monarquia: o saneamento das cidades, o enfrentamento das doenças e, no decorrer do século XIX, o enfrentamento das epidemias. Tais Questões atravessaram o oitocentos e representaram revezes enfrentados pela República na passagem para o século XX. Se por um lado, o país hoje dispõe de um sistema público de saúde; por outro, há vários obstáculos ainda a serem enfrentados, a exemplo de um melhor alcance dos serviços de saúde e de condições básicas, como o saneamento. Embora não se pretenda aqui fazer uma história da saúde nesses 200 anos, tarefa impossível de se concretizar em um capítulo, pensamos ser relevante apresentar alguns elementos para se pensar a saúde no Brasil.

A constituição de uma agenda sanitária no século XIX

Com a Independência, houve diversas mudanças no campo da saúde. Tendo como eixo principal o Rio de Janeiro, capital do Império e depois Município Neutro, em 1834. Dentre tais mudanças, cabe mencionar a busca de constituir uma organização sanitária própria desvincilhando-se das instituições do período colonial. Em 1828, com a extinção das funções de provedor-mor e os cargos de físico-mor e cirurgião-mor do Império, passou a ser atribuição das câmaras municipais os serviços de higiene e de saúde pública, iniciando um processo de descentralização do poder imperial. Um dos principais instrumentos para legislar sobre a organização do espaço urbano eram as posturas municipais, que incluíam diversas normas sobre a manutenção da higiene e da salubridade (FONSECA:2008, p.39).

Os médicos também buscaram fortalecer a medicina acadêmica frente às demais práticas de cura não oficiais, como os curandeiros, considerados charlatães e danosos à saúde pública. As academias médico-cirúrgicas que foram criadas no Rio de Janeiro (1813) e na Bahia (1815), foram transformadas em faculdades de medicina em 1832. Além dos cursos de medicina, é importante também destacar a constituição da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), que depois viria a se transformar em Academia Imperial de Medicina (1835) e a criação de periódicos médicos, que concorreram para a institucionalização da medicina acadêmica. Conforme observa Flávio Coelho tais “instituições estiveram implicadas na produção e revisão

dos conhecimentos científicos, sobre o vasto campo de problemas relacionado com a saúde pública e privada dos habitantes do Império (EDLER: 2009, p.157).

A Sociedade e a Academia tiveram um papel importante na organização sanitária do Império, ao elaborar pareceres sobre as condições de salubridade da Corte e de outras cidades brasileiras e propor reformas visando a salubridade. A Academia Imperial de medicina passou a contar com o apoio do Estado imperial, impondo-se, até meados do século XIX, como principal instrumento da política imperial da saúde pública e como árbitro das concepções científicas do período (EDLER: 2011, p.154-158).

Além do combate às doenças recorrentes entre as populações, como erisipelas, sarampo, varíola, dentre outras, os médicos identificavam como um dos principais problemas sanitários do Rio de Janeiro as condições de higiene, o que se repetida com menor ou maior intensidade em outras cidades e províncias do Império, o que pode ser vislumbrado nos diagnósticos sobre as condições higiênicas reproduzidos nos periódicos médicos do período.

Antes de se transformar na Academia Imperial de Medicina, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, por meio de uma comissão, elaborou um amplo diagnóstico das condições sanitárias vigentes na década de 1830. Os médicos condenavam uma série vícios e problemas, como o costumes dos enterros nas igrejas, o lixo amontoado nas ruas e praias, as águas sujas lançadas na rua, a higiene das casas, os canos que lançavam nas ruas lodos podres, o matadouro e o curral, que se tornavam focos de exalações na atmosfera.¹⁸

Um dos desdobramentos da atuação da Sociedade de Medicina foi a elaboração de um Código de Posturas da cidade do Rio de Janeiro, que foi elaborado em 1830 e promulgado em 1832. As disposições do Código dedicam a primeira parte a uma legislação sanitária municipal que engloba como “focos de desordem urbana” os cemitérios, o comércio de gêneros alimentícios e medicamentos, versa sobre o esgotamento de pântanos e águas infectadas e outros locais, como currais, matadouros e curtumes. A legislação, nesse caso, acabava por incorporar demandas antigas do saneamento do espaço urbano apresentadas desde fins do século XVIII (MACHADO Et. Al: 1978, p.189-190). As posturas foram um dos instrumentos que buscavam disciplinar os usos do espaço urbano, incluindo determinações que diziam respeito à saúde pública. A elaboração de posturas como atribuição das câmaras municipais não seguiu um padrão e várias cidades criaram seus códigos de posturas de acordo com a necessidade.

¹⁸ Continuação do Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, *Semanário de Saúde Pública*, n. 92, pp.289-300, 3 mar.1832

O cumprimento das posturas dependia não só da atuação da população no cumprimento das normas estabelecidas, como também da fiscalização das câmaras. No Rio de Janeiro, tomado aqui como exemplo, a inobservância das normas foi motivo de várias denúncias na imprensa e, principalmente, entre os médicos. A esse respeito, um artigo publicado no periódico médico *Diário de saúde*, era a de que:

Várias posturas da câmara municipal tem tido por fim vigiar a higiene das ruas e das praças públicas do Rio de Janeiro, e aos fiscais é que tem sido confiada a execução da lei. Porém seja qual for a providencia das posturas, por mais ativa que seja a vigilância dos fiscais, o certo é que todos os dias aparecem reclamações nos diários, relativas à higiene das ruas.¹⁹

Esse tipo de discurso se tornou um lugar comum nas sessões da Academia Imperial de Medicina e nos trabalhos escritos pelos médicos no decorrer do século XIX. De forma geral, eles denunciavam a precariedade advindas do urbanismo, com as ruas estreitas e tortuosas, as más condições de higiene das ruas e a incapacidade de as autoridades fiscalizarem o espaço urbano, assuntos que viriam a tona em diversas ocasiões. Alguns problemas eram resultantes ausência ou precariedade das estruturas sanitárias. O Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, como Recife e São Paulo, tiveram que conviver durante muito tempo com a falta de um sistema de esgotos a prática de transportar os excretos humanos em barris. Somente a partir de meados do século XIX, seguindo o padrão adota na Europa e Estados Unidos, que algumas cidades passaram a contar com serviços de abastecimento de água e esgotos, não obstante houvesse algumas críticas sobre a eficácia dos mesmos (HELLE, CASTRO, MURTHAL, 2015; CAMPOS, 2005).

Se por um lado, as condições de salubridade nas cidades não eram adequadas, sendo motivo associado à proliferação de diversas moléstias; por outro, o maior problema de saúde no século XIX foram as epidemias de febre amarela, em 1849-1850, e de cólera, em 1855. Essas doenças viriam a pôr fim às condições de salubridade do país, que até então não havia sido atingido por enfermidades de tal gravidade, que há muito já assombravam o mundo europeu e parte das Américas, atingindo diversas províncias, como a Bahia e o Rio de Janeiro e causando alta mortalidade entre a população (KODAMA et. al:2012, p.60).

A historiografia associa a febre amarela às principais mudanças ocorridas no âmbito das políticas sanitárias do século XIX. Para conter o avanço da doença, o governo imperial constituiu, em 1850, comissões visando obstar os avanços da doença. Após a nomeação de uma comissão composta por membros da Academia Imperial de Medicina foi instituída a Comissão Central de Saúde Pública. Submetidas a essa estavam as comissões paroquiais, tendo por

¹⁹ Higiene das ruas. *Diário da Saúde*, 31 de outubro de 1835, V.1, n.29, p.228

incumbência , durante a epidemia, velar pela “observância das leis, ordens e providências relativas à saúde pública, e visitar gratuitamente todos os doentes pobres de sua freguesia”(FONSECA: 2008, p.31-57).

Apesar do controle da epidemia naquele ano, seus impactos fizeram com que o Governo imperial tomasse outras medidas com a finalidade de evitar propagação de outras epidemias, sendo constituída uma Junta de Higiene Pública, pelo decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850, que deveria atuar em momentos de epidemias, como a febre amarela, o cólera e a varíola. Em 29 de setembro de 1851, a Junta passou a ser denominada de Junta Central de Higiene Pública partir da publicação de seu regulamento em 29 de setembro de 1851, passando a centralizar os assuntos sanitários do Império (PIMENTA; KODAMA; BARBOSA:2015, p.148-159).

O decreto estabelecia ainda que nas províncias do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do haveria “Comissões de Higiene Pública, compostas de três membros, nomeados pelo Governo”, e nas demais províncias provedores de saúde. A Junta Central de Higiene Pública ficava incumbida ainda da inspeção da saúde dos portos e da vacinação, além de legislar sobre a venda de medicamentos e produtos medicinais. O capítulo V do Decreto ainda estabelecia as atribuições da polícia sanitária:

A Junta Central, as Comissões, e os Provedores de Saúde Pública terão o maior cuidado em investigar as causas da insalubridade geral ou parcial de algum lugar, em observar o curso das moléstias reinantes particularmente das contagiosas, e em geral empregar a maior vigilância sobre tudo que diga respeito à saúde pública.²⁰

Durante a vigência da primeira epidemia várias foram as ações tomadas em razão dos impactos da febre amarela sobre a população, como a criação de hospitais e lazaretos, e também de cemitérios públicos (PIMENTA et. al:2015, p. 149). Em razão da persistência da febre amarela nas décadas de 1860 e 1870, o governo imperial nomeou um nova comissão, presidida pelo médico José Pereira Rego, para estudar as causas dos surtos da doença e propor estratégias para sua erradicação. A princesa Isabel regente, em nome do Imperador, buscando atender as “representações que têm sido dirigidas ao Governo Imperial pela Junta Central de Higiene Pública, sobre a urgente necessidade de adoptarem-se providencias tendentes a preservar da importação e desenvolvimento de moléstias contagiosas e infectocontagiosas” nos diversos portos e cidades marítimas do Império, estabeleceu por intermédio do Decreto nº 6.378, de 15

²⁰ DECRETO nº 828, de 29 de Setembro de 1851. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>. Acesso em 17 out.202

de novembro de 1876, uma série de medidas, dentre as quais estavam a assistência aos doentes. Foi criado, provisoriamente na enseada da Jurujuba, próximo hospital marítimo de Santa Izabel, um lazareto flutuante, destinado à quarentena dos passageiros procedentes de portos onde grassar febre amarela, cólera morbus.²¹

Os surtos de febre amarela, que vitimaram inúmeras vidas no Rio de Janeiro e em outras províncias a partir de 1850, foram objeto de várias controvérsias. Os obstáculos para combater a doença iniciavam-se pela dificuldade em localizar as causas da epidemia e estabelecer quais os meios mais eficazes para seu controle. Na medicina da época havia uma discussão entre os contagionistas e infeccionistas. Os primeiros defendiam que a doença se propagava por contágio, sendo necessário adotar como forma de controlar a epidemia o isolamento e quarentena dos navios. Já os infeccionistas acreditavam que a doença se propagava por meio de miasmas, resultado da putrefação das matérias orgânicas e vegetais, defendendo a necessidade de intervenções para impedir a ação dos miasmas, respaldando assim a defesa da necessidade de reformas urbanas (CHALHOUB:1996, p.64-65). Apesar das polêmicas, essas teorias muitas vezes se combinaram sendo aplicadas conjuntamente, conforme indica o caso do combate à febre amarela.

Na imprensa médica e leiga do período, é perceptível uma ênfase sobre a ideia de que a doença era infecciosa. Os médicos defendiam que febre amarela, a exemplo do que ocorria com outras enfermidades, propagava-se devido às águas estagnadas, à sujeira das ruas, o mau cheiro exalado nas praias e pelas carcaças de animais mortos contribuía para disseminar a enfermidade, fatores aos quais também se somava o calor do verão. Exemplo desse discurso nos é oferecido por Francisco de Paula Cândido, presidente da Junta de Higiene Pública. No relatório que o médico escreveu sobre o estado sanitário da Corte em 1852, ele considerava que o cólera, o tifo e a febre amarela eram resultantes das emanações miasmáticas. Dessa forma, faziam-se necessárias, além da fiscalização dos navios e enviar os doentes para hospitais, combater os focos dos miasmas nas cidades, provenientes das águas servidas, cemitérios, indústrias e matadouro público.²²

Outro foco de infecção a ser combatido seriam as habitações das camadas populares, que abrigavam imigrantes pobres, escravos que viviam “sobre si” e também libertos. A

²¹ Decreto nº 6.378, de 15 de novembro de 1876. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6378-15-novembro-1876-549713-publicacaooriginal-65226-pe.html>. Acesso em 17 out.2021

²² CÂNDIDO, Francisco de Paula. *Relatório do ano de 1852 apesentado à Assembleia Geral Legislativa Na 1ª Sessão da 9ª Legislatura (publicado em 1853)*. In: BRASIL. Ministério do Império, Ministro (Francisco Gonçalves Martins), Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1853, p.1-50.

associação entre a febre amarela e os cortiços do Rio de Janeiro foi tema recorrente na imprensa leiga e também entre os médicos. Dentre os médicos higienistas a sustentar esses argumentos estava o Dr. Costa Ferraz. Em trabalho sobre os cortiços, o ele denunciou o desleixo da câmara municipal por permitir que aqueles “ninhos da febre amarela e de todas as febres infecciosas”.²³ Em estudo publicado anteriormente, ele chegou a defender propostas para que a construção dos cortiços, em acordo com a “ciência”, estabelecendo a adoção de regras “higiênicas na sua construção, materiais empregados em sua construção, dimensão e ventilação, quantos habitantes deveriam ter”.²⁴

Enquanto médicos e autoridades públicas discutiam a melhor maneira de resolver o problema das habitações consideradas insalubres, foco a um só tempo de classes indesejáveis e de enfermidades, o governo nomeou uma comissão formada pelos médicos da Corte, que apontavam que a solução era botar abaixo os cortiços²⁵. A proposta veio a ser concretizada em 1893, já na República, com a demolição de um dos maiores cortiços da cidade, o Cabeça de Porco, em um processo que envolveu os interesses dos higienistas e também de grupos empresariais, interessados em lucrar com o crescimento da cidade, que se intensificou a partir da década de 1870 (CHALHOUB:1996, p. 52-59).

Além disso, a febre amarela ainda se relacionaria com a ideologia racial na década de 1870. Com o fim do tráfico, em 1850, intensificou-se no Brasil a política imigratória. A cidade do Rio de Janeiro funcionava como um polo de atração, fixando uma parte da mão-de-obra livre e escrava.” E ainda, “na medida em que se difundiam as informações sobre as condições de trabalho na zona rural, a cidade torna-se o objetivo prioritário dos imigrantes, seja antes ou depois de sua chegada nas fazendas” (ALENCASTRO:1988, p.38-39). Em um contexto em que a imigração se constituía como alternativa ao trabalho escravo, era necessário atentar para as condições de vida dos europeus. A percepção por parte dos higienistas de que a febre amarela tinha maior incidência sobre os europeus recém-chegados, representando um obstáculo ao processo imigratório, fez com que todos os recursos fossem direcionados para seu enfrentamento. Outros males, como o cólera e a tuberculose, mais comum entre os escravos, mestiços e homens e mulheres pobres livres, foram negligenciadas, segundo analisa Chalhoub (CHALHOUB:1996, p.86-94).

²³ “A salubridade da capital do império e os cortiços pelo Dr. Costa Ferraz”, *Anais brasilienses de medicina*, n.4, pp.443-469, , Abr-jun.1884

²⁴ FERRAZ, Dr. Costa. Higiene pública. *Annaes Brasilienses*, Tomo XXI, n.5, p.163-165, outubro de 1869.

²⁵ *Relatório da comissão nomeada pelo governo para indicar as causas do desenvolvimento e persistência nesta cidade da febre amarela e outras moléstias nos últimos anos*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional,1876

O cólera de fato, apesar das taxas de mortalidade variarem de região para região, foi responsável por uma alta mortalidade entre escravos e “pessoas de cor” em diversas do Império, atingindo também a população mais pobre. Segundo o pensamento médico dominante, a mortalidade entre esses segmentos da população pode ser atribuída à dieta e ao ambiente, e também as precárias condições de vida. Não sem razão, no Rio de Janeiro, em 1855, ela atingiu a população de mendigos, que viviam nos adros das igrejas e praças públicas. No caso dos escravos, as condições de alimentação, o trabalho rude, além da exposição aos dejetos e as condições físicas precárias concorriam para um maior número de óbitos (KODAMA et. al.:2012, p.62-63).

Apesar do impacto do cólera entre essas populações, Kaori Kodama, em estudo conjunto com outros autores, observa que quando comparado à febre amarela, “seu impacto para a saúde pública parece ter sido de fato menor no Brasil”. A maior mortalidade causada pela doença entre os escravos não gerou debates por parte dos médicos e as autoridades públicas. Nesse sentido, se a febre amarela, “por razões diversas e complexas, tornou-se assunto de Estado nos anos subsequentes, com o cólera isso não aconteceu, uma vez que sua aparição mais mortífera ocorreu nesses primeiros anos de organização da saúde pública, quando a principal força de trabalho era escrava (KODAMA et. al.:2012, p.75);

Nas últimas décadas do século XIX, malgrado os esforços para impedir o avanço das epidemias no Império, a cidade do Rio de Janeiro apresentava ainda número alto de indivíduos acometidos de febre amarela. Além disso, outra doença comum que causava temor entre a população era a varíola. Em 1883, houve um grande surto das “bexigas”, e em dezembro daquele ano foram estabelecidas duas comissões vacínico-sanitárias para auxiliar a Junta e do Instituto Vacínico. No âmbito das medidas tomadas pelo governo na década de 1880, pode-se destacar, a criação, em 1886, de um Conselho Superior de Saúde Pública,” responsável por consultas sobre as questões de higiene e salubridade geral, sempre que o governo imperial necessitasse de tais subsídios” (FONSECA:2008, p.43-44).

Durante o Império, podemos considerar que a febre amarela e a varíola contribuíram para a construção de uma agenda sanitária do país, ainda que essa fosse limitada e uma resposta aos males que afligiam as populações do Rio de Janeiro e outras regiões. A constituição de uma “cultura médica local” voltado para doenças específicas dos trópicos e revisão dos tratados europeus de patologia e higiene contribuíram para a originalidade da medicina brasileira do Oitocentos (EDLER, 2009). Os médicos higienistas também contribuíram para formar uma opinião pública, que se consolidou nos anos 1870, sobre os problemas sanitários enfrentados pela cidade do Rio de Janeiro. A resposta a esses problemas consistiu na elaboração de um

plano urbanístico para o Rio de Janeiro, por uma Comissão de Melhoramentos, tendo como um de seus integrantes o engenheiro Francisco Pereira Passos, inspetor das Obras Públicas. Entretanto, somente após três décadas, já com a República, que uma reforma mais ampla se concretizaria (BENCHIMOL:2001, p.40-41).

A saúde na Primeira República e o sanitário como missão

O advento da República foi marcado por diversas mudanças no campo da gestão da saúde pública. O Decreto n.169, de 1890, estabeleceu a constituição de um Conselho de Saúde Pública, “especialmente incumbido de interpor parecer acerca das questões de higiene e salubridade geral sobre que for consultado pelo Governo”. O serviço sanitário ficaria sob responsabilidade “da Inspeção Geral de Higiene com sua sede na Capital Federal, repartição que teria por finalidade a “execução do respectivo regulamento e o estudo de todos os assumptos concernentes a saúde pública na parte que lhe compete, para o que proporá ao Governo as medidas que julgar convenientes e cumprirá as ordens que dele receber”. A legislação estabelecia ainda a criação das inspeções de higiene nos estados confederados e a nomeação de delegados de higiene.²⁶

A República e a promulgação da Constituição de 1891, promoveram, portanto, a “reorganização das atribuições e a definição de responsabilidades das esferas municipal e federal”. Se anteriormente as ações no campo da assistência e da saúde caracterizaram-se pela ausência de um caráter mais efetivamente público, na República a saúde pública passou ao domínio estatal, em termos de sua organização e locais de atuação” (FONSECA: 2008, p.45).

O novo regime herdou, por um lado, diversos problemas sanitários do Império, como a febre amarela e a varíola, doenças que levavam a morte milhares de pessoas. Mas, por outro lado, também houve determinados algumas mudanças no campo da medicina, que exerceram influência no combate às doenças, como as mudanças anunciadas pela bacteriologia.²⁷ Conforme afirma Jaime Benchimol, nesse período “diversas unidades da federação se reaparelharam ou se proveram de serviços de higiene próprios. Recrutaram médicos cuja formação fora já influenciada, mesmo que apenas retoricamente, pelas conquistas da microbiologia, pela relevância do laboratório para a medicina”. Apesar dos serviços de higiene

²⁶ DECRETO Nº 169, de 18 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634-publicacaooriginal-47261-pe.html>. Acesso em 18 out.2021

²⁷ Ao chamar atenção para as transformações no campo médico, não se pretende endossar a tese de que, somente com a institucionalização da medicina bacteriológica, no início do período republicano, que o saber médico alcançou o cunho epistêmico comum às demais ciências. Conforme analisa Flávio Coelho Edler, “não se pode tomar os conceitos e parâmetros metodológicos hoje vigentes em determinado campo de conhecimento e usá-los como critério para avaliar a ciência do passado” (EDLER:2009, p.154-155)

encontrarem limites em alguns estados, no “Sudeste a bacteriologia cumpriu papel decisivo no enfrentamento dos problemas sanitários, graças à atuação de um segmento ainda restrito de profissionais dotados da proficiência, dos recursos técnicos e da ambição necessários para amplificar a relevância social da disciplina” (BENCHIMOL:1999, 389-390).

Algumas cidades também se adequaram aos pressupostos da higiene e salubridade tão reclamados no século XIX. O exemplo mais visível desse projeto de remodelação urbana ocorreu no Rio de Janeiro, sob o governo do prefeito Pereira Passos. Embora os primeiros projetos de reformas urbanas datassem do Império, somente nas primeiras décadas do século XX que se concretizaram as obras que garantiriam o embelezamento e o saneamento da cidade, alterando sua estrutura e fisionomia (BENCHIMOL, 1992). Argumentos higiênicos e de salubridade estiveram presentes em diversos projetos urbanísticos entre o fim do século XIX e o início do século XX. Dentre esses, além do Rio de Janeiro, pode-se mencionar o caso de Belo Horizonte. A cidade, inaugurada em 1897, passou a ser a nova capital de Minas Gerais em substituição à antiga sede, Ouro Preto. Conforme observa Anny Torres Silveira, a nova capital fora edificada a partir de um plano urbanístico, de acordo com as exigências modernas de higiene, conforto e embelezamento, sendo seu crescimento embalado por um discurso que a apontava como cidade salubre (SILVEIRA:2007, p.111-112).

Talvez o maior legado do período tenha sido o projeto encampado pelos médicos sanitaristas. A ideia de que havia dois brasis que não se reconheciam, um do litoral, desenvolvido e promissor; e um do sertão, atrasado e condenado ao atraso, permeou diversos discursos de intelectuais do período republicano. Havia uma grande parte de brasileiros que estavam abandonados e doentes, acometidos pela malária, o mal de Chagas, a tuberculose, a lepra e outras doenças, sendo necessário saneá-los (LIMA e HOCHMAN:1996).

Tais aspectos deram o tom ao movimento sanitarista a partir década de 1910. O diagnóstico desses médico sobre a existência de uma grande parcela de um povo doente e abandonada, passava pela perspectiva de que, “seria possível recuperá-lo, por meio de ações de higiene e saneamento, fundadas no conhecimento médico e implementadas pelas autoridades públicas” (HOCHMAN; LIMA:2004, p.501). O movimento pelo saneamento teve uma das suas maiores expressões na criação da liga a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, bem como a criação de serviços de profilaxia rural e a instalação de centros de saúde em diversos estados (CAMPOS:2007, p.884).

A liga Pró-saneamento ganhou mais força com a pandemia da “gripe espanhola”, a *influenza*, pandemia que atingiu diversos países do mundo e foi introduzida no Brasil em 1918, chegando pelo Recife e logo atingindo o Rio de Janeiro e outros estados. A pandemia no país

levou, em pouco tempo, milhares de pessoas a óbito, causando pavor na população e também mobilizando o governo sobre a necessidade de melhorar os serviços de saúde pública (SCHWARCZ; STARLING: 2020). Os integrantes desse “movimento” defendiam a existência de um sistema de saúde centralizado, o que foi coroado com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 2 de janeiro de 1920. Essas mudanças foram levadas a cabo por Carlos Chagas, responsável por organizar uma ampla reforma dos serviços sanitários federais (LIMA; PINTO:2003, p.1042).

O Departamento Nacional de Saúde Pública era ligado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, incorporando amplas atribuições, tais como “estudo da natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das doenças transmissíveis, bem como quaisquer pesquisas científicas que interessem a Saúde Pública”; fornecimento de soros e vacinas e outros produtos destinado ao combate das epidemias e medicamentos oficiais, por intermédio Instituto Oswaldo Cruz; “serviços de profilaxia rural nos estados”, “propaganda dos preceitos de higiene rural e educação profiláticas das populações do interior da Republica”. Nesse período, chama atenção o papel desempenhado por instituições de pesquisa, como Instituto Oswaldo Cruz²⁸, com atribuições de desenvolver pesquisa relacionadas à saúde pública e, em particular, à higiene tropical. além disso, o Instituto se destacou na produção de soros, vacinas e outros produtos biológicos, os quais deviam ser fornecidos gratuitamente para o combate, pelas autoridades sanitárias federais, das doenças transmissíveis.²⁹

Com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, o Governo Federal passou a organizar e financiar metade dos serviços de profilaxia rural e dos programas de educação nos estados brasileiros, o que significou maior ampliação da esfera do poder do Governo Federal em matéria de intervenção sanitária. Exemplo disso, é o acordo assinado entre o Departamento Nacional de Saúde Pública, na figura de Carlos Chagas, e o representante do estado de Minas Gerais, Samuel Libânio, firmado em 29 de outubro de 1920, no qual se declarava aceitar “promover a aceitação pelos municípios de todas as leis sanitárias e disposições do Departamento de Saúde Pública em relação aos serviços de saneamento e profilaxia rural”.³⁰

²⁸ A história do Instituto remonta aos anos 1900, tendo sua história ligada ao Instituto Soroterápico Federal, que foi incorporado à administração pública federal em 1900. A partir do decreto n. 1.802, de 12 de dezembro de 1907, o órgão teve alterada sua denominação para Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Posteriormente, pelo decreto n. 6.891, de 19 de março de 1908, sua denominação passou a ser Instituto Oswaldo Cruz. Sobre essas informações ver: MAPA. Memória da administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=649>.

²⁹ LEI Nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920

³⁰ Cópia do acordo entre o Departamento Nacional de Saúde Pública e o representante do Estado firmada em 29 de outubro entre Carlos Chagas e Samuel Libânio. Arquivo Público Mineiro (APM). Série 10: Saúde e Assistência Pública

Nessa estrutura, os centros de saúde eram um dos pilares da organização sanitária em estados como São Paulo e Minas Gerais, estados que tiveram apoio da Fundação Rockefeller, viabilizando a profilaxia rural, educação sanitária, dentre outros serviços de saúde (FARIA: 2002, p. 583).

Observa-se a tentativa de consolidar a saúde pública no Brasil sobre novos fundamentos, amparado na ideia de levar a assistência à saúde em diversas regiões do país, tendo como um dos pilares o saneamento rural e os centros de saúde. Segundo Carlos Eduardo Aguilera Campos, pode-se ver na estrutura dos centros de saúde o início de uma rede de serviços de assistência básica no Brasil. Segundo esse autor, essas unidades “representaram uma proposta de rede básica permanente que deveria estar próxima às comunidades e que combatesse a ignorância do povo a respeito da higiene, e especialmente a inoperância da saúde pública perante os novos desafios colocados pela urbanização e industrialização do país” (CAMPOS:2007, 903).

Aquilo que podemos considerar um avanço no campo da saúde pública, entretanto, não é isento de críticas. Conforme estudos vem demonstrando, a distribuição desigual da assistência à saúde foi uma herança que o país, até aquele momento, não havia conseguido superar. Apesar do ideário sanitarista, a atuação da Fundação Rockefeller “reforçou diferenças profissionais e regionais”, na medida em que “alguns estados brasileiros foram mais beneficiados que outros” (FARIA:2002, p.572).

Redefinições e (des)continuidades das políticas de saneamento

Apesar das mudanças no campo de saúde pública, o quadro da saúde em 1930 continuava dramático. Doenças que já grassavam há muito tempo continuavam a ceifar vidas, a exemplo da febre amarela, além de outras que se expandiam pelo interior do país, como a malária, enquanto a tuberculose continuava a ser um grave problema sanitários nos centros urbanos. Nesse período foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), no Governo de Getúlio Vargas. Segundo Hochman, no tocante à saúde pública, o MESP, nos seus primeiros anos, representou, em grande medida, o Departamento Nacional de Saúde Pública herdado da República Velha.

Para o autor, o marco mais definitivo no processo de “construção institucional da saúde pública enquanto política estatal foi a gestão do Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-45),” o qual “definiu rumos para a política de saúde pública, reformulando e consolidando a estrutura administrativa e adequando-a aos princípios básicos que haviam definido a política social do Estado Novo”. Foi a partir da reforma que o MESP se

transformou em Ministério da Educação e Saúde (MES). O Estado Novo criou condições para a implantação de uma política sanitária destinada à coletividade nacional, a qual deveria se estender aos estados e a todo território do país. O território brasileiro foi dividido em oito regiões, contando cada uma delas com uma delegacia Federal de Saúde. As delegacias tinham o “papel de supervisionar as atividades necessárias à colaboração da União com os serviços locais de saúde pública e assistência médico-social e com instituições privada” e era uma forma de aumentar a presença do Estado nas diversas regiões do país e dos serviços federais de saúde (HOCHMAN:2005, p.132).

Os Serviços Nacionais de Saúde representaram outra mudança significativa, ao verticalizar o combate às endemias com altas taxas de mortalidade, como a tuberculose, a malária, a febre amarela e as doenças infectocontagiosas. O Serviço Nacional da Febre Amarela, que esteve a cargo da Fundação Rockefeller até 31 de dezembro de 1939, foi instituído em 1940, ficando subordinado ao Ministro da Educação e Saúde.³¹ Em 1942, foram criados outros serviços nacionais: Serviço Nacional de Lepra (S. N. L.), Serviço Nacional de Tuberculose (S. N. T.), Serviço Nacional de Febre Amarela (S. N. F. A.), Serviço Nacional de Malária (S. N. M.), Serviço Nacional de Peste (S. N. P.), Serviço Nacional de Câncer (S. N. C.), Serviço Nacional de Doenças Mentais (S. N. D. M.), Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina (S. N. F. M.), Serviço de Saúde dos Portos (S. S. P.), Serviço Federal de Águas e Esgotos (S. F. A. E.), Serviço Federal de Bio estatística (S. F. B.).³²

Além desses foi criado também um serviço de educação sanitária, que representou igualmente uma forma de centralizar e difundir os valores do Estado Novo. Além das endemias rurais, os materiais de educação sanitária destinavam-se também à educação do trabalhador, dimensão que se articulava com as políticas trabalhistas do governo. A questão do trabalho foi outro assunto privilegiado. Desde a década de 1930, a infortunística, ramo da medicina legal que estuda os acidentes e as doenças do trabalho, buscava-se orientar para o exame das predisposições biológicas dos operários, por meio de exames prévios, bem como a adequação física e psíquica às condições de trabalho. A literatura médica relacionada à infortunística defendia a cooperação dos médicos para evitar os prejuízos acarretados pelos acidentes e

³¹ DECRETO-LEI Nº 1.975, DE 23 DE JANEIRO DE 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1975-23-janeiro-1940-411957-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 out 2021.

³² DECRETO Nº 8.674, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1942. Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8674-4-fevereiro-1942-459566-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 out. 2021.

doenças advindas do trabalho. Uma dessas formas de cooperação residia na educação preventiva do povo e da classe operária (ABREU:2013, p.92). De acordo com Hochman:

A principal orientação e missão dos serviços nacionais criados em 1941 era debelar surtos epidêmicos e estabelecer métodos de controle e prevenção, em um trabalho conjunto com as Delegacias Federais de Saúde e com os governos estaduais. Dessa forma, o governo federal, por meio da equipe técnica que atuava nos estados (médicos sanitaristas, guardas sanitários, enfermeiras, engenheiros), buscava aumentar sua presença nos recantos mais remotos do país, conjugando centralização política com alguma forma de descentralização administrativa (HOCHMAN: 2005, p.135)

Outra característica da política sanitária no Estado Novo foi a presença do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência bilateral de saúde que atuou no Brasil entre 1940 e 1960. Concebido como agência temporária investida de políticas sanitárias pontuais em regiões produtoras de matérias-primas estratégicas, como a Amazônia e o vale do Rio Doce, as políticas sanitárias do SESP adequaram-se àquelas elaboradas pelo Ministério da Educação e Saúde, integrando ao “projeto varguista de expansão da autoridade central sobre o território brasileiro. O SESP elaborou diversas políticas sanitárias voltadas para as populações do interior, tendo por um dos principais propósitos “combater as grandes endemias do chamado ‘sertão’ brasileiro, a partir de rede de unidades sanitárias.” A agência estava portanto, em sintonia, com a política de saúde pública estabelecida pelo Estado Novo, que se prolongou pela década de 1950 (CAMPOS:2003, p.13).

Pode-se dizer que o SESP, a exemplo da Fundação Rockefeller, contribuiu para colocar em prática, sobre novas bases ideológicas, a política do saneamento do interior do Brasil, atuando em algumas regiões. Em determinadas regiões em que atuou, como o Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, embora fosse enaltecida por setores da sociedade, como os memorialistas e funcionários, não passou ilesa a críticas e de resistências por parte das populações objetos das ações sanitárias empreendidas, que provocavam mudanças “nas práticas de saúde, nos costumes e nos valores culturais” (GENOVEZ;VILARINO:2012, p.1335).

Durante os anos 1930-40 consolidou-se, portanto, o pensamento sobre a saúde como bem da coletividade. Ao Estado, segundo Gustavo Capanema, caberia a preocupação com a saúde pública:

À saúde pública não interessa o caso individual, seja um caso de doença, seja qualquer outra situação especial relativa à saúde ou ao corpo. O caso individual só interessa à saúde pública se puder afetar a coletividade, se for capaz de pôr a coletividade em perigo. Fora disso, dele não se ocupará a saúde pública.³³

³³ Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC.34.06.2.F, Pasta VI Apud: HOCHMAN: 2005

A atualização e renovação da herança sanitaria da Primeira República pelo Estado Novo resultou em uma maior complexidade institucional da saúde pública no Brasil (HOCHMAN:2005, p.139). Ainda que não se possa desconsiderar as dimensões políticas de um estado centralizador relacionado, seria equivocado contemplar as políticas de saúde somente a partir desse viés. Segundo afirmam Gilberto Hochman e Cristina Fonseca,

o principal legado do Estado Novo no campo das políticas sociais parece ser uma razoável adesão da opinião pública à manutenção de formas estatais de proteção mesmo com a quase hegemonia atual de um discurso avesso ao Estado. Essa adesão está vinculada a uma memória coletiva de um Estado paternalista, mas também aos desenvolvimentos concretos da política de proteção social gestada nos anos 30. Essas políticas, mesmo acanhadas, constituíram chaves capazes de abrir portas mais democráticas e mais universalistas (FONSECA; HOCHMAN:1999, p.91).

Nos anos 1950, delinearam-se algumas mudanças na política nacional de saúde. Esse período é marcado pelo chamado “otimismo sanitário”, concebido a partir da “disponibilidade dos novos recursos preventivos e terapêuticos - inseticidas, antibióticos, sulfas e antimaláricos”, contribuindo para que “governos, agências bilaterais de cooperação e organizações internacionais a formular e implementar programas de saúde visando controlar, e mesmo erradicar, doenças no chamado mundo subdesenvolvido em tempos de Guerra Fria” (HOCHMAN:2009, p.315). Além dessas mudanças, o “consenso em torno da necessidade de criação de uma pasta autônoma para a saúde pública pode ser relacionado ao clima geral de otimismo sanitário”. A criação do Ministério da Saúde, em 1953, no entanto, foi resultado de um complexo processo que envolveu questões político-partidárias e não trouxe mudanças institucionais significativas, conforme demonstram o estudo de Wanda Hamilton e Cristina Fonseca (2003).

Durante o período do Governo Juscelino Kubitschek (1956 -1961), além da conhecida ideia de se fazer “cinquenta anos em cinco”, delineou-se um plano de saúde de combater as enfermidades denominadas “doenças de massa”, tais como a tuberculose, lepra, doença de Chagas, leishmaniose, boubas, esquistossomose, bócio endêmico e o tracoma. De acordo com Gilberto Hochman é possível identificar elementos que aproximam o sanitarismo da Primeira República das propostas de Kubitschek para a saúde. Não obstante os contextos nacionais e internacionais na década de 1950 fossem diferentes, “as chamadas doenças de massa, especialmente as endemias rurais, continuavam na agenda de prioridades da saúde pública brasileira, assim como o diagnóstico do abandono das populações dos sertões pelos governos” (HOCHMAN:2009, p.315). Em sintonia com esse discurso é que o Governo constituiu o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), órgão responsável por administrar uma série de campanhas e programas para acabar com os problemas daquelas doenças. Conforme observa Érico Silva Muniz, “os programas de erradicação de doenças do governo de JK fazem

parte de um longo processo de expansão da autoridade pública no território brasileiro, gerando uma interiorização dos serviços de saúde” (MUNIZ, 2013, s.p.)

A construção da reforma sanitária

A instauração de um regime ditatorial a partir do golpe militar no Brasil em 1964 teve diversas implicações, das quais a mais reconhecida é a questão da repressão. No campo da saúde, questão que aqui nos interessa, as políticas dos governos militares incentivaram a expansão do setor privado, visando a privatização dos serviços médicos estatais. Em outra direção, deu-se a expansão dos serviços previdenciários entre os segmentos mais desfavorecidos da população, a partir da expansão médica previdenciária. Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), constituídos no governo Vargas, foram substituídos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), priorizando o contrato de serviços privados para assistência aos beneficiários. Enquanto isso, houve uma crise dos recursos direcionados ao Ministério da saúde (PAIVA; TEIXEIRA:2014, p.17-18)

Foi em meio a esse cenário e com as mudanças que se anunciaram na Ditadura nos anos 1970 – como a lei da Anistia, crescimento do movimento sindical, aumento da população nas cidades, dentre outras – que surgiu o Cebes- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, em 1976; e a Abrasco - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva criada em 27 de setembro de 1979 (FONSECA, 2006; SCOREL;1999). Segundo Carlos Paiva Luiz Teixeira, “esses membros do nascente movimento sanitário brasileiro – orientados ideologicamente à esquerda e favoráveis à prestação estatal de serviços de saúde – procuraram introduzir mudanças progressivas nas bases de organização do sistema de saúde do país”(PAIVA; TEIXEIRA:2014, p.21).

A discussão sobre os caminhos que levaram esses movimentos ao SUS demandaria um trabalho à parte. Importa para nossos objetivos que o Sistema Único de Saúde foi gestado no âmbito da iniciativa desses grupos, dentre outros atores. Com a abertura política da década de 1980, a Conferência Nacional de Saúde, em 1986) representou a

grande mobilização da sociedade pela reforma do sistema de saúde teve como marco a oitava CNS, em 1986. Em seus grupos e assembleias foram discutidas e aprovadas as principais demandas do movimento sanitário: fortalecer o setor público de saúde, expandir a cobertura a todos os cidadãos e integrar a medicina previdenciária à saúde pública, constituindo assim um sistema único” (PAIVA; TEIXEIRA:2014, p.21).

Criado no bojo da reabertura democrática, o SUS foi criado pela Constituição de 1988 e, em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde que detalhou seu funcionamento. Pela Emenda Constitucional 29 (EC-29), o SUS é administrado de forma

tripartite, e conta com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo por missão fornecer assistência à saúde como um dever do Estado.

1822 -2021

Um longo percurso no campo da saúde se constituiu desde a Independência do Brasil. Do Império herdamos diversas questões sanitárias enfrentadas durante a República, com pontos de inflexão, retrocessos e avanços. É hora de voltarmos a algumas questões apresentadas no início desse texto, expondo nosso entendimento sobre alguns aspectos em que a República avançou e o que ainda há para se construir:

1-A saúde como um bem coletivo: no Império a constituição de um sistema sanitário ocorreu como resposta a epidemias que assolaram o Império. As epidemias, como demonstrou o COVID, ainda continuam a deflagrar respostas emergenciais. As dificuldades enfrentadas pelo SUS e a incapacidade de o Estado responder de forma efetiva aos meios de minorar os efeitos da Pandemia causaram milhares de morte, assim como ocorreu com a febre amarela e, depois, a gripe espanhola. A diferença é que atualmente contamos com um Programa Nacional de imunização que, não obstante os problemas da gestão enfrentados em 2020 e 2021, disponibilizou vacinas para todos, sem custo para os cidadãos. O SUS ainda é responsável por uma série de serviços de assistência à saúde, que vão desde a assistência primária até atendimentos complexos, como o transplante de órgão. O acesso universal e atenção integral à saúde são as principais premissas do sistema.³⁴

Entretanto, para que seu papel seja cumprido é preciso uma presença mais efetiva do Estado Federal e dos demais entes da federação. Para tanto, é preciso fazer chegar à população serviços básicos de saúde, tais como “acesso a medicamentos, procedimentos médicos de baixa e moderada complexidade, exames complementares, consultas especializadas e internações hospitalares” (COELHO:2007, p.309). Um estudo realizado por em 2018 constatou que, embora o país disponha de um rol de serviços que abrange grande parte da população, mantém “mantém iniquidades no acesso e na qualidade do cuidado, desfavorecendo grupos vulneráveis da população.” Além disso, há um modelo de atenção “centrado em serviços assistenciais especializados e hospitalares, desigualmente dispostos no território nacional”, que têm “como base uma distribuição iníqua das ações e dos procedimentos entre os setores público e privado, que assegura ao último um maior volume de recursos materiais e simbólicos”

³⁴ <https://antigo.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em 05 nov.2021

Há ainda os problemas de financiamento, um dos gargalos da saúde pública no país. De acordo com, Carlos Octavio Ocké-Reis, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Qualquer avaliação (...) deve partir do subfinanciamento crônico do SUS. Segundo a OMS, em 2015, o gasto público em saúde no Brasil em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi tão somente de 3,8%, enquanto, por exemplo, na Coreia do Sul responde por 4,2%, seguida de Chile e Argentina (4,9%), Espanha (6,5%) e Itália (6,7%). O National Health Service (NHS) britânico (similar ao nosso SUS) gasta 7,9% do PIB (OCKÉ-REIS: 2020, p.263)

Cabe ainda mencionar outro desafio da agenda sanitária brasileira, que reside em superar as diferenças regionais e a ampliação da segregação social, fatores com impacto no padrão de distribuição de doenças em diversas regiões e escalas geográficas, os quais “favorecem a “emergência de novas doenças e a reemergência de antigas endemias”, a exemplo da projeção de doenças como a dengue e a tuberculose nas metrópoles brasileiras, em particular no município do Rio de Janeiro (PORTO ET AL: 2015, p.527).

2-O saneamento urbano – A questão da infraestrutura urbana é importante para as condições de saúde como um todo. Um dos pontos importantes é garantir saneamento básico para a população. Apesar das melhorias na disponibilização dos serviços de saneamento no Brasil desde fins do século XIX, o saneamento básico tem um impacto importante sobre as condições de saúde das populações (LIMA e VIACAVA. Embora assumam novas feições, as cidades ainda continuam a ser foco de várias doenças, algumas delas advindas das precárias condições de vida, dentre os quais pode-se destacar a “falta de saneamento básico, os problemas respiratórios associados à poluição, o consumo de drogas e as mortes por acidentes e violência urbana” (PORTO ET AL: 2015, p.527).

Enquanto no século XIX, os cortiços eram identificados como focos de doenças e insalubridades, 200 anos depois são as moradias populares que merecem atenção, em particular os “aglomerados subnormais”. Os elementos definidores desses conglomerados, segundo classificação do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “são formas de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados) para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação”.³⁵ Esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversas denominações “como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros”.³⁶

³⁵ MINISTÉRIO da Economia Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia. *Agglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Notas técnicas.* Rio de Janeiro:2020

³⁶ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 05 nov. 2021

Lilian Fessler Vaz, ao tratar em específico das favelas, observa que a modernização urbana do país significou a exclusão de grande parte da população dos novos espaços. Nesse sentido, a modernização da moradia – como a construção dos edifícios destinados às camadas médias – representou a “exclusão de amplos segmentos populares dos progressivos melhoramentos incorporados às formas de habitação produzida no sistema de mercado”. Dessa forma, tanto “na construção da cidade quanto na construção da moradia os melhoramentos, o saneamento e a ordenação dos espaços privaram as camadas de menores rendas destes progressos” (VAZ: 1994, p.597).

A relação entre as condições de vida de quem vive nesses aglomerados e as doenças foi objeto de dois artigos do periódico *The Lancet*, sobre as favelas. As conclusões desses estudos apontam, dentre outras conclusões, que a superlotação e a ausência de saneamento são responsáveis por enfermidades gastrointestinais, doenças infecciosas, subnutrição e desnutrição, atingindo principalmente as crianças. Esses estudos enfatizam os efeitos promissores de intervenções nesses espaços, capazes de melhorar diversas vidas em uma comunidade densamente lotada. (J LILFORD et al.:2016; EZEH, 2016).

No caso do Brasil, é “importante destacar o papel do saneamento nos processos saúde-doença nas favelas, concorrendo para as doenças de veiculação hídrica e para sérios agravos da saúde pública, como a tuberculose”. Esses problemas são visíveis em comunidades como a Rocinha e Manguinhos, no Rio de Janeiro. Essas e outras favelas enfrentam dificuldades de manutenção do sistema de água e esgoto, assim como as dificuldades de acesso regular à água em algumas regiões (Porto et al: 2015, p.533-535). Diante da ineficácia do poder público se fazer presente nessas comunidades, muitas dependem de uma auto-organização para o enfrentamento de seus problemas, incluídos os sanitários, conforme demonstrou o caso da pandemia de COVID-19 (FLEURY e MENEZES:2020).

Importa esclarecer que os problemas de saneamento não se restringem às áreas ocupadas pelos “aglomerados subnormais”. Os dados levantados pelo Instituto Trata Brasil, que desde 2017 tem avaliado a infraestrutura de saneamento básico da sociedade brasileira, a partir de dados oficiais fornecidos por órgãos como o DATASUS, demonstram a correlação entre doenças de veiculação hídrica e a ausência de saneamento no país. Em relatório publicado em setembro de 2021, chegou-se à conclusão de que, ao “considerar as doenças diarreicas, dengue, malária, leptospirose e esquistossomose, o país registrou mais de 273 mil internações em 2019”,

sendo que os locais com saneamento mais precário eram aqueles que registram as maiores incidências dessas doenças.³⁷

Apesar das críticas, o Trata Brasil divulga também iniciativas de saneamento que são adotadas em determinadas cidades em que há um esforço de disponibilizar serviços básicos à população. Um exemplo é Belo Horizonte, onde “o abastecimento de água chega para 95% da população. O município realiza a coleta de esgoto para 93,9% dos habitantes e 78% do volume do esgoto gerado é tratado”.³⁸

A despeito disso, o relatório chama atenção para a desigualdade regional dos serviços de saneamento no país:

(...) a ausência de saneamento básico é mais sentida no Norte do país, com somente 12% da população com coleta dos esgotos, e 22% do esgoto coletado é tratado. Logo em seguida, o Nordeste aparece com somente 28% da população atendida com coleta dos esgotos e 33,7% de tratamento do volume de esgoto coletado. O Sul surge como a terceira pior região 46,3% da população com coleta dos esgotos e 47% do esgoto coletado é tratado. Centro-Oeste tem 57,7% da população atendida com coleta dos esgotos e 56,8% de tratamento do volume esgoto coletado. Já o Sudeste surge como a região com indicadores mais favoráveis, onde 79,2% da população tem coleta dos esgotos, porém o tratamento ainda está muito aquém, com 55,5% de tratamento do volume coletado.³⁹

3-Vacinas e combate a doenças – Como se viu, um dos obstáculos para a profilaxia e tratamento de certas doenças no século XIX era o desconhecimento sobre a etiologia das enfermidades, a exemplo da febre amarela. Durante a República, as pesquisas com auxílio de institutos de pesquisa, como o Instituto Pasteur e Oswaldo Cruz, contribuíram para elaboração de novas hipóteses e teorias sobre enfermidades. Graças aos protocolos de pesquisa em microbiologia e bacteriologia, desenvolvidos entre finais do século XIX e XX, foi possível identificar hospedeiros específicos de diversas doenças como febre amarela, malária, doença de chagas, dentre outras (BENCHIMOL:2000).

Ao longo do século XX foram desenvolvidas diversas vacinas que concorreram para a erradicação ou diminuição considerável de doenças. Exemplo de doença que acometia diversas pessoas 200 anos atrás era a varíola, considerada erradicada a partir da década de 1980. O Brasil conta, desde a década de 1975, com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que atualmente é parte integrante do Programa da Organização Mundial da Saúde, e conta com o apoio técnico, operacional e financeiro da UNICEF e contribuições do Rotary Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O PNI foi importante para a consolidação da vacinação a nível nacional e tem como metas recentes a eliminação do

³⁷ TRATA BRASIL. Saneamento e doenças de veiculação hídrica DATASUS E SNIS 2019. Setembro de 2021, p.5. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/images/estudos/saneamento-e-saude/Sum%C3%A1rio_Executivo_-_Saneamento_e_Sa%C3%BAde_2021_2.pdf. Acesso em 05 nov. 2021

³⁸ <https://tratabrasil.org.br/pt/saneamento-casos-de-sucesso/belo-horizonte>. Acesso em 05 nov. 2021.

³⁹ TRATA BRASIL. Saneamento e doenças de veiculação hídrica DATASUS E SNIS 2019, p. 11.

sarampo e do tétano neonatal, bem como o “controle de outras doenças imunopreveníveis como Difteria, Coqueluche e Tétano acidental, Hepatite B, Meningites, Febre Amarela, formas graves da Tuberculose, Rubéola e Caxumba em alguns Estados, bem como, a manutenção da erradicação da Poliomielite”.⁴⁰

Apesar de vários avanços nessa área, algumas doenças ainda continuam merecer atenção, a exemplo da febre amarela. A esse respeito, no site Instituto René Rachou, sucursal mineira da Fiocruz, há um importante documento intitulado “Perguntas e respostas sobre febre amarela”, onde, além de se ressaltar a segurança da vacina, menciona-se que:

A área de circulação do vírus da febre amarela, considerada de risco transmissão para seres humanos, vem crescendo de forma progressiva desde 2000. Mapas disponíveis no site do Ministério da Saúde mostram claramente essa expansão ao longo dos anos. Certamente, o processo de desmatamento com consequente desequilíbrio ambiental, aliado ao aumento do ecoturismo e da construção de moradias em áreas próximas a matas, tem contribuído para o aparecimento de epidemias de febre amarela, com surtos registrados a cada cerca de 7 anos.⁴¹

Uma das questões atuais da saúde pública no país é a cobertura vacinal. Com relação a esse tema, Ana Paula Sato Observa que o PNI enfrenta diversos desafios. Se na década de 1990, atingiu-se a “a equidade de acesso à vacinação em diferentes estratos socioeconômicos do Brasil, o inquérito nacional de 2007, indica “menores coberturas nos segmentos mais ricos e nos extremamente pobres da população” e, a partir de 2016, “as coberturas vacinais declinaram cerca de 10 a 20 pontos percentuais. As epidemias de sarampo que atingiram vários estados em 2018 e 2019 são consequência imediata da diminuição das coberturas vacinais” (SATO: 2020, p.2)

A questão da vacinação não é um problema isolado, pois a cobertura vacinal da população depende de uma série de fatores, dentre os quais está a capilaridade do SUS e seu papel de fazer chegar a toda a população as vacinas disponíveis, garantindo a imunização de diversas doenças. O caso da Pandemia da COVID-19 demonstra como a questão da vacina é fulcral para a imunização da população e para a crescente diminuição de casos da doença.

As considerações apresentadas ao longo desse trabalho não tiveram como escopo reconstituir a história da saúde pública no Brasil desde a Independência. Os elementos destacados nas linhas precedentes buscaram evidenciar alguns princípios da saúde pública no país em um longo percurso. A Independência representou a necessidade de organizar um sistema de saúde e uma agenda sanitária para um país que passou por um longo período de colonização. Entretanto, os serviços sanitários surgiram somente na segunda metade do século

⁴⁰ Informações disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>. Acesso em 08 nov.2021.

⁴¹ <http://www.cpqr.fiocruz.br/pg/perguntas-e-respostas-sobre-febre-amarela/>. Acesso em 21 out.2021

XIX em resposta às epidemias – em particular a da febre amarela – que levou a óbito milhares de vidas.

É somente com a República que mudanças mais efetivas surgem com o objetivo de elaborar uma agenda sanitária para o país. As políticas sanitárias desse período foram caracterizadas diversas transformações, como a implementação de serviços destinados ao tratamento específico de diversas enfermidades, elaboração de políticas públicas visando transformar a saúde em bem coletivo. Merece destacar o papel do SUS que, apesar das inúmeras críticas, teve seu papel reconhecido pela mídia e por setores importantes da sociedade diante da crise sanitária promovida pelo COVID e que ainda é um fantasma a pairar sobre nossos corpos.

Referências

A salubridade da capital do império e os cortiços pelo Dr. Costa Ferraz, *Anais brasilienses de medicina*, n.4, pp.443-469, , Abr-jun.1884

ABREU, Jean Luiz Neves Abreu; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Território da doença e da saúde: o Vale do Rio Doce frente ao panorama sanitário de Minas Gerais (1910-1950). *Locus: Revista de História*, v. 15, n. 1, p.191-215, 2009

BENCHIMOL, J. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992

BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 5, n. 2, pp. 265-292, 2000,

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil* (pp. 389-390). *SciELO - Editora FIOCRUZ. Edição do Kindle*.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Editora da UFRJ, 1999.

CAMPOS, André. L. V. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

CAMPOS, Carlos Eduardo. Aguilera. As origens da rede de serviços de atenção básica no Brasil: o Sistema Distrital de Administração Sanitária. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, v. 14, n.3, pp. 877-906, jul-set. 2007

CAMPOS, Cristina de, “A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* [online]., v. 13, n. 2, pp. 189-232, 2005

CÂNDIDO, Francisco de Paula. *Relatório do ano de 1852 apesentado à Assembleia Geral Legislativa Na 1ª Sessão da 9ª Legislatura (publicado em 1853)*. In: BRASIL. Ministério do Império, Ministro (Francisco Gonçalves Martins), Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1853, p.1-50.

COELHO, Ivan Batista. Os impasses do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2):307-317, 2007
CONTINUAÇÃO do Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro”, *Semanário de Saúde Pública*, n. 92, pp.289-300, 3 mar.1832.

CÓPIA do acordo entre o Departamento Nacional de Saúde Pública e o representantedo Estado firmada em 29 de outubro entre Carlos Chagas e Samuel Libânio. Arquivo Público Mineiro (APM). Série 10: Saúde e Assistência Pública

DECRETO Nº 169, de 18 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634-publicacaooriginal-47261-pe.html>. Acesso em 18 out.2021.

DECRETO Nº 8.674, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1942.Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde. Disponível em. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8674-4-fevereiro-1942-459566-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 out. 2021

DECRETO nº 828, de 29 de Setembro de 1851. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>. Acesso em 17 out.202.

DECRETO nº 828, de 29 de Setembro de 1851. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>. Acesso em 17 out.2021

DECRETO-LEI Nº 1.975, DE 23 DE JANEIRO DE 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1975-23-janeiro-1940-411957-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 out 2021.

EDLER, Flávio C. *A natureza contra o hábito: a ciência médica no Império*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, pp. 153-166, 2009

SCOREL, S. O. movimento estudantil e o centro brasileiro de estudos de saúde (Cebes). In: *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 68-88

EZEH, Alex et. al. Improving the health and welfare of people who live in slums. *The Lancet*, Vol. 389, No. 10068Out. 2016, 2016

FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v.9, n. 3, pp. 561-90, set.-dez. 2002;

FARIA, Lina. *Saúde e política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007

FERRAZ, Dr. Costa. Higiene pública. *Annaes Brasilienses*, Tomo XXI, n.5, p.163-165, outubro de 1869.

FERRAZ, Dr. Costa. Higiene pública. *Annaes Brasilienses*, Tomo XXI, n.5, p.163-165, outubro de 1869.

FLEURY, Sonia e MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde em Debate* [online]. 2020, v. 44, n. spe4 [Acessado em 5 Novembro 2021], pp. 267-280. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E418>>. Epub 23 Ago 2021. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E418>.

FONSECA, Cristina M. O. Saúde no Governo Vargas (1930-45). Dualidade Institucional de um Bem Público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FONSECA, M. O. A História da Abrasco: política, ensino e saúde no Brasil Cristina

FONSECA, Maria R.F. “A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial” In: PORTO, Ângela et. al. (Org.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 31-57, p.49

HAMILTON, W. e FONSECA, C.: Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 10(3): 791-825, set.-dez. 2003.

Higiene das ruas. *Diário da Saúde*, 31 de outubro de 1835, V.1, n.29, p.228.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR

HOCHMAN, G., and LIMA, NT. “Pouca saúde e muita saúva”: sanitário, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. H

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.313-331.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. “O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.73-94

J LILFORD, Richard et. al. The history, geography, and sociology of slums and the health problems of people who live in slums, *The Lancet*, Vol. 389, No. 10068, Out. 16, 2016

KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., p.59-79, dez. 2012

KURY, Lorelai “Entre nature et civilisation les médecins brésiliens et l'identité nationale (1830-1850).” In: *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 12, pp. 1-13, 1994, pp.3-4. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ccrh/2751>, acesso em 10 ago.2021

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; PINTO, Maria Marta Saavedra Pinto. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 10, n. 3, p1037-51, set-dez. 2003

LIMA, N. T., and HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, M.C; SANTOS, R.V., (Orgs.) *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 23-40

LIMA, Nísia Trindade; VIACAVA, F. Saúde nos anuários estatísticos do IBGE. In: IBGE. (Org.). *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, p. 191-220.

MUNIZ, Érico Silva. *Basta aplicar uma injeção? Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço; Campina Grande, PB: EDUEPB ; Rio de Janeiro : Ed. FIOCRUZ, 2013 (Edição Kindle)

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.15-35, jan.-mar. 2014.

PIMENTA, Tânia Salgado Pimenta, KODAMA, Kaori, BARBOSA, Keith. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia”. *Dimensões*, V. 34, pp. 145-183, 2015, p.148-149

Porto, Marcelo Firpo de Souza et al. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. *Serviço Social & Sociedade* [online]., v. 00, n. 123, pp. 523-543, 2015

RELATÓRIO da comissão nomeada pelo governo para indicar as causas do desenvolvimento e persistência nesta cidade da febre amarela e outras moléstias nos últimos anos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876

SATO, Ana Paula Sayuri Pandemic and vaccine coverage: challenges of returning to schools. *Revista de Saúde Pública* [online].v. 54, p.1-15, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte*. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2020.

TEMPORÃO, J.G., NASCIMENTO, M.V.L., and MAIA, M.L.S. Programa Nacional de Imunizações (PNI): história, avaliação e perspectivas. In: BUSS, P.M., TEMPORÃO, J.G e CARVALHEIRO, J.R (Orgs.). *Vacinas, soros e imunizações no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 101-123

THIELEN, Eduardo Vilela et. al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913* Rio de Janeiro: FIOCRUZ-C

Desafios para a construção da identidade nacional: a simbologia do Futebol

Eliazar João da Silva: UFRB

A ruptura política e administrativa da Colônia com a Metrópole ensejou um conjunto de debates no período pós-independência, dentre eles a ideia de Identidade Nacional. Vários esforços interpretativos a respeito dessa problemática emergiram nas primeiras décadas do século XX, portanto em período concomitante ao primeiro centenário do 7/9/1822. Em algumas das obras clássicas, como a de Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, empreendeu-se um esforço de compreensão da nossa trajetória civilizacional, tendo-se como mote questões relacionadas à nossa cultura, e mais particularmente à nossa cultura política.

O horizonte deste texto é o de fazer um movimento que privilegia e insere o futebol como elemento da nossa cultura a partir do primeiro centenário pós-independência, notadamente da cultura popular de massa. De esporte inicialmente praticado e assistido sobretudo em clubes frequentados pelas elites econômicas do final do século XIX, rapidamente ele se tornou também um esporte popular e profissional. A perspectiva da discussão aqui proposta é a de que esse fenômeno está diretamente ligado à condição do futebol ter se tornado, ao longo do século XX, num dos elementos simbólicos da identidade nacional.

Para tanto, problematizar-se-á até que ponto, e em que medida tal simbologia poderia sofrer abalos nas décadas seguintes ao bicentenário da independência, tendo-se em conta um certo distanciamento de torcedores/as de futebol (e mesmo de não torcedores/as) dos jogos e de resultados da seleção brasileira. Esse esforço interpretativo será aqui realizado à luz de uma historiografia que vem sendo consolidada a respeito do futebol.

A década de 1930, no Brasil, foi decisiva por várias circunstâncias e a partir de vários eventos. Num tumultuado cenário político, Júlio Prestes venceu a eleição para Presidente do país, contudo não assumiu. Em contrapartida, impulsionado pelo movimento denominado “Aliança Liberal”, cuja liderança coube especialmente a políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas que agregava apoio de outros Estados brasileiros, o candidato Getúlio Vargas, sustentado por tal aliança, foi nomeado chefe do governo provisório, e, posteriormente, se tornou o Presidente da República.

A preocupação acerca da (re)definição do caráter da identidade nacional foi uma das discussões que presidiu as análises de alguns intelectuais na primeira metade do século XX, e, em especial na década de 1930, período em que o novo governo instaurado prometia mudanças. A questão a ser analisada diz respeito à identidade nacional, tendo-se como foco a construção do futebol no Brasil - entendido como símbolo da nacionalidade - sobretudo nas ocasiões de

realização dos campeonatos mundiais, ocorridos entre 1930 e 1958 (notadamente no ano em que a Seleção Brasileira conquistou seu primeiro título mundial).

Neste período, houve vários episódios bastante elucidativos quanto ao interesse de representantes do governo federal nas atividades esportivas. A reflexão sobre este e outros aspectos relacionados à trajetória da atividade futebolística no país, está ligada às interpretações das manifestações populares, compreendidas como símbolos de identidade nacional.

Em inúmeros dos seus discursos, Getúlio Vargas anunciava “novos tempos” ao afirmar que significativas mudanças aconteceriam no Brasil. A prática dos esportes de modo geral, e do futebol de modo particular (e todo o universo que o circunda), não ficaram alheios às mudanças prometidas. Foi neste período que o futebol deixou de ser apenas atividade de lazer, para ser também atividade profissional (PERRY: 1973), em que pesem todos os problemas inerentes a esta “profissionalização”.

Ao assumir a presidência da República, Getúlio Vargas apresentou um documento, no qual constava o “Programa de Reconstrução Nacional”. Nele se encontravam dezessete medidas, compreendidas como muito importantes para vários segmentos sociais.⁴² Dentre os dezessete tópicos redigidos, o item número quinze chamou particular atenção, posto que o mesmo dizia respeito ao futebol brasileiro.

Vale dizer que não somente a profissão do atleta de futebol seria regulamentada na década de 1930, mas também inúmeras outras atividades, as quais no período compreendido entre 1930 e 1936 (como por exemplo, padeiros, barbeiros, entre outros), foram objeto de atenção da nova Legislação Social e Trabalhista do governo de Getúlio Vargas.

Não obstante a prática do futebol, desde meados da década de 1920, ser tema de calorosos debates (ao menos no âmbito das crônicas esportivas) como atividade que deveria se tornar profissional, foi a partir do documento apresentado por Getúlio Vargas que a discussão se acirrou ainda mais, razão pela qual se modificou a estrutura do futebol, além dele passar a ter novos significados em nossa sociedade, conforme pretende-se aqui problematizar.

No conjunto das profissões que foram regulamentadas pela nova legislação trabalhista, a prática do futebol não ficou de fora. Valed Perry, um dos juristas desportivos mais atuantes do futebol brasileiro, e também ex Vice-Presidente do Conselho Nacional de Desporto, assim escreveu sobre o episódio da profissionalização do futebol

⁴² O “Programa de Reconstrução Nacional” ao qual se faz referência encontra-se no trabalho de CARONE, Edgar. *A Segunda República*. Rio de Janeiro: Difel, 1974. Neste texto, encontra-se também o discurso na íntegra do Presidente da República.

O futebol profissional no Brasil, de forma oficial, foi instituído em 1933, quando da célebre cisão dos clubes, federações e confederações, sabido que já havia o chamado amadorismo “marrom”, propugnando os dissidentes pela profissionalização regulamentada, o que, efetivamente aconteceu. Embora não reconhecida a profissão, era uma situação de fato, regulamentada pelas leis desportivas das entidades dissidentes. Tal situação perdurou, mesmo após a pacificação, em 1937, quando foi adotado o profissionalismo pelos clubes principais do país. (PERRY: 1973, p. 67)

De modo mais amplo, a década de 1930 foi marcada também por reflexões que tiveram por objetivo debater nossa formação social, política, econômica e cultural, e que, de alguma maneira, influenciaram na compreensão e interpretação das leituras que poderíamos fazer em relação ao futebol enquanto esporte de apelo popular.

Dos estudos feitos nesse período (na perspectiva, sobretudo, da História Cultural) vale menção os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda ao escrever o clássico “Raízes do Brasil”, bem como o de Gilberto Freyre, com o livro “Casa Grande e Senzala”. Estes autores publicaram tais obras, respectivamente, em 1936 e 1933, portanto no bojo deste novo cenário, e destas novas discussões que se desenhavam no início da década de 1930.

A tentativa de entender este período é importante quanto ao exercício de se buscar a compreensão de identidades que foram construídas. Ao ser criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB - em 1838, iniciou-se de forma mais efetiva a escrita da história do país, cuja idéia central foi discutir a nacionalidade brasileira, tendo o incentivo direto do imperador e das interpretações de Francisco Adolfo Varnhagen (SCHWARCZ: 1993, p. 99-140)

Dos diferentes trabalhos produzidos na época, alguns deles analisaram, sobretudo, a presença de povos indígenas, do colonizador, e de povos africanos quanto a formação étnica do povo brasileiro, tal como apresentado no trabalho publicado de Carl Friederich Von Martius (em 1845), cujo título é “Como se deve escrever a história do Brasil”.⁴³ Desde então, inúmeros textos foram produzidos, visando analisar a ideia de identidade nacional. Todavia, foi no início do século XX, e, notadamente a partir da década de 1930, que tal discussão se tornou mais recorrente.

Especialmente durante o Estado Novo – portanto um século após a criação do IHGB – o governo federal, por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e outros órgãos institucionais, buscou propagandear positivamente sua ideologia, lançando mão, entre outras coisas, de elementos que divulgassem a “cultura nacional”. Um dos instrumentos do qual o DIP se utilizou nesse processo foi um periódico chamado “cultura política”.

⁴³ Este trabalho concorreu com tantos outros, num concurso promovido pelo IHGB, cujo objetivo foi o de eleger o melhor texto que integrasse a idéia da nacionalidade brasileira.

Os artigos publicados nesta revista buscavam, entre outros aspectos, apresentar as mudanças pelas quais passavam o universo cultural do país a partir da década de 1930, motivadas sobretudo por representantes do poder público, além de intelectuais.⁴⁴ Houve, deste modo, uma conjuntura cultural que permitiu a proliferação e absorção de novos paradigmas culturais. Estudos como os de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre, por exemplo, integraram estas novas perspectivas, bem como fontes para as interpretações.

A revista “Cultura Política” era submetida ao Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão institucional divulgador da nacionalidade, da qual o futebol fez parte. Seu diretor, Lourival Fontes, ocupou também o cargo de chefe da delegação da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1934, disputada na Itália (MAZZONI: 1950, p. 248), o que nos leva à suposição da influência dos usos políticos neste esporte já naquela década de 1930.

Ao lado do futebol, diferentes manifestações da cultura popular circunscritas em diversas regiões do país, foram tomadas como símbolos da nacionalidade. Deste modo, costumes religiosos, hábitos alimentares, estilos musicais, danças, foram algumas das manifestações que passaram a ter significados de identidades do povo brasileiro, de acordo com as regiões em que estas manifestações estavam presentes.

Um dos ideais do poder público no período foi explicitado de forma emblemática na revista “Cultura Política”. Em artigo intitulado “Problemas políticos e sociais” de 05 de março de 1941, se encontra a ideia de que “Um só pensamento nos une: o Brasil grande e unido, como uma só alma”. Tal afirmativa nos remete ao ideal do governo, cujo objetivo era o da sua legitimação, através também da absorção popular dos símbolos da nacionalidade.

Foi na década de 1930 que se oficializou a comemoração de datas e de personalidades, as quais deveriam ser lembradas pelo povo brasileiro, de forma que ele pudesse se orgulhar de seu passado. Este conjunto de circunstâncias, deste modo, sugeria a perspectiva de se compreender práticas que surgiam e/ou que afirmavam sua condição de simbolizar a identidade nacional, tal como foi o caso do futebol. Contudo, para esta compreensão, havia a necessidade de se explorar novas modalidades de interpretação deste novo cenário. Conforme mencionado, a conjuntura cultural da década de 1930 demandava essas novas discussões, ou reinterpretações dos fenômenos apresentados.

⁴⁴ Colaboraram com artigos, nesta revista, autores como Francisco campos, Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Lourival Fontes. Além destes, outros intelectuais de diferentes correntes ideológicas que também colaboravam com a revista foram Gilberto Freyre, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré. A este respeito, ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Petrópolis: Vozes, Zahar Editores, 1982. p. 71-108.

O horizonte deste texto é o de não acompanhar Gilberto Freyre em sua já sobrejamente debatida e reverberada proposta da Democracia Racial. É importante essa ponderação para que se possa encontrar neste autor, isto sim, relevantes visões que ele teve a respeito do significado do futebol no Brasil. É neste aspecto que este texto se detém.

Gilberto Freyre se valeu de novos instrumentos metodológicos na busca da interpretação da cultura brasileira. Para apresentar leituras até então controversas de temas relacionados por exemplo a festas, amor, família, sexo, culinária, infância, práticas esportivas, e temas similares, Freyre não hesitou em se utilizar dos diários, correspondências familiares, notas de jornais, escritos de viajantes, cantigas de rodas, fotografias, pinturas, livros de receitas, enfim, uma variedade de modalidades de fontes que lhe permitisse refletir sobre os hábitos e os comportamentos do brasileiro.⁴⁵ Tanto as modalidades de fontes exploradas por Freyre, quanto os temas por ele tratados, representaram inovações na perspectiva de possibilidades de novas leituras (mesmo que incorretas) acerca do cotidiano dos brasileiros.

O que deve e merece ser pontuado contudo, é que Freyre não passou despercebido da leitura sobre a trajetória do futebol no Brasil, tendo como premissa a sua importância como um dos elementos inerentes à nossa cultura popular de massa, e, fundamentalmente, da participação de povos africanos no universo futebolístico.

Não será demais lembrar que, no Brasil, já nos anos 30 do século XX, pensadores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda se apresentaram com uma postura *avant la lettre* para o seu tempo. (...) marcaram uma perspectiva culturalista na maneira de abordar a realidade brasileira e de repensar a identidade nacional. (...) No cotidiano da vida, nas sociabilidades da vida privada, Freyre resgatou as mentalidades e sensibilidades do passado. (PESAVENTO: 2003, p. 102).

Outras atividades como a capoeira e o samba, que seriam mais difundidas e praticadas pelos povos africanos, foram objetos de reflexão de alguns outros estudiosos, e não apenas por Freyre, embora ele tenha sido um dos mais repercutidos. “Para além do debate intelectual, tudo leva a crer que, a partir dos anos 30, no discurso oficial ‘o mestiço vira nacional’, ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados”. (SCHWARCZ: 1998. vol. 4, p. 196.)

Dada a escassez das reflexões de intelectuais que não estavam preocupados com o estudo do futebol para além da sua exploração como legitimidade da política implementada por Getúlio Vargas, consideramos que Freyre, diferentemente de cronistas esportivos do

⁴⁵ Além do livro “Casa Grande e Senzala”, publicado pela primeira vez em 1933, mencione-se “Sobrados e Mocambos” e “Nordeste”, publicados, respectivamente, em 1936 e 1937. Todos esses trabalhos foram produzidos na década de 1930, e tiveram os elementos acima descritos como instrumentos explorados por Freyre para a leitura e interpretação da miscigenação.

período, apresentava suas ideias sobre os esportes de forma não essencialmente comprometida com as proposições do governo federal, razão pela qual algumas delas são aqui tomadas, embora – reitere-se – este texto ter como premissa oposições quanto aos argumentos de Freyre a respeito da Democracia Racial. Registre-se, por outro lado, que não se pode negligenciar a compreensão deste autor quanto ao significado do futebol e de outras manifestações populares do país.

Ao admitir como positiva a miscigenação no Brasil, Freyre destacou que no país havia uma originalidade de hábitos de comportamento, de costumes, de credos, de culinária e práticas cotidianas. Dentre estas práticas, o jogo de futebol merece realce, segundo Freyre. Para ele, o brasileiro mestiço encontrava no futebol uma forma de sua “sublimação”. Em prefácio à primeira edição (em 1947) de um dos mais importantes livros publicados na primeira metade do século XX sobre o esporte, cuja autoria é do jornalista Mário Filho, Freyre afirmou:

(...) Creio não dizer novidade nenhuma repetindo que por trás da instituição considerável que o futebol tornou-se em nosso país se condensam e se acumulam, há anos, velhas energias psíquicas e impulsos irracionais do homem brasileiro, em busca da sublimação. Essa sublimação estava outrora apenas na oportunidade para feitos heróicos ou ações admiráveis que o Exército, a Marinha e as Revoluções mais ou menos patrióticas abriam aos brasileiros brancos e, principalmente, mestiços ou de cor, mais transbordantes de energias animais ou de impulsos irracionais (...) O futebol teria numa sociedade como a brasileira, em grande parte formada de elementos primitivos em sua cultura, uma importância toda especial que só agora vai sendo estudada sob critério sociológico. E era natural que tomasse aqui o caráter particularmente brasileiro que tomou. Pois tornou-se o meio de expressão, moral e socialmente aprovado pela nossa gente – pelo governo, pela igreja (...), pela imprensa – de energias psíquicas e de impulsos irracionais que sem o desenvolvimento do futebol – ou de algum equivalente de futebol – na verdadeira instituição nacional que é hoje (...)⁴⁶

É possível verificar nas afirmações de Freyre, exageros quando ele se refere ao futebol como prática que se prestaria, automaticamente, à “sublimação” do atleta, no que discordamos. Todavia, nota-se nas palavras e projeções do autor que ao menos no esporte, poderia haver momentaneamente (e de modo efêmero), condições de “igualdade” entre os brasileiros, especificamente no que diz respeito ao acesso às práticas esportivas.

Neste mesmo texto, Freyre afirma que o “jeito” de jogar do atleta brasileiro, seria particularmente distinto dos demais jogadores de outros países, pelo fato de, no Brasil, a habilidade do atleta se confundir com a capoeira e com o samba como elementos típicos da

⁴⁶ Cf. FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. Prefácio à primeira edição em 1947.

cultura brasileira. Além disso, Freyre cita Leônidas da Silva,⁴⁷ e Domingos da Guia (dois dos atletas mais reconhecidos da década de 1930, e de todo o futebol brasileiro do século XX) como jogadores que conseguiram reconhecimento social, ambos sendo de origem humilde. Atente-se ao fato de que este “reconhecimento” seria demonstrado especialmente pela exposição desses atletas, por meio das referências a eles feitas pelos veículos de comunicação. Freyre continua afirmando que

O desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura. A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes de tal forma no estilo brasileiro de jogar futebol que de um jogador um tanto álgido como Domingos [da Guia], admirável em seu modo de jogar mas quase sem floreios –os floreios barrocos tão do gosto brasileiro – um crítico da argúcia de Mário filho pode dizer que ele está para o nosso futebol como Machado de Assis está para nossa literatura, isto é, na situação de uma espécie de inglês desgarrado entre tropicais. Em moderna linguagem sociológica, na situação de um apolíneo entre dionisíacos. O que não quer dizer que deixe de haver alguma coisa de concentradamente brasileiro no jogo de Domingos como existe coisa de concentradamente brasileiro na literatura de Machado (...) Mas vá alguém estudar o fundo de Domingos ou a literatura de Machado que encontrará de certo nas raízes de cada um, dando-lhes autenticidade brasileira, um pouco de samba, um pouco de molecagem baiana e até um pouco de capoeiragem pernambucana ou malandragem carioca.⁴⁸

A “autenticidade brasileira”, à qual Freyre faz referência, está ligada aos elementos buscados pelos representantes do governo federal como um reforço da identidade brasileira circunscrita em diferentes regiões do país, tal como lembrada pelo autor, quando ele fala do jeito de jogar futebol do brasileiro como sendo o resultado do conjunto da “molecagem baiana, da capoeiragem pernambucana e da malandragem carioca”. Continua Freyre:

Com esses resíduos que é o futebol brasileiro, afastou-se do bem ordenado original britânico para tornar-se a dança cheia de surpresas irracionais e de variações dionisíacas que é. A dança dançada baianamente por um Leônidas [da Silva], e por um Domingos, com uma impassibilidade que talvez acuse sugestões ou influências ameríndias sobre sua personalidade ou sua formação. Mas de qualquer modo, dança. Sublimando tanto do que é mais primitivo, mais jovem, mais elementar, em nossa cultura, era natural que o futebol, no Brasil, ao engrandecer-se em instituição nacional, engrandecesse também o negro, o descendente de negro, o mulato, o cafuso, o mestiço. E entre os meios mais recentes – isto é, dos últimos vinte ou trinta anos – de ascensão social do negro ou do mulato ou do cafuso no Brasil, nenhum excede, em importância, ao futebol.⁴⁹

⁴⁷ Leônidas da Silva, considerado o inventor da “bicicleta”, jogada realizada no futebol que exige grande habilidade do atleta que queira executá-la, faleceu no dia 25 de janeiro de 2004. É apontado, ao lado de Edson Arantes do Nascimento (o Pelé), como o atleta mais hábil da história do futebol brasileiro. Cf. FILHO, Mário. *Op. Cit.*

⁴⁸ Cf. FILHO, Mário. *Op. Cit.*

⁴⁹ Cf. FILHO, Mário. *Op. Cit.*

De maneira controversa, Freyre apresentou suas interpretações sobre o Brasil. Entre estas leituras, inscreve-se também o futebol. Não obstante a importância de suas obras, não se pode direcionar ao esporte a dimensão a ele dada por Freyre, do mesmo modo que, paradoxalmente, não se pode negligenciá-las.

Apesar de, por vezes, as reflexões de Freyre serem caracterizadas por objeções (e mesmo por mascarar incoerências) que possamos e devemos fazer, é possível supor que três das obras escritas pelo autor pernambucano na década de 1930, foram importantes para futuros estudos sobre este período, na perspectiva da interpretação da cultura brasileira.⁵⁰

Se Freyre foi um dos pioneiros da chamada “história das mentalidades e da história cultural” ambientadas na década de 1930 no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda foi um dos seus criadores, paralelamente ao que fizeram os historiadores da França no mesmo período. Para Laura de Melo Souza é possível, neste sentido, projetar que

Mais do que influência propriamente dita, uma surpreendente afinidade e coincidência temática e metodológica entre Sérgio e os fundadores da moderna historiografia francesa, os homens dos annales – Marc Bloch, Lucien Febvre e, já na segunda geração, Fernand Braudel. A vida material, as mentalidades, o imaginário foram objetos que se impuseram a um e a outros na mesma época, e certamente em decorrência das leituras semelhantes que todos faziam então, combinando história, sociologia, e antropologia. Gilberto Freyre foi um precursor da moderna história das mentalidades e da nova história cultural; Sérgio foi um dos seus criadores, e o fez simultaneamente aos franceses, mesmo que os autores a guiarem-no tenham sido diferentes. (SOUZA: 2001, p. 23-24.)

De posse de novos modelos de abordagens inaugurados na década de 1930, algumas visões deste “novo” Brasil vieram à tona. Além dos trabalhos de Freyre e de Holanda, emergiram no país diferentes perspectivas analíticas com o propósito de se pensar quem era o/a brasileiro/a, quais eram suas práticas cotidianas (alimentação, vestuário, moradia, lazer, religião), enfim, qual era sua mentalidade, suas expectativas e anseios no país que se anunciava. As manifestações populares fizeram parte deste processo. O futebol se transformou num dos espaços simbólicos explorados quanto à legitimidade do governo federal, no momento em que este constatou a sua condição de esporte popular de massa.

Para além de uma questão meramente esportiva, o futebol se tornou, ao longo dos anos, um dos elementos ativos da cultura popular de massa. Na década de 1930, ele constituía algo presente no cotidiano da população brasileira. De origem inglesa, e, num primeiro momento praticado pelas camadas mais abastadas, posteriormente o futebol foi também

⁵⁰ Referimo-nos a “Sobrados e Mocambos”, “Nordeste” e “Casa grande e senzala”.

praticado pelas camadas mais humildes da sociedade. De maneira surpreendente, ele caiu no gosto popular.

A miscigenação (a qual Freyre analisou como componente da sociedade brasileira), foi entendida na década de 1930 como algo “nacional”. Deste modo, a compreensão desta interpretação da formação étnica do povo brasileiro, foi também atrelada ao surgimento de novos modelos de manifestações da cultura popular no país. Da mistura racial, resultaria a habilidade do brasileiro em práticas como o samba e o futebol. “Na representação vitoriosa dos anos 30, o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol”. (SCWHARCZ: 1998, p. 178.)

À medida que novas manifestações da cultura popular foram se consolidando como elementos presentes no cotidiano da população brasileira, em especial dos mais pobres, houve a percepção do próprio poder público ao motivar e propor mudanças em suas posturas diante da prática dos esportes. Não foi somente o futebol que adquiriu *status* de atividade legal na década de 1930. Outras manifestações populares também foram objeto desta “oficialização”.

A capoeira, reprimida pela polícia no final do século passado [19] e incluída como crime no Código Penal de 1890, é oficializada como modalidade esportiva nacional em 1937. Também o samba passou da repressão à exaltação, de “dança de preto” a “canção brasileira para exportação”. Definido na época como uma dança que fundia elementos diversos, nos anos 30 o samba sai da marginalidade e ganha as ruas, enquanto as escolas de samba e desfiles passam a ser oficialmente subvencionados a partir de 1935. Não é também por feliz coincidência que o novo regime introduz, nesse período, novas datas cívicas: (...) o Dia da Raça – 30 de maio de 1939 -, criado para exaltar a tolerância de nossa sociedade. Da mesma maneira, a partir de 1938 os atabaques do candomblé passam a ser tocados sem interferência policial. Até o futebol, esporte de origem inglesa, foi progressivamente associado a negros. (...) O momento coincide, ainda, com a escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida para padroeira do Brasil. meio branca, meio negra, a nova santa era mestiça como os brasileiros. (SCWHARCZ: 1998, p. 196-197.)

Essa valorização de elementos da cultura brasileira já vinha, desde a primeira década do século XX, sendo objeto de atenção da literatura, de intelectuais e de representantes do governo federal, em especial a partir da década de 1920. (SEVCENKO: 1992, p. 223-307)

De fato, havia na década de 1930 uma idéia de que não seria possível ignorar a trajetória da formação do povo brasileiro, na qual se verificavam traços fenotípicos da miscigenação. Por meio dela, se (re)construiria a identidade do povo brasileiro, não obstante reconhecidos equívocos interpretativos a respeito dessa temática, a exemplo da própria tese da democracia racial, aqui já evocada.

Ao longo do século XX, percebeu-se, por exemplo, que a discriminação em relação à cor da pele poderia ocasionalmente não existir, caso alguém deste fenótipo ocupasse alguma “posição de destaque” na sociedade. Um reconhecido e bem remunerado atleta de futebol inseria-se neste contexto, ainda que esta questão fosse de modo efêmero e momentâneo, como foram os casos de Domingos da Guia e Leônidas da Silva, os quais tiveram algum prestígio social. Na década de 1950, e neste aspecto, pode-se mencionar também Edson Arantes do Nascimento, o *Pelé*, considerado o futebolista mais destacado do planeta no século XX.

No Brasil, a cor da pele adquiriu vários significados físicos, sociais, políticos, psíquicos, econômicos e culturais. Nesse sentido, a cor da pele pode variar segundo o “lugar”, ou o espaço no qual as relações são estabelecidas. É singular e bastante elucidativo tal afirmação, se explorarmos uma narrativa de Filho acerca desta problemática. Tal narrativa diz respeito a um fato ocorrido na rua Soares Cabral, na cidade do Rio de Janeiro, quando dois atletas do Fluminense Futebol Clube (o “branco” Orlando, e o “preto” Robson), viveram um episódio com duas pessoas supostamente embriagadas após ingestão de bebida alcoólica.

Ocorreu que os atletas mencionados (juntamente com Benício Ferreira Filho) transitavam de carro próximo às duas pessoas que estavam andando pela rua Soares Cabral, quando quase houve um acidente, no que Orlando, o atleta branco, se irritou com os dois pedestres pretos, esbravejando com seu colega preto Robson, o qual imediatamente disse uma frase que vale ser apontada. Mas quem narra o episódio é Filho:

(...) Uma noite Benício Ferreira Filho levava, no seu cadillac, Robson e Orlando, o pingo de ouro, para o Fluminense. A rua Soares Cabral, como sempre, mal iluminada. (...) No volante Benício Ferreira Filho não parava de falar e de rir, satisfeito da vida. (...) E com dois jogadores do Fluminense ao lado dele, no banco da frente, Benício Ferreira Filho se sentia mais feliz. Pode ter sido culpa da satisfação descuidada dele, da má iluminação da rua Soares Cabral. E pode ter sido também a cor do casal de pretos, de roupas escuras, que surgiu, como do chão, ou de dentro da noite, diante do cadillac. O preto e a preta, enlaçados, estavam bêbados. Tanto que zig-zagueavam, lentamente, como se a rua Soares Cabral fosse deles. Benício Ferreira Filho viu o casal de pretos ainda a tempo. Enterrou o pé no freio até o fundo. O cadillac parou de estalo. Quer dizer: os pneus do cadillac se grudaram nos paralelepípedos da rua Soares Cabral. Mas a carroceria foi para frente antes de vir para trás. Orlando foi projetado fora do banco. Bateu com a cabeça no parabrisa do cadillac, quando passou a mão pela testa um galo estava lá. Então Orlando teve uma explosão. O mínimo que gritou para o casal de pretos foi: - *Seus pretos sujos*. – E por aí afora. O preto e a preta que tinham parado, ainda enlaçados, nem ligaram. Trocando pernas foram até a outra calçada como se nada tivesse acontecido. Orlando enfureceu-se ainda mais. Quem o acalmou foi Robson: - Não faz, Orlando. *Eu já fui preto e sei o que é isso*. (FILHO: 1947, p. 359)

Diante de situações como a descrita por Filho - o que, por certo, faziam parte do nosso cotidiano - residem algumas constatações. Trata-se, num primeiro momento, do fato de que na década de 1930, surgiram (re)interpretações da formação do povo brasileiro, entendendo a

mestiçagem e os elementos culturais dela resultante, como um dos símbolos componentes da identidade. Um dos resultados dessa mestiçagem, segundo Freyre, é a “inigualável” boa habilidade do brasileiro por meio de duas manifestações populares: a música (notadamente o samba) e o futebol.

Conforme o atleta Robson afirma: “Eu já fui preto e sei o que é isso”, a cor da pele remeteria a uma questão de prestígio social. Ao se “embranquecer” no ambiente do futebol, Robson deixaria de reconhecer sua origem étnica. Segundo Schwarcz, “não há como esquecer, por fim, os nomes que usam a raça como uma situação passageira, quase uma circunstância. ‘Queimada de praia, queimada de sol, tostada...’ são definições que sinalizam como no Brasil, muitas vezes, não se é alguma coisa, mas se *está*.” (SCWHARCZ: 1998)

Não apenas neste sentido (mas também), o processo da mencionada “democracia racial” no país, pensada por Freyre é incorreta. cremos, entretanto, que o autor percebeu no futebol uma possibilidade de igualdade entre brancos e negros, ainda que ela fosse efêmera e momentânea, e apenas “dentro de campo”. Talvez a convencional e complexa constatação de que no Brasil, o racismo é melhor porque “mais brando que os outros”, configure equívocos quanto à suposta democracia racial. Novamente, retomamos o que disse Schwarcz:

(...) Não é mais tão fácil sustentar publicamente a igualdade de oportunidades em vista da grande quantidade de dados que comprovam o contrário. Talvez hoje em dia seja até mais fácil criticar o mito da democracia racial do que enfrentar sua manutenção. (...) Reconhecer a existência do racismo, porém, não leva à sua compreensão, tampouco à percepção de sua especificidade. Se a mestiçagem não é “atributo” exclusivo e inventado no Brasil, foi aqui que o mito da convivência racial harmoniosa ganhou sofisticação e penetração ímpares, o que lhe assegurou um lugar de modelo. Foi também no Brasil que a cor virou a “somatória” de muitos elementos físicos, sociais e culturais, e parece variar conforme o dia (pode-se estar mais ou menos bronzeado), a posição de quem pergunta e o lugar de onde se fala (dos locais públicos à intimidade do lar). (SCWHARCZ: 1998, p. 227)

Se Freyre foi um dos principais autores que analisou e que repercutiu a idéia de que no Brasil conviveu-se com a democracia racial, há, de outro lado, interpretações diametralmente opostas e diversas, especialmente confrontadas por autores como Florestan Fernandes. Para ele, o que ocorreu no Brasil não foi uma incorporação e absorção tácita de diferentes povos na sociedade brasileira. Ao contrário, há, segundo Fernandes, um invisível e impiedoso desrespeito pelas diferenças, sejam elas de qualquer natureza, inclusive quanto à questão da cor.⁵¹ Nesta mesma direção, trabalhos mais recentes reforçam as análises de Fernandes. (ARAÚJO: 1994)

⁵¹ Ver especialmente dois trabalhos de Florestan Fernandes, a saber: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Nacional, 1965. E também: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972. Ver também: SCWHARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* SCWHARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. SANTOS, Ventura. (org.)

Paralelamente às discussões da formação étnica do povo brasileiro, o governo federal, do ponto de vista da concepção dos esportes, seguia rumos relativamente semelhantes ao que estava acontecendo em alguns países da Europa (especialmente aqueles que experimentavam os regimes políticos totalitários, como a Alemanha e a Itália) no terceiro decênio do século XX.⁵² Foi no cenário internacional deste período, que foram formuladas teorias da proposta autoritária do Estado Novo, o qual não hesitou em se utilizar também do esporte como forma de sua afirmação, como um dos elementos da “nacionalidade”. Foi justamente neste período que a educação física, e por extensão as atividades esportivas, passaram a efetivamente fazer parte do conjunto de preocupações do Estado. (OLIVEIRA: 1982)

Um dos objetivos deste governo foi o de difundir uma noção de cultura a partir de sua própria perspectiva, sob a forma de valorizar os elementos culturais do país que lhes poderiam ser mais úteis quanto à legitimidade da política implementada por Getúlio Vargas. Tal concepção estava atrelada ao que o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – determinava.

Deste modo, todos os veículos de comunicação (rádio, teatro, cinema, revistas, jornais) deveriam estar afinados à cartilha do DIP. “Assuntos como educação sexual, eugenia, alcoolismo, lazer e higiene passam a constituir área de interesse do Estado, que se coloca como a instância mais competente para educar o conjunto da sociedade”. (OLIVEIRA: 1982, p. 90.)

Vários destes veículos de comunicação eram subordinados ao DIP. Espaços e manifestações culturais como o futebol e a música foram amplamente explorados pela transmissão radiofônica, como manifestações da cultura popular. Sobre esta questão, Sodré escreveu que

O rádio, a essa posição de vanguarda alicerçou-se, em nosso caso, na sua associação a dois grandes motivos, já capazes de mobilizar multidões: o futebol e a música popular. Desde que colocado em associações e a serviço dessas duas extraordinárias forças, o rádio cresceu e se expandiu depressa, cobrindo todo o território nacional e tornando-se instrumento especial para a universalização do gosto, dos costumes e até das paixões. Política, futebol, música popular – ao lado da crescente matéria publicitária – constituíram as preocupações dominantes do rádio. (...) O futebol se profissionalizou em 1933, e, desde então, começou a girar

Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. SKIDMORE, Thomaz. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. SEYFERTH, Giralda. *A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil*. São Paulo: Revista do museu paulista, 1985. D’ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

⁵² Embora com algumas semelhanças do Estado Novo com regimes políticos totalitários da Europa quanto à concepção dos esportes, não se pode comparar o regime político brasileiro instaurado em 1937, com aqueles experimentados pela Alemanha e pela Itália. A este respeito, ver, entre outros, CAPELATO, Maria Helena. *Estado Novo: novas histórias*. In: FREITAS, Marcos Cézar. “Historiografia brasileira em perspectiva”. São Paulo: Contexto, 2001. p. 183-213.

com investimentos crescentes, particularmente ligados à construção de estádios, impulsionada após a segunda guerra mundial. (SODRÉ: 1970, p. 86-87).

As tentativas em estabelecer aproximações entre os eventuais sucessos da seleção brasileira de futebol e a legitimidade de regimes políticos (notadamente autoritários) são bastante eloquentes. Esta premissa pode ser verificada sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945) no Brasil. Foi durante os conflitos internacionais ambientados nas décadas de 1930 e 1940, que a prática de esportes passou a ter significados que foram além das competições a ela inerentes.

A conexão entre a ideia de nação e as práticas esportivas se tornaram mais consistentes nas décadas de 1930 e 1940 não apenas no Brasil, mas também em outros países. Foi neste período que o assim chamado “espírito nacionalista” se tornaria mais agudo. Neste sentido, e a partir das décadas aqui referidas, torcer pelas seleções nacionais de futebol significaria, simbolicamente, torcer pela nação.

Tal perspectiva foi amplamente explorada pelos governos brasileiros, notadamente (mas não apenas) naqueles circunscritos aos períodos políticos autoritários (1937-1945 e 1964-1985). O reforço da construção da imagem da nação brasileira na década de 1930 buscou também nas atividades esportivas – com destaque para o futebol – um dos aspectos da legitimidade de um país que se anunciava no período pós 1930, portanto uma década após as comemorações do centenário da ruptura político-administrativa da Colônia com a Metrópole.

No aniversário de 200 anos desta ruptura, vários questionamentos e vários desafios se impõem ao Brasil. Na perspectiva do que se discutiu a respeito do espaço que o futebol ocupou no centenário, cabe uma reflexão que nos remete à problemática deste texto, a saber: o futebol inverteu sua lógica inicial de implantação no país ainda no fim do século XX. De esporte praticado em restritos espaços sociais frequentados pelas elites econômicas, rapidamente o futebol passou a ser um esporte de amplo alcance popular.

Uma questão que parece inquietar, ou pelo menos provocar um debate no universo do futebol, é uma projeção acerca do gradativo distanciamento do/a torcedor/a (e mesmo de não torcedores/as) em relação, sobretudo, aos jogos da seleção brasileira. Em confrontos da última Copa América no ano de 2021 – e comparando-se com outros torneios similares - verificou-se um evidente desinteresse pelos jogos durante o certame, notadamente no confronto derradeiro, cujo título ficou com a Seleção da Argentina.

O horizonte deste texto é o de que a (re)interpretação de símbolos da Identidade Nacional é algo que continua em aberto, de modo que o futebol e tudo que ele representa (seja

dentro de campo, ou fora dele), continua ocupando um espaço relevante para que se reflita a respeito da nacionalidade neste bicentenário da Independência.

Referências

- ARAÚJO: Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena. *Estado Novo: novas histórias*. In: FREITAS, Marcos Cézar. “Historiografia brasileira em perspectiva”. São Paulo: Contexto, 2001. p. 183-213.
- CARONE, Edgar. *A Segunda República*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.
- D’ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Nacional, 1965.
- FERNANDES, FLORESTAN. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.
- FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio,
- MAZZONI, Thomaz. *História do Futebol no Brasil – 1894/1950*. São Paulo: Olympicus, 1950.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Petrópolis: Vozes, Zahar Editores, 1982.
- PERRY, Valed. *Futebol e Legislação*. Rio de Janeiro: Vitória, 1973.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SANTOS, Ventura. (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. *A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil*. São Paulo: Revista do museu paulista, 1985.
- SKIDMORE, Thomaz. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976..
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SOUZA, Lauro de Melo. *Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial*. In: FREITAS, Marcos Cézar. “Historiografia brasileira em perspectiva”. São Paulo: Contexto, 2001. p. 17-38.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCWARCZ, Lilian Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In: NOVAIS, Fernando (dir.) “História da Vida Privada no Brasil”. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Vol. 4.

Os desafios do patrimônio cultural brasileiro diante dos horizontes das identidades nacionais

Liliane Faria Corrêa Pinto: UFMA / MHisCA*

Introdução

Nesses 200 anos desde a Independência, o Brasil se construiu como uma nação e, atrelado a isso, desenvolveu a trajetória do seu patrimônio cultural que reflete a sua história e as identidades formadoras do país. O tema é um campo do conhecimento histórico, uma categoria antropológica (GONÇALVES, 2009) e um instituto jurídico, com as legislações de tombamento, inventário e registro⁵³ em âmbito nacional, estadual e municipal. Nessa perspectiva, vamos analisar o patrimônio cultural brasileiro em sua construção conceitual e prática e sob a perspectiva da pluralidade e multiplicidade próprias da mestiçagem (SANTIAGO, 2000) que compõem o Brasil.

Um panorama da trajetória do patrimônio no Brasil

A trajetória do patrimônio cultural no Brasil é caracterizada por uma divisão artificial entre o patrimônio material e o imaterial, numa perspectiva de valorização do primeiro em detrimento ao segundo para, posteriormente, ocorrer uma inserção dos bens imateriais na pauta da proteção patrimonial. Esse percurso das políticas públicas, como afirma Márcia Chuva, está relacionado às mudanças no conceito de patrimônio no tempo (CHUVA, 2012). No Brasil, isso envolveu restrições dos bens protegidos à esfera estética, especialmente barroca, na arquitetura e imaginária, com algumas exceções. Após 1988, a constituição abriu espaço para proteção das manifestações da cultura popular, que vai ocorrer com a regulamentação dos artigos da Carta Magna sobre o patrimônio cultural (BRASIL, 1988). Como fruto disso, temos o Decreto nº 3.551/2000, que prevê a abertura dos livros de registro e promove a categorização dos bens imateriais.

Para pensarmos o patrimônio cultural no Brasil, não podemos nos abstrair das políticas públicas de patrimonialização porque, apesar do patrimônio cultural existir em si e em função

*Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV, mestra em História Econômica pela USP, graduada em História pela UFMG. Professora Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas / História, da UFMA – Campus VII. Coordenadora do MHisCA – Museu Histórico e Cultural do Alimento.

⁵³ O tombamento é a proteção dada aos bens materiais com o inscrição no Livro de Tombo, que é um livro destinado ao registro desses bens a serem protegidos. O Inventário é um tipo de proteção de cadastro, os bens são identificados, cadastrados e inventariados em fichas com dados simples. O registro é a proteção do bem imaterial com sua inscrição no Livro de Registros. É feito um dossiê com a caracterização do bem para ser reavaliado e revisto alguns anos depois.

de seus detentores e usuários, o reconhecimento de um determinado bem só acontece por meio do Estado, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

Hernan Venegas Marcelo (2013) analisa as primeiras formas de proteção do patrimônio no Brasil Imperial. Menciona as regulações portuguesas acerca das edificações e ruínas pré-romanas, romanas e árabes sancionadas nos séculos XVIII e XIX em Portugal. E, nessa mesma linha, observa essa preocupação da Coroa Portuguesa nas terras da colônia e cita uma carta de 1742, do Vice-Rei André de Melo e Castro para o governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, advertindo da necessidade de proteger o prédio construído por Nassau, no século anterior, com o intuito de preservar a memória dos feitos portugueses por restaurarem a capitania. É o primeiro momento no período colonial em que se protege um patrimônio histórico no que será o futuro território brasileiro. Marcelo afirma ainda que não houve uma legislação de patrimônio cultural no Império, porém havia autores que estudaram as heranças luso-brasileiras no contexto de criação da nação. Nesse sentido, a partir de um conceito de nação como comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2008), Marcelo discute a noção de patrimônio nos oitocentos brasileiro. Para ele, o Império trouxe a discussão sobre as edificações relevantes para contar uma história nacional e criar uma imagem de Brasil que fundamentou a formação da nação imperial. Distanciada dos populares e constituída em torno da família real e seus feitos, essa história oficial seria o alicerce da história educacional e nacional (MARCELO, 2013).

A legislação de patrimônio no Brasil propriamente dita tem início em 1934 com a Constituição que, em seu artigo 148, estabelecia como competência da União a proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País” (BRASIL, 1934). Como podemos observar, há uma preocupação com a materialidade dessa história a ser preservada e com as obras de arte brasileiras. Não há referência ao conceito de patrimônio cultural e, mais que isso, nesse mesmo capítulo há uma obrigação do ensino no “idioma pátrio” mesmo para as escolas particulares. Aqui, a diversidade cultural é abafada em nome de uma língua nacional e de uma construção de uma ideia de nação brasileira fundada na tríade indígena, negro e branco sem, contudo, compreender que mesmo nessa trindade quase mítica da formação brasileira há diversidade. Os indígenas são muitos e diferem entre si culturalmente e também em termos linguísticos, os negros que forçadamente aportaram no Brasil vieram de muitos grupos étnicos, geograficamente diferentes, com culturas e línguas próprias e, mesmo o português, aqui tomado como “o branco”, não comportaria, como ainda não comporta, essa unidade na medida em que o norte de Portugal se difere da região lisboeta e essas duas são distintas das tradições do sul e ainda mais acentuada são as características dos Açores e da Madeira (RIBEIRO, 1945). Isso

não quer dizer que não havia uma unidade entre os reinóis quando estes chegaram ao Brasil. Eles eram portugueses e súditos do rei português, mas não vivenciavam as mesmas manifestações culturais da mesma forma. Nesse sentido, a fundação dessa unidade brasileira que permeia a construção do projeto legal de proteção do patrimônio está alicerçada em uma concepção fictícia de unidade racial e cultural.

Em 1937, o governo Vargas cria o SPHAN, o instituto do tombamento e define o patrimônio como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Nessa definição, o patrimônio é apenas material e sua relação com a história está no fato, ou seja, ele é definido a partir de uma leitura historiográfica ainda própria dos anos de 1930 no Brasil que valoriza os grandes homens e seus feitos, os eventos notórios e, conseqüentemente, uma história sequencial. Há também um sentido exótico para esse patrimônio composto por peças “excepcionais” arqueológicas, etnográficas, bibliográficas e artísticas. Nesse sentido, a preservação se deu em torno desse conceito firmado pela lei, que restringia o patrimônio ao histórico e artístico, não contemplando ainda a cultura de forma mais ampla, mesmo que houvesse uma preocupação acerca desses bens por parte da equipe do SPHAN. O SPHAN lançou uma revista no ano de sua criação com explicações dos procedimentos que intencionava desenvolver para proteger os sítios arqueológicos indígenas e os “produtos de arte de populações atuais, indígenas ou neo-brasileiras” (TORRES, 1937, p. 29). A autora define “‘produtos de arte’, no sentido amplo de quaisquer manifestações da indústria humana, originais e peculiares a certos grupos e documentando aspectos do seu patrimônio material ou espiritual de cultura” (TORRES, 1937, p. 29). Ainda que tivessem essa intenção, os tombamentos seguiram seu percurso entre os bens luso-brasileiros coloniais e imperiais, com raros casos de exceção. As duas constituições subsequentes, a de 1946 e a de 1967, mantiveram a mesma interpretação sobre o tema e o patrimônio permaneceu restrito à materialidade e à monumentalidade. Acrescentou-se aí as paisagens naturais consideradas belas e notáveis, sem uma preocupação com os usos culturais desses espaços e seus conhecimentos associados.

Nesse período entre 1937 e 1984, o SPHAN faz algumas publicações, entre elas a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ela mantém uma regularidade anual de 1937 a 1947. Nesse período, lança 113 artigos, sendo apenas 7% deles referentes ao patrimônio arqueológico e o natural. Nos primeiros três anos, está concentrada a maioria desses artigos o que confirma a intenção desses funcionários do órgão em discutir e preservar o patrimônio para além do arquitetônico e artístico, porém a legislação não garantia essa

possibilidade, nem a própria conjuntura nacional. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a revista foi lançada apenas em sete anos espaçados e sem regularidade. Nos anos de 1950, sai em 1955 e 1956, ainda como fruto do governo Vargas, que foi o responsável pela criação do serviço na década de 1930 e tinha uma política para o patrimônio. Em 1959 e 1961, governo de Juscelino Kubistchek, a revista é publicada, mas só trata do patrimônio arquitetônico e urbanístico. Nos anos de 1970, o serviço do patrimônio atuou bastante no tombamento de vários sítios históricos urbanos brasileiros, mas produziu poucos artigos sobre os temas. O único número dessa década, publicado em 1978, não apresenta textos sobre o patrimônio arqueológico ou natural, mas é um recomeço das publicações do órgão que a partir daí lança os boletins do SPHAN/Pró-Memória, sob a direção de Aloísio de Magalhães, que exteriorizam as discussões internas sobre os conceitos de bem cultural e as renovadas propostas do patrimônio para a preservação dos bens culturais brasileiros (MAGALHÃES, 1979). Os boletins são lançados semestralmente e em 1984 saem lado a lado a dois números da revista que apresentam quarenta artigos, sendo 25% deles sobre as discussões teóricas do patrimônio cultural e os aspectos associados à preservação das paisagens e sobre a imaterialidade dos bens. A presença de Aloísio Magalhães a frente do patrimônio significou importantes inovações para a proteção e as discussões sobre o tema, especialmente, com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais.

O conceito de patrimônio começa a se modificar na legislação apenas com a Constituição de 1988, porém antes disso há discussões nos órgãos de proteção com o intuito de ampliar o instituto de proteção e, nesse ínterim, houve uma movimentação para a realização de tombamentos que transgrediam essas práticas e se inseriam nas entrelinhas do texto legal. O primeiro deles foi o tombamento da Fábrica de Vinho Tito Silva, na Paraíba, juntamente com a técnica de fabricação do vinho de caju, utilizando o recurso do tombamento para o registro do modo de fazer, denominado no Boletim nº 10 do SPHAN/Pró-Memória como “Tecnologia Patrimonial – o conjunto de conhecimentos e técnicas populares historicamente determinadas” (SPHAN, 1981, p. 9). Ainda nessa mesma perspectiva, foi feito o tombamento do Presépio de Pípiripau, em Belo Horizonte que, segundo entrevista com Marcos Antônio Vilaça, então Secretário de Cultura do MEC, “estamos infringindo a tradição do Patrimônio de só tomar bens consagrados: a igreja, o convento, a fortaleza” (JORNAL DO BRASIL, 1984a). No tombamento do Terreiro da Casa Branca, também em 1984, as discussões foram mais acirradas. Enquanto a fábrica poderia ser aceita por ter uma característica arquitetônica eclética, típica do final do século XIX, e o presépio ser considerado uma peça de arte popular, o tombamento do Terreiro de Candomblé da Casa Branca contrariava as expectativas patrimoniais comumente preservadas e ainda abria espaço para a cultura negra no patrimônio brasileiro. A edificação

não se enquadrava em um estilo arquitetônico considerado relevante e os tombamentos, até então, preferenciavam os edifícios coloniais. Segundo Gilberto Velho, o Conselho não era uníssono e “Vários de seus membros consideravam despropositado e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa” (VELHO, 2006, p. 237). Conta ainda que os ânimos estavam acirrados e a reunião para a decisão pelo tombamento teria sido tensa, com ausências de conselheiros e abstenções, mas no fim com o número reduzido de votos, porém válidos, o tombamento foi aprovado (VELHO, 2006). No *Jornal do Brasil*, de primeiro de junho de 1984, saiu uma nota sobre o tombamento do Terreiro da Casa Branca:

O relator, antropólogo Gilberto Velho, defendeu o tombamento, mas foi contestado pelo artista plástico Gilberto Ferrez, gerando grande polêmica. Ferrez alegava que não se tinha certeza de a propriedade do terreno caber à Casa Branca, apesar de ela estar no local há mais de 150 anos. Mas o Prefeito Manoel Castro resolveu assumir a responsabilidade pela legalização da área, até desapropriando, se for preciso (JORNAL DO BRASIL, 1984).

Velho comenta em seu artigo sobre a questão da propriedade e da legitimidade do argumento, mesmo que discordasse. Porém, podemos sugerir que essa justificativa pontual sobre a propriedade, afirmada por Gilberto Ferrez, apenas vem corroborar com o costumeiro uso do tombamento para bens históricos tradicionais, especialmente católicos. E, no caso do terreiro, a inscrição do Livro de Tombo reverteria essa tradição, o que incomodava os grupos mais conservadores. Junto a isso, o tombamento do Terreiro da Casa Branca inseria as tradições culturais negras no rol dos bens patrimoniais brasileiros, pervertendo o que até aquele momento vinha sendo praticado pela legislação protetora do patrimônio. Esses três bens mencionados vão simbolicamente abrir espaço para a elaboração dos artigos de patrimônio da Constituição de 1988 cujas comissões e subcomissões constituintes eram compostas por membros dos diversos segmentos da sociedade brasileira e que vão, por meio das discussões, ampliar o conceito de patrimônio para tentar atingir toda a variação das culturas brasileiras.⁵⁴

Como regulamentação da constituição, em 2000, o Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, institui o registro do patrimônio imaterial e cria os livros de registro. Em 2003, a UNESCO faz uma convenção em Paris, a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, que propõe medidas para a salvaguarda do patrimônio imaterial e, em 2006, o governo Lula referenda o texto dessa convenção. A política pública de patrimônio nos 2000 foi de ampliação da ação do IPHAN para todo o território nacional, dedicando-se a bens de

⁵⁴ Sobre o processo de elaboração dos artigos referentes ao patrimônio ver: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Palanque e Patíbulo. O Patrimônio Cultural na Assembleia Nacional Constituinte. 1987-1988**. São Paulo: Annablume, 2018.

diferentes matrizes e núcleos urbanos fora do circuito barroco da costa e de Minas Gerais. Nos anos de 2020, até agora, podemos perceber uma tentativa de desconstrução do conceito de patrimônio e a desvalorização da história cultural brasileira.

Com o percurso das legislações de patrimônio, podemos perceber a preferência pelo patrimônio material nas políticas públicas que só vai reverter nos 2000, porém esta não foi uma prática exclusiva do Brasil. As discussões sobre a imaterialidade do patrimônio também perpassaram os debates na UNESCO. Com exceção de poucos países que já salvaguardavam suas práticas culturais, como o Japão já previa o patrimônio intangível em sua legislação desde os anos de 1950 (ANDO, 2018), os bens de natureza imaterial eram estudados como folclore ou cultura popular, o que distanciava o estudo dos detentores das manifestações. Só no século XXI que os bens imateriais começam realmente a serem salvaguardados como parte das identidades dos povos.

Nação e patrimônio

Aqui vamos tratar das políticas de patrimônio e de como elas podem refletir sentimento de nação. Partimos da concepção de que é na confluência entre uma ideia de nação, as suas possíveis identidades associadas e agregadas e o patrimônio que se forma a prática das políticas públicas de patrimônio cultural.

A preservação do patrimônio no Brasil teve início com os bens arquitetônicos, arqueológicos e artísticos, selecionando, especialmente, aquilo que representava as manifestações físicas de um Brasil colonial, na arquitetura e nas artes, e de um Brasil pré-colonial, na arqueologia. Lucio Costa, de certa forma, foi inspirador dessa metodologia com suas pesquisas sobre a arquitetura e a arte jesuítica e barroca (COSTA, 1939; COSTA, 1941). Porém, as identidades ressaltadas por essas políticas de patrimônio não contemplavam a complexidade da cultura brasileira que ultrapassa em muito a herança portuguesa. Assim, vamos nos remeter primeiro ao conceito de nação que foi sendo delineado nesses últimos 200 anos para podermos entrar nos estudos sobre as identidades brasileiras e, por fim, entendermos o caminho percorrido pelo patrimônio e sugerirmos as possibilidades futuras para ele.

A nação é um conceito construído e imaginado (ANDERSON, 2008). No caso brasileiro, ele vem sendo delineado desde o Brasil Império com algumas práticas, como o incentivo para a elaboração de uma história nacional, a criação do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), entre outras. José Carlos Reis afirma que “Varnhagen desenhará o perfil do Brasil independente, oferecerá à nova nação um passado, a partir do qual elaborará um futuro” (REIS, 2007, p. 24) Essa historiografia oitocentista, nas penas de Varnhagen, contava

um Brasil pela visão portuguesa e que exaltava a família real. Dentro do IHGB, os intelectuais brasileiros se reuniam regularmente para elaborar esse princípio fundador da nação brasileira que, como afirma Manoel Guimarães, era excludente:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do ·outro·, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Sob esta perspectiva, a nação brasileira começa a se esboçar em meio a uma contradição interna: a existência de um Brasil único “branco” e os Brasis, frutos da mistura, que ocorreu por meio da dominação, mas também da coexistência cultural e social. Se no Império esse imaginário está fundado em uma monarquia e marcadamente se diferenciando do resto dos países vizinhos, essa nação precisa se modificar para se adequar a uma república. Assim, mais tarde, no final do século XIX, os republicanos criam um novo aporte para esse conceito. Não desprezaram o passado criado pelos historiadores do IHGB, mas acrescentam a república à ideia desta nação. José Murilo de Carvalho, em “A formação das almas”, discute o imaginário da república na construção da nação brasileira e afirma que foram necessários símbolos para estabelecer essa relação entre a população e o novo governo. Ainda que não fossem totalmente eficientes para atingir os povos brasileiros como um todo, tiveram seu papel na construção dessa nação republicana. Carvalho cita Tiradentes como um símbolo da república, disputado por correntes políticas diferentes, espelha as incongruências da nação brasileira: “é o Cristo e o herói cívico, é o mártir e o libertador, é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. (...) Ele se matem como herói republicano por conseguir absorver todas essas fraturas, sem perder a identidade” (CARVALHO, 1990, p. 141). Numa leitura quase poética, Carvalho finaliza sua obra com a assertiva de um fracasso da república em unir os pedaços sofridos dos corpos brasileiros em uma única nação (CARVALHO, 1990). Nesse sentido, Carvalho explicita que a nação brasileira é composta por fragmentos que ainda não foram reunidos. O que são esses fragmentos, essas fraturas? Na obra de Carvalho, são o povo que não foi inserido na república e cujo símbolo que o impregna também carrega a marca da fragmentação na prática e nos sentidos figurados. Na conclusão de Carvalho, a nação brasileira também está impregnada dessas quebras que são contraditórias e historicamente marcadas pela opressão externa e interna e pela violência como consequência desses processos de dominação.

Com a república estabelecida e as discussões em torno da memória e da identidade começando a florescer nos anos de 1920, alguns projetos de lei para a proteção dos monumentos

históricos foram desenvolvidos, mas só vão realmente entrar em vigor na década seguinte. Andrea Vianna aponta entre eles os projetos da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil (1923), o de proibição de evasão das peças artísticas brasileiras (1924), a criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia (1927) e a de Pernambuco (1928) (VIANNA, 2019).

Numa sequência dessas iniciativas e aproveitando-as, nos anos de 1930, a necessidade de se diferenciar do que foi o Brasil Imperial e do seu passado das últimas décadas de uma república oligárquica, Vargas e seu projeto de Brasil tentaram reafirmar uma ideia de nação que mantinha a contradição iniciada no Império entre um imaginário de uma nação de matriz europeia e a realidade composta pela construção de culturas com referências de inúmeras matrizes. Porém, a nação imaginada do período Vargas, analisada por Olívia Maria Gomes da Cunha, a partir das festividades de cinquenta anos da Abolição, sugere o contraste entre dois “projetos intelectuais/institucionais específicos” para se pensar como se deu a inserção do negro na sociedade brasileira num processo de “valorização de uma imagem inclusiva da nação” (CUNHA, 1999, p.262). Para Cunha, essas comemorações tentavam discutir a questão do negro, porém sem modifica-la. O que podemos observar é que enquanto discutiam a situação do trabalho escravo e as consequências de sua existência e seu fim para sociedade brasileira, criavam propostas para a valorização das manifestações culturais populares, em que se ressaltavam heranças mistas de caráter africano, indígena e europeu, mas este último em menor medida. Porém, esses projetos culturais não se tornaram realidade até os anos de 1980. Esse contraste entre a realidade composta por grupos mistos que manifestavam culturas próprias, brasileiras, e a imagem de um país composto por três matrizes, mas que ressaltava a europeia causava incômodo na manutenção de um projeto de nação. Cunha pergunta: “como definir a população do país, como são e quem são os ‘brasileiros’? A edificação de uma ‘história pátria’ e a delimitação das fronteiras culturais e humanas da ‘nacionalidade’ se misturavam como um mesmo projeto de construção da nação” (CUNHA, 1999, p. 273). E ela explica:

O modelo idealizado de um *homem brasileiro* não resultava do reconhecimento da diversidade étnica e cultural e da intensa miscigenação, mas sim da visão de que a *nação imaginada* só seria realizada como projeto político se a heterogeneidade fosse oficialmente reconhecida senão nas essências ao menos na forma — nas “aparências que criam realidades (CUNHA, 1999, p. 284).

Diante disso, a solução do período Vargas foi inserir na ideia de nação brasileira a fusão das três “raças”, mas não das culturas associadas às etnias, criando assim uma imagem de Brasil e de brasileiro que não concorda com a realidade e cria um conflito entre a imagem e o sentimento de pertencimento a ela. E esse conceito ao ser aplicado ao patrimônio cultural, os

bens protegidos são os de caráter arquitetônico que ressaltam a herança portuguesa tanto nas técnicas como na estética. Mesmo que houvessem as discussões sobre a cultura, elas não eram incorporadas nas políticas públicas de proteção ao patrimônio.

Ainda sobre um viés fundado nas matrizes do branco, do negro e do indígena, a concepção de nação brasileira dos militares pós-1964 era homogênea, composta por um povo brasileiro único, imaginado e inexistente. A justificativa para a tomada do poder em 1964 estava inserida no contexto da Guerra Fria e da disputa dos setores de poder dos dois grandes blocos. Os militares brasileiros estavam convencidos de que João Goulart era influenciado pelo bloco da URSS e representava uma “ameaça comunista” ao país (CASTRO, 2020). Numa leitura a partir das relações internacionais, isso era um risco para os EUA que perderia um setor estratégico na América Latina. Internamente, o contexto era outro: Goulart discursou sobre a proposta de uma reforma agrária, o que deixou os setores agrícolas assustados e possibilitou uma mobilização de parte conservadora da sociedade. Essa porção da sociedade compunha a ideia de nação que os militares adotavam e protegiam.

No discurso de posse de Costa e Silva, em 1966, ao explicar “as origens da revolução” ele afirma que ela “teve profundas origens populares, num grandioso movimento cívico, que levou às ruas e às praças homens e mulheres, jovens e velhos, dispostos a lutar por Deus e pela Nação” (COSTA E SILVA, 1966). Aqui, ele se refere à Marcha da Família com Deus pela Liberdade que era composta por religiosos e entidades femininas conservadoras de elite e classe média e que não tinha caráter popular nem expressava a diversidade da população nos anos de 1960 (CORDEIRO, 2021). Para confirmar essa concepção, lançamos mão das entrevistas realizadas em 2000 pelo Projeto História Oral do Exército Brasileiro com diversos militares que participaram direta e indiretamente do projeto político da Ditadura Militar. Entre esses militares, foi entrevistado o General-de-Exército Everaldo de Oliveira Reis⁵⁵, que em 1964 era um Major e teve pouca participação no golpe, porém atuou mais tarde em diversas instâncias do governo militar. Ele afirma

De Guararapes para cá, nós somos uma única Nação, a Nação Brasileira. É Nação Brasileira o caboclo da Amazônia, como é o “tchê” lá da fronteira de Uruguaiana. Somos uma Nação una, um milagre dos portugueses, cujas fronteiras empurramos para um ponto e, depois, as salvaguardamos. Para isso, utilizamos o princípio do *uti-possidetis* (MOTTA, 2003, p. 154).

⁵⁵ General-de-Exército Everaldo de Oliveira Reis nasceu em Natal, RN. Foi Secretário de Economia e Finanças do Exército e Ministro do Superior Tribunal Militar. No exterior foi membro da Delegação Brasileira, na Junta Interamericana de Defesa, Washington, DC, EUA. Estudou todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA. • Em 1964, era Major, adjunto da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército. Em abril daquele ano, foi convidado para oficial de Gabinete do Ministro do Exército, como adjunto da Divisão de Informações. (MOTTA, 2003, p. 141)

Incomodado com a definição de nação indígena dos anos 2000 comenta que se o Brasil for composto por diversas nações, isso estaria “ferindo, mais cedo ou mais tarde, até a Integridade Nacional. Deixaremos de ser uma Nação única” (MOTTA, 2003, p. 154). Corroborando com essa perspectiva, narra um encontro com outros representantes da Junta Interamericana de Defesa em que lhe perguntavam quantas línguas eram faladas no Brasil e ele respondeu: “Nós só falamos o português.” (MOTTA, 2003, p. 154).

Na sua exposição sobre a nação, podemos entender que ela é única, é fruto dos portugueses e fala apenas uma língua. Esse conceito choca com a realidade brasileira que comporta muitas nações, muitas línguas e muitos costumes contraditórios, todos dentro do mesmo território que o exército se exalta por preservar e, na voz do general, receia que seja desmembrado pela ideia de uma nação que não é mais uma.⁵⁶

Quanto ao projeto de nação dos militares, ele acaba por não se sustentar porque não é identitário. Há um esforço empreendido pelo governo com a propaganda que ressalta o inimigo subversivo e exalta essa unidade imaginária nos slogans do Brasil do futuro, da vitória na Copa de 1970 e sobre o crescimento econômico do “Milagre Brasileiro” e são essas políticas midiáticas que facilitaram a manutenção da ditadura pelos seus 21 anos.

Durante esse período, as ações associadas ao patrimônio cultural refletiam o conceito de nação dos militares que reduzia o Brasil a uma unidade que desvalorizava as tradições culturais provenientes das diversas matrizes que o projeto de Vargas exaltava. Se no período Vargas, levava-se em conta a existência desses grupos compositores do Brasil, no período militar ressaltava-se a unidade da nação e do povo brasileiro. Assim, foram tombados muitos núcleos históricos e edificações que rememoravam a história da colonização, mas não dos envolvidos. Nos anos de 1970, a “ousadia” do Centro Nacional de Referências Culturais começa uma discussão para ampliar a noção de cultura, o que entra em contradição com o projeto de nação militar. Na década de 1980, os tombamentos do Presépio do Pípiripau, da Fábrica de Vinho de Caju e do Terreiro da Casa Branca já demonstravam que a ditadura estava por ruir, especificamente, porque essas inscrições aconteceram concomitantemente ao movimento das Diretas Já. E a Constituição de 1988 vem reforçar a proposta de uma nova nação brasileira que agregaria a diversidade e suas referências culturais.

Nos governos seguintes, já de caráter democrático, o patrimônio cultural ganha outro patamar. Há uma reorganização institucional dos órgãos de proteção e o desenvolvimento de políticas que regulamentavam a Constituição em diversos estados, como a Lei Robin Wood que

⁵⁶ É importante ressaltar que, na prática, o Brasil nunca foi homogêneo e nem por isso seu território estaria ameaçado. São outros fatores que o mantêm unido.

o distribui o ICMS de forma diferente entre os municípios e prevê valores para aquele que desenvolverem projeto relacionados ao patrimônio cultural, denominado ICMS Patrimônio Cultural de Minas (MINAS GERAIS, 1991; 1995; 2009). Nos anos 2000, dentro do projeto de nação do governo Lula, que pretendia estabelecer uma nação unida, porém com todas as suas diversidades, o IPHAN ganha outra roupagem e pôde finalmente dar continuidade à proposta de Referências Culturais dos anos de 1970 e 1980 para lidar com toda a diversidade brasileira.

Identidades e patrimônio

A discussão em torno do conceito de identidade e o patrimônio no Brasil passa pela ideia de uma identidade nacional e outra cultural. Maria Isaura Queiroz ainda ressalta as dificuldades dos analistas sociais brasileiros em lidar com a diversidade étnica e cultural do país, salientando um olhar que privilegiava conceitos externos para explicar o Brasil. Isso, segundo ela, proporcionava leituras que não condiziam com a realidade (QUEIROZ, 1989). Podemos afirmar que esses conceitos de identidade nacional eram comumente associados com os projetos de nação elaborados e colocados em prática para o país desde a sua independência, o que, como já explicamos, criava uma distância entre o projeto e o povo. Nesse mesmo intuito de entender como os diversos pensadores do Brasil analisam o país, José Carlos Reis tenta traçar uma panorama dessas ideias dentro do campo da historiografia. Para Reis, esses autores estão delineando, cada um a seu modo, a identidade brasileira (REIS, 2006; 2007). Ele afirma que, para além dos projetos estatais de nação, o povo realmente expressa esse “apego nacional”, porém a nação popular idealizada não é igual à do Estado porque ela reflete uma “cultura nacional” (REIS, 2006, p.13). Reis entende essa cultura como “um conjunto de discursos, imagens, símbolos, que expressam os sentidos com os quais os membros do grupo se identificam” (REIS, 2006, p. 14) e, no caso brasileiro, está no “idioma”, nos “valores”, na “tradição”, nos “sentimentos comuns” e num “espírito solidário” (REIS, 2006, p. 14). Porém, esse composto cultural bastaria para o país até o final do século XX e, com as inúmeras modificações globais do século XXI, as culturas locais em resistência a uma imposição da cultural global seriam exaltadas e “tendem à multiplicidade, à singularização e não à centralização” (REIS, 2006, p. 15). Segundo ele, cria-se uma coexistência e um impasse entre uma nação-Estado que está associada a essa cultura nacional de caráter popular e da qual o Estado lança mão em seus projetos de governo e a cidadania global que nega a peculiaridade do local. Aqui, ele está tomando o local como o Brasil em relação ao global, que seria o mundo. Porém a situação do Brasil talvez seja ainda mais particular. Vamos partir do global como as ideias de nação brasileira próprias do Estado. Isto porque elas refletem aquilo que está sendo

vivido na Europa e que não cabe aos povos brasileiros – é um eurocentrismo intelectual e estético que nossos pensadores não perceberam que reproduziam ao longo do século XX. E as identidades populares seriam então o local porque elas manifestam aquilo que os povos brasileiros vivem, como se expressam e em que acreditam, etc.

Hall discute a fragmentação identitária que afeta os países europeus no final do século XX em contraposição às comunidades nacionais imaginadas que foram construídas no XIX e se mantiveram até boa parte do século seguinte. Analisamos as obras de Reis “Identidades do Brasil 1 e 2” (2006 e 2007) sobre os diversos autores que fizeram leituras amplas sobre o país e alguns trabalhos de pesquisadores atuais que estudam aspectos e momentos da história, da sociedade, da política e da cultura brasileiras, tais como José Murilo de Carvalho, Sidney Chalhoub, entre outros, podemos identificar algumas questões que podem nos orientar na compreensão dessas identidades que são fragmentadas, mas também múltiplas. Sobre os autores da historiografia brasileira tradicional, analisados por Reis, podemos observar que muitas dessas leituras são feitas, em geral, sob uma perspectiva externa sobre o Brasil, mesmo que com a vontade e a necessidade de ler o Brasil em si e por si. A maioria desses trabalhos reflete questões de fora do Brasil, como a preocupação com a miscigenação, que é uma referência a uma supremacia europeia estética, e até mesmo genética para alguns, ou a proposta de uma democracia liberal e neoliberal que também não insere os povos brasileiros nesse jogo político e econômico. As pesquisas que Reis sugere como voltadas para “as dimensões micro e locais, não produzem mais grandes configurações narrativas da identidade nacional” (REIS, 2006, p. 16), mas podem nos indicar que a fragmentação e a multiplicidade da identidade brasileira já permeia o Brasil desde o final do XIX. Ainda no Império, se pensarmos apenas sobre os grupos mais abastados, era possível ser abolicionista e ter escravos, ou ser republicano ou monarquista e escravocrata, ser republicano e abolicionista e ter escravos trabalhando lado a lado aos imigrantes italianos. Aqui, estamos discutindo somente uma identidade política e social dos fazendeiros brasileiros do sudeste, ao expandirmos isso para toda a diversidade do final do século XIX, a fragmentação já era visível e presente, porém apesar de toda a violência que o conceito de fragmento pode carregar e que a história brasileira pode narrar, há também nos pedaços dessas identidades um somatório que leva a uma pluralidade múltipla, que vai de encontro na história aos acertos e ajustes que o convívio entre os diversos grupos sociais e culturais deste território pode trazer aos mestiços brasileiros. Para Silviano Santiago:

O renascimento colonialista engendra por sua vez uma nova sociedade, a dos mestiços, cuja principal característica é o fato de que a noção de unidade sofre reviravolta, é contaminada em favor de uma mistura sutil e complexa entre o elemento europeu e o elemento autóctone – uma espécie de infiltração progressiva efetuada pelo pensamento selvagem, ou seja, abertura do único caminho possível que poderia levar à descolonização (SANTIAGO, 2000, p. 15).

Assim, para falarmos de identidade brasileira não há como incluir os povos brasileiros se não usarmos o plural, que é o que caracteriza o Brasil. E, nesse caso, o plural é a soma dos indivíduos diferentes. E como lidar com isso numa proposta de valorização desses patrimônios culturais? Por incrível que pareça a solução já está dada, é o uso do conceito de Referências Culturais para ligar as pluralidades. O conceito tem outro sentido para o IPHAN, mas ao agregar mais um sentido a ele, isso possibilita uma maior comunhão desses elementos culturais. As discussões acerca do conceito no Centro Nacional de Referências Culturais nos anos de 1970 e definidas como política pública do IPHAN nos anos 2000 passam pelo que Maria Cecília Londres Fonseca explica. Para ela, o conceito de referências culturais adotado pelo órgão de patrimônio propõe tentar compreender a dinâmica cultural vivenciada pelos detentores das manifestações no contexto em que elas acontecem. As referências culturais partem dos sujeitos detentores que se identificam e atribuem significado aos bens culturais. E os órgãos de proteção e registro vão partir da referência desses praticantes para a sistematização e não o contrário como acontecia com os estudiosos do folclore. Nesse sentido, temos dois conceitos concomitantes no mesmo termo: o das referências culturais internas, próprias dos executantes das práticas culturais, que vão nortear a compreensão e os significados daqueles bens culturais e outro externo aos praticantes, mas próprio daqueles que conhecem o bem cujas referências culturais o colocam em um conjunto cultural nacional mestiço, múltiplo e plural e possibilitam a identidade pela proximidade, estabelecendo claramente a complexidade das culturas brasileiras e, conseqüentemente, das suas identidades. As referências culturais falam do que é próprio daquela manifestação, mas também da sua reverberação para além do local, proporcionando uma reunião das diversas identidades possíveis no conjunto do nacional, atribuindo uma nacionalidade à cultura popular local na medida em que há um reconhecimento daquilo como próprio do Brasil, mesmo que o indivíduo que reconhece não seja praticante daquela manifestação. E, por exemplo, num jogo de imaginação, se você ver uma baiana do acarajé vendendo o bolinho nas ruas de Londres, você como brasileiro pode nunca ter experimentado a iguaria, ou seja, não é detentor daquele saber ou vivência aquela prática, mas reconhece o bem cultural como uma referência cultural sua, mesmo que não goste ou discorde do sagrado associado ao alimento. O mesmo acontece se um brasileiro ver na Austrália uma apresentação do boi do Maranhão, ou do samba de roda, ou até mesmo de funk carioca, a certeza da brasilidade naquelas manifestações é clara – e isso são as referências culturais brasileiras que expõem a experiência cultural local para fora de sua particularidade e acabam por manifestar um dos aspectos de uma brasilidade que remete a um conjunto de identidades

culturais nacionais plurais. Partindo desse princípio de pluralidade e referência, há como se falar em nação porque ela reuniria as diversas culturas nacionais num mesmo conjunto referencial mestiço e diferenciado do resto.

Considerações finais

Ao celebrarmos os 200 anos de Independência do Brasil penso, como historiadora, inevitavelmente no que nos transformamos e o que queremos ser. Nossa tarefa aqui foi analisar a trajetória do patrimônio cultural no Brasil sob a perspectiva das suas políticas públicas com referência aos projetos nacionais e às identidades brasileiras na tentativa de compreender como nossos bens culturais refletem as nossas particularidades e pertencimentos e em que medida essas políticas públicas acompanharam essas pluralidades tão brasileiras.

No século XIX, o Brasil como nação imaginada perpetuava uma ideia de herança portuguesa que evitava inserir negros e índios nesse contexto nacional. Na primeira república, esse imaginário foi mantido e a maioria da população permanecia excluída do projeto nacional. Mais tarde, na Era Vargas, a nação brasileira varguista precisava estar fincada nas matrizes brancas, negras e indígenas e isso levava a um incômodo porque o negro rememorava o trabalho escravo e representava, naquele momento e para aqueles pensadores construtores do projeto, um aspecto depreciativo da população, juntamente aos indígenas que também eram desconsiderados. Na narrativa desse projeto, era preciso identificar as “raças” e esperar que a cor diluísse e a cultura branca prevalecesse. Ao mesmo tempo, não havia como eliminar a presença do negro e do índio na cultura e na sociedade, que é composta por maioria parda e negra. Assim, a solução era tornar o negro e o índio invisíveis, mas cita-los na composição da “massa corporal nacional”. Essa proposta manteve um imaginário de nação desvinculado da realidade populacional e cultural brasileira e, conseqüentemente, causou frustrações entre os povos e seus governos. E isso, por fim, refletia no patrimônio na preservação de bens que eram seletivos e representavam a história da matriz branca que o projeto de nação queria ressaltar.

Herdeiro dessa imagem varguista das três raças, o exército vai ressaltar a unidade da nação brasileira em seu projeto durante a ditadura militar. É um só povo em um território compondo a nação. Ao mesmo tempo em que essa proposta é utilizada para sustentar o governo, os funcionários e técnicos do órgão federal de patrimônio tentavam estabelecer um critério para englobar nessa nação toda a diversidade que encontravam nas manifestações culturais brasileiras e traçam o conceito de referências culturais para o patrimônio que vai tentar açambarcar a pluralidade e multiplicidade cultural dos diversos grupos que compõem a nação “única” dos militares. O fim do governo militar e o estabelecimento da Assembleia Nacional

Constituinte proporcionou discussões para se desenvolver os artigos da Carta Magna com o intuito de contemplar a pluralidade das identidades brasileiras e, sob a perspectiva do texto da Constituição, as políticas públicas patrimoniais subsequentes voltaram-se para a diversidade brasileira, numa concepção de nação plural.

E, se podemos lançar alguma proposta para o patrimônio nesses próximos anos, ela está fundada numa ideia de pluralidade e multiplicidade de uma nação mestiça, que é composta por todos os grupos que convivem no Brasil. O parâmetro para estabelecer uma leitura patrimonial é a referência cultural, tanto no sentido do bem a partir de seus detentores, como dos bens culturais como uma referência local, regional e nacional para os brasileiros, mesmo que não executores das práticas registradas, mas portadores de um sentimento de proximidade referencial com aqueles bens que se exterioriza numa concepção de pertencimento. Nesse sentido, o patrimônio cultural é o símbolo e o somatório das múltiplas heranças recebidas diretamente e daquelas compartilhadas pelo convívio com a pluralidade da/das nação/nações brasileira/brasileiras. Diante disso, as políticas públicas para o patrimônio devem trabalhar nos dois sentidos do conceito de referência cultural: o interno e o externo. Para o primeiro, o IPHAN já vem executando suas tarefas com os tombamentos, inventários e registros. Para o segundo, é preciso inserir nas salvaguardas dos bens uma maior divulgação desses saberes e acervos para que os brasileiros conheçam cada vez mais a multiplicidade que os forma e que os diferencia dos Europeus e dos estadunidenses que buscam uma unidade nacional e identitária branca que não nos cabe, mas também dos outros latino-americanos, que como nós são múltiplos, porém diferentes. E, por fim, a fragmentação, a pluralidade e a multiplicidade convivem e são as referências culturais que criam a “cola” para o Brasil.

Referência

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDO, Naoko. Tesouro Nacional: a criação de bens culturais na Era Meiji, *Estudos Japoneses*, n. 40, p. 23-34, 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos

Jurídicos. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> Acesso em 20 dez 2021.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. In.: *Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2020. Disponível em < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964> >. Acesso em 24 dez. 2021.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*, nº 34, 2012. Rio de Janeiro: IPHAN.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964, *Rev. Hist.* (São Paulo), n.180, a01720, 2021. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214> 2021> Acesso em 28 dez. 2021.

COSTA, Lúcio. Notas sobre a Evolução do Mobiliário Luso-Brasileiro. *Revista do SPHAN*, nº 3, Rio de Janeiro, SPHAN, 1939, p. 149-162.

COSTA, Lúcio. Arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do SPHAN*, nº 5, Rio de Janeiro, SPHAN, 1941, p. 9-104.

COSTA E SILVA, Artur. *Os Postulados Fundamentais da Revolução*. Discurso Proferido Perante o Congresso Nacional, 3 De Outubro de 1966, depois de ter sido eleito Presidente da República. Brasília, 1966. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1966-1>> Acesso em 26 dez 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In.: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27, 1988.

JORNAL DO BRASIL, Patrimônio Histórico tomba Presépio de Pípiripau, 18 abr. 1984, Rio de Janeiro, ano XCIV, nº 10, 1984a

JORNAL DO BRASIL, SPHAN tomba em Salvador o mais velho terreiro de candomblé de todo o país, 1 jul. 1984, Rio de Janeiro, ano XCIV, nº 54, 1984b.

MAGALHÃES, Aloisio. Definir o que seja bem cultural. *Boletim nº 0*, Brasília: SPHAN; PRO-MEMÓRIA, 1979.

MARCELO, Hernan Venegas. A noção de patrimônio no Brasil Império. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol. 11, n 1, p 135-146, 2013. Doi <<https://doi.org/10.25145/j.pasos.2013.11.009> >

MINAS GERAIS. *Decreto-Lei nº 32.771 – 4 julho 1991*. Dispõe sobre o novo critério de rateio da cota municipal do ICMS aos municípios mineiros. Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991

MINAS GERAIS. *Decreto-Lei nº 12.040, 28-dez-1995*. Dispõe sobre o novo critério de rateio da cota municipal do ICMS aos municípios mineiros. Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MINAS GERAIS. *Decreto-Lei nº 18.030, 12 jan de 2009*. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencentes aos municípios. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, Identidade Nacional no Brasil, *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, vol.1, ano 1, p. 29-46, 1º Sem. 1989.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000

SPHAN; PRÓ-MEMÓRIA. *Boletim*. Brasília: SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, nº 0-46, 1979-1989

SPHAN; PRÓ-MEMÓRIA. Para salvar o vinho de caju. *Boletim nº 10*. Brasília: SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, jan/fev, 1981.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. *Mana*, vol. 12, nº 1, p 237-248, 2006. Doi <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100009>>.

VIANNA, Andrea de Albuquerque. Identidade Nacional na Era Vargas: turismo, patrimônio, política e muito mais, *Anais XVIII ENANPUR 2019*, Natal 27-30 mai. 2019. Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=816> > Acesso em 26 dez. 2021.

Desafios da Ciência

Paulo Márcio de Faria e Silva: Unifal-MG

“Fazer ciência é viver na plenitude a aventura do homem sobre a Terra” (Fórum de reflexão universitária – Unicamp, 2002). Ciência e tecnologia são dois fatores que, inegavelmente, estão presentes em nosso dia-a-dia. Praticamente em tudo com que interagimos no mundo moderno encontramos ciência e tecnologia. Quando assistimos a uma partida de futebol, em nossa “smart” TV, quando enviamos mensagens ou navegamos nas redes sociais em nossos smartphones, quando tomamos um medicamento ou realizamos um exame de ressonância magnética, quando viajamos rapidamente de um continente a outro em modernos aviões, ou quando nos deslocamos dentro das cidades em nossos automóveis, e mesmo quando nos alimentamos com produtos industrializados, estamos, por vezes sem nos darmos conta, em contato direto com muita ciência e tecnologia. Em outras palavras, podemos dizer que a ciência e a tecnologia influenciam de forma definitiva nosso modo de viver. Imaginar um mundo completamente sem ciência e tecnologia já é impossível.

Dois exemplos recentes mostram, na prática, a enorme influência da ciência e da tecnologia sobre a vida das pessoas. Primeiro, com a pandemia pelo coronavírus, vimos surgir rapidamente, graças à ciência e a tecnologia, vacinas capazes de proteger a vida das pessoas. Por outro lado, a falta de semicondutores (sólidos capazes de mudar sua condição de isolante para condutores com grande facilidade, sendo que poucos países detém o conhecimento para produzi-los) tem prejudicado a produção de veículos com reflexos diretos em sua comercialização, incluindo o aumento de preços por aumento da demanda e baixa oferta do produto. Esses exemplos mostram claramente que a ciência pode contribuir para o bem-estar das pessoas, e ao mesmo tempo, que sua falta pode resultar em dificuldades e transtornos para o cotidiano da sociedade.

A palavra "ciência" vem do latim "scientia", que significa "conhecimento". No sentido mais específico da palavra, a ciência é aquele tipo de conhecimento que busca compreender verdades ou leis naturais para explicar o funcionamento das coisas e do universo em geral. Já a palavra “tecnologia” vem do grego, uma junção de “tecno” – técnica, ofício, arte – e “logia” – estudo. Enquanto a ciência se refere ao conhecimento, a tecnologia se refere às habilidades, técnicas e processos usados para produzir resultados (Neto, 2021).

E como nasceu a ciência? No mundo antigo é possível encontrar registros notáveis do desenvolvimento do conhecimento humano tais como a escrita na Mesopotâmia (3.300 a.c.) ou as pirâmides egípcias (2.700 a.c.). Mas foram os gregos, por volta do século 6 a.C., (Tales de Mileto, Pitágoras, Heráclito, Arquimedes, Aristóteles, Platão, Erastótenes e Hiparco, dentre

outros) que popularizaram o exercício de compreender os fenômenos da Terra a partir da razão, descartando mitos e forças sobrenaturais. Contudo, o que hoje conhecemos como “Ciência Moderna”, isto é, a ciência que articula o método de observação e experimentação com o uso de instrumentos técnicos, tomou um grande impulso na Europa do século XVI. Com o chamado Renascimento Cultural, que se deu em várias regiões da Europa entre os séculos XIV e XVI, houve um intenso intercâmbio de conhecimento a respeito de antigos tratados sobre astronomia e física. É desta época a hipótese do Heliocentrismo, formulada por Nicolau Copérnico, que compreendia que os planetas, incluindo a Terra, giravam em torno da órbita do Sol. A hipótese de Copérnico foi confirmada por outro grande nome da história da ciência, o italiano Galileu Galilei (Fernandes, 2021).

E assim, ao longo da história mais recente, enormes contribuições e descobertas foram feitas em várias áreas tais como na Física (Kepler, Newton, Einstein), na química (Boyle, Dalton, Mendeleiev) e na biologia (Darwin, Pasteur, Watson & Crick). Essas importantes descobertas, que vão da teoria da relatividade de Einstein à descoberta do DNA como a molécula responsável pela hereditariedade, por Watson & Crick, formam os alicerces fundamentais para o grande desenvolvimento do conhecimento humano observado nos dias atuais.

Hoje, pode-se dizer que a ciência constitui um marco divisor de águas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Ninguém pode ignorar que o conhecimento científico contribui fundamentalmente para o grande salto tecnológico-industrial observado nos últimos 50 anos. A noção de riqueza, de progresso, no mundo globalizado, passa necessariamente pelo domínio e desenvolvimento da capacitação científica e do desenvolvimento tecnológico. Ao contrário, os países que não participam do desenvolvimento científico estão, em grande medida, alijados dos avanços nos padrões de qualidade de vida e são economicamente subalternos em relação aos povos que lideram os avanços do conhecimento (Fórum de reflexão universitária – Unicamp, 2002).

Para Amaral (2011), “O desenvolvimento em ciência e tecnologia está no centro do desenvolvimento econômico, social e militar, e condiciona os conceitos de soberania e defesa”

A Ciência no Brasil

Ao analisarmos a História Ciência no Brasil é possível reconhecer de imediato uma característica que por si só, ajuda a entender os desafios que o país ainda enfrenta nessa área: seu início bastante tardio quando comparado a outros países. Um indicativo revelador desse

fato é a criação de universidades (centros de produção e difusão de conhecimentos, por excelência).

De fato, por ocasião da descoberta do Brasil em 1.500 por Cabral, muitos países no mundo já contavam com Universidades, ou seja, já desenvolviam pesquisas e produziam conhecimento. Como exemplos podem ser citadas as Universidades de Bolonha na Itália (1.088), de Oxford na Inglaterra (1096), de Salamanca na Espanha (1.134), de Paris na França (1.150), de Coimbra em Portugal (1.290), Universidade Carolina de Praga na República Tcheca (1.348), Universidade Jaguelônica na Polônia (1.364), Universidade de Viena na Áustria (1.365) e Universidade de Heidelberg na Alemanha (1.385).

É interessante observar que os Estados Unidos, descoberto por Colombo em 1.492 (portanto, apenas oito anos antes do Brasil), já contava, em 1740, com cinco universidades: Harvard (1.636), The College of William and Mary (1.693), St. John's College (1.696), Yale (1.701) e Universidade da Pensilvânia (1.740).

No Brasil, as primeiras universidades foram criadas apenas a partir de 1.900. A Escola Universitária Livre de Manaus em 1909; a Universidade do Paraná em 1913 e a Universidade de São Paulo em 1934 são descritas como as primeiras instituições universitárias no Brasil (Sallit, 2019)

Para uma melhor compreensão sobre as razões que levaram o Brasil a iniciar tão tardiamente sua produção de conhecimento faz-se necessário revisitar ainda que brevemente, a história do desenvolvimento da ciência no Brasil.⁵⁷

E como afirmou o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich o Brasil “começou mal na ciência, com a colonização portuguesa, interessada apenas em explorar a colônia tropical, praticando uma política basicamente extrativista: ouro, diamante, açúcar, café” (Davidovich, 2018). De fato, a política portuguesa para sua maior colônia baseava-se em extrair dela tudo o que sua natureza prodigiosa podia oferecer. Não era permitida, na colônia, a presença de sociedades, ou grupos de interessados em atividades científicas, prática interpretada como ameaçadora. Alegava-se que isso poderia estimular ideias de autossuficiência, contrárias aos interesses portugueses. O conhecimento científico era privilégio de uma restrita elite de clérigos, militares e membros do governo. Não havia espaços institucionalizados, tampouco

⁵⁷ Para uma leitura mais completa sobre História da Ciência no Brasil, sugere-se recorrer a publicação da *Scientific American Brasil*. “História da Ciência no Brasil”, 3 volumes, 2009, e ao livro “*D. João VI: Adorador do Deus das Ciências?*” Oliveira, 2005.

organizações onde se pudessem expressar, obter e difundir conhecimentos da ciência (Oliveira, 2009).

As principais mudanças no desenvolvimento da ciência no Brasil ocorrem, em grande parte, pela vinda da Corte Portuguesa para o país. Em 1807, a invasão de Portugal por tropas francesas fez a família real se transferir para o Brasil fugindo das tropas de Napoleão. Essa mudança implicou na transferência do próprio governo de Portugal para o Brasil. Tal mudança demandou rápida adaptação com uma intensa atividade de ações que culminaram com a criação de muitas instituições importantes para a cultura científica local, incluindo: a Imprensa Régia (1808); a Fábrica de Pólvora (1808); o Real Arquivo Militar (1808); a Escola de Cirurgia no Hospital Real da Cidade da Bahia (1808); a Real Academia de Guardas-Marinhas, a Escola de Medicina e Cirurgia do Hospital do Rio de Janeiro (1808); a Academia Real Militar no Rio de Janeiro (1810), o Real Horto (1808); a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (1810), a Academia das Artes (1816) e o Museu Real (1818).

Como no Brasil colônia haviam pouquíssimas instituições destinadas à formação das pessoas, a criação de todas essas instituições satisfazia, em parte, a necessidade de acomodar o novo centro do império português, além de fornecer melhores condições para as cerca de 15.000 pessoas que aqui chegaram junto com a família real. Deste modo, pode-se dizer que a presença da corte permitiu ao Brasil desenvolver uma infraestrutura mínima para produzir, transmitir e difundir conhecimento científico.

Muitas destas Instituições perduraram e se transformaram ou foram os alicerces de importantes Instituições que existem até hoje como a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e o Museu Nacional no Rio de Janeiro. É também tributado a esse período da história do Brasil o surgimento da profissão de professor de curso superior, principalmente nas academias militares e nas escolas de medicina. Vale também destacar que a existência da Imprensa Régia facilitou a difusão do conhecimento científico ao possibilitar a publicação de obras elaboradas pelos novos profissionais dedicados à docência nas instituições de ensino.

Após a Declaração da Independência por D. Pedro I, em 1822, já na Assembleia Constituinte de 1823, foram apresentadas propostas que indicavam a necessidade de criação e ampliação dos locais de difusão e produção científica. Por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva defendeu a necessidade de se organizar o ensino com a criação de ginásios ou colégios onde o ensino das diversas ciências fosse ministrado. Ele também defendeu a necessidade de se criar uma universidade no país. Parte dessas propostas foi de fato incorporada à Constituição pois no texto outorgado havia referências à criação de “colégios e universidades onde serão ensinados os elementos de ciências, belas artes e artes”. Deste modo, já em 1839 é criada a

Escola de Farmácia de Ouro Preto, e mais tarde, em 1875, a Escola de Minas de Ouro Preto, destinada a formar engenheiros e geólogos. Registra-se também nesse período importantes expedições científicas que facilitaram o intercâmbio entre cientistas brasileiros e estrangeiros, como é o caso da visita do naturalista Charles Darwin, a bordo do navio Beagle, passando pela Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, em 1832.

Em 1830 Dom Pedro I abdicou e viajou para Portugal, onde mais tarde seria coroado rei (Pedro IV). Entre 1830 e 1840 o país foi governado, em nome do seu filho e herdeiro, por uma sucessão de regentes. Em 1840, com apenas quinze anos, Dom Pedro II foi coroado Imperador, e se manteria no trono até o princípio da República, em 1889. Dom Pedro II era conhecido também por seu amor às artes e à ciência. Em seu reinado, contribuiu com o desenvolvimento científico do país, financiando diretamente pesquisas, laboratórios e institutos. O desenvolvimento da ciência no Brasil já havia sido iniciado por Dom Pedro I, mas o apogeu da ciência imperial foi marcado pela presença ativa do próprio Imperador em todos os assuntos relacionados com a ciência, a tecnologia e a educação. O grande interesse de Dom Pedro II pelas ciências o levou a buscar a companhia de cientistas, tanto no Brasil como no exterior, e a participar de todos os acontecimentos culturais e científicos mais importantes do país (Schwartzman, 2015). “Nasci para consagrar-me às letras e às ciências”, registrou em seu diário em 1862. Era Dom Pedro II, por exemplo, quem controlava pessoalmente a seleção de pedidos de patentes e invenções.

Em suas viagens internacionais, Dom Pedro II sempre interagiu com renomados cientistas. Trocou correspondências com o pai da Microbiologia, Louis Pasteur, com o inventor do telefone, Alexander Graham Bell, e com o naturalista Charles Darwin. Em 1876, D. Pedro II trouxe o primeiro telefone ao Brasil. Dom Pedro II foi também o primeiro fotógrafo do Brasil. Adquiriu um daguerreótipo aos 14 anos, em 1840, menos de um ano após o anúncio da invenção de François Arago. A partir de então, entusiasmou-se com a nova forma de registrar imagens, ajudando a difundir a fotografia por aqui. Quando foi banido do país, após a Proclamação da República, doou à Biblioteca Nacional seu acervo com mais de 25 mil fotos (Marasciulo, 2020).

Em 1839, tornou-se patrono do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado um ano antes (1838) e nos anos seguintes foi um participante assíduo das reuniões. Era também um amante da astronomia. Por decreto, em 1846, criou o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Foi membro de importantes sociedades de pesquisa: a Royal Society, da Inglaterra; a Academia de Ciências da Rússia; as Reais Academias de Ciências e Artes da Bélgica; a Sociedade Geográfica Americana; e a Académie des Sciences, da França.

O final do império é marcado pela criação de instituições de pesquisa voltadas para o atendimento de necessidades relacionadas à agricultura, transportes, saúde e saneamento. É o caso do atual Instituto Agrônomo de Campinas criado por D. Pedro II, em 1887, com a denominação de Imperial Estação Agrônoma de Campinas.

A proclamação da República em 1899 trouxe a oportunidade às províncias de constituírem seus próprios quadros institucionais. O final do século XIX viu assim surgirem pelo país, escolas de engenharia, faculdades de medicina, museus de história natural e institutos ligados à área da saúde. Com o federalismo, o governo paulista criou várias instituições científicas: a Escola Politécnica (1894), um Serviço Sanitário de caráter microbiológico (1892), um Museu de História Natural (1894). Também em outros estados, novas instituições foram criadas. No Rio Grande do Sul: uma Escola de Engenharia (1896), uma Escola Livre de Farmácia e Química Industrial (1896) e uma Escola Livre de Medicina e Farmácia (1897). No entanto, as instituições de maior prestígio naquele momento da história brasileira foram as que atuaram na área da saúde pública. O primeiro serviço sanitário do período republicano foi o de São Paulo, de 1892, composto por um conjunto de instituições que seguiam os princípios da nova teoria microbiológica. Já a Diretoria de Saúde Pública do Rio de Janeiro começou a atuar em 1900 (Dantes, 2005). Surgem nesse período duas Instituições de grande importância para a pesquisa biomédica no país: o Instituto Butantan em São Paulo e o Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Com a eclosão de uma epidemia de peste bubônica em Santos (1900), o Instituto Bacteriológico (atual Instituto Adolpho Lutz) é convocado a agir rapidamente. Adolpho Lutz, então diretor do Instituto Bacteriológico, envia para Santos seu assistente Vital Brasil que, em parceria com Oswaldo Cruz desenvolve uma estratégia de Controle. Vital Brasil foi então indicado para dirigir um serviço de Controle da Peste no Instituto Bacteriológico. O serviço gerou o Instituto Soroterápico do Estado de São Paulo, que veio a se tornar o atual Instituto Butantan². Vital Brasil ficou mundialmente conhecido por seus trabalhos relacionados à produção do soro antiofídico. As pesquisas assinadas por ele são pioneiras na produção dos soros específicos contra venenos de animais peçonhentos (serpentes, escorpiões e aranhas).⁵⁸

Na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Vacínico Municipal do Rio de Janeiro dá origem ao Instituto Soroterápico Federal (1900) na fazenda de Manginhos. Em 1903, Oswaldo Cruz (então diretor do Instituto) é nomeado diretor-geral da Saúde Pública pelo então presidente

⁵⁸ O Instituto Butantan é uma das mais relevantes instituições de pesquisa biomédica e o principal produtor de imunobiológicos (vacinas, soros e biofármacos) no país. Atualmente é responsável pela produção de vacina Coronavac, contra o coronavírus, em parceria com a empresa chinesa Sinovac.

Rodrigues Alves. Em 1904, com um surto de febre amarela e a ameaça da varíola, é lançado o código sanitário que obriga a população a tomar a vacina contra a varíola. A medida é rejeitada por opositores do presidente Rodrigues Alves dando início ao movimento que ficou conhecido como Revolta da Vacina. Felizmente, Oswaldo Cruz não cede aos revoltosos e as 984 mortes em 1902 caíram para zero em 1909. Graças também a vacinação, a febre amarela foi erradicada da cidade do Rio de Janeiro em 1907. No Instituto Soroterápico trabalhou também Carlos Chagas que ficou conhecido mundialmente pela descoberta, em 1909, da “Doença de Chagas” causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*. Ainda em 1907, o Instituto Soroterápico passa a se chamar Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, e no ano seguinte Instituto Oswaldo Cruz. Em 1972, no centenário do nascimento de Oswaldo Cruz, a Fundação Instituição Oswaldo Cruz (criada por decreto na década de 70), passa a ser denominada Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).⁵⁹

Apesar desses notórios avanços registrados entre o final do Império e o início da República, pode-se dizer que a atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se no país apenas no século XX, graças à reforma universitária, a institucionalização da pós-graduação e estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa, incluindo nesse processo a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), das Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, dentre outras. (Raupp, 2009).

A Academia Brasileira de Ciências (1922), foi criada a partir da Sociedade Brasileira de Ciências (1916), com a finalidade de agregar e reconhecer cientistas de alto nível em diferentes áreas. Seu primeiro presidente foi o astrônomo e engenheiro Henrique Morize. Em 1925, Morize recebe no Observatório Nacional do qual era diretor, ninguém menos que o físico Albert Einstein durante sua visita ao país. Em 1948, foi fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nos moldes das que existiam também em outros países. A partir daí foram criados vários institutos de pesquisa científica nas áreas de matemática (como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada), física (como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), Amazônia (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi), ciências espaciais (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e outras. Seguiu-se,

⁵⁹ A FIOCRUZ é hoje um centro de excelência em pesquisa biomédica no Brasil. É também um importante centro de produção de vacinas (Biomanguinhos) e medicamentos (Farmanguinhos). Em janeiro de 2022, após a transferência de tecnologia da AstraZeneca e com o deferimento da Anvisa, a Fundação passou a ser a primeira instituição do país capacitada a produzir e distribuir uma vacina Covid-19 100% nacional ao Ministério da Saúde.

ainda, a fundação e implementação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em 1985, consolidando essa etapa do desenvolvimento científico e da organização da infraestrutura governamental para o apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Destaca-se ainda, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, que promoveu um extraordinário desenvolvimento científico na área agrícola e possibilitou a transformação do Brasil em uma potência agrícola no século XXI, não só para produção sustentada de alimentos para o Brasil, mas também para exportação. (Silva e Tundisi, 2018)

Com relação à gestão governamental para a pesquisa pode-se afirmar que o reconhecimento explícito, ao nível de governo, que ciência e tecnologia são assuntos de Estado ocorreu a partir da década de 70. Pela primeira vez, ciência e tecnologia figuravam expressamente no Primeiro Plano para o Desenvolvimento para o período 72-74, reconhecidamente como elementos fundamentais para a execução de uma estratégia de desenvolvimento. Imediatamente depois, durante o período 73-74, é aprovado o Primeiro Plano Básico para o Desenvolvimento da ciência e tecnologia (Sala, 1991).

Com melhor estrutura para produzir conhecimento, a ciência brasileira teve um grande desenvolvimento nas últimas décadas. Atualmente, o Brasil forma mais de 20 mil doutores por ano, e o número de artigos por milhão de habitantes no Brasil cresce, além do crescimento mundial. O percentual de citações de artigos brasileiros também está aumentando. “Então, apenas não estamos produzindo mais, como estamos sendo mais lidos e mais mencionados” (Davidovich, 2018). Cientistas brasileiros conquistam importantes prêmios internacionais e há exemplos de sucesso na aviação, na agricultura, na produção de óleo e gás, na saúde, na medicina tropical e no crescente número de empresas de base tecnológica e de startups em parques tecnológicos.

Em 2008 o País passou a figurar como o 13º maior produtor de conhecimento científico no mundo, mantendo essa posição até 2020, com participação em 372 mil trabalhos publicados internacionalmente no período 2015-2020, segundo um relatório recente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social vinculada ao MCTI. Isso equivale a 3% da produção científica mundial acumulada no período. Os principais temas abordados pela ciência brasileira nesses últimos cinco anos, segundo o relatório, foram educação, biodiversidade, nanopartículas, pecuária e agricultura. (CGEE 2021)

Desafios para a Ciência no Brasil

Apesar dos esforços feitos até então, o Brasil demanda ainda um projeto de desenvolvimento científico/tecnológico sustentável, garantindo capacitação tecnológica,

competitividade e qualidade de vida/justiça social para o povo brasileiro. Ao menos no âmbito da comunidade científica estabeleceu-se recentemente um grande debate hoje instalado sobre quanta ciência e de que ciência o Brasil precisa para superar o subdesenvolvimento e aproximar-se dos países avançados. Prova disso foi a elaboração do trabalho “Projeto de Ciência para o Brasil”⁶⁰ pela Academia Brasileira de Ciências em 2018 (Silva e Tundisi, 2018).

Esse importante trabalho que demandou quase dois anos e reuniu mais de 180 cientistas em grupos de estudo, descreve para as principais áreas de conhecimento, os principais desafios do país nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. A partir desse trabalho, apresentamos a seguir, aquele que consideramos o principal desafio do Brasil para os próximos anos: conseguir o financiamento sustentável da produção de conhecimento no país.

Definir os parâmetros de financiamento da pesquisa em um país não é uma tarefa trivial dado aos muitos dilemas cada vez mais comuns a um grande número de países, como o de tentar encontrar um equilíbrio entre o engajamento local e internacional em pesquisa, ou entre ciência básica e aplicada, geração de novos conhecimentos e conhecimentos comercializáveis, ou boa ciência pública versus ciência voltada ao comércio. Mas existe uma premissa básica que é comum a todos os países: é impossível produzir conhecimento sem recursos financeiros adequados.

“Ciência e tecnologia necessitam de investimentos públicos consistentes e permanentes. Sem eles, a organização institucional e a formalização do processo não asseguram o desenvolvimento. No Brasil, a flutuação dos investimentos foi e é um dos grandes problemas e entraves para o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Somente a estabilidade dos investimentos no nível nacional, proveniente do governo central, garantirá o apoio continuado, a manutenção de laboratórios e o estímulo à inovação e à criatividade. A instabilidade e a flutuação dos investimentos em ciência e tecnologia produzem outras fraquezas institucionais, como a perda de oportunidades para jovens cientistas. Esforços despendidos por universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento para formar pesquisadores resultam em perdas, pois o processo de financiamento é irregular e as demandas não são atendidas, o que promove a fuga de cérebros para outros centros em países avançados, com maior estabilidade no financiamento e mais oportunidades de trabalho”. (Silva & Tundisi, 2018).

O financiamento das atividades de pesquisa é ainda mais essencial para o desenvolvimento da “Pesquisa Básica”, aquela que tem como objetivo o avanço do conhecimento humano, é muitas vezes criticada por ser uma pesquisa “que não serve para

⁶⁰ Para aqueles interessados nos desafios em áreas específicas sugerimos a leitura integral desse trabalho.

nada”. Porém, na verdade é a pesquisa básica que sustenta a pesquisa aplicada sendo fundamental para o avanço da ciência e para o desenvolvimento tecnológico.

Vários exemplos da transformação do conhecimento gerado nas pesquisas básicas em produtos e processos (portanto, aplicados) são bastante conhecidos, inclusive no Brasil. É o caso da descoberta do processo de fixação do nitrogênio em plantas por bactérias, resultado de longos anos da pesquisa realizada pela agrônoma Johanna Döbereiner, na área de Microbiologia do Solo. Essa descoberta, permitiu que a fixação do nitrogênio na soja fosse feita por bactérias em simbiose com a planta. Dessa forma, a soja gerava seu próprio adubo. Essa alternativa brasileira de estabelecer simbioses eficientes com rizóbios permitiu a eliminação dos adubos nitrogenados na cultura da soja, o que representa uma economia anual de mais de 2 bilhões de dólares para o Brasil. Isso tornou o Brasil competitivo internacionalmente a ponto de obter, a partir de 2020, o título de maior produtor de soja do mundo.

Outros exemplos incluem a produção de insulina por bactérias (insulina recombinante, utilizada hoje por milhões de diabéticos e obtida após o domínio do conhecimento da técnica de expressão de genes humanos em bactérias - até então a insulina era extraída do pâncreas de suínos, um processo muito mais oneroso e demorado) e a descoberta da bradicinina, substância utilizada mundialmente em medicamentos para o controle da pressão arterial, a partir do veneno de jararaca, pelos cientista brasileiros Maurício Rocha e Silva, Sérgio Ferreira e colaboradores.

O grande desafio para a ciência básica é seu financiamento uma vez que, por sua natureza, ela não é autossustentável, dependendo, portanto, de recursos e de apoio governamental (recursos públicos). Um bom exemplo é o Projeto Sirius (orçado em R\$ 1,8 bilhão, considerado o projeto mais inovador e tecnologicamente complexo da ciência brasileira) que já consumiu cerca de R\$ 1,3 bilhão de recursos públicos desde 2014. Esse projeto envolve a construção de um acelerador de partículas que permite a análise da estrutura atômica de moléculas e cristais, o que é fundamental para o avanço dos estudos em diversas áreas tais como física, química, biologia, ciência dos materiais, nanotecnologia, engenharia, dentre outras (LNLS, 2021). Lamentavelmente, cortes recentes no financiamento da pesquisa no Brasil colocam em risco diversas pesquisas e laboratórios, incluindo o Laboratório Nacional de Luz Síncroton, instituição que abriga o Projeto Sirius, como veremos a seguir.

A Crise Atual de Financiamento da Ciência

O Brasil assiste ao desmonte do seu Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), um dos mais importantes do mundo, exatamente quando este completa 70

anos de existência (Pochmann, 2021). Não resta dúvida que a Ciência Brasileira atravessa a sua maior crise dos últimos 100 anos. Cortes orçamentários, crise na CAPES e ingerência política nas Universidades Federais são alguns exemplos das enormes dificuldades que o Sistema de Ciência e Tecnologia enfrenta atualmente no Brasil. Com pesar, esse é o cenário vigente no país no plano político governamental, no que tange a gestão da área de Ciência no Brasil.

O recente corte nos créditos suplementares aprovados no Congresso para o MCTI atinge principalmente o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), responsável por suportar todo o sistema de ciência, tecnologia e inovação. O FNDCT foi contingenciado pelo Governo em 2020 para atingir a meta fiscal do ano, ficando com mais de 5 bilhões parados em caixa, dos quais 655,4 milhões iriam para o MCTI. Ao final, restaram apenas 89,9 milhões de reais do recurso complementar para o MCTI, ou seja, 13% do valor aprovado pelo Congresso. Segundo o Presidente da ABC, Luiz Davidovich, se não houver mudanças, os investimentos do país na ciência voltarão ao patamar de 2009. Essa informação tem como base um levantamento feito pela economista Fernanda De Negri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que mostra que depois de mais de uma década de um ciclo relativamente consistente, os investimentos em C&T caíram cerca de 37% entre 2013 e 2020, chegando em 2020 a um nível inferior ao observado em 2009 (El País, 2021)

Recente relatório da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) confirma esses dados: A redução do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) no período 2014-2018 (contemplado pelo relatório da Unesco) foi da ordem de 50% (Unesco, 2015). Segundo Hernan Chaimovich, Professor Emérito do Instituto de Química da USP e coautor do relatório da Unesco “E de lá para cá, a situação só piorou. De 2012 para 2021, a redução é de dramáticos 84% — de R\$ 11,5 bilhões para R\$ 1,8 bilhão, em valores atualizados pela inflação”. Segundo os dados apresentados no relatório, o investimento total em atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (P&D) no País, proporcionalmente ao seu produto interno bruto (PIB), aumentou de 1,08% em 2007 para 1,34%, em 2015, depois caiu para 1,26%, em 2017. Hoje estima-se que esteja em torno de 1% (ou menos); bem abaixo do nível de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e Alemanha (que se aproximam de 3%), e da China (2,2%).

A falta de investimentos tem atrasado o avanço de vários projetos de desenvolvimento de vacinas nacionais, que são essenciais para garantir a autonomia do País. Um bom exemplo dos prejuízos causados pela redução do financiamento à pesquisa é o atraso no desenvolvimento de vacinas no país, em plena pandemia da Covid-19. “Se o investimento tivesse sido adequado,

pelo menos três vacinas brasileiras já estariam no mercado”, aposta Chaimovich — referindo-se a projetos liderados por cientistas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP; do Instituto do Coração da Faculdade de Medicina da USP; e do Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Um dos grandes problemas gerados pela descontinuidade no financiamento das pesquisas é que seus efeitos têm repercussão por muitos anos. O Presidente da SBPC faz um alerta: o Brasil pode ter um apagão na ciência que vai repercutir por décadas (Hansen, 2021)

A redução do financiamento da pesquisa, além de prejudicar o desenvolvimento de projetos e por isso, atrasar a produção de conhecimento, tem ainda um reflexo mais perverso: a redução da oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), que sustentam a maior parte da mão de obra da produção científica nacional. A pós-graduação é a base na qual se sustenta a produção intelectual brasileira, inclusive a produção científica. Essa redução é muito preocupante pois serve como um grande desestímulo aos jovens cientistas no país que tendem a buscar melhores oportunidades de desenvolvimento acadêmico e de trabalho em outros países. É a temida “fuga-de-cérebros” que coloca em risco ainda maior o futuro da ciência no Brasil (Barreto, 2022)

Podemos assim concluir que o Brasil apresenta enormes desafios na área da Ciência. Após as revoluções industriais advindas do desenvolvimento das máquinas a vapor no século XVIII, da utilização da energia no século XIX e do desenvolvimento da eletrônica no século XX, é notório que o mundo já iniciou o que é considerada a 4ª revolução industrial: a revolução tecnológica que é liderada pelos países que privilegiam a produção do conhecimento. Com um governo que não apoia nem valoriza a ciência no Brasil, a grande pergunta que se faz hoje é: que lugar o Brasil quer ocupar no mundo moderno? O país deseja ser soberano na produção de conhecimento e se aproximar dos países desenvolvidos ou quer voltar aos tempos de colônia e continuar a ser explorado pelos países dominantes, trocando commodities sem nenhum valor agregado por produtos recheados da mais alta e moderna tecnologia?

Referências

AMARAL, Roberto. *Ciência, tecnologia e soberania nacional: dificuldades para a construção de um projeto nacional*. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BARRETO, L. *Como a ‘fuga de cérebros’ afeta perspectivas para o futuro da ciência no Brasil*. Podcast disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/podcast-entre-vozes>, publicado em 18/01/2022.

CCGE- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Panorama da ciência brasileira: 2015-2020*. Boletim Anual OCTI, Brasília, v.1, jun. 2021.

DANTES, M.A.M. As Ciências na História Brasileira. *Revista Ciência e Cultura*, vol.57 (1) 16-29, 2005

DAVIDOVICH, L. *Palestra especial no evento Simpósio e Diplomação dos Novos Membros Afiliados da Região Rio de Janeiro*, 14 de setembro de 2018. Disponível em <https://www.abc.org.br/2018/09/18/os-desafios-da-ciencia-no-brasil-parte-1/>

El País, Jornal. Corte de verba na ciência asfixia até o Sirius, programa mais inovador em que o Brasil já investiu. Matéria publicada em 10 de novembro de 2021.

FERNANDES, C. O nascimento da ciência moderna. Disponível em <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/o-nascimento-ciencia-moderna.htm>. Último acesso em 29/11/2021.

FERREIRA, S. H. Ciência para um Brasil soberano e sustentável. *Revista Pesquisa Fapesp*, Edição 21, 1997.

FÓRUM DE REFLEXÃO UNIVERSITÁRIA – Unicamp, 2002. *Desafios da pesquisa no Brasil uma contribuição ao debate*. São Paulo em Perspectiva, 16(4): 15-23, 2002.

HANSEN, E. Cortes na ciência brasileira atingem o meio científico como fechamento de torneira em seca de sete anos. *Jornal da Universidade*, UFRGS. Matéria publicada em 21/10/2021.

LNLS - *Laboratório Nacional de Luz Síncrotron*. Disponível em <https://www.lnls.cnpm.br/sobre/>. Último acesso em 13 de dezembro de 2021.

MARASCIULO, M. Como Dom Pedro II ajudou a desenvolver a ciência no Brasil (e no mundo). *Revista Galileu*, 2020.

NETO, B.R.S. *Medicina: a ciência e a tecnologia em busca da cura*. Ponta Grossa-PR: Atena, 2021

OLIVEIRA, J. C. 1808-182. Chegada da corte abre as portas para a ciência. In: História da Ciência no Brasil. De 1500 a 1920 Do cruzeiro do sul a conquista do ar. *Scientific American Brasil*, Vol. 1: 25-54, 2009.

POCHMANN, M. *Desmonte e reconstrução da Ciência brasileira*. Canal Outras Palavras. Disponível em <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-desmonte-e-possivel-reconstrucao-da-ciencia-brasileira/>. Último atualização em 23/08/2021.

RAUPP, M. A. Ciência e Memória Histórica. Apresentação. In: História da Ciência no Brasil. De 1500 a 1920 Do cruzeiro do sul a conquista do ar. *Scientific American Brasil*, Vol. 1: 3, 2009.